

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

**A VALORAÇÃO DA BELEZA CÊNICA DA PAISAGEM DO BIOMA PAMPA DO RIO
GRANDE DO SUL: PROPOSIÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA**

LUCIMAR DE FÁTIMA DOS SANTOS VIEIRA

ORIENTADOR: Dr. ROBERTO VERDUM

PORTO ALEGRE, JUNHO DE 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**A VALORAÇÃO DA BELEZA CÊNICA DA PAISAGEM DO BIOMA PAMPA DO RIO
GRANDE DO SUL: PROPOSIÇÃO CONCEITUAL E METODOLÓGICA**

LUCIMAR DE FÁTIMA DOS SANTOS VIEIRA

Orientador: Dr. ROBERTO VERDUM

Banca Examinadora:

Prof. Dr. François Laurent

Profa. Dra. Luiza Chomenko

Prof. Dr. Rualdo Menegat

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich

Tese apresentada ao
Programa de Pós-Graduação
em Geografia como requisito
para obtenção do título de
Doutora em Geografia.

PORTO ALEGRE, JUNHO DE 2014.

CIP - Catalogação na Publicação.

Vieira, Lucimar de Fátima dos Santos
A VALORAÇÃO DA BELEZA CÊNICA DA PAISAGEM DO BIOMA
PAMPA DO RIO GRANDE DO SUL: PROPOSIÇÃO CONCEITUAL E
METODOLÓGICA / Lucimar de Fátima dos Santos Vieira. --
2014.
251 f.

Orientador: Roberto Verdum.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

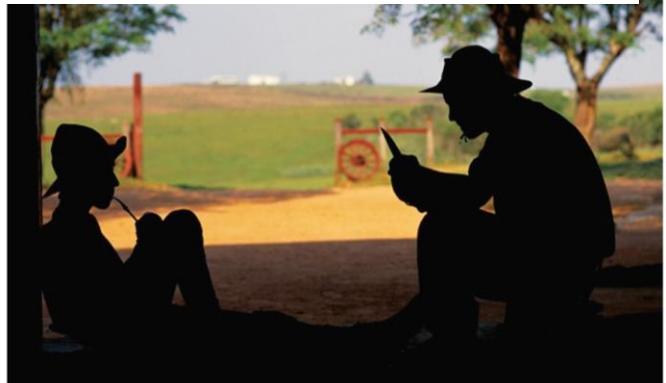
1. paisagem. 2. beleza cênica. 3. bioma Pampa. 4.
proteção da paisagem. 5. legislação ambiental. I.
Verdum, Roberto, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

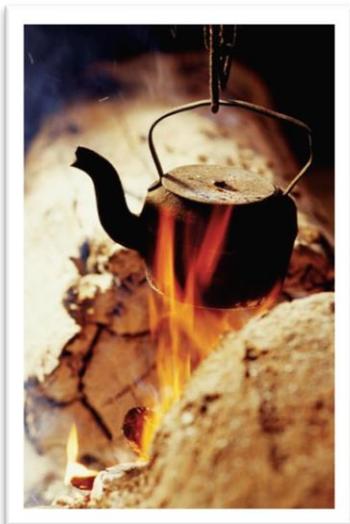


Fotografia de Adriano Becker

Pampa, ainda é o local, onde se enxerga longe...: a infinita horizontalidade da paisagem.



Fotografia de Leonid Streliaev



Fotografia de Leonid Streliaev

Dedico este trabalho a todos os pesquisadores e técnicos que tiveram a paciência de mostrar suas paisagens preferidas.

Ao meu amigo Roberto Verdum por acreditar e apostar na beleza cênica da paisagem.

Em especial aos que me iluminam todos os dias e são a minha razão de viver: marido Zé e aos filhos Camila e Leonardo.

AGRADECIMENTOS

Tenho a completa certeza de que, sem a compreensão das diversas pessoas que se fizeram presentes nestes anos de pesquisa e sem a ajuda das mesmas - o carinho, a atenção, a curiosidade, a disponibilidade, a colaboração, os conselhos, a paciência e, sobretudo da amizade - esta pesquisa não teria sido concluída. Portanto, tenho muito que agradecer:

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade do Maine (Le Mans, França). Aos funcionários e professores que sempre colaboraram na arte do saber e na amizade compartilhada.

A Capes pelo financiamento do doutorado-sanduíche na universidade do Maine, na França.

Ao meu orientador, amigo e colega Roberto Verдум que desde 2000 trilhamos nas mesmas paisagens, pela sua paciência e dedicação, pelas discussões sócio-filosóficas-biológicas e geográficas, não medindo esforços para que eu pudesse realizar meus sonhos, seja no Brasil, seja na França.

A professora Jeannine Corbonnois e ao professor François Laurent que indicaram bibliografias, comentários, sugestões ao me instigar na construção da tese, as saídas a campo, mas, sobretudo pela oportunidade de conhecer uma nova cultura, uma nova língua e novos conhecimentos que eu tive acesso.

A todos os pesquisadores e técnicos que se colocaram a disposição para responder o formulário, mostrar fotografias e imagens de satélite dando sugestões sobre as belezas cênicas das paisagens. Prometi anonimato, mas gostaria muito de citar um por um, pois são todos, muito especiais.

Ao meu marido José Carlos, pelo seu amor, carinho, empatia, amizade e cumplicidade ao longo dessa caminhada acadêmica, caso contrário, meus sonhos não teriam se tornado realidade.

Aos meus filhos que nunca cobraram tempo e dedicação de mãe. Sempre deram força e coragem para que eu pudesse continuar.

Ao Ricardo Aranha, a Márcia Berreta, a Tânia Gomes e a Ana Berreta sempre a disposição para conversar e discutir sobre a paisagem, no incentivo, na dedicação

e na confiança em todos os momentos, sempre se colocando a disposição para ajudar, principalmente pela assistência técnica!

Ao produtor rural Fernando Aduino, pelas conversas contemplando a paisagem do seu Pagus, pelo livro *Tropeando*, pelas suas histórias e pelo aprendizado.

Aos novos amigos que conheci na França, por sempre fazerem que eu me sentisse em casa: Antônia de Moura, Jean-Paul Corbonnois (Max), Michele Roussillat, Paul Roussillat, Allana (sempre querendo fugir), Ana Meireles, Vanessa Santos, Reinis Osis, François Messner, Wilfried Tchekpo, Amina Menebhi, André Leite e a Mônica de David.

Aos meus amigos do Pagus (Laboratório da Paisagem), com sugestões e tempo para escutar minhas dúvidas e anseios.

Ao Rubens que desde o mestrado tem cuidado dos meus filhos para que eu pudesse me dedicar aos estudos e quando eu viajei cuidou da nossa família.

Aos membros da banca da qualificação da tese: Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros, Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel e Profa. Dra. Marlise A. R. dal Forno pelos seus exemplares profissionalismos e dedicação na arte de ensinar e de dar sugestões para meu crescimento enquanto pessoa e pesquisadora. Aos membros da banca de defesa da tese: Prof. Dr. François Laurent, Profa. Dra. Luiza Chomenko, Prof. Dr. Rualdo Menegat e Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich, por ter aceitado o convite para compor a banca, e também ao ler, analisar e fazer a arguição proposta.

A minha família e amigos por toda ajuda, confiança, carinho e pela compreensão por todos os momentos que não pude estar presente.

RESUMO

Esta tese analisa os significados e a importância da beleza cênica, identifica e analisa os critérios da qualidade cênica das paisagens, investiga a origem da proteção das paisagens nas legislações nacional e internacionais e constrói um instrumento metodológico e um mapa para identificar as belezas cênicas do bioma Pampa, no estado do Rio Grande do Sul (Brasil). O embasamento teórico e metodológico foi desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica (livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses) e legislação nacional e internacional. Essa busca foi concretizada no Brasil e na França, durante a realização do doutorado-sanduíche. Os procedimentos metodológicos e operacionais constituíram-se numa pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva e perceptiva, realizada mediante entrevistas semiestruturadas. A pesquisa foi feita com uma abordagem a especialistas que estudam e trabalham na área de estudo, o bioma Pampa, e que expusessem seu conhecimento científico e também a sua subjetividade. Os resultados evidenciam que a qualidade cênica da paisagem pode ser analisada tanto de maneira objetiva quanto subjetiva. Foram identificadas cerca de 200 paisagens portadoras de beleza cênica e, portanto, se faz necessário a sua proteção pela sua estética e pelo seu significado ecológico, contribuindo assim para o patrimônio natural e cultural do Estado e o bem-estar social.

Palavras-chaves: beleza cênica, paisagem, bioma Pampa, proteção da paisagem, legislação ambiental.

ABSTRACT

This thesis analyzes the meanings and importance of the scenic beauty, identifies and analyzes the criteria of the scenic quality of landscapes, investigates the origin of the protection of landscapes in national and international legislations and develops a methodological tool and a map to identify the scenic beauty of the Pampa biome in the state of Rio Grande do Sul (Brazil). The theoretical and methodological basis was developed from bibliographical (research in books, journal articles, monographs, dissertations and theses) and national and international legislation. This search was completed in Brazil and France, during the conduct of a sandwich doctorate. The methodological and operational procedures were constituted by a qualitative research with an exploratory character and descriptive-analytic and perceptive orientation, made by semi structured interviews. The survey was conducted with an approach to specialists who study and work in the study area, the Pampa biome, and that would expose their scientific knowledge and also their subjectivity. The results evidence that the scenic quality of the landscape can be analyzed both objectively as well as subjectively. About 200 landscapes that possessed scenic beauty were identified and, therefore, their protection is necessary for their aesthetic and ecological significance, thus contributing to the natural and cultural heritage of the state and, also, social welfare.

Key-words: scenic beauty, landscape, Pampa biome, landscape protection, environmental legislation.

RÉSUMÉ

Cette thèse analyse les significations et l'importance de la beauté des paysages, identifie et analyse les critères de la qualité scénique des paysages, de l'enquête à l'origine de la protection des paysages dans les lois nationales et internationales et construit un outil méthodologique et une carte pour identifier la beauté des paysages du biome Pampa dans l'état de Rio Grande do Sul (Brésil). La base théorique et méthodologique a été élaboré à partir de la littérature (dans les livres, articles de revues, des monographies et des thèses) et législation national et international). Cette recherche a été mis en œuvre au Brésil et en France, au cours de doctorat sandwich. Les procédures méthodologiques et opérationnels constituaient une orientation perceptive qualitative, exploratoire, descriptive et analytique, tenue par des entretiens semi-structurés. L'enquête a été menée avec une approche de spécialistes qui étudient et travaillent dans la zone d'étude, le biome Pampa, et exposent leurs connaissances scientifiques et également leur subjectivité. Les résultats ont montré que la qualité scénique du paysage peut être analysé à la fois objectivement et subjectivement. Environ 200 transporteurs paysages d'une beauté pittoresque et il est donc nécessaire de leur protection pour son esthétique et son importance écologique, contribuant ainsi à l'héritage naturel et culturel de l'État et la protection sociale ont été identifiés.

Mots-clés: beauté des paysages, paysage, biome Pampa, la protection du paysage, la législation environnementale.



Vista do cerro do Miradouro/Pedras Altas - Eduardo Velez



Fazenda São Crispim/Lavras do Sul - Lucimar Vieira



Serra do Veleda/Pinheiro Machado - Roberto Verdum

"Lagoa dos Patos"

(Kleitton e Kledir)

*Lá no fundo da lagoa
Dorme uma saudade boa
Longe desse céu sereno
O coração pequeno
E vazio ficou
Sei que a vida içou as velas
Mas em noites belas
Sou navegador
Lá no fundo da lembrança
Dorme um resto de esperança
De voltar à vida a toa
À beira da lagoa
Só molhando o pé
Seja em Tapes, São Lourenço
Barra do Ribeiro ou Arambaré*

*Lagoa dos Patos
Dos sonhos, dos barcos
Mar de água doce e paixão*

*Ah! Essa canção singela
Eu fiz só pra ela
Não me leve a mal
Ela que é filha da lua
Que ilumina as ruas
Lá do Laranjal.*

Imagem de Satélite da Laguna dos Patos.



LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura Organizacional da Tese.	22
Figura 2 - Procedimentos Teórico-Conceituais, Metodológicos e Operacionais.....	23
Figura 3 - Profissionais que participaram da aplicação do instrumento metodológico.....	26
Figura 4 - Quadro “ <i>The Wanderer above the Mists</i> ” (1817-1818), Caspar David Friedrich.....	46
Figura 5 - As relações entre território e paisagem como projeções das relações entre cultura e natureza.....	65
Figura 6 - Modelo de Planos da Paisagem.	137
Figura 7 - Modelo esquemático da percepção da paisagem.	139
Figura 8 - Organograma das características que motivam a percepção.....	141
Figura 9 - Tipos de paisagens de acordo com a composição espacial.	146
Figura 10 - Posição do observador.	148
Figura 11 - Localização da Província Pampeana (nº 4) da Sub-Região <i>Chaqueña</i>	153
Figura 12 - Classificação dos Biomas segundo o IBGE (2004).....	156
Figura 13 - Classificação dos Biomas pelo PROBIO do Ministério do Meio Ambiente (2002)	157
Figura 14 - Classificação dos Biomas segundo a Ong WWF.	157
Figura 15 - Cobertura vegetal, da superfície da água e dos usos por atividades humanas do bioma Pampa.....	165
Figura 16 - Províncias Geológicas constituintes do estado do Rio Grande do Sul	171
Figura 17 - Domínios geomorfológicos do estado do Rio Grande do Sul.....	172
Figura 18 - Paisagem do Parque Estadual de Itapeva.	175
Figura 19 - Imagem de Satélite das dunas entre Tramandaí e Cidreira	176
Figura 20 - Paisagem do Farol Cristóvão Pereira.	177
Figura 21 - Paisagem vista de cima da lagoa do Casamento e seus ecossistemas associados.	178
Figura 22 - Paisagem da Lagoa do Peixe.....	179
Figura 23 - Paisagem da Barra do Chuí, em Santa Vitória do Palmar.....	181
Figura 24 - Butiazais de Tapes.....	184
Figura 25 - Paisagem da Ilha da Feitoria, às margens da lagoa Pequena.	185
Figura 26 - Paisagem localizada em São Vicente do Sul, localidade Cerro do Loreto.	186
Figura 27 - Cerro Torneado ou Caverá.	187
Figura 28 - Perfil geológico-geomorfológico do transecto Passo Fundo-Santana do Livramento.	188
Figura 29 - Ravina em São Francisco de Assis/RS, Cerro da Esquina.	189
Figura 30 - Perfil geológico-geomorfológico do transecto Uruguaiana-Tavares.	191
Figura 31 - Paisagem do Cerro Palomas, em Santana do Livramento.	192
Figura 32 - Paisagem dos Cerros Verdes, em Santana do Livramento.	192
Figura 33 - Paisagem do Areal em Quarai/RS.	194
Figura 34 - Paisagem do Cerro do Tigre e sua “ponte de pedra”.	195
Figura 35 - Detalhe da “ponte de pedra” localizada em cima do Cerro do Tigre.	196
Figura 36 - Paisagem do Parque do Espinilho, em Quarai.	197
Figura 37 - - Vista aérea da paisagem da foz do rio Ibicuí.	198
Figura 38 - Paisagem dos Butiazais de Quatepe em Quarai/RS.....	199
Figura 39 - Paisagem do Cerro do Jarau.	200
Figura 40 - Paisagem da Formação das Guaritas, em Caçapava do Sul.	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Formulário aplicado aos pesquisadores e técnicos.....	27
Quadro 2 - Síntese do conceito de belo, sublime e pitoresco.	43
Quadro 3 - Síntese das linhas de pensamento da paisagem relacionada a estética, a natureza e ao território	77
Quadro 4 - Convenções, congressos e organismos internacionais para proteção das paisagens e das áreas protegidas.	98
Quadro 5 - O sistema de Categorias de Áreas Protegidas da UICN, a proporção de áreas protegidas em cada categoria, em 2003.....	105
Quadro 6 - Códigos, Decretos-Lei e Regulamentos entre 1934 e 1960.	118
Quadro 7 - Constituições Brasileiras.....	119
Quadro 8 - Leis com ênfase ambiental.	122
Quadro 9 - Classificação das Unidades de Conservação de Uso Integral e de Uso Sustentável com ênfase na proteção paisagística.....	126
Quadro 10 - Expressões de mesmo sentido para beleza cênica e para paisagem.	128
Quadro 11 - Escala de valores da paisagem.	133
Quadro 12 - Planos da paisagem.	136
Quadro 13 - Critérios para determinar as Características visuais para análise da qualidade cênica da paisagem.	142
Quadro 14 - Classificação dos biomas no Brasil	156
Quadro 15 - Áreas indicadas para conservação das aves no bioma Pampa.	161
Quadro 16 - Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e RPPNs do bioma Pampa. .	162
Quadro 17 - Paisagens com belezas cênicas.	211

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área de cobertura vegetal, dos corpos de água e das áreas de uso por atividades humanas do bioma Pampa.	165
---	-----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1- Mapa de localização do bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul.	21
Mapa 2 - Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade no estado do Rio Grande do Sul.	169
Mapa 3 - Belezas Cênicas e Áreas Prioritárias para a Conservação do Bioma Pampa.....	209

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAL, METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS	23
3	A BELEZA CÊNICA E A ESTÉTICA	29
3.1	O significado do termo beleza	29
3.2	O significado do termo cênica	30
3.3	Referência histórica do conceito de beleza	32
3.4	Estética: a beleza como disciplina	36
4	A ESTÉTICA DA PAISAGEM	47
4.1	Estética da natureza, do ambiente ou da paisagem	47
4.2	Estética da paisagem: referência para tratar a beleza cênica	49
4.3	Século XX: novas leituras sobre a estética	54
4.4	Experiência estética da paisagem	59
4.5	A paisagem como identidade estética	71
4.6	Modo de leitura da estética da paisagem	75
4.7	Uma breve conclusão	76
5	PROTEÇÃO DAS PAISAGENS	80
5.1	A proteção dos patrimônios histórico e natural	80
5.2	Os primórdios da constituição das áreas protegidas - o reconhecimento da beleza das paisagens	85
5.3	Os primeiros passos para a proteção das paisagens na França - a beleza artística da paisagem	89
5.4	Os primeiros passos para a criação dos parques nos Estados Unidos - a beleza cênica da paisagem	92
5.5	A internacionalização das áreas protegidas e do patrimônio natural - o arcabouço jurídico como instrumento de proteção das paisagens	97
5.6	Evolução histórica da proteção ambiental brasileira - o reconhecimento histórico da paisagem	108
5.7	A beleza cênica da paisagem	127
6	QUALIDADE CÊNICA DA PAISAGEM	130

6.1 A paisagem	130
6.2 Metodologias de análise da beleza cênica da paisagem	131
6.3 A qualidade visual da paisagem	135
6.4 Características que motivam a percepção	140
6.5 Fatores que alteram a percepção da paisagem	147
6.6 Metodologia utilizada para identificar as belezas cênicas da paisagem	149
7 O BIOMA PAMPA E AS BELEZAS CÊNICAS DA PAISAGEM	153
7.1 Contextualização do Pampa	153
7.2 Classificação do bioma	155
7.3 A biodiversidade do bioma Pampa	158
7.4 A geodiversidade e as belezas cênicas do bioma Pampa	169
7.5 A qualidade visual das belezas cênicas do bioma Pampa	207
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	214
REFERÊNCIAS	221
APÊNDICE A - Lista das belezas cênicas do bioma Pampa	239

1 INTRODUÇÃO

Quando se define a paisagem, do ponto de vista do senso comum, refere-se ao espaço que é abrangido num lance de vista, como se olhássemos através de uma janela. A paisagem, no entanto, esconde e posteriormente revela outras características que não podem ser percebidas pelo simples olhar ou pela imaginação.

Ora como espaço físico, ora como referência a um cenário virtual, ora como identidade cultural, o conceito de paisagem, dependendo do enfoque que o pesquisador adota, possui outros significados. A paisagem tem sido objeto de estudos, de projetos, de contemplação, na qualidade de vida e no bem-estar humano, de planejamento do território e, também, de normas e medidas de proteção determinadas pelo poder público.

Como **objeto de contemplação**, a paisagem normalmente é ligada a lembrança de um local de grande beleza cênica, em relação ao qual se tem, na memória, o registro de alguma experiência agradável. Não há como e por que ignorar que ela está indissociavelmente ligada à imagem e às recordações. Os raros locais de grande beleza cênica compõem o patrimônio turístico nacional, atraindo cada vez mais turistas pelo prazer de “admirar o belo”. A sensação de beleza aliada à raridade da paisagem é um fator atrativo, ao mesmo tempo em que valoriza o local, gerando fontes de renda diretas e indiretas.

As paisagens, também, interferem diretamente na melhoria da **qualidade de vida e do bem-estar** da sociedade, pois, quando as pessoas se sentem bem mental e fisicamente, elas aumentam sua produtividade no trabalho, na comunidade e nos seus relacionamentos com as pessoas. O retorno de atividades humanas mais próximas à natureza, vinculadas às sensações de paz e tranquilidade, é o caminho que muitas pessoas têm escolhido para resgatar os valores pessoais e sociais, muitas vezes esquecidos ou até mesmo inexistentes no meio urbano.

Como **objeto de estudos e de projetos**, a paisagem reflete a marca que a sociedade imprime na superfície terrestre e a registra no tempo e no espaço, através da forma, da linha, da cor, da textura, da escala e do espaço. Trata-se de um conjunto em constante transformação, um mosaico, composto por fatores geológicos, geomorfológicos, ecológicos, climáticos e sociais. É resultado da

dinâmica dos aspectos físicos, sociais, culturais e econômicos, que permeiam o estético na combinação de formas e cores do espaço geográfico.

No **planejamento do território** a paisagem é importante porque, ao analisá-la, constrói-se a evolução da história natural e cultural de um determinado território, aspecto fundamental na percepção da especificidade de cada espaço ao longo do tempo, com vistas ao seu desenvolvimento sustentado. A sua compreensão implica no conhecimento de inúmeros fatores como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora, a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as expressões históricas e culturais da sociedade.

Como um **bem cultural**, como um recurso patrimonial que convém gerir racionalmente, a percepção da paisagem torna-se algo preciso e endereçado, mediante estudo dos fatores territoriais, plásticos e emocionais, conduzindo a valoração estética e ambiental da mesma. A valoração da paisagem deve ser um requisito prévio às atividades de planejamento territorial, ao desenvolvimento turístico, aos estudos de impactos ambientais e ao planejamento de estratégias que proponham o bem estar social e a recreação.

Dada a necessidade urgente pela conservação, proteção e gestão da paisagem, como um bem patrimonial, um exemplo importante, foi à criação dos Doze Princípios da ***Carta Brasileira da Paisagem***¹, em 2010, após a aprovação da portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), criando a chancela das paisagens culturais brasileiras, com a participação ativa de membros da Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP), afiliada a Federação Internacional de Arquitetos Paisagistas (IFLA).

Os doze princípios construídos com a ótica do direito do cidadão comum à qualidade paisagística, a ser garantido e instrumentalizado nos Planos de Paisagem, a serem desenvolvidos em diferentes escalas são: a paisagem e o seu papel

1 Uma Carta da Paisagem é uma declaração de princípios éticos (que envolvem a ecologia, a justiça social e as políticas culturais e econômicas de desenvolvimento) para promover o reconhecimento, avaliação, proteção, gestão e planejamento sustentável de paisagens em cada país, através da adoção de convenções (leis, acordos) que reconhecem a diversidade paisagística e os valores locais, regionais e nacionais, bem como os princípios e processos relevantes para salvaguardar os recursos da paisagem.

Fonte: http://www.caubr.gov.br/anexos/noticias/CARTA_BRASILEIRA_DA_PAISAGEM.pdf

coletivo; o reconhecimento das paisagens brasileiras e seus ecossistemas; as relações entre a paisagem e a população (paisagens culturais brasileiras); a paisagem como instrumento de planificação do desenvolvimento sustentável do país; a paisagem e o seu valor econômico para a sociedade brasileira; a necessidade do respeito e da preservação de nossas paisagens; o direito democrático à qualidade ambiental e paisagística; os princípios locais e nacionais para a gestão efetiva da paisagem no Brasil; a necessidade da visão integrada para os projetos e políticas governamentais; intercâmbios paisagísticos na América através de grandes compartimentos territoriais de nossas paisagens; as paisagens urbanas em degradação e as relações com o crescimento populacional nas metrópoles (problema a ser enfrentado com novas visões tecnológicas); e a realidade das áreas urbanas e a necessidade de valorização e restauração de paisagens pioneiras.

A importância da paisagem, também, se explica **na elaboração de normas e medidas de proteção**, determinadas pelo poder público brasileiro, como por exemplo, a criação da Lei 9.985/00, denominada Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para proteger as paisagens naturais e poucas alteradas de notável beleza cênica (artigo 4º, inciso VI) na criação dos Parques Nacionais, para a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica (artigo 11º) e criação dos Monumentos Naturais para preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica (artigo 12º).

Internacionalmente, a diversidade da paisagem e a diversidade biológica têm sido temas de debates e estudos. Tem-se estabelecido cooperações e alianças para a proteção e para a gestão do território utilizando-se a paisagem como categoria de análise para o gerenciamento sustentável (desenvolvimento social, econômico e ambiental), e, assim, proteger a biodiversidade na restauração ou na criação de novas paisagens.

Definir as **belezas cênicas das paisagens** constitui uma tarefa complexa, dado o número de significados nas mais diferentes situações, pois a expressão idiomática **área natural de grande beleza cênica** também possui outros significados, tais como: área (sítio ou local) de extraordinária beleza natural, local dotado de particular beleza; sítio de valor paisagístico; sítio (ou formação) de valor universal incalculável do ponto de vista estético; área de interesse paisagístico;

área de excepcional beleza natural e importância estética; patrimônio paisagístico; beleza paisagística; valor estético; sítio natural (ou área natural) bem delimitada de valor universal incalculável do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural; critérios de excepcional beleza natural e paisagística; sítios e paisagens pelas suas feições notáveis com que foram dotados pela natureza; e ainda formações físicas e biológicas, ou grupos dessas formações, de valor universal incalculável do ponto de vista estético.

As **belezas cênicas das paisagens** podem garantir a permanência de certas paisagens, da conservação da biodiversidade, de habitats e ecossistemas, mesmo se eles não estiverem se beneficiando diretamente da mesma. Também são importantes, para preservar, conservar e restaurar o patrimônio cultural e natural, além de trazer benefícios econômicos e sociais.

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) utiliza o termo beleza cênica para indicar um dos motivos do prazer das pessoas de visualizar certas características da paisagem, e indica que ela possui valores distintos entre si e pode ser de diferentes tipos. Considera a beleza cênica da paisagem como um dos serviços ambientais, ainda, em construção. Podem ser criadas políticas públicas específicas para fornecer incentivos para melhorar a prestação desse serviço ambiental. A Organização afirma, também, que as práticas agrícolas moldaram as paisagens há milênios de anos e os turistas, atualmente, pagam para visitar belas paisagens culturais.

Assim, a paisagem como expressão visual do território e também, da relação mútua entre os seus elementos, pode assumir valores estéticos, culturais, geográficos e ecológicos, além de possui um valor intrínseco (ao se referir ao sentimento, ao prazer, à contemplação) e um valor instrumental (de uso), tornando-se uma ferramenta para defesa das políticas de planejamento e gestão territorial.

Pode-se, contudo, questionar qual o significado e a importância da beleza cênica da paisagem? Por que as belezas cênicas são protegidas nas legislações? Quais são as paisagens que devemos proteger por uma política de conservação e de gestão?

Portanto, a problematização da tese está em responder às perguntas acima, partindo das hipóteses de que as paisagens com beleza cênica coincidem, em geral,

com importantes áreas de preservação natural/ambiental e que o conceito comum de paisagem com beleza cênica presente no pesquisador está vinculado a sua área de pesquisa e coincide com o conceito de paisagem natural conservada.

A temática ambiental vem se constituindo um dos mais importantes objetos de análise de diferentes áreas profissionais, pois, como afirma a geógrafa Dirce Suertegaray (2002, p. 18), o “meio-ambiente é a síntese da relação entre sociedade e natureza, promovendo novos conflitos, no processo de formação/continuidade da vida”.

Neste sentido, acredita-se que a tese tem grande relevância por envolver a perspectiva multidisciplinar entre a Ciência Geográfica, a Política e o Direito, que são fontes importantes de consultas para entender as atuais relações sociais permeadas pela problemática ambiental. A colaboração da Geografia, nesta tese, está relacionada à análise da categoria geográfica, a paisagem. A Política contribui para propor políticas públicas de melhora na qualidade de vida e na conservação/preservação da paisagem, e o Direito, na assessoria do ordenamento jurídico das regras de proteção da paisagem e dos interesses dos atores sociais envolvidos nesse processo.

Para a Geografia, a proposta de tese aqui apresentada é um desafio instigante, dada a possibilidade de discutir a categoria de análise geográfica da paisagem de modo associado à ao campo da estética, sendo esta difundida nas áreas do Direito Ambiental, da Filosofia, da Arquitetura Paisagística e da Ecologia da Paisagem.

Diante do cenário contemporâneo, reconhece-se o fato de que o desafio do novo estimula a ir adiante. Para tanto, contudo, é fundamental entender os instrumentos técnicos, teóricos e metodológicos, que estão sendo disponibilizados para a gestão e a proteção paisagística.

Assim, na consciência do valor da diversidade biológica e da paisagem para a evolução e manutenção dos sistemas ecológicos e dos seres vivos, da insuficiente execução de políticas de gestão em âmbitos federal, estadual e municipal, e no envolvimento dos diversos atores usuários dos bens e serviços ambientais é que se justifica a relevância da referida tese.

Como objetivo geral, pretende-se demonstrar a importância da proteção das belezas cênicas das paisagens do bioma Pampa para o patrimônio cultural e natural do estado do Rio Grande do Sul.

Como objetivos específicos, pretende-se analisar os significados e a importância da beleza cênica; identificar e analisar os critérios da qualidade cênica das paisagens; investigar a origem da proteção das paisagens nas legislações nacional e internacionais; construir um instrumento metodológico e aplicá-lo para identificar as belezas cênicas do bioma Pampa; construir um mapa para localizar onde estão as belezas cênicas do bioma Pampa; além, de ressaltar a importância de conciliar as intervenções de ordem socioeconômica com a proteção das paisagens, assim como a valorização da sua beleza cênica.

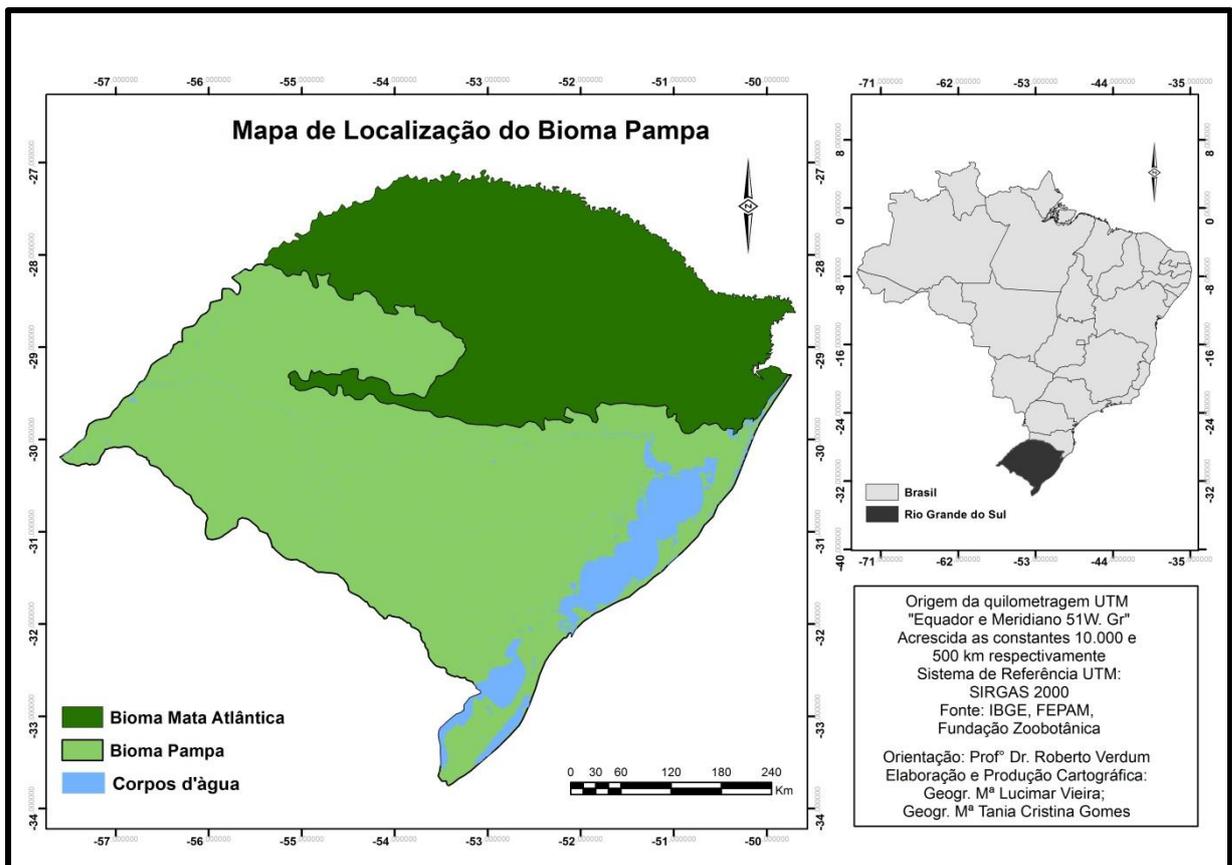
1.1 Localização da área de estudo

A área de estudo é reconhecida pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2004, como bioma Pampa. Este bioma está localizado nos territórios da Argentina, do Uruguai e do sul do Brasil.

O recorte de interesse na tese é a parte pertencente ao estado do Rio Grande do Sul, uma área correspondente a 63% do território estadual e a 2,07% nacional (IBGE, 2010), como mostra o mapa.

O bioma garante serviços ambientais importantes como a conservação dos recursos hídricos, o abastecimento de água potável à população e a regulação climática. Assegura a fertilidade do solo, a disponibilidade de polinizadores, o provimento de recursos genéticos, a fonte forrageira para a pecuária, abriga alta diversidade biológica e oferece beleza cênica com importante potencial turístico (Ministério do Meio Ambiente, 2009, p. 6).

Mapa 1- Mapa de localização do bioma Pampa no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Vieira, 2014.

2.2 A estrutura organizacional da tese

A estrutura organizacional da tese encontra-se delineada no organograma da figura 1.

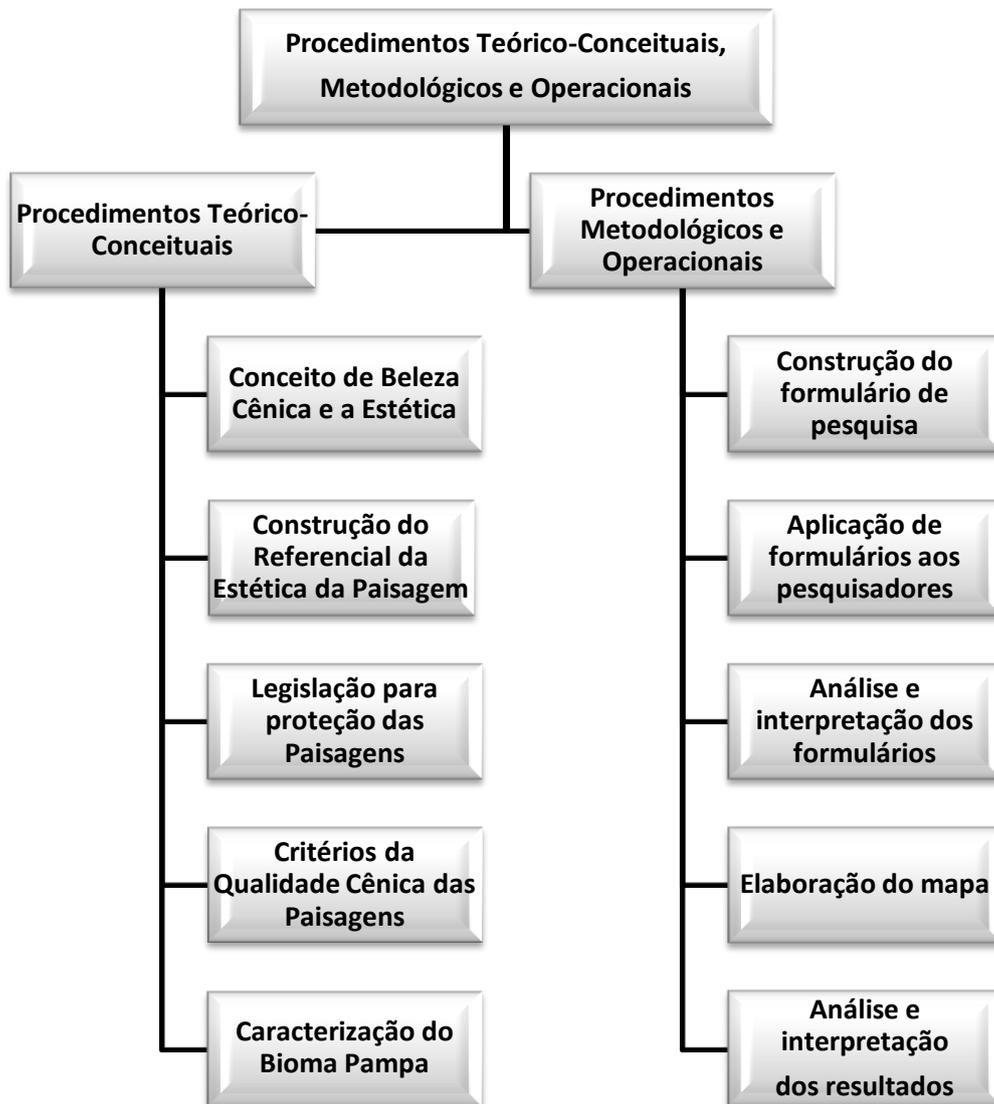
Figura 1 - Estrutura Organizacional da Tese.



2 CONSTRUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS, METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS

A construção dos procedimentos teórico-conceituais, metodológicos e operacionais divide-se em dois grandes eixos: procedimentos teórico-conceituais e procedimentos metodológicos e operacionais, cada um, constituído por um conjunto de ações, como apresenta o organograma da figura 2.

Figura 2 - Procedimentos Teórico-Conceituais, Metodológicos e Operacionais.



2.1 Procedimentos teórico-conceituais

Os procedimentos teórico-conceituais consistem em uma análise bibliográfica visando ao levantamento de teorias e conceitos, passíveis de fundamentar a pesquisa. Propôs-se a empreender um arco de investigação com a discussão dos elementos filosóficos da estética visando delimitar a noção de estética da paisagem, até os conceitos de paisagem em instrumentos de gestão e proteção patrimonial com o intuito de delimitar o conceito de “qualidade cênica da paisagem” e seus instrumentos e metodologias de valoração e percepção. Por fim, delimita-se uma vasta área de aplicação como sendo a do Bioma Pampa.

No capítulo da **beleza cênica e da estética**, faz-se uma reflexão do significado de belo, de sublime e de pitoresco até a formação da disciplina da estética, a partir das teorias do pensamento filosófico ocidental. Baseou-se nos filósofos e teólogos Platão, Aristóteles, Portino, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, John Locke, David Hume, Alexander Baumgarten, Uvedale Price, Willian Gilpin, Richard Knight, Edmund Burke, Immanuel Kant, Georg Hegel e Edgar Kirchof.

A construção do referencial para a **estética da paisagem** foi elaborada com base em autores que estudaram tanto a estética da paisagem como a estética da natureza. Autores que possuem um entendimento estético e científico da paisagem, como Georg Simmel, Joachim Ritter, José María Sánchez de Muniain, Ronald Hepburn, Rosário Assunto, Nicolas Grimaldi, Alain Roger, Augustin Berque, Eugênio Turri, Allen Carlson, Yuriko Saito, Malcom Budd, Arnold Berleant, Martin Sell, Paolo D’Angelo, Luisa Bonesio e Gonçalo Ribeiro Telles.

Seguindo, explanou-se por que, quando e como as paisagens começaram a despertar na sociedade a **necessidade de proteção**, principalmente das belezas cênicas. Elucidou-se a proteção dos patrimônios histórico e natural, quais foram os primórdios da constituição das áreas protegidas e sua internacionalização, da proteção da beleza artística e da beleza cênica da paisagem, como ocorreu o reconhecimento histórico da paisagem brasileira e quais são os sinônimos de beleza cênica e paisagem na legislação.

A **qualidade cênica da paisagem** foi elaborada a partir da identificação das metodologias que existem para identificar as belezas cênicas das paisagens e quais

são os critérios, os elementos básicos e quais são os fatores que alteram a percepção da paisagem.

Sobre o bioma Pampa do estado do Rio Grande do Sul fez-se uma contextualização e uma caracterização da geodiversidade e da biodiversidade do mesmo, identificando em cada região geomorfológica, quais são as belezas cênicas identificadas pelos pesquisadores.

A busca de todas estas informações para o embasamento teórico e metodológico foi a partir de uma pesquisa bibliográfica (em livros, artigos científicos, monografias, dissertações, teses) e na legislação nacional e internacional, além de entrevistas com pesquisadores e técnicos especialistas no bioma Pampa. Essa busca foi concretizada no Brasil e na realização do doutorado-sanduíche na França, num período de seis meses.

Na França, além da bibliografia especializada, também, foram realizadas saídas a campo e a participação em seminários sobre pesquisas que são realizadas com a temática da paisagem, para entender como são elaboradas as políticas públicas para a sua proteção.

2.2 Procedimentos metodológicos e operacionais

A partir do levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica, realizou-se a elaboração do instrumento de pesquisa com o intuito de identificar os critérios da definição das **belezas cênicas das paisagens do bioma Pampa** do estado do Rio Grande do Sul, para ser aplicado aos entrevistados. Constitui-se uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com orientação analítico-descritiva e perceptiva, realizada mediante entrevistas semiestruturadas.

Este instrumento de pesquisa baseou-se num formulário utilizado na pesquisa intitulada “Aerogeradores e Percepção da Paisagem”², realizada em 2006. Essa pesquisa possui como análise a paisagem nas suas dimensões descritiva, sistêmica e perceptiva. Para os autores, a paisagem descritiva é a definição das suas formas e a enumeração dos seus elementos. A paisagem sistêmica é a complexidade da paisagem, é a combinação dos elementos físicos, biológicos e sociais, a interface

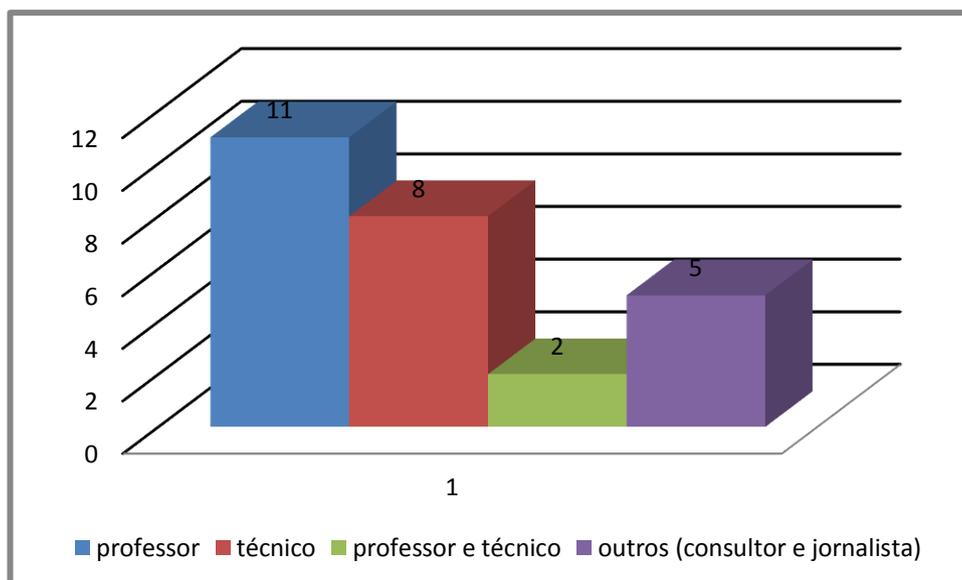
² A pesquisa “Aerogeradores e a Percepção da Paisagem” foi uma prestação de serviço à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Os autores foram Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Bruno Fleck Pinto e René Cabrales, em 2006.

de todos esses elementos. A paisagem perceptiva é aquela que pode ser descritiva e inventariada, começa pela descrição, passa pela abstração (mudança de escala e de tempo), é a relação da sociedade com o espaço e com a natureza.

A pesquisa foi feita com uma abordagem a especialistas que estudam e trabalham no bioma Pampa e que expusessem seu conhecimento científico e, também, a sua subjetividade.

Os formulários foram aplicados para 26 profissionais que pesquisam e trabalham com a temática do bioma Pampa, principalmente que escrevem artigos, num período de 5 a 40 anos, sendo que desses, 20 possuem mais de 10 anos de pesquisa. Os profissionais (Gráfico da figura 3) são professores das universidades federais (UFRGS, UFSM e FURG) e estadual (UERGS); consultores ambientais; jornalistas; fotógrafos; técnicos da Fundação Zoobotânica do estado do Rio Grande do Sul (FZB/RS), do Jardim Botânico de Porto Alegre (FZB/RS), da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema/RS), da Fundação de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) e Emater/RS-ASCAR. Foram ouvidos 15 doutores, oito mestres e três com graduação. Os professores entrevistados são geógrafos, geólogos, biólogos e arqueólogos.

Figura 3 - Profissionais que participaram da aplicação do instrumento metodológico



Fonte: Vieira, 2014.

Para responder a todas as perguntas que foram propostas na problematização da tese, o formulário foi dividido de acordo com a proposta abaixo, como mostra o quadro 1.

Quadro 1 - Formulário aplicado aos pesquisadores e técnicos

1. Informações sobre o entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • Nome: • Profissão: • Formação na graduação, pós-graduação e especialidade: • Área geográfica que atua no bioma Pampa: • Quanto tempo trabalha nesta especialidade e no bioma Pampa?
2. Beleza cênica (paisagem descritiva)	<p>O que entende por:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Paisagem? • Beleza cênica? • A beleza cênica da paisagem é importante? Por quê? • A beleza cênica é reconhecida pelas pessoas como sendo algo de interesse de preservação/conservação? • A beleza cênica deve ser protegida?
3. Identificação (paisagem sistêmica e percebida)	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar belezas cênicas que atraem (estética) e que seja referência para a preservação/conservação
4. Valoração da beleza cênica da paisagem	<ul style="list-style-type: none"> • Se tivesse que valorar as paisagens indicadas, qual a nota que daria para cada paisagem? (valor de 1 a 5, sendo 1 a nota mínima e a 5, nota máxima). • Dentre as paisagens valoradas com a nota máxima cinco, responda, para cada uma delas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Quais os atributos que revelam sua beleza cênica?
5. Valoração	<ul style="list-style-type: none"> • Seria possível estabelecer um valor (monetário em reais ou outro) para a conservação/preservação das belezas cênicas das paisagens? Por quê?
6. Sugestões	

Fonte: Vieira, 2014.

Com a indicação das paisagens obtidas a partir das entrevistas, foi elaborado como produto final o mapa com a identificação das belezas cênicas. As

informações contidas no formulário e no mapa serviram como base de percepção e do **critério técnico para a identificação das belezas cênicas das paisagens no bioma Pampa.**

As paisagens foram classificadas de acordo com a **região geomorfológica** e na categoria de **conjunto, pontual ou corpo de água e banhado**. A categoria pontual caracteriza-se por uma paisagem que pode ser localizada pontualmente, que possui uma coordenada geográfica específica e a categoria conjunto, caracteriza-se por uma paisagem demarcada por um polígono, uma área; e a categoria corpo de água e banhados, caracteriza-se por lagoas, lagunas, banhados e alguns percursos de rios e arroios.

3 A BELEZA CÊNICA E A ESTÉTICA

Nem só de homem vive o homem, mas, sobretudo da natureza espelhada na paisagem.

Francisca Lima, 2005.

Qual a origem da expressão *beleza cênica*? Qual o seu significado? Qual a importância da beleza cênica da paisagem?

Antes de definir a expressão, foi preciso definir o significado das palavras: *beleza* e *cênica*. Assim, inicia-se por uma busca no dicionário e, em seguida, uma análise das várias possibilidades de perceber e debater o conceito de belo a partir das teorias dos filósofos em diferentes períodos históricos até a sua inclusão como disciplina filosófica, denominada Estética. Cabe destacar que, nessa busca conceitual, a temática do belo é tratada no decorrer da história do pensamento pela civilização ocidental.

3.1 O significado do termo beleza

No dicionário Aurélio (2009), acerca do termo *beleza*:

Do latim vulgar *bellitia*. Substantivo feminino. 1. Qualidade de belo. 2. Pessoa bela. 3. Coisa bela, muito agradável, ou muito gostosa. 4. Física de Partículas. Número quântico introduzido para caracterizar propriedades de certos tipos de partículas que contêm pelo menos um *bottom*. [Por convenção, o *bottom* tem beleza -1. Tradução, nesta acepção, do inglês: *beauty*].

No dicionário Aulete (2011) também aparecem as denominações:

1. Qualidade do que é belo, do que é agradável aos sentidos; 2. Conceito estético que se atribui a harmonia de proporções, perfeição de formas. 3. Aquilo que é belo, ou que desperta admiração por sua qualidade, por agradar. 4. O que desperta admiração (nas produções da inteligência). 5. Como gíria: usado para expressar concordância ou anuência com o que é dito ou proposto pelo interlocutor ou para pedir a concordância ou anuência deste para algo que se disse. 6. Como gíria: usado como cumprimento ou saudação.

Segundo Moraes (2007), *beleza* é uma propriedade estética e projetada como uma propriedade simples e indefinível que não pode ser reduzida a qualquer outra propriedade, mas conceitualmente deve ser compreendida pela intuição ou pelo gosto; um conjunto de propriedades de um objeto que faz com que sejam capazes

de produzir certo tipo de experiência agradável em qualquer visualizador adequado, propriedades essas formais e estruturais (como por exemplo, ordem, simetria e proporção); e uma qualidade de um objeto que provoca um determinado tipo de experiência agradável (variável de um indivíduo para outro, “aos olhos de quem, vê”).

3.2 O significado do termo cênica

O termo *cênica* é o feminino de *cênico*. Segundo os dicionários Aurélio (2009) e Aulete (2011), *cênico*, em grego *skeníkos* e do latim, *scenicu*, é um adjetivo relativo à cena. No dicionário Aurélio (2009), *cena*, em grego, *skéné*; do latim *scena*, é um substantivo feminino e significa:

1. Nos antigos teatros gregos e romanos, o espaço de representação coberto, situado ao fundo, atrás do proscênio.
2. O palco.
3. Nos palcos, o principal espaço de representação.
4. Cenário.
5. A arte teatral; a arte do espetáculo; o drama.
6. Qualquer marcação ou diálogo dos atores.
7. Cada uma das unidades de ação de uma peça, cuja divisão se faz segundo as entradas ou saídas dos atores; cena francesa.
8. Cada uma das situações ou lances no decorrer da evolução da intriga de uma peça, filme, novela, romance, etc.; episódio.
9. Parte de um filme que abrange diversos planos focalizando certa situação em que aparecem as mesmas personagens, no mesmo ambiente.
10. Acontecimento dramático, ou cômico.
11. Ato mais ou menos censurável ou escandaloso.
12. Panorama, paisagem.

No dicionário Aulete (2011), o significado de *cena* também se refere como sinônimo de cenário, paisagem e panorama. Ferreira (2005, p. 75) afirma que *cênico*, além de significar “relativo à cena”, também significa “o espaço cênico”. *Cena*, para o autor, é o trecho do espetáculo, ou seja, às tomadas no cinema e aos *takes* (tomadas) na teledramaturgia e, também, sinônimo de cenário. Para o autor, cenário é o principal espaço da representação, o local central do palco, “um espaço delimitado por paredes, árvores, casas ou qualquer elemento que crie o ambiente necessário ao desenvolvimento dramático”. O autor cita ainda que, para alguns teóricos, há uma interdependência entre o espaço cênico e aquilo que ele contém, como por exemplo:

[...] o cenário tem que falar do texto que está sendo ali representado, dizer alguma coisa a respeito dos personagens, de suas relações recíprocas e com o mundo; pode ser rico e deslumbrante; minucioso; fantástico ou simplesmente despojado de qualquer elemento decorativo, onde apenas os efeitos da luz criam a atmosfera e a linguagem necessária para ampliar o clima do espetáculo.

Ferreira (2005, p. 75) explica que, “segundo velhos conceitos, o cenário era denominado de cenografia³, quando sua construção se limitava a telões de fundo e bambolinas⁴ laterais pintadas”. A partir do século XVI, o cenário como hoje é conhecido foi criado com cenografias que tinham como objetivo aumentar ilusoriamente o espaço onde a ação era desenvolvida. No século XVIII, foi criado o “telão de fundo, pintado, exibindo geralmente uma paisagem no estilo mais naturalista possível, e os bastidores, igualmente de tela pintada” (FERREIRA, 2005, p. 74).

Gontijo (2009) explica que, até meados do século XX, as “casas de espetáculo” possuíam a proposta de conformação espacial ao “lugar onde se vê”, ou seja, do lugar físico do espectador, separado do “lugar onde se desenvolve a ação”, ou seja, do lugar onde é trabalhado o espaço cênico, do lugar da cena.

Para Pavis (2005), existe o **lugar cênico** e o **espaço cênico**. O lugar cênico é o palco propriamente dito, a área de atuação dos atores e o espaço cênico é o espaço perceptível pelo público ou os fragmentos de cenas de todas as cenografias imagináveis. Explica que o espaço cênico,

[...] é centro de experiências demasiado numerosas para ser reduzido a algumas características. [...] não é mais concebido como uma concha em cujo interior, certos, arranjos são permitidos, mas como elemento dinâmico de toda a concepção dramática. Ele deixa de ser um problema de invólucro para tornar-se o lugar visível da fabricação e da manifestação do sentido (p.134-135).

No que se refere à beleza cênica no contexto da paisagem, no Brasil, destaca-se que um dos objetivos da lei brasileira nº 9.985/2000⁵ é o de proteger as paisagens naturais e pouco alteradas, e o que agregaria como referência à proteção

3 Cenografia, na época do Renascimento foi a técnica de pintura que consiste em desenhar e pintar uma tela de fundo em perspectiva. Atualmente é a ciência e a arte da organização do palco e do espaço teatral (FERREIRA, 2005, p. 75).

4 Bambolina: Parte do cenário que contorna o espaço cênico e une os bastidores na parte superior, frequentemente, simulando teto, céu, folhagem etc. Prolongamento da lona que esconde o lugar onde se juntam duas partes desta (AZEREDO, 2011).

5 Capítulo II - Artigo 40 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

seriam as suas notáveis belezas cênicas. Utilizando apenas como base as referências bibliográficas anteriores, poder-se-ia afirmar que a elaboração da lei citada possui suas bases na definição do espaço cênico (na cena, no cenário) das artes cênicas. Ou seja, de um local, de um espaço onde se desenvolve a vida, da representação das ações humanas com todos os agentes envolvidos na montagem desse cenário. Neste sentido, concebe-se o limite espacial como sendo o campo de visão do ser humano. Um cenário com propriedades estéticas marcadas pela harmonia, proporção, graciosidade e pelo equilíbrio.

A complexidade determinada pela **beleza cênica da paisagem** está além deste cenário como espaço de representação. Portanto, é preciso buscar quando e como surgiu o interesse pela compreensão e pela delimitação do conceito de beleza e suas propriedades, estudado por vários filósofos, resultando diferentes interpretações e significados.

3.3 Referência histórica do conceito de beleza

Na Antiguidade o **belo** foi tratado pelos filósofos Platão, Aristóteles e Plotino. Para os gregos, não é possível dissociar o **sentido ético** do **sentido estético**. Para Platão (428-348 a.C.), nos seus diálogos *O Hípias Maior*, no *Banquete (Simpósio)*, no *Filebo*, no *Fédon* e no *Fedro*, o belo não se fundamenta em imagens, e, sim, em conceitos e ideias abstratas e eternas (ideias das formas inteligíveis). Kirchof (2003, p. 54) explica que para Platão:

[...] o belo, junto com o bem e a verdade, é uma das ideias eternas que a alma conhece antes de se unir ao corpo, logo, quando é reconhecido em um objeto material, aponta para a eternidade do espírito e não para a materialidade do objeto ou para as sensações que são capazes de causar sobre o sujeito. [...] o belo se insere coerentemente no contexto geral da epistemologia de Platão, segundo as quais existem ideias, das quais os objetos sensíveis participam. Nossos sentidos possuem a função de receber (lembrar), a partir das qualidades dos objetos, as ideias, dentre as quais o belo é definido.

Na concepção do filósofo Aristóteles (384-322 a.C.) o belo deixa de ser algo abstrato para se tornar concreto e a sua percepção, nada mais é do que uma sensação de prazer ou desprazer causada por certas representações geradas a partir da visão e da audição.

Para o filósofo, os objetos belos seriam definidos por sua ordem, simetria, proporcionalidade e composição; uma harmonia existente na natureza ou no universo, ligado à divindade; uma das cinco faculdades da alma, “encarregada de permitir ao ser humano formar, dos objetos do mundo, uma imagem mental icônica dos objetos que reflete”. A beleza está contida tanto na vivência da excelência ética (boas ações e as emoções adquiridas pelo pensamento correto), quanto na vivência da excelência intelectual (pensamento abstrato) e na vivência da metafísica (pela definição da harmonia entre os elementos a partir de suas funções e pela ligação dessa harmonia com a divindade), afirma Kirchof (2003a, p. 72).

Já para Plotino (204-270 d.C.), belo é algo que se faz perceptível, uma espécie de essência, uma ideia, uma forma que adentra a matéria, move a alma e nos comove. A beleza era considerada um valor inteligível, associado às noções de harmonia moral e de esplendor metafísico. Moraes (2007) esclarece que, para Plotino, a alegria que a alma sente diante de uma obra origina-se do fato de que, diante dela, nós sentimos que estamos diante de outra alma humana, pois a alma é capaz de perceber o belo sensível porque ela participa de uma beleza superior (inteligível).

Na Idade Média, a ciência, a literatura e a arte eram inscritas no pensamento religioso. Nas universidades medievais, era estudado a Escolástica, um método de aprendizagem do pensamento crítico, dos séculos XI ao XV, de modo a conciliar a fé cristã à razão. Os filósofos mais importantes foram Santo Agostinho de Hipona e São Tomás de Aquino.

Os filósofos da Idade Média postulavam uma concepção pancalista⁶, acreditavam que as qualidades estéticas encontram-se nos objetos e não no sujeito que os contempla. O conceito de belo estava atrelado às questões teológicas, isto é, valorizava-se a beleza espiritual, cuja forma perfeita é Deus. Kirchof (2003b, p. 236) ressalta que nesse período:

[...] a ênfase recai sobre a espécie de prazer cognitivo criado pelos objetos (principalmente naturais) que possuem tais características, imbuído de uma capacidade ou finalidade moral, teológica e metafísica. [...] Acreditava-se que a natureza fora investida de significados ocultos pelo próprio Criador.

⁶ Concepção Pancalista: é uma doutrina do filósofo norte americano James M. Baldwin (1861-1934), que admite o belo como valor supremo, do qual dependem todos os outros (MORA, Ferrater J. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Loyola. 2000).

Santo Agostinho de Hipona, conhecido como Santo Agostinho (354-430 D.C.) concebe a beleza como o prazer que a alma encontra ao descobrir, no objeto, as ideias de ordem, proporção e unidade, preexistente na alma e em Deus (KIRCHOF, 2003a, p. 93).

São Tomás de Aquino (1225-1274) identifica a beleza com o “bem” e as manifestações da beleza estão na integridade (perfeição), na proporção (harmonia) e na claridade (luminosidade), citando como belo “*aquilo cuja vista agrada*”. Os dois filósofos pressupõem que, a partir da beleza dos objetos, pode-se chegar à beleza suprema, a Deus (CARVALHO, 2011).

Na Idade Moderna, ocorre a invenção da imprensa, os descobrimentos marítimos, o Renascimento e o nascimento do modo de produção capitalista. No Renascimento, o mundo aparece como cenário das ações humanas e não como expressão da vontade divina. A natureza, também atrai as atenções e se torna objeto de observações, estudos e representações por parte dos renascentistas. Também esse período histórico é marcado pelos descobrimentos científicos e o auge do humanismo⁷, revelando em sua riqueza e variedade as grandes transformações culturais, econômicas e sociais da época. No Renascimento, o belo deixa de ser visto como algo em si e passa a depender do sujeito.

No Renascimento, não houve a elaboração de grandes sistemas metafísicos, mas, estabeleceram-se as novas questões e os conceitos que determinariam o progresso da filosofia moderna mediante a indagação de três temas fundamentais: a natureza, o homem e a sociedade. A beleza depende da simbologia das formas geométricas e dos números (inspirada no pitagorismo e no neoplatonismo). Estabelecem-se regras (interpretação normativa da estética aristotélica) para a produção e a apreciação da arte. Paralelamente, cresce a importância da subjetividade do belo, ou seja, a ideia do sensitivo e não do normativo.

As obras renascentistas eram orientadas por princípios artísticos por um espaço cênico suportado por princípios matemáticos e pela perspectiva linear científica (o equilíbrio e a harmonia dados pelo rigor científico); e a representação da natureza, dos animais e dos homens, era retratada, como eles eram observados

⁷ Humanismo no Renascimento: nos séculos XV e XVI, os escritores e artistas plásticos renascentistas resgataram os valores humanistas da cultura greco-romana. O antropocentrismo (homem é o centro de tudo) norteou o desenvolvimento intelectual, literário, cultural e artístico desta fase.

e valorizados e possuíam uma naturalidade e realismo anatômico. No Renascimento retirou-se da Igreja o monopólio das explicações do mundo.

Kirchof (2003a, p. 123) cita o inglês John Locke (1632-1704) como um dos primeiros filósofos a apontar, para o fato de o **prazer do belo**, não estar vinculado necessariamente, a uma finalidade ética, embora acredite que a natureza possui um fim ou uma intencionalidade ética, mas não ligada com a beleza. Para Locke, o belo corresponde a nada mais do que a reunião de certas qualidades em um objeto, por exemplo, uma composição de diferentes cores e formas que produzem prazer ao espectador, ou seja, a sua disposição não possui qualquer compromisso em termos lógicos ou morais.

Kirchof (2003a, p. 142) cita ainda que, para Locke:

[...] A beleza é uma criação mental. [...] os objetos possuem qualidades com o poder de suscitar, na mente humana, determinadas ideias que, uma vez apreendidas, tornam-se ideias mentais, diferentes e não semelhantes, das qualidades dos objetos que as causaram. É através da reunião ou composição de várias dessas ideias que a mente chega a imagem de um objeto particular (ou de um conceito), certamente distinto do objeto em si.

O filósofo escocês David Hume (1711-1776) utilizou-se do método que consiste na observação e na generalização, sob a forma de regularidades detectadas em **padrões ordenados** do comportamento humano. Segundo Hume (1973), o conhecimento se adquire com as **experiências** (vivências), guardadas na nossa memória a partir das **impressões** (percepção) e da construção das nossas **ideias** (imagens mentais) como se fossem cópias alteradas da realidade. Para o filósofo, o gosto se discute, pois ele constata que existe uma variedade de gostos e de opiniões, influenciando diretamente na definição dos juízos.

Para Hume (1973):

Mesmo os homens de poucos conhecimentos são capazes de notar as diferenças de gosto dentro do estreito círculo de suas relações, inclusive entre pessoas que foram educadas sob o mesmo governo e quem desde cedo foram inculcados os mesmos preconceitos (p. 315). [...] beleza não é uma qualidade das próprias coisas, existe apenas no espírito que as contempla, e cada espírito percebe uma beleza diferente (p. 316). [...] o sentimento está sempre certo - porque o sentimento não tem outro referente senão ele mesmo, e sempre real, quando alguém tem consciência dele (p. 316) [...] uma causa evidente em razão da qual muitos não experimentam o devido sentimento de beleza é a falta daquela delicadeza de imaginação que é necessária para se ser sensível àquelas emoções mais sutis (p. 318). [...] A fonte de todos os mais finos e

inocentes prazeres susceptíveis da natureza humana está na delicadeza do gosto pelo espírito ou pela beleza (p. 319).

Neste sentido, a concepção do belo seria uma sensibilidade desenvolvida pelo indivíduo e de acordo com suas vivências e percepções. Por isso, o conceito de belo é determinado pela contemplação do indivíduo acerca de uma realidade e não por um Deus que *a priori* estabeleceu o que é belo e o que é feio.

3.4 Estética: a beleza como disciplina

Em 1735, o belo, a arte e a percepção foram unidos no mesmo campo filosófico pelo filósofo alemão Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762), na disciplina denominada Estética (do latim, *aesthetica*). Segundo Kirchof (2003a) Baumgarten a define como a ciência que trata do “*cognitio sensitiva*” (conhecimento perceptível ou sensível ou cognição), ou simplesmente da beleza. Desde então, o termo *estética* tem mantido esta conotação de ter uma conexão essencial com o que é discriminável perceptivelmente. O filósofo une a tradição da faculdade da alma⁸ com as tradições da poética e da retórica⁹ ligados ao conceito de beleza (KIRCHOF, 2003a, p. 21).

Kirchof (2003a, p. 33) explica que o conhecimento sensível, para Baumgarten, é produzido por oito faculdades inferiores elevadas a uma condição de perfeição (obtida pelas representações dos objetos, dos signos), ao efeito da beleza. As faculdades inferiores abrangem o *sensus* (capacidade de perceber o mundo com os sentidos), *phantasia* (representação dos estados passados do mundo e do sujeito), *perspicacia* (permite diferenciar a identidade dos objetos), *memoria* (disposição natural para reconhecer os objetos), *facultas fingendi* ou *dispositio poetica* (capacidade de criação das imagens), *iudicium* (habilidade para julgar as perfeições ou imperfeições dos objetos), *praevisio* (disposição que permite perceber a situação futura do sujeito e do mundo) e *facultas caracteristica* (habilidade linguística).

Baumgarten preocupava-se com os seguintes aspectos: objetos belos (a presença de certos objetos melhor organizados nas suas formas capazes de

8 A tradição da faculdade da alma investiga as possibilidades que a alma ou a mente possui para formular conceitos a partir dos objetos; (KIRCHOF, 2003a, p. 21).

9 As tradições poética e retórica tendem a procurar pelas regras concretas através das quais se estruturam as obras de arte e a linguagem (KIRCHOF, 2003a, p. 21).

dirigirem-se aos sentidos e ao espírito); o prazer estético (experiência portadora de uma fruição desinteressada); a arte (existência de uma atividade humana que tinha como finalidade a produção de objetos belos). Ou seja, a estética era uma disciplina filosófica que estudava o belo, os fenômenos artísticos e o juízo de gosto (SERRÃO, 2004).

A partir da criação desta disciplina filosófica, iniciou-se uma discussão sobre quais seriam os princípios que justificariam os juízos e os prazeres estéticos, os juízos de gosto. No século XVIII, a noção de **juízo estético**¹⁰ deixa ter como objeto apenas a beleza e se expande, incluindo os termos pitorescos e sublimes.

Antes do século XVIII, o termo **pitresco** era utilizado na França como uma propriedade de ser, isto é, “o estilo de um pintor”. Na Inglaterra, o termo passou a ser usado por Uvedale Price (1724-1804), autor de *The Essay on the Picturesque, as compared with the sublime and the beautiful*¹¹ (1794) e foi definido como sendo um modo preferido do paisagismo, entre o belo e o sublime. Willian Gilpin (1724-1804) publicou *Essay on Prints* (1768) e definiu **pitresco** como o tipo de beleza que é agradável em uma imagem. Richard Payne Knight (1750-1824) escreveu em *An Analytical Inquiry into the Principles of Taste*¹² (1805) afirmando que os conceitos estéticos não podem ser formados diretamente de sensações óticas, porque estes devem ser interpretados dentro da mente antes que um objeto possa ser reconhecido como bonito, ou seja, a beleza é um produto de atos mentais internos (COPLEY; GARSIDE, 1994).

Para Price, Knight e Gilpin, pitresco era compreendido como uma abordagem na maneira de olhar a paisagem e associado às qualidades objetivas a serem encontradas na pintura ou na natureza. Algumas qualidades seriam a “rusticidade e a aspereza, a variação repentina, a irregularidade, a variedade e o intricado, que compreendem um modelo de paisagem correlacionado com as categorias estéticas do sublime e do belo” (MESQUITA, 2007, p. 11).

O filósofo irlandês Edmund Burke (1729-1797), em sua obra *Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo* (escrita em 1757),

10 Juízo estético: é uma operação mental ou a sua expressão verbal que traduz as impressões vividas pelo sujeito aquando da contemplação dos aspectos belos da natureza ou da arte. Um ato mediante o qual formulamos uma proposição que atribui determinada qualidade estética (beleza, sublimidade, fealdade) a um objeto. Ao afirmar que algo é belo não caracterizo essa coisa, mas sim a descrever sentimentos e gostos (KIRCHOFF, 2003).

11 O Ensaio sobre o pitresco, em comparação com a sublime e do belo.

12 Uma investigação analítica nos Princípios do Gosto.

concebeu a **beleza** como a qualidade daquilo que leva ao prazer e ao deleite do espírito e o sublime, seria aquilo que move as paixões dos homens, provocando a reminiscência da dor e do perigo. O termo **pitresco** seria a singularidade.

Para Burke (1993):

Tudo o que seja de algum modo capaz de incitar as ideias de dor e de perigo, isto é, tudo que seja de alguma maneira terrível ou relacionada ao terror constitui uma fonte do sublime, isto é, produz a mais forte emoção de que o espírito é capaz (p. 48). [...] o sublime exige um envolvimento da parte do espectador, ele exige o sentimento de perda de controle e o face-a-face com a morte. Ele é uma força superior que nos domina (p. 72).

Burke compreende o belo numa concepção subjetiva e sensível, ou seja, como um sentimento livre de conceitos, é deduzido de causas físicas, na mera sensibilidade, sendo impossível para o filósofo a comunicabilidade universal do belo. Já para Baumgarten, o belo é compreendido de modo objetivo e racional, pois o belo é entendido como um objeto do conhecimento e ocorre mediante um conceito. Porém, para Immanuel Kant, o belo é explicado segundo uma concepção subjetiva e racional, segundo princípios da razão.

A subjetivação da natureza inicia-se na Idade Contemporânea, com Immanuel Kant (1724-1804) quando ele afirma que, quando dizemos que algo é belo, quem determina é o sujeito, apesar da qualidade estar no objeto. Com a contemporaneidade houve a distinção entre a beleza natural e a artística. Somente no século XX, a beleza artística deixa de ser avaliada conforme um cenário da natureza e passa a ser concebida como uma manifestação da liberdade e da criatividade do artista.

O filósofo que transformou o conceito de belo e é citado por autores que discutem este conceito foi Immanuel Kant. Este filósofo se utiliza do termo **juízo estético**, abordado no livro *Crítica da Faculdade do Juízo* ou a *Crítica do Juízo*.

De acordo com Kant (2005), a respeito do belo, devemos estar orientados pelo poder de julgar se existe algum valor universal que conceitue o belo e que reivindique que outras pessoas, a partir da sua apreciação de uma forma bela da natureza ou da arte, confirmem essa posição. Ou então, se somos obrigados a admitir que todo objeto que julgamos como sendo belo é uma valoração subjetiva?

A concepção kantiana na *Crítica da Faculdade do Juízo* determina que o “belo” surge a partir do **juízo de gosto**. Tal juízo é concebido como estético, na medida em que não implica conhecimento acerca do objeto e relaciona-se com o

sentimento de prazer e desprazer do sujeito diante do objeto ou da representação dele. É o sentimento do sujeito e não o conceito de um objeto. A partir do juízo do belo, tem-se determinado o prazer, e a este sentimento não deve estar associado nenhum tipo de interesse.

O conceito de **desinteresse na apreciação estética** foi desenvolvido inicialmente pelo terceiro conde de Shaftesbury, o inglês Anthony Ashley Cooper (1671-1713), o escocês Francis Hutcheson (1694- 1746) e posteriormente pelos filósofos, o prussiano Immanuel Kant (1724-1804) e o escocês Archibald Alison (1757- 1839).

O terceiro conde de Shaftesbury, o inglês Anthony Ashley Cooper (1671-1713), argumentara que para que os objetos de arte pudessem ser captados numa visão unitária e conseguir o desinteresse, teria de ser colocado de forma limitada a uma moldura de um quadro, o pedestal de uma escultura, o arco proscênio no teatro, o palco na dança, e não espalhado por paredes, tetos e escadarias. Tornava-se importante isolar o objeto da beleza, destacando-o por aquelas características estéticas. Estes traços acabaram por identificar o caráter e o objeto da apreciação estética e imprimiram a direção da investigação estética que dominou a discussão até o presente (Berleant, 2004).

O terceiro conde de Shaftesbury pretendia lidar com a beleza na natureza de forma contemplativa e não de forma ativa, com usos práticos, com valores próprios, ou seja, “tenta transformar o ambiente num objeto contemplativo: a vista cênica sobre uma paisagem panorâmica, uma alameda vista a partir de um terraço, o formalismo de um jardim francês”, afirma Berleant (2004, p. 286).

Kant (1790) explica que:

Procurar um princípio de gosto, que fornece o critério universal do belo através de conceitos determinados, é um esforço infrutífero, porque o que é procurado é impossível e em si mesmo contraditório.

O sentimento oriundo de uma sensação agradável emite o juízo do belo e induz o desejo de permanecer usufruindo tal sensação. Além disso, também postula a existência de um segundo efeito estético, o **sublime**, evidenciando que não se pode reduzir a esteticidade do belo. Para Kant é impossível encontrar regras teóricas para a construção de belos objetos, pois a beleza não depende de provas intelectivas, mas do senso do prazer gerado; prazer esse, proporcionado pelas

representações apreendidas, um prazer desinteressado que emerge do jogo livre e harmonioso da imaginação e do entendimento.

Cerón e Reis (1999) citam que a visão kantiana do sublime era regida por paisagens ou cenários supostamente capazes de despertar o “terror” descrito anteriormente por Burke, de maneira sempre alternada com cenários ou paisagens capazes de despertar o “prazer” sereno do belo. Para Kant, o belo convém às nossas faculdades e agrada por isso e no caso do sublime ocorre um contraste, um desacordo (uma discordância entre a razão e a imaginação) entre as nossas faculdades. O sublime seria o contrapeso e não a contradição do belo.

David-Ménard (1990, p. 82) cita que, em 1764, Kant escreveu:

"O sentimento refinado, vamos considerar agora existe pela primeira vez em duas formas: o sentimento do sublime e do belo, emoções que, por um e outro são bons, mas em formas muito diferentes [...] carvalhos que se elevam e sombras solitárias em um bosque sagrado são sublimes; tapetes de flores, baixas sebes e árvores cortadas em formas regulares são bonitas [...] A noite é sublime, o dia é bonito [...] o sublime comove e o belo estimula.

Para elucidar, Satie (2009) cita que os objetos do sentimento do belo, podem despertar alegria e jovialidade; podem ser pequenos ou adornados e amaneirados, enquanto que os objetos do sentimento do sublime, são grandes e simples, podem despertar assombro ou melancolia - o sublime terrível -, calma, admiração - o sublime nobre -, ou uma beleza sublime - o sublime magnífico.

Cerón e Reis (1999, p. 62) citam que o sublime kantiano “é um sentimento transcendental negativo que faz com que o homem sinta a sua impotência ante o absoluto inteligível”. Citam ainda,

é fundamental no que revela - através de uma experiência estética - a experiência primordial da finitude humana. Ante forças naturais que, por sua potência, o esmagam (sublime dinâmico) e grandezas incomparáveis, que, por sua infinidade, o ultrapassam (sublime matemático), o homem se reconhece enquanto consciência limitada e faz uma experiência da finitude, e, em última instância, da morte.

Conron (2000, p. 17) elucidada que o belo possui características como pequeno, suave, sutilmente variado e delicado; o sublime possui características como poderoso, grande, intenso, aterrorizante, enquanto que o pitoresco são aqueles tipicamente no meio termo, entre o belo e o sublime, sendo complexo e excêntrico, variado e irregular, rico, forte, vibrante e com energia. O pitoresco foi

a que mais se destacou, pois para o autor o termo pitoresco significa “*picture-like*” e considera o mundo natural como se fosse dividido em cenas de “*art-like*”, ao se assemelhar a obras de arte, especialmente as pinturas de paisagem.

Berleant (2004) explica que no século I, Longino identifica o sublime, na literatura, como “o eco da grandeza do espírito” e Burke, no século XVIII, como “a emoção de terror e do seu poder sobre a imaginação”. Mas que foi somente o filósofo Immanuel Kant que levou a noção de sublime a aplicabilidade na natureza, ao afirmar que “o sublime não está na natureza, mas no nosso ânimo”, e é apenas mediante a ideia da razão, mediante a construção subjetiva dos juízos, que conseguimos estabelecer a **ordem cognitiva da intencionalidade**.

Assim, Kant, busca no belo uma categoria do juízo humano e reconhece a possibilidade de unificação entre o espírito e a natureza pela arte, ao contrário do filósofo Hegel. Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1779-1831) é contrário às teorias da estética do sentimento e da subjetividade do gosto, pois para o filósofo “a beleza é a expressão máxima dos conceitos morais e espirituais, pertencentes à natureza humana, que os denomina como “ideal”, ou seja, o belo pertence ao plano espiritual, do imaginário do sujeito” (HEGEL, 2001, p. 28).

O belo, segundo Hegel, é objeto da estética, é criado pela sociedade humana e é o belo artístico, superior ao belo natural porque é feito pelo e para o homem, é produto do espírito e tudo o que procede do espírito é mais elevado do que aquilo que existe na natureza. Para o filósofo, o belo depende do momento histórico e do desenvolvimento cultural, ou seja, a definição do que é beleza e a capacidade de percebê-la é uma construção histórico-social que depende da capacidade de ver, ouvir e sentir. (FERREIRA, 2011)

Edgar Kirchof escreveu dois livros sobre a origem do termo belo até a criação da disciplina estética fazendo referência a vários filósofos: A Estética antes da Estética: de Platão, Aristóteles, Agostinho, Aquino e Locke a Baumgarten; e Estética e Semiótica de Baumgarten e Kant a Umberto Eco. Para Kirchof (2003, p. 243) a **beleza** é uma forma específica de manifestação estética, é um tipo de juízo estético, revelada somente através de experiências afetivas positivas, ligadas à representação de signos, como: “a harmonia, a ordem, a simetria, a proporção, a clareza, a integridade”. Já a **percepção estética**, para Kirchof (2003, b, p. 239), significa uma categoria que gera sentimentos não só positivos e as suas

representações não seguem nenhum critério preestabelecido. É “[...] uma atitude ou uma conduta subjetiva, independente quanto ao objeto, à qual se liga certo grau de sentimento, que pode se manifestar de forma positiva ou negativa” [...].

Assim, Kirchof (2003(b)) sugere que a **estética**:

[...] não seja definida, de forma restritiva, como teoria da percepção, teoria do belo, tampouco como teoria da arte, mas como a disciplina que estuda a **esteticidade**. [...] a percepção estética corresponde a um processo semiótico de interpretação livre, regulada pelos sentimentos individuais do sujeito receptor. Ainda assim, no entanto, existe certa intersubjetividade em tal atitude aparentemente individualista, garantida pela universalidade do próprio sentimento.

“A experiência estética ocorre fundamentada em um processo semiótico complexo, com a interação de níveis cognitivos conscientes e inconscientes, sensíveis e lógicos” (Kirchof, 2003b, p. 260).

Segundo Kirchoff (2003b), atualmente, a **estética** passa a ser definida como a disciplina que estuda a **esteticidade**. A **esteticidade** corresponde a um processo semiótico de interpretação livre, regulada por sentimentos individuais do sujeito. Estuda o julgamento e a percepção do que é considerado belo, quer quanto ao seu conceito, quer quanto à diversidade de emoções e sentimentos que ele suscita no ser humano; estuda a relação entre as matérias e as formas nas artes e da técnica artística; ocupa-se da definição do sublime, ou da privação da beleza, ou seja, do que pode ser considerado feio, ou até mesmo ridículo.

A **esteticidade** depende da atividade afetiva do sujeito com o objeto, ou seja, os objetos podem proporcionar **efeitos estéticos** ou **efeitos afetivos pelo receptor**, como por exemplo, “quando consideramos objetos naturais como estéticos, visto a natureza, em sua forma bruta, não estar imbuída de nenhuma finalidade comunicativa” (SCHAEFFER, apud KIRCHOF b, p. 244).

Abaixo, no quadro 2, uma síntese das principais diferenças conceituais de cada autor citado sobre o conceito de belo, sublime e pitoresco.

Quadro 2 - Síntese do conceito de belo, sublime e pitoresco.

Filósofo	Conceito
Platão	O belo (o bem e a verdade) são ideias abstratas e eternas que a alma conhece antes de se unir ao corpo, logo, quando é reconhecido em um objeto, aponta para a eternidade do espírito e não para a sua materialidade ou para as sensações que são capazes de causar.
Aristóteles	O belo é concreto e a sua percepção é uma sensação de prazer ou desprazer causada por certas representações (definidas pela ordem, simetria, proporcionalidade e composição) geradas pela audição e pela visão.
Plotino	É a alma que percebe o belo. É um valor inteligível associado às noções de harmonia, moral e de esplendor metafísico.
Santo Agostino	O belo é o prazer que a alma encontra ao descobrir, no objeto, as ideias de proporção e unidade preexistente na alma e em Deus.
São Tomas de Aquino	O belo e o bem estão ligados na perfeição, na harmonia e na luminosidade dos objetos apreendidos pela visão, causada pela Beleza Suprema, que é Deus.
John Locke	O belo é uma criação mental e corresponde à reunião de certas qualidades (como a composição das diferentes cores e formas) em um objeto, que produzem prazer ao espectador.
David Hume	O belo é uma sensibilidade desenvolvida pelo sujeito de acordo com suas vivências e suas percepções.
Alexander Baumgarten	A beleza torna-se sinônimo de estética. A beleza é objetiva e racional, como um objeto do conhecimento e é produzida por oito faculdades obtidas pelas representações dos objetos e dos signos. As oito faculdades são: sensibilidade, fantasia, perspicácia, memória, imaginação, julgamento, previsão e a linguagem.
Uvedale Price	O pitoresco é o modo preferido do paisagismo, entre o belo e o sublime.
Willian Gilpin	O pitoresco é um tipo de beleza que é agradável em uma imagem.
Richard	A beleza é um produto de atos mentais internos e não formado

Knigt	diretamente pelas sensações óticas.
Edmund Burke	A beleza é a qualidade daquilo que leva ao prazer e ao deleite do espírito. Sublime é o que move a paixão, a lembrança da dor e do perigo. Pitoresco seria a singularidade.
Immanuel Kant	A beleza é subjetiva e racional. O belo surge a partir do juízo de gosto do sujeito, do prazer e do desprazer do sujeito diante do objeto ou da representação dele. A beleza não depende de provas intelectivas, mas do senso do prazer gerado, do prazer desinteressado que emerge do jogo livre e harmonioso da imaginação e do entendimento. O sublime provoca uma discordância entre a razão e a imaginação.
Georg Hegel	O belo pertence ao plano espiritual do imaginário do sujeito. É uma construção histórico-social que depende da capacidade de ver, ouvir e sentir. O belo artístico é superior ao belo natural.
Edgar Kirchof	A beleza é um tipo de juízo estético revelado pelas experiências afetivas positivas do sujeito ligadas a representação de signos (harmonia, ordem, simetria, proporção, claridade e a integridade).

Fonte: Vieira, 2014.

Segundo Kirchof (2003b), a partir do século XX, a estética torna-se um conceito polissêmico ao ser estudado no cerne de vários paradigmas epistemológicos, como o marxismo, a fenomenologia, o existencialismo, a semiótica e a psicanálise.

Para Serrão (2004) a Estética investiga os problemas que se levantam na contemplação dos **objetos estéticos** (naturais e artefatos - obras de arte) que se convertem numa **experiência estética** ao emitir juízos de gosto ou **juízos estéticos**. A experiência estética produz no ser humano uma “iluminação interior”, um deslumbramento, algo que atrai.

A experiência estética desdobra-se em três dimensões distintas: a **Experiência Estética da Natureza** (quando o ser humano, ao contemplar/admirar a natureza, tem determinados sentimentos ou vivências, tais como o prazer, o deleite, o espanto); a **experiência Estética da Criação Artística** (experiência do artista na fase da criação, marcada pela reflexão, pelo silêncio, pelo isolamento,

pela angústia); e a **Experiência Estética em face da Obra de Arte** ou **Experiência Estética da Recepção**¹³ (experiência do expectador na contemplação da obra de arte). Atualmente, alguns autores definem a disciplina estética como a ciência do belo, outros como a ciência da arte, outros como teoria da percepção ou da recepção, e outros ainda, como a ciência do belo e da obra de arte (SERRÃO, 2004).

Os primeiros grandes desenvolvimentos filosóficos na estética da natureza ocorreram no século XVIII. Os fundadores da estética moderna começaram a tomar a natureza como um objeto paradigmático da experiência estética a partir do conceito de **desinteresse** como a marca dessa experiência, além dos conceitos de **belo, sublime e pitoresco**.

O início da **valorização da paisagem** ocorre no final do século XVIII, com as pinturas de Caspar David Friedrich (1774-1840), pioneiro na representação estética no Romantismo (a arte deveria aproximar o ser humano da natureza). As suas representações de paisagens primam pelo simbolismo e idealismo que transmitem. Os quadros de Friedrich são vazios de pessoas ou pouco povoados, por tratarem de um espaço na natureza que parece possuir todo o significado que falta à sociedade humana. “O Caminhante sobre a névoa marítima (figura 7), por exemplo, explicita tal situação à típica maneira de Friedrich: na imagem da natureza é o próprio espectador, visto de costas na pintura, que se coloca frente à natureza e, simultaneamente, ao observá-la, une-se a ela em contemplação estética”, explica Seeberg (2005, p. 9).

As questões sobre o significado do belo, da beleza e da estética foram respondidas pela filosofia, até o século XIX. As questões sobre a origem, a importância e o interesse que a sociedade humana possui em contemplar e proteger a beleza cênica de uma paisagem foi respondido apenas no século XX.

13 Fundadores da Estética da Recepção (1964): Hans Robert Jauss (1921-1997) e Wolfgang Iser (1926-2007). São os dois grandes nomes da escola crítico-estética do pós-guerra alemão que desenvolveram uma noção dinâmica do leitor, ouvinte ou espectador como fator essencial à constituição da obra de arte (ROSSETO).

Figura 4 - Quadro “*The Wanderer above the Mists*” (1817-1818), Caspar David Friedrich.



Fonte: Disponível em <<http://www.caspardavidfriedrich.org/The-Wanderer-above-the-Mists-1817-18.html>>. Acesso em 12 jan. 2014.

Por que razão a natureza foi afastada da reflexão estética contemporânea? Há uma estética que abrange a arte e a natureza, ou há uma que é distintamente artística e a outra que identifica a apreciação da beleza natural? Quando começaram os estudos sobre a importância da paisagem e a necessidade de sua proteção? Qual o significado da expressão beleza cênica da paisagem? Essas perguntas serão respondidas no capítulo a seguir.

4 A ESTÉTICA DA PAISAGEM

“É neste descanso estético do espírito entre o oceano e as serras continentais que se revela a última razão da beleza natural: o litoral rio-grandense é uma paisagem profundamente harmônica, a mais harmônica de quantas existe no Rio Grande do Sul”.
P. Balduino Rambo, 1956.

Este capítulo ocupa-se especificamente das concepções filosóficas e geográficas da **estética da paisagem** para responder às perguntas que norteiam a tese, sobre a origem e a importância da **beleza cênica da paisagem**: Quando começaram os estudos sobre a importância da paisagem? Qual o significado da expressão beleza cênica da paisagem?

4.1 Estética da natureza, do ambiente ou da paisagem?

Os conceitos de **natureza**, **ambiente** e **paisagem** são usados na área da estética de forma aparentemente indistinta, muitas vezes como se fossem sinônimos, apesar de serem conceitos diferentes. Ronald Hepburn, Malcolm Budd e Martin Seel proferem sobre estética da natureza, Allen Carlson e Arnold Berleant discorrem sobre a estética do ambiente. Rosario Assunto e Paolo D’Angelo defendem o uso de estética da paisagem.

Para o filósofo escocês Ronald Hepburn (1966), **natureza** é todo objeto que não é artefato humano, incluindo as criaturas vivas. Martin Seel (1991) justifica a utilização do termo natural como sendo aquilo que é autossuficiente e autorregenerativo, projetando-se para o caráter sistêmico e de seu próprio funcionamento. Isto é, para a sua inteira independência da sociedade, mesmo que por ela modificada e, assim, inclui no seu objeto de estudo a maior parte das realidades que nos circundam. Malcolm Budd (2002) explica que o mais importante é a consciência do apreciador, ou seja, para ser natural basta que ele tenha consciência de estar perante uma realidade inteiramente natural/virgem ou de uma realidade intervencionada pela sociedade humana. Cita, como exemplo, a visita em um jardim zoológico, em que reconhecemos um ambiente construído pela

sociedade, mas o que estamos interessados em apreciar esteticamente são os animais, como naturais.

Allen Carlson (1995) e Arnold Berleant (1993) preferem usar a palavra **ambiente** que, para além de ter um sentido de envolvimento e pertença, remete ao mundo da ecologia. Este terá uma importância notável no modelo de percepção que Carlson defende, pois, para ele, “o ambiente não pode ser encaixilhado ou emoldurado”. Para Berleant, o ambiente é um todo integral, uma união interdependente de lugares e pessoas, juntamente com os seus processos recíprocos.

Para o filósofo italiano Rosario Assunto (1976), a **paisagem** é um espaço autolimitado no infinito e ao mesmo tempo a chave de compreensão da finitude, ou seja, é tida como a finitude aberta. O carácter de infinidade da paisagem é definido pela sua abertura ao céu e o carácter limitado, mas não finito, pelo seu enraizamento no solo.

Assunto (1973, p. 366) explica que:

É exatamente pelo fato da paisagem ser natureza que nós somos também natureza, não nos limitamos a viver na paisagem, mas vivemos a paisagem, porque vivemos a natureza e, ademais, vivemos da natureza: daquela natureza que na paisagem se configura em imagem, imagem da qual nós somos, à qual pertencemos, e não simplesmente imagem que observamos estando fora dela. Mas quando se diz que vivemos a paisagem porque vivemos da natureza, devemos estar atentos a não crer que viver da natureza seja aqui uma simples metáfora.

Paolo D’Angelo (2001), também filósofo italiano, entende a paisagem como uma **identidade estética dos lugares** (traduz a especificidade de cada lugar). Os dois autores acima defendem a utilização do termo *paisagem* porque ela é uma realidade intrinsecamente estética e real, defendendo que a sua apreensão é feita com os cinco sentidos e não só com a visão.

A substituição da palavra “paisagem” por “ambiente” ou a confusão de ambas pode também ser resultado, segundo D’Angelo (2001), de uma tendência atual de desconsiderar o carácter estético da paisagem em favor de uma visão biofísica e dita científica da mesma.

4.2 Estética da paisagem: referência para tratar a beleza cênica

Hepburn (1966, p. 231) explica que as obras sobre estética no século XVIII e XIX tratavam preferencialmente do belo, do sublime e do pitoresco natural. Até a primeira metade do século XX, a estética chegou a ser definida por alguns autores apenas como a “filosofia da arte” ou a “filosofia da crítica”, “como análise da linguagem e dos conceitos usados na descrição e avaliação dos objetos artísticos”. Para descobrir por que e quando ocorreu à mudança de “olhares” é preciso analisar as mudanças ocorridas no gosto estético.

A ideia do belo foi aplicada nas paisagens da Europa, principalmente na criação dos jardins; a ideia do sublime era explicada nas manifestações da natureza e a ideia do pitoresco, na natureza enquadrada pelas pinturas. A influência do pitoresco permanece do século XVIII até os dias de hoje. A ideia de conhecer o mundo natural ainda é vendida em folhetos, fotos de calendários e cartões postais nas lojas de souvenir e nas empresas de turismo.

A representação da natureza, como paisagem, “modelada” como suprema expressão da arte, além da pintura e da literatura, também ocorreu com a “arte da jardinagem” no século XVIII na Inglaterra. E posteriormente no século XIX, com a criação dos parques, sob a influência dos jardins. Os parques criados na Europa foram definidos pelo príncipe alemão Hermann Ludwig Heinrich von Pückler-Muskau (1785-1871) como “um terreno que (anexo a uma propriedade habitável) é destinado à exposição de uma pintura da natureza”, e que deve ter, por isso, o “caráter da natureza livre e da paisagem, cita Ritter (1974, p. 119).

Carlson (2010) explica que a ideia do pitoresco relaciona-se com a concepção anterior do mundo natural como “obras da natureza”, pensadas como objetos da experiência estética e também como uma forma de analisar a arte como um “espelho da natureza”. As “excursões pitorescas” em busca de temas adequados eram exercitadas por diversos paisagistas através de regras na composição da pintura.

As “excursões pitorescas” eram relacionadas às expedições europeias realizadas pelos *artistas viajantes*¹⁴ (intelectuais, artistas, escritores e filósofos)

14 Artistas viajantes: conceito estabelecido na historiografia da arte sobre o século XIX. Nome dado aos artistas que viajavam com o objetivo de buscar o pitoresco, que se aventuraram por lugares distantes, localizados para além das fronteiras da própria Europa (VALLADÃO DE MATTOS, 2007).

para fora da Europa, os quais se aventuraram em busca de paisagens pitorescas, nos séculos XVIII e XIX. Um desses artistas e escritores foi William Gilpin (1724-1804), o qual afirmava que, numa área inexplorada, a mente é mantida num estado de agradável suspense com cenas de belezas variadas e abrindo e revelando-se à sua visão (VALLADÃO DE MATTOS, 2007).

Valladão de Mattos (2007) explica que os artistas viajantes dedicavam-se a análise do território e dos povos nos novos continentes através de poemas, relatos e pinturas pelo “olhar britânico”, pelo “olhar alemão” e pelo “olhar francês”. As **paisagens pitorescas** possuíam tonalidades quentes e luminosas, com cenários variados, destacando a irregularidade e a diversidade do mundo natural.

Carlson (2010) cita que, no final do século XVIII, a **teoria do pitoresco** foi popularizada. O pintor inglês Alexander Cozens (1717-1786) discute sobre o conceito de pitoresco em sua obra *Um Novo Método de Auxílio à Invenção no Desenho de Composições Paisagísticas Originais* (1785-1786). O livro ilustrado de William Gilpin (1724-1804) exerce influência sobre o gosto europeu da época no que diz respeito à pintura da paisagem, no sentido da formulação de um ponto de vista romântico acerca da natureza e da beleza natural. Na literatura, Richard Payne Knight (1751-1824) escreve o poema “A Paisagem” (1794) e o ensaio “Uma Investigação Analítica acerca dos Princípios do Gosto” (1805).

O naturalista e geógrafo alemão Alexander Von Humboldt, pai da geografia moderna, durante suas expedições à América Latina, entre 1799 e 1804, colaborou definitivamente para uma “caracterização tipológica das partes do mundo, não só pelo rigor científico da exploração *in loco*, como pela visão estética que associa as características notáveis de cada região a uma beleza particular”, afirma Serrão (2011, p. 15).

Humboldt publicou na Alemanha e na França *Quadros da natureza* e uma obra de trinta volumes, intitulada *A viagem às regiões equinociais do Novo Continente*, lançado na França, com relatos científicos da expedição. No livro *Quadros da natureza*, publicado em 1808, sugere-se ao leitor o cultivo simultaneamente estético e científico das cenas naturais, a união entre a literatura e a ciência ou entre sentimento e ideia. Pedras (2000, p. 98) cita que a “transparência da linguagem e, sobretudo, de sua força mimética no modo descritivo de apresentação de seus textos foi utilizada de maneira a não se chocar

com a imagem que o viajante via e experimentava no contato direto com a natureza”. Na avaliação de Humboldt, o leitor era “levado a ver quase com seus próprios olhos”.

Pedras (2000, p. 99-101) explica que a prescrição descritiva que Humboldt fazia:

[...] em seus delineamentos gráficos, junto com a ambiguidade perceptiva, revelada no contato direto, aliam-se aqui para engendrar uma paisagem a sugerir uma imagem viva. Espécie de figuração que expõe com detalhes concretos a informação visual. [...] Isto quer dizer que o saber descritivo e a prática da descrição não irão constituir os únicos fundamentos da concepção de ciência humboldtiana. Eles, sem dúvida, estarão presentes como forma e técnica de conhecimento, mas não de maneira dominante e/ou determinante. [...] O decisivo na ciência de Humboldt é a intersecção estabelecida entre dois modelos científicos: o modelo da descrição e o da especulação. [...] A construção da paisagem em Humboldt supõe-se o duplo percurso da observação científica incidindo sobre o estatuto da paisagem humboldtiana e convertendo-a na mesma prévia duplicidade. Termina por formar o caráter e revelar o destino de dois tipos recorrentes de paisagem em Quadros: a paisagem, transcrição exata da imagem visualizada no contato direto junto à natureza, e a paisagem que, embora programada pelo cálculo exato e pontual, vai ser manipulada e reconstruída a fim de atingir uma paisagem ideal. [...] Paisagem ideal é exatamente aquela que figura um conteúdo predado e consome a aparência na medida mesma em que esta sirva de conduto para a dedução de leis frente à diversidade de elementos naturais. [...] Esse nosso esforço visa a confrontar o entendimento da paisagem como resultado puro e simples de uma construção mental com a ideia de que a paisagem vinha sendo construída também via descrições do encontro com o real, via descrição daquilo que se apresentava à vista. Desse modo, o estatuto da descrição em Humboldt é válido não só como forma de conhecimento - limitada pela especulação -, mas também como técnica de representar o mais fielmente possível à realidade captada pelo olhar e pela imaginação.

Assim, em Humboldt, a natureza se “transformou” em paisagem, particular e delimitada, fazendo parte de um todo, mas que na análise torna-se uma totalidade independente. Não havia, na visão de Humboldt, uma exclusão das **perspectivas estéticas e cognitivas da paisagem**: elas eram complementares e permitiam um conhecimento ordenado e artístico, simultaneamente. Humboldt tinha uma visão holística da paisagem, associando os elementos da natureza e da ação humana, sistematizando, assim, a ciência geográfica.

Na paisagem europeia no século XIX, “cada lugar e cada objeto tinha sua lenda, real ou romântica”, afirma Saito (2004, p. 324), influenciada pela teoria da estética associacionista¹⁵; enquanto que nos Estados Unidos a paisagem era descrita

15 Associacionista: doutrina do conhecimento pela associação de ideias (AZEREDO, 2011).

“árida”, “vazia”, “insípida” e destituída de gosto. Consequentemente, pintores e escritores começaram a defender o **valor estético da paisagem** americana tratando-a como “o grande palco dos acontecimentos humanos”.

Apenas alguns filósofos norte-americanos tratavam da **experiência estética da natureza**, motivados pelas novas descobertas da biologia (principalmente pelas Teorias da Evolução de Charles Darwin e Alfred Wallace) e pela filosofia do Romantismo. Valorizava-se a natureza a partir de uma noção de pertencimento e também pelo prazer da contemplação estética. A natureza selvagem passa a ser admirada pelas suas características pitorescas, de beleza e de sublimidade. As florestas, os grandes desertos, as montanhas, a vastidão das pradarias, os rios e o mar passaram a representar uma natureza transcendental, que estava além do artefato humano, explica Franco (2011). Tais concepções foram representadas e defendidas por Henry David Thoreau, John Muir, George Perkins Marsh e pelo movimento preservacionista.

As viagens, com o intuito de conhecer e usufruir a natureza e a cultura das localidades distantes, a partir do século XIX, foram importantes para a valorização da natureza mais selvagem, a *wilderness*¹⁶. Franco (2011, p. 3) explica que:

Essa valorização da *wilderness* esteve, ao mesmo tempo, na origem das áreas protegidas, do turismo de apreciação da natureza e dos esportes de aventura - tais como o montanhismo e a descida de corredeiras (cursos d'água acidentados). Indivíduos como Henry David Thoreau e John Muir começaram a mostrar a *wilderness* como um “outro” complementar à civilização. Esta já havia avançado demais - espaços urbanos tumultuados, poluídos e apressados e um homem civilizado estressado e carente de espontaneidade e liberdade - e a *wilderness* com a sua grandiosidade selvagem vinha perdendo espaço - as terras eram transformadas em pastagens, plantações e cidades, e os animais selvagens estavam desaparecendo. A *wilderness* era espaço de contemplação estética, superação de limites, lazer e busca de conhecimento.

O poeta, naturalista, historiador e filósofo norte-americano Henry David Thoreau (1817- 1862) foi um dos primeiros defensores da **conservação dos recursos naturais, da preservação e da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*)** como terras públicas. Em meados do século XIX, com o

¹⁶ Wilderness, como um local em que a presença humana é pouco perceptível, espaços “desertos” e/ou deserdados pela civilização, e onde predomina a natureza em toda a sua “selvageria”, ou onde os habitantes humanos vivem em uma proximidade e intimidade com o “mundo selvagem” (FRANCO, 2011, p. 2).

avanço dos colonos, de grandes mineradoras e madeireiras para o oeste dos Estados Unidos, houve uma grande destruição florestal. Diegues (2001, p. 26) cita que Thoreau “criticava a destruição das florestas para fins comerciais e foi um dos defensores dos vales e das montanhas com grande beleza”.

O diplomata e filólogo americano George Perkins Marsh (1801-1882), outro defensor das belezas cênicas, apontado como o primeiro ambientalista americano, explica que o conhecimento da geografia, das experiências do comércio, as viagens e as explorações, permitiam a comparação de paisagens, sendo apreciadas na literatura. Marsh, em suas obras *Man and Nature: or Physical Geography as modified by Human action*, de 1864, e *Man and Nature*, de 1865, abordou a natureza como fonte de contemplação e a matéria original para as futuras “imitações”, além de descrever os efeitos negativos não intencionais das atividades econômicas humanas (CARLSON, 2010; DIEGUES, 2001).

John Muir (1838-1914) era um naturalista e escritor que defendia os valores intrínsecos da natureza selvagem e lutava pela implantação de parques nacionais estadunidenses, como o Parque Nacional Yosemite, além de ser o fundador de uma organização ambientalista, o *Sierra Club*.

Na segunda metade do século XIX, Diegues (2001) cita a criação da noção de **mito naturalista**, da **natureza intocada**, do mundo selvagem, a qual se refere à existência de áreas naturais intocadas e intocáveis pelo “homem”, com componentes num estado puro até anterior ao aparecimento do homem, e que, portanto deveriam ser criadas áreas naturais.

Diegues (2001, p. 53), explica que este mito naturalista, revelou-se, no entanto, como:

[...] uma concepção dos “parques nacionais” norte-americanos, pelas quais porções de território, consideradas “intocadas” foram transformadas em áreas naturais protegidas, nas quais não poderia haver morador. Essas áreas selvagens foram criadas em benefício das populações urbanas norte-americanas que poderiam, como visitantes, apreciar as belezas naturais. Essa representação do mundo natural, expressa pelos chamados “preservacionistas puros” como John Muir e Thoreau, constituiu-se na justificativa para a criação de áreas naturais protegidas que deveriam permanecer intactas. Esse modelo de conservação chamada de “moderna” e a ideologia que lhe é subjacente espalhou-se para o resto do mundo.

O tipo de apreciação da natureza praticada por John Muir tornou-se associado com o ponto de vista contemporâneo chamado “estética positiva”

(CARLSON, 1984). Na medida em que as marcas de tal apreciação evita a humanidade sobre o ambiente natural, é um pouco o inverso de apreciação estética influenciada pela ideia de pitoresca, que encontra interesse e prazer em evidência de presença humana.

A posição filosófica negava a possibilidade da experiência estética da natureza, pois esta envolve julgamentos estéticos do objeto de apreciação e a natureza não era considerada um produto de uma intelectualidade. Por outro lado, para alguns filósofos a natureza era apreciada esteticamente, por ser obra de um criador ou como um cenário pitoresco. Carlson (2010) cita, como exemplo de modelo de apreciação da natureza pelas pinturas de paisagens, “como se fosse uma série de cenas bidimensionais e com foco tanto em qualidades estéticas formais ou qualidades artísticas que dependem do tipo de imagens românticas associadas com a ideia de pitoresco”.

4.3 Século XX: novas leituras sobre a estética

Hepburn (1966) pressupõe como fatores relevantes para estudar a **estética da natureza**, as experiências dos românticos e o culto da natureza trivializado e da moda ao culto ao ar livre, das caravanas, dos acampamentos e das excursões de carros de família.

Serrão (2011, p. 20) explica que a Revolução Industrial

pôs em causa as idealizações que tendiam a associar as paisagens a fragmentos de uma natureza intocada, a bela natureza cantada por poetas e artistas. A experiência mostra, pelo contrário, uma natureza não só humanizada pelo ver ou pelo representar, mas efetivamente alterada no seu aspecto visível em resultado de constantes transformações, pela crescente extensão das cidades, a invasão do mundo rural por edificações semelhantes às citadinas, rompida por estradas percorridas em meios de transporte de alta velocidade: prevalece à imagem geral de um mundo dominado pela presença humana, acompanhada, por sua vez, e cada vez mais, pelas capacidades transformadoras das máquinas, um mundo de onde o natural se teria definitivamente retirado.

Por outro lado, Carlson (2010) explica que foram vários os fatores que levaram ao interesse de estudar a **estética ambiental**, tais como a preocupação da sociedade com a alteração do meio ambiente; a conscientização no meio acadêmico para a importância da discussão teórica e da necessidade de ações práticas na área ambiental; e o surgimento do estudo filosófico da ética ambiental.

As pesquisas empíricas sobre a avaliação da paisagem e técnicas de planejamento utilizado na gestão ambiental foram insuficientes para explicar o estado estético do ambiente. As abordagens empíricas, com falta de conceitos adequados, fixaram na "beleza cênica" e nas ideias como a do "pitoresco" as explicações científicas (CARLSON, 1977; 1979b).

No livro português, intitulado *A filosofia da paisagem: uma antologia* encontra-se uma coletânea de filósofos, geógrafos e arquitetos paisagistas que discorrem a **evolução da paisagem** nos seus diferentes significados e modos de apreciação, partindo da sua essência (enquanto natureza) até a paisagem como uma realidade mista, objetiva e subjetiva. No decorrer deste capítulo serão discutidos alguns autores presentes na referência citada acima, abordando três perspectivas para a noção de paisagem.

Segundo Serrão (2011), uma perspectiva defende a **essência artística e cultural da paisagem**, invertendo o paradigma da arte humana como imitação da natureza. Em outra perspectiva a paisagem é coletiva, subjetiva, objetiva, física e repleta de significações, além de ser uma criação cultural. São **espaços diversificados e mutáveis**, formados por sucessivos cruzamentos e interdependências entre as características do espaço físico e os significados construídos pela sociedade, e a última é a definição da paisagem como um **espaço natural** definido pelo encontro entre o céu e a terra, ligados pela linha do horizonte.

Também é possível constatar que alguns autores utilizam alguns termos como natureza, campo e cidade para citar a paisagem e não citam a cultura. São Georg Simmel, José Maria Sánchez de Muniaín, Joachim Ritter e Malcolm Budd. Outros autores incluem nos seus discursos a natureza e a cultura, tais como: Rosario Assunto, Yuriko Saito, Nicolas Grimaldi, Alain Roger, Martin Sell, Eugenio Turri, Augustin Berque, Michel Corajoud, Paolo D'Angelo, Luisa Bonesio e Gonçalo Ribeiro Telles.

O primeiro texto filosófico dedicado inteiramente à **paisagem** como categoria do pensamento humano foi *Filosofia da paisagem*, escrito em 1913, pelo sociólogo alemão Georg Simmel. Para Georg Simmel (1858-1918) a paisagem nasce de uma justaposição de fenômenos naturais espalhados no território, que é

apreendida num peculiar tipo de *unidade*, chamada de *Stimmung*¹⁷. Pois, para o autor, uma paisagem não é natureza, mas, pela naturalidade do seu conteúdo e pela vitalidade que a anima, sempre natural. A paisagem recompõe momentaneamente o caráter unitário e homogêneo de um todo, da natureza.

Simmel (1913) cita que a situação atual da nossa estética dificilmente permitirá muito mais do que estabelecer as mesmas regras que a pintura de paisagem institui, com a escolha do objeto e do ponto de vista, a iluminação e a ilusão do espaço, a composição e a harmonia de cores.

Na publicação do ensaio *Ästhetik der Alpen*, de 1911, reeditado em 1999, Simmel cita que as formas e a escala originam uma unidade inseparável da impressão estética. As formas naturais se encontram sempre ligadas ou pelo ritmo ondulante ou pelo sentimento da raiz que prende cada ser vivo, como por exemplo: no mar, pelas repetições cadenciadas das agitações e calmarias e na planície pela serenidade e pacificação dos elementos reunidos numa unidade que se dirige ao céu. Nas montanhas, o limite e a continuidade ficam como que suspensos entre o céu e a terra. Simmel (1999, p. 57) cita que as montanhas da bela paisagem alpina “funcionam como um coroamento de uma paisagem mais plana, ligeira, com prados e florestas, vales e cabanas que em jubilo se dirigem para cima”.

Em 1974, o filósofo alemão Joachim Ritter (1903-1974) diz que existem duas naturezas, a **natureza científica**, com uma série de leis universais que a regem, e uma **natureza atraente**, próxima e qualitativa que se dá sensivelmente na experiência estética. Essa última natureza corresponde à paisagem.

Segundo Ritter (1974, p. 105), a paisagem é natureza que se torna esteticamente presente no olhar de um contemplador sensível e sentimental, originalmente através da arte estética, numa “livre” contemplação para se encontrar a si mesmo na natureza. Esse contemplador da paisagem, designado de “viandante” (*wanderer*), **sujeito da paisagem**. Cita ainda que “o que outrora foi utilizado, ou foi considerado inútil enquanto terra erma, e o que ao longo de séculos foi ignorado e desprezado, ou o território hostil e desconhecido, torna-se grandeza, sublime e belo: torna-se esteticamente na paisagem”.

17 *Stimmung* “seria a conformação singular das partes que dota cada paisagem de um “caráter” individual; a conjugação dos traços anímicos do sujeito numa peculiar “disposição” ou “índole” e, também, a fusão de ambas, a vertente objetiva e subjetiva, numa tonalidade única”, cita Serrão (2011).

Ritter (1974, p. 115) cita ainda:

Uma vez efetuada a apropriação das paisagens pela sociedade através das artes e da poesia - por um lado, o mundo da vida da sociedade é acrescido com a dimensão de uma relação livre e fluidora com a natureza, mas, por outro lado, a paisagens, tornadas familiares e usuais, têm de retirar-se da esfera da representação estética. No entanto, a sua visibilidade, a sua aparência assim como a sua representação linguística permanecem, mesmo após a sua apropriação pela sociedade, fortemente vinculadas à forma na qual foram descobertas esteticamente. [...] Na paisagem observada durante uma viagem e na paisagem turística sobrevive ainda o eco da sua função estética original. A linguagem com que a paisagem turística é louvada ganha a sua força publicitária na potência eufórica do partir ao encontro de uma paisagem “romântica” e “pitoresca”, da sua contemplação livre e fluidora e de sentir feliz e como em casa. [...] Assim, os conceitos originalmente estéticos e os locais da paisagem como a montanha e o campo tornam-se num elemento no qual a paisagem se pode representar enquanto paisagem de repouso.

Semelhante ao que acontece com a história da arte, com a distinção entre paisagens clássicas e ideais, heroicas e românticas, a história da paisagem é a história do processo nas quais determinadas zonas da terra são sucessivamente descobertas e tornadas esteticamente visíveis, explica Ritter (1974). As **paisagens institucionalizadas** deixam de ser contempladas como natureza e passam a ser contempladas apenas pela sua esteticidade, como sinônimos de beleza, tornando-se elementos vitais para a sociedade.

Tanto para Simmel quanto para Ritter, a invenção da paisagem pela perspectiva da pintura renascentista não é aceita. Ambos acreditavam que nas épocas precedentes o que prevalecia era o “sentimento pela natureza”. Para Simmel, a paisagem pode até se objetivar na pintura, mas, para ele, é uma experiência do indivíduo moderno, que se faz e refaz em cada ato contemplativo e tem nela o seu lugar de invenção. Já para Ritter, a paisagem é a consciência histórica de um mundo passado, para sempre perdido.

O filósofo espanhol José María Sánchez de Muniaín (1909-1981) publicou *A estética da paisagem natural*, em 1945, o qual desenvolveu a teoria da **beleza da paisagem** alicerçada na possibilidade de uma vivência de ordem espiritual associada à experiência totalizante, com uma complexa multiplicidade de sensações provenientes da paisagem. Para o autor, a **paisagem natural** não é mais a natureza total, mas o “campo”, plano e pouco denso, localizado nos arredores da cidade.

Para Muniaín (1945, p. 83), a **paisagem** é uma “visão puramente analítica ou parcial da natureza”. A **natureza**, por sua vez, “não é um objeto passivo de contemplação intelectual, mas sim um elemento ativo que influi na nossa alma através de todos os canais do sentimento”. Explica que a paisagem possui quatro limitações: espacial, entitativa, cognoscitiva e valorativa.

Para o autor, todas as paisagens são belas porque são heterogêneas e, ainda, esclarece que a paisagem é apenas a porção da natureza que a vista alcança, é apenas a superfície das coisas próximas, somente o que está presente e entra pelos olhos e é composta pela aparência dos objetos, além de possuir um valor desinteressado. As composições geológica, geomorfológica da vegetação não fazem parte da paisagem. Os sons, os odores, as temperaturas, a humidade etc. são complementos da percepção paisagística. Cita ainda que a paisagem “é a complexa unidade estética que o mundo físico circundante oferece a contemplação visual” (MUNIAÍN, 1945, p. 88).

Os componentes estéticos objetivos da paisagem são a luz, a cor, o céu, a grandeza (horizontal - a planície e o mar; e a vertical - a montanha), a figura, o movimento, a vida e o cultivo, e os secundários são as sensações extra paisagísticas como o som, a umidade, o canto das aves, os aromas etc. Conclui que a paisagem “é um instrumento humanístico da bondade divina e que nós só entendemos e desfrutamos a paisagem através do olhar, como também vivemos através do ouvido, do tato, do olfato e do paladar” (MUNIAÍN, 1945, p. 92).

Dentro de estética filosófica em si, o interesse na **estética da natureza** surgiu com a publicação do artigo do filósofo escocês Ronald Hepburn (1927- 2008), considerado o pai da **estética da natureza** pela Sociedade Britânica de Estética, em 1966, com o ensaio: *Contemporary Aesthetics and the Neglect of Natural Beauty*¹⁸. O filósofo afirma que é necessário pensar a natureza fora dos modelos artísticos, pois os fenômenos e as situações sem enquadramento, que acontecem em espaços abertos, precisam ser apreciados e analisados como natureza, e não somente contemplados.

Hepburn (1966) cita algumas experiências da **estética da natureza** que não podem ser proporcionadas pelos objetos da arte, tais como o grau de envolvimento mútuo do espectador com o objeto; o efeito reflexivo pelo qual o espectador se

¹⁸ A *estética contemporânea e o desprezo pela beleza natural*.

conhece a si mesmo de uma maneira incomum e vivida, ou seja, esteticamente vivida; a existência de movimento na cena, principalmente se for por parte do espectador; e o desafiar o espectador em integrar a sua experiência num mundo sem molduras e sem limites. O efeito estético é mais intensamente compreendido e mais penetrante na experiência da natureza, pois “estamos *na* natureza e somos parte *da* natureza; não estamos diante dela como estamos diante de uma pintura colocada na parede”. O autor afirma ainda que somos tanto atores, como espectadores, somos ingredientes da natureza.

Hepburn (1966, p. 234) cita como exemplo:

[...] numa floresta, as árvores rodeiam-no; é circundado por colinas, ou encontra-se no meio de uma planície. Se há movimento em cada cena, o espectador pode ele próprio estar em movimento e o seu movimento pode ser um elemento importante na sua experiência estética. Pense-se, por exemplo, num piloto de planador, deleitando-se no sentido da sua fluabilidade, no equilíbrio das correntes de ar que o mantém no alto. Este tipo de envolvimento é expresso por Barbara Hepworth: “Como são diferentes a forma e o ser de alguém quando está deitado na areia com o mar quase por cima ou quando se senta contra o vento num penhasco alto, a pique, e por baixo aves marítimas descrevem padrões circulares”.

A **qualidade estética da natureza** é sempre provisória, corrigível por referência a um contexto diferente, apercebido com mais particularidades, criando uma espécie de entusiasmo, no fato de as formas da natureza oferecerem um domínio para o exercício da imaginação. Apercebido no sentido de criar ou tornar vivido à percepção ou a imaginação, ou seja, compreender, tornar-se consciente. Hepburn (1966, p. 250) cita como exemplo: “Há muito que *sabia* que a Terra não era plana, mas nunca me tinha *apercebido* da sua curvatura até ter visto aquele navio desaparecer no horizonte”.

4.4 Experiência estética da paisagem

O filósofo italiano Rosário Assunto (1915-1994), no seu artigo “A Paisagem e a Estética”, cita que a **paisagem** possui uma dimensão espacial e temporal, um espaço limitado e aberto, constituindo-se como presença e não como representação do infinito no finito que se constitui como em um objeto de experiência e tema de um juízo estético. A **experiência estética da paisagem** toma consciência, a unidade simbiótica com a natureza, que, para o autor, é

paisagem, objeto de uma contemplação total, ou seja, pelos nossos sentidos (visão, audição, olfato, tato e o gosto).

Assunto (1973, p. 368) cita os versos de Schiller (escritos em 1786) para explicar melhor sobre os sentidos:

A paisagem com seus aromas, mas também com suas cores, as suas luzes: Com o seu céu; as suas águas, as suas rochas, a sua vegetação, as suas aves e insetos e animais de todo o tipo; o ar que chega aos nossos pulmões entra-nos literalmente, no sangue, e expande-se pelos membros, fazendo-nos sentir unidos com a natureza: e exalta o nosso ser natureza, a natureza que está em nós, e reaviva-a; e dela faz objeto de deleite, para a alma, suscitando em nós a alegria da nossa identificação com a natureza, de fazer da sua a nossa alegria.

A existência da paisagem não depende somente da naturalidade dos seus elementos, nem se confina a espaços naturais intocados, pois a mesma está sempre impregnada pela história e encontra-se, atualmente, invadida por elementos tecnoindustriais.

O filósofo francês Nicolas Grimaldi (1982, p. 134) publicou, no artigo “A estética da bela natureza: problemas de uma estética da paisagem”, o que é preciso para definir uma **estética da paisagem** e faz as seguintes perguntas: “O que é preciso salvaguardar em primeiro lugar? O que é preciso proteger? O que é preciso restaurar?”.

Segundo Grimaldi (1982), a **paisagem**, quando esteticamente considerada, tende a ser pensada como ao que genericamente se designa por “**beleza da natureza**”. As qualidades essenciais sob as quais essa beleza da natureza nos pode aparecer de um ponto de vista estético são duas: não representar a natureza nem como objeto do nosso saber e nem como objeto da nossa vontade; e reconhecer através da natureza o sentido de uma linguagem que nos é endereçada (reiteração da nossa própria linguagem). Cita, ainda, que devemos contemplar a natureza de forma desinteressada para sentir sua beleza, paisagens que podemos contemplar, mas não habitar, como já pensava Kant. Logo, para Grimaldi (1982, p. 140),

tudo o que numa paisagem nos convida à conquista, à aquisição, à apropriação, à predação, à exploração, afasta-nos de percebê-la esteticamente e experimentar a sua beleza. [...] Uma bela paisagem é um todo que não se deixa nem dividir, nem cadastrar, nem lotear. [...] Uma paisagem só pode revelar-nos a sua beleza se não imaginarmos ter sobre ela num domínio de poder. Ela deve ser para nós como outro mundo para o qual estaria a começar outra vida que há de vir.

Há “modas” da paisagem, assim como, há “modas” da pintura. A degradação da natureza ou da paisagem (pois para o autor, ambas são sinônimos) ocorre porque a cada geração, há uma influência educadora ao contemplá-la. Só será preservada se mantivermos com ela a mesma relação que temos com as obras de arte, afirma o filósofo. Para localizar, inventariar e conservar as paisagens, cuja beleza tiver sido reconhecida, é preciso não intervir nelas e deixar que o tempo às reconstrua, transformando em passado o que fora presente próximo.

O filósofo francês Alain Roger utiliza-se do conceito de “**dupla artialização**” (*la double artialisation*) para falar da paisagem. Segundo o filósofo, a **paisagem** é uma simples extensão de terra (*pays*), um lugar no espaço natural, que só o adquire valor estético quando ela é *artializada* pela arte e pela cultura humana. A paisagem resulta de uma operação perceptiva do sujeito, é uma aquisição cultural, cuja gênese histórica se conhece, e não de uma objetivação da ciência. Portanto, o filósofo nega as pretensões da ecologia e do naturalismo em estudarem a **estética da paisagem**.

Segundo Roger (1997, p. 157; 160), quando escreveu *Natureza e cultura: a dupla artialização*, citou que a terra é o “grau zero da paisagem”, aquilo que precede a sua *artialização* e “é o nosso olhar que artializa a terra em paisagem”. A *artialização* pelo olhar pode ser de duas formas: *in situ* (móvel), quando ocorre no próprio “objeto natural” (jardim, *land art*) e *in visu* (ou aderente), ocorre quando há uma mediação indireta pelas diferentes formas de representação na arte.

Roger (1997, p. 159) expõe que a diferenciação lexical (terra/paisagem) é encontrada na maior parte das línguas ocidentais, como por exemplo, *land/landscape* (em inglês); *land/landschaft* (em alemão), *lands/landschap* (em neerlandês), *lands/landskap* (em sueco), *pay/paysage* (em francês); *pais/paisaje* (em espanhol), *paese/paessaggio* (em italiano):

No dicionário latim/francês de *Robert Estienne* (1549), mesmo se puderem assinalar algumas ocorrências anteriores, sempre no sentido de um “quadro representando uma terra” (Molinet, 1493), sem dúvida, segundo o modelo do neerlandês *Landschap*, atestado pelo neerlandês medieval, mas com a acepção não estética de uma delimitação territorial (parece que o mesmo acontece com *Landschaft*, em alemão), e ‘reinventado’, no final do século XV, para designar um quadro. Seja como for, o homem aprecia, uma terra desbravada, domesticada, uma terra serena, uma terra dócil, em suma, uma *paisagem*...

O filósofo Roger discorda de Michel Corajoud, quando este diz “*Le paysage, c’est l’endroit où le ciel et la terre se touchent*”¹⁹. Pois, para Roger, o camponês desconhece a noção de paisagem quando fala do local onde habita o camponês fala da terra²⁰, da sua terra, e não da sua “paisagem”, é como se a percepção do registro estético parecesse absorvido pela utilidade da sua própria terra, que permanece no essencial, o lugar do trabalho e da rentabilidade, pois

Não significa que o camponês seja desprovido de toda a relação com a sua terra e que não sinta nenhum apego por ela, muito pelo contrário; mas esse apego é tanto mais poderoso quanto mais simbiótico. [...] o camponês é o homem da terra, não o da paisagem, e talvez fosse preciso opor, com a devida prudência, o camponês e o *paisajante (paysageant)*, isto é, o homem da cidade, mas também, provavelmente, esse mesmo camponês quando visita outra terra que não a sua e adota, ocasionalmente, com mais ou menos facilidade, o olhar ocioso do turista (ROGER, 1997, p. 164).

O geógrafo francês Augustin Berque (1993) explica que a paisagem surgiu como um estudo para compreender a lógica relacional do **ecúmeno (écoumène)**, relação da humanidade com a extensão terrestre. A noção de paisagem não pode ser aplicada a todas as épocas e nem a todas as culturas. Há muitos desacordos quanto a sua origem, pois, para Berque, os autores não falam da mesma coisa.

O autor se utiliza de critérios empíricos para distinguir as sociedades que possuem uma **cultura paisageira**, tais como: uma literatura oral e escrita louvando a beleza dos lugares; uma toponímia indicando a apreciação visual do local; jardins de recreio; uma arquitetura disposta para a fruição de uma bela vista; pinturas representando a natureza; uma ou mais palavras para dizer “paisagem”; e uma reflexão explícita sobre a “paisagem”.

Tomando como base os critérios acima, foi na China, no século IV (no ano de 353), que a palavra paisagem (*sanshui*, 山水) surge. Berque (2008, p. 203) cita que o poeta *Xie Lyngyun* narra uma excursão “*por montes e vales a partir de Jinzhujian*” revelando uma dessacralização do domínio montanhoso e faz uma reflexão sobre a paisagem. “A montanha tende a deixar o domínio mágico-religioso

19 A paisagem é o lugar onde o céu e a terra se tocam (1982, p. 215). Michel Corajoud. In: Antologia da paisagem. SERRÃO, A. V. (Coord.). Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa (2011).

20 Terra no sentido da expressão com que os produtores rurais se referem aos locais do espaço geográfico que lhes é contíguo e circundante.

para entrar no da estética (na Europa, o mesmo fenômeno produzir-se-á no século XVIII)”.

Assim, como Alain Roger, Berque explica que a paisagem era perceptível apenas para a elite (classe de lazer) e não para os camponeses, ou seja, a paisagem era vista como contemplativa para a classe de lazer, enquanto que, para os camponeses, o local era o meio de subsistência e de vida. O campo e a natureza eram desprovidos de urbanidade, era tanto rural quanto selvagem (mesmo sentido, na China). A paisagem nasceu “do ócio daqueles que não trabalhavam a terra, ou seja, que não transformavam a natureza pelas suas mãos”.

Berque (2008, p.200), em seu artigo “O pensamento paisageiro: uma aproximação mesológica²¹” expõe que:

Antes da modernidade, inversamente, as sociedades humanas compuseram no mundo inteiro paisagens admiráveis - as mesmas que hoje amamos e procuramos, mas que matamos por todo o lado, salvo alguns ícones conservados. Elas tinham, incontestavelmente, um *pensamento paisageiro* (*pensée paysagère*) e, no entanto, até ignoravam a noção de paisagem.

A modernidade, desencadeada pela revolução científica do século XVII, teve como referência o conhecimento do mundo físico (ou objetivo) e irreduzível à ilusão do mundo fenomenológico. O mundo era abstraído do sujeito, constituído por objetos quantificáveis e manipuláveis, dispostos num espaço absoluto, homogêneo e infinito, onde os lugares eram neutros. Depois do desenvolvimento das ciências da natureza (com o centramento do objeto) surge o desenvolvimento das ciências humanas (pelo ponto de vista do sujeito), e, por conseguinte a paisagem. Paisagem, como dimensão sensível e simbólica da natureza, que depende sempre de uma subjetividade coletiva e não existe independente de uma cultura (BERQUE, 1993).

As sociedades modernas são capazes de apreciar as paisagens, mas são incapazes de construir paisagens culturalmente significantes e dotadas de valor estético. Desse modo, se faz necessária a existência de uma arquitetura relacional, eco simbólico, que valorize os lugares e as paisagens contribuindo por princípio para reanimar, “nem que comece por fazê-lo apenas de modo estético e em segundo grau - as escalas do mundo da natureza. Não se tratam, certamente, de

21 La pensée paysagère: une approche mésologique

recopiar as formas antigas, mas de interpretar com respeito os seus símbolos”, essa é a proposta defendida por Berque (1993, p. 195).

O geógrafo italiano Eugênio Turri (1998) usa a metáfora “*a paisagem como teatro*” para libertar a paisagem da expressão de cenário ou pano de fundo das ações humanas e confere-lhe um sentido mais global, atribuindo o papel da sociedade humana como atora (transformadora do seu espaço de vida), imprimindo a sua marca e como espectadora (ao observar, ao perceber e reconhecer as suas ações), mudando ao longo do tempo o palco. O resultado da função de ator e espectador fará com que sejam produzidas as paisagens mais belas, esteticamente mais celebradas, pois exprimem a harmonia entre a obra humana e as formas naturais.

Turri, no seu livro *A paisagem como teatro: do território vivido ao território representado*, cita que na Itália, seu país, ocorreu a perda de valor da paisagem porque se perdeu a relação com os mitos fundadores da sociedade italiana, gerando a incapacidade de reconhecer e decodificar os signos nela presentes, os quais remetem a relação entre natureza e cultura e entre o passado e o presente. Enquanto que, em outros países europeus, o culto pelos valores paisagísticos, próprios da cultura nacional, mantém-se respeitado até o presente, como por exemplo, o reconhecimento do *terroir* como identidade patrimonial e produtiva (amor pelo *terroir*), na França.

A concepção, para Turri, de paisagem, é que ela é a representação e o **iconema**²² do território ao revelar os significados subjetivos dos valores histórico-culturais da **identidade territorial**. Segundo esse autor, é como uma interface entre natureza e cultura; entre observação, representação e ação; reflexo da ação humana sobre o território.

Turri concede à paisagem a função de referência fundamental para a construção de um território. Cita ainda que:

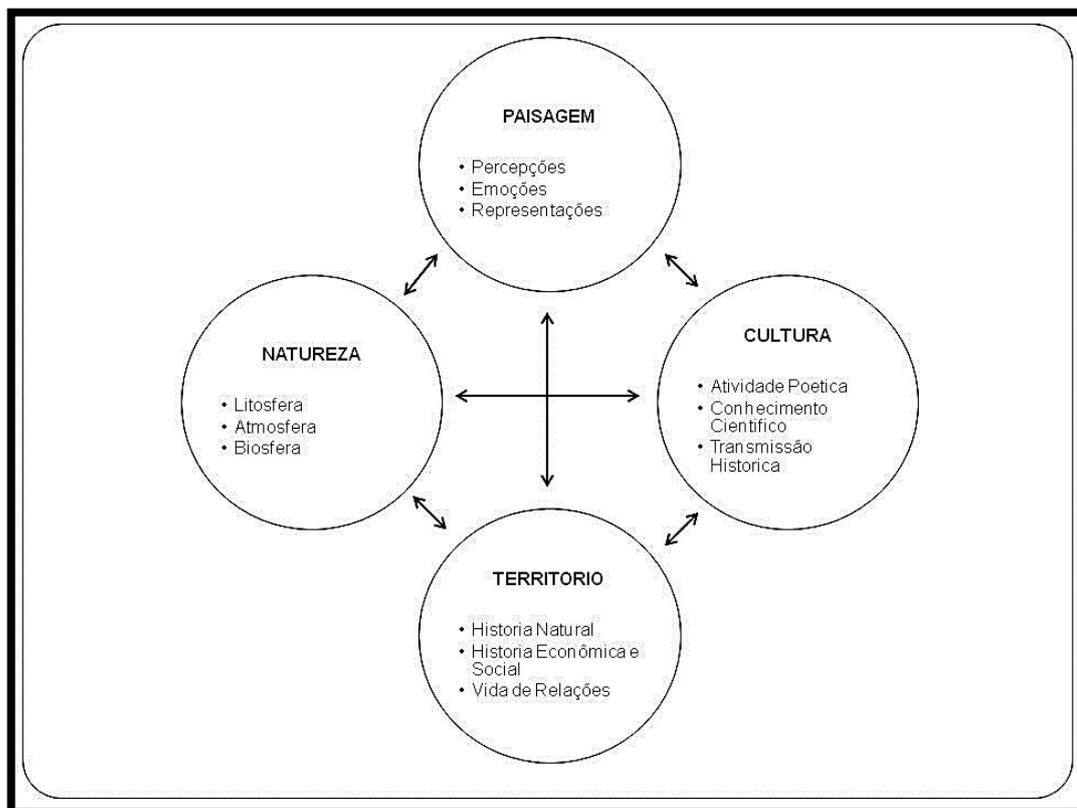
A construção territorial realiza-se no momento em que um espaço de natureza anônimo, que vive sem o homem, se transforma em espaço

22 Iconema é a unidade elementar de percepção, como signo no interior de um conjunto orgânico de signos, como parte que exprime o todo, ou que o exprime como uma função hierárquica primária, seja enquanto elemento que, melhor que outros, encarnam o *genius loci* de um território, seja como referência visual de forte carga semântica da relação cultural que uma sociedade estabelece com o próprio território (TURRI, 1998, p. 178).

cultural, isto é, quando se carrega de referências, de símbolos, de denominações [...] e depois de objetos humanos, propondo-se como palco ou teatro no qual os indivíduos e as sociedades recitam as próprias histórias (p. 174). [...] Todas as paisagens são o reflexo de uma organização do espaço, de uma maneira própria de os objetos sociais se ordenarem e revelarem no território, das histórias que tais ordens determinam. Isto sobre a base de espacialidades ou regionalidades mais ou menos amplas, sendo que a distribuição dos elementos componentes dá o tom à paisagem (p. 178).

A distinção entre **território** e **paisagem** apresenta-se subentendida na Figura 5, cujo território resulta de investigações, pesquisas e informações, e a paisagem resulta da percepção orientada pela cultura.

Figura 5 - As relações entre território e paisagem como projeções das relações entre cultura e natureza.



Fonte: Turri, 1998.

Turri (1998, p. 180) explica que uma pesquisa urgente que se faz necessária em cada território, principalmente na Itália é

a individualização dos lugares de forte carga simbólica e espetacular, isto é, os *topoi* ou, ou dito de outra forma, os iconemas e os respectivos lugares que a cultura (cultos religiosos, arte, literatura, cinema, fotografia, ensaística, histórica, geográfica, naturalista etc.) reconheceu como referências importantes da identidade cultural (a nível local ou regional ou nacional conforme os casos).

Renunciando à subjetividade, o sentimentalismo e a contemplação pura e desinteressada, o filósofo americano Allen Carlson defende a importância do conhecimento como o fator determinante para a apreciação estética e argumenta que devam existir duas estéticas: da natureza e da arte.

Carlson (1995, p. 270) não aceita a apreciação estética pelo desinteresse, quando o objeto de apreciação fica isolado das suas inter-relações, ficando aberto o caminho à identificação, e dá como exemplo que é como se toda apreciação partisse do olhar desinteressado e contemplativo, como se convergisse para o “*olhar parado e vazio da vaca*”.

A natureza deve ser apreciada. A **apreciação** é um conhecimento neutro, objetivo e impessoal que oferece os conhecimentos precisos e os conceitos adequados para reconhecer, julgar e discriminar as qualidades e as propriedades inerentes, afirma Carlson no seu artigo “Apreciar a Arte e Apreciar a Natureza”, de 1995. A apreciação da natureza deve ser por intermédio de um modelo teórico, o qual é designado por “*object-orientated*” (ordem-orientada).

Neste modelo os objetos devem ser selecionados com referência a uma história geral não artística e não estética, orientada pela ordem da diversidade dos seus elementos e a variedade dos seus padrões, tal como ele é e como tendo as propriedades que tem, pelas forças de produção²³, pelas narrativas e pelas inter-relações que existem entre eles.

Carlson (1995) acredita que a **estética** deve fornecer pontos de apoio adequados para apreciar a paisagem, baseados nas ciências da natureza, enquanto Yuriko Saito (2004) acredita que o importante é apreciar a paisagem com a incorporação das narrativas populares sobre os lugares nativos.

O filósofo inglês Malcom Budd, presidente da revista *British Society of Aesthetics*, referência no âmbito da **estética da natureza**, faz sua argumentação baseada no filósofo Kant e é defensor da estética positivista, ou seja, aceita toda a natureza como bela desde que não alterada pela sociedade.

Budd (2002, p. 303), em seu artigo “A Apreciação Estética da Natureza”, revela que a apreciação estética da natureza não deve ser entendida como se fosse arte e ainda:

23 Forças de produção para Carlson são as geológicas, biológicas ou meteorológicas.

[...] embora incorreto pensar na natureza como aquela parte do mundo que não foi alterada nem afetada significativamente pela ação humana, grande parte da natureza não tem permanecido na sua condição natural, mas tem sido sujeita à interferência humana. [...] se algum segmento de ambiente natural foi afetado pela humanidade pode continuar a ser apreciado esteticamente como natureza, mas a apreciação de quem está ciente do seu caráter não-prístino será provavelmente uma apreciação como natureza afetada pela humanidade.

De que modo alguma coisa natural pode fundar uma resposta estética? Que tipos de características, de aspectos ou propriedades as coisas naturais podem possuir, virtudes as quais podem ser apreciadas esteticamente como naturais?

Para Budd (2002, p. 315), são as características que valorizam certas coisas, em virtude de elas serem coisas naturais de determinados tipos, pois a natureza deve ser apreciada enquanto natureza, tal como ela é. Para o autor, a natureza “deve ser reconhecida como tendo sido formada, e por ser continuamente o lugar, de processos físicos, químicos, geológicos, ecológicos, meteorológicos e evolucionistas, todos acontecendo de forma indiferente ao observador”.

O conceito inovador de “comprometimento”²⁴, pelo filósofo norte-americano Arnold Berleant, levou a novas perspectivas para o estudo da estética. Segundo Berleant, com o seu artigo “A estética da Arte e a Natureza” (2004), “o homem como ser total habita a natureza que o envolve, transforma-a e é transformado por ela. Não se pode defender, em rigor, que ele vê a natureza, uma vez que, vivendo nela, ela se torna parte integrante daquilo que ele é”. Seria incorreto defender que a paisagem é uma secção limitada do mundo que se observa ao longe ou que se confina àqueles restos, ainda, naturais de uma civilização altamente industrializada, sendo antes constantemente percebida e modelada como resultado e componente da nossa cultura.

Concorda-se plenamente com Berleant (2004, p. 289) quando ele afirma que não se pode separar a natureza e a cultura, pois

a natureza, no sentido da terra separada da intervenção humana, desapareceu na sua grande parte. Vivemos num mundo profundamente afetado pela ação humana, não só na destruição quase completa da primitiva natureza selvagem do planeta e na distribuição da flora e da fauna longe dos seus habitats originais, mas também, na alteração das

24 Comprometimento no sentido de uma atitude de imersão sensorial no mundo, estética e simultaneamente ética porque acompanha a responsabilidade.

formas e das características da superfície terrestre, do seu clima e da própria atmosfera. [...] Não só a natureza é visivelmente afetada pela ação humana, como a nossa própria concepção de natureza emergiu historicamente e diverge amplamente de umas tradições culturais para outras. O que queremos dizer com natureza, as nossas crenças sobre a vida selvagem, o reconhecimento de uma paisagem, o nosso próprio sentido de ambiente, todos eles fizeram aparições históricas e foram entendidos de maneiras diferentes em diferentes tempos e locais. Não é surpreendente que uma estética que aspira a universalizar como as ciências tenha dificuldade em encaixar a natureza.

Para Berleant (2004, p. 294), a “**marca estética**” não é a contemplação desinteressada, nem os requisitos de objetivação e nem a ordem, mas um envolvimento total, uma imersão sensorial no “**mundo natural**”, acompanhada de uma consciência perceptiva de elevada acuidade e ampliadas pela sensação de compreensão que o conhecimento assimilado proporciona. Explica ainda que, como apreciadores participativos num cenário ambiental, a “**apreciação da beleza natural reside no fascínio de detalhes intrincados, tons subtis, variedade sem fim e o encanto imaginativo a que num artefato humano chamaríamos de invenção maravilhosa**”.

Portanto, para Berleant (2004) é preciso adotar uma **estética participativa e de comprometimento**, seja em relação à arte, seja em relação à natureza, com todas as suas manifestações culturais, em que nem o local e nem o observador tenha fronteiras delineadas. A **percepção** não é apenas o ato visual, mas, antes, um comprometimento somático no campo estético, pois a sociedade não pode mais manipular o ambiente em função do seu conforto sem que resulte de uma transgressão de si mesmo, nem pode agir como se o seu futuro não estivesse dependente das ações praticadas no dia a dia, é preciso comprometimento no sentido de uma atitude de imersão sensorial no mundo, estética e simultaneamente ética porque acompanha a responsabilidade.

A filósofa japonesa Yuriko Saito (2004) também menciona que vários autores utilizaram a apreciação pictórica para apreciar os objetos naturais, herança da noção do pitoresco, do século XVIII, como formas gerais, ações e combinações com arranjos de forma e cor. Ou seja, ver uma paisagem como se fosse um quadro de uma paisagem e no século XX a natureza deveria ser apreciada apenas em termos de cor, forma, textura e perspectiva tridimensional.

Saito (2004, p. 321) cita, no seu artigo “**Apreciar a Natureza nos seus próprios Termos**”, que a perspectiva pitoresca/formalista ainda hoje é trabalhada

por diversos profissionais (como geógrafos, arquitetos, engenheiros) e a maioria dos turistas quando definem a paisagem no seu sentido estético como “uma abstração compreensiva em que todas as formas específicas são dissolvidas na linguagem básica da arte: em cor, textura, massa, linha, posição, simetria, equilíbrio e tensão”.

A filósofa Saito (2004) concorda com esta perspectiva, mas questiona, pois, para ela, a apreciação pictórica negligencia os meios não visuais, por exemplo, o cheiro, o som, o ar e as partes microscópicas. É preciso reconhecer que a natureza possui a sua história e a sua função, com propriedades sensíveis específicas, ou seja, da sua origem, composição, função, e funcionamento, independe do significado histórico, cultural ou literário que lhe é atribuído pela sociedade. Por exemplo, o sistema americano de criação de parques naturais foi, inicialmente, concebido para preservar a “beleza natural” do oeste americano e serviu de modelo para a criação das áreas naturais protegidas em diversos países, por exemplo, o Brasil. As áreas que eram ecologicamente importantes, mas não cênicas, levaram muito tempo para serem protegidas.

Saito (2004) não considera um problema com a atração pela beleza cênica, considera importante, mas também é preciso ir mais longe, ou seja, precisamos “cultivar nossa sensibilidade para podermos discernir e apreciar os diversos modos de discursos da natureza” (2004, p.317). Saito concorda com Allen Carlson, quando este afirma que, para que ocorra a apreciação estética da natureza, é necessário o conhecimento científico e pelo senso comum, de naturalistas e ecologistas, com fatos científicos relevantes.

Entretanto, Saito reconhece que algumas informações científicas (as informações constituídas por qualidades primárias) afastam a experiência estética, a partir do momento em que a informação deixa de ser sensitiva, mas, por outro lado, as informações científicas de qualidade secundária, como as observações feitas pelos cientistas da história natural amplia a experiência estética. Saito (2004, p. 331) cita, como exemplo, a origem geológica de uma montanha ou o fenômeno de camuflagem de um inseto, na qual eles “estão incorporados ou manifestam-se nas características observáveis do objeto e nós apreciamos o modo como cada objeto nos conta a sua origem, estrutura ou função”.

Além do conhecimento científico, Saito (2004) também considera importantes as narrativas biorregionais (contos folclóricos, mitos e contos indígenas), que tentam explicar ou dar sentido às características observáveis de objetos naturais específicos de uma verdade local (de uma região específica). Sendo que ela não concorda com as narrativas de apreciação associacionista, a qual assume que a natureza é muda, sem qualquer história para contar até que algum acontecimento humano a consagre, pois seu principal interesse são os feitos humanos. A autora não rejeita globalmente a apreciação pictórica ou associacionista, devendo ser orientada pela educação e pelo conhecimento científico.

A natureza só será esteticamente evidente quando, na linguagem corrente, puder identificar na forma, na cor, no seu crescimento e nos seus movimentos, os seus objetos conhecidos e desconhecidos, explica o filósofo alemão Martin Sell, no seu artigo publicado em 1991 e em 1996, “*Uma Estética da Natureza*”.

Seel (1991,1996) cita que a estética da natureza é uma teoria da natureza “livre”, valorizada e procurada devido a sua liberdade, porque a sua beleza está atrelada com essa beleza, mas não por sua “intangibilidade”, nem por sua “estabilidade”, nem por sua “sanidade” ecológica. Os critérios ecológicos são, totalmente, incapazes de substituir a explicação dos pontos de vista estéticos, porque são valorativos.

Sell (1991,1996, p. 407 e 408), explica ainda que

o espaço da paisagem é o espaço-tempo modelado pela natureza. [...] A paisagem é a realidade de vida do homem modelada pela natureza estética. [...] A paisagem estética é uma totalidade que não pode ser apreendida, figurada ou seriada como um todo. [...] É o espaço da moderna liberdade na natureza. [...] A unidade da contemplação paisagística não é a *unidade sem todo*²⁵, mas é a unidade na ilusão do todo perdido. [...] A bela paisagem é uma realidade que não é apenas intensificamente contemplativa, mas igualmente uma apresentação intuitiva e suspensão intuitiva da nossa visão das coisas, do nosso projeto de vida.

Portanto, para Sell a **paisagem** é a natureza estética percebida. O conceito de paisagem utilizado também pode ser aplicado para a paisagem urbana, desde que se envolva o sujeito e a cidade no mesmo espaço-tempo contemplativo.

25 Unidade sem todo: uma quantidade de partes definíveis independentemente (SEEL, 1991, 1996, p. 407).

4.5 A paisagem como identidade estética

Segundo o filósofo italiano Paolo D'Angelo(2001), o tratamento da paisagem como fenômeno estético é marcado por duas doutrinas: a doutrina biológico-científica (modelo da objetividade e da causalidade) e a culturalista (paradigma da pintura). A teoria biológica-científica ou etológica é explicada por D'Angelo no seu livro sobre *Estetica della natura - bellezza naturale, paesaggio, arte ambientale*, em 2001, ao descrever uma pesquisa feita pelo geógrafo britânico Jay Appelon: *The Experience of Landscape*, publicada em 1975 e republicada em 1996.

Uma paisagem apreciável esteticamente está, pelo menos em parte, associada à história biológica da espécie humana e às condições de vida nas quais os nossos antepassados se encontravam há muito tempo atrás.

D'Angelo (2001, p. 422) explica as duas teorias criadas por Jay Appelon: *habitat theory* e a *prospect/refuge theory*:

A satisfação estética, experienciada na contemplação da paisagem, é oriunda dos atributos visíveis da paisagem, como forma, cor, organização espacial, entre outros, que atuam como sinais-estímulos indicativos das condições para sobrevivência. É o *habitat theory*. [...] Uma vez que os nossos antepassados mais remotos viveram como caçadores na savana puderam desenvolver uma particular sensibilidade e reatividade a dois fatores e à sua correlação: poderem dispor de uma *vista* adequada que lhes permitisse avistar presas de caça e poderem *simultaneamente* ter à disposição vias de fuga em direção a refúgios que os abrigassem de animais potencialmente perigosos. É a chamada *prospect/refuge theory*. Assim a resume Appelon: “A *habitat theory* postula que o prazer estético na paisagem deriva do fato de o observador experienciar um ambiente favorável à satisfação das suas necessidades biológicas. [...] A *prospect/refuge theory* postula que, como a sua habilidade de ver sem ser visto é uma passagem intermediária na satisfação de muitíssimas necessidades, a capacidade de um ambiente assegurar a ocorrência dessa condição torna-se numa fonte imediata de prazer estético. O valor estratégico de uma paisagem quer seja natural, quer seja artificial, está relacionado com a disposição de objetos que possam garantir, no seu conjunto, estas duas oportunidades, e quando este valor estratégico deixa de ser essencial à sobrevivência, continua a ser apreciado esteticamente”.

As características da paisagem devem ser semelhantes às características que asseguram a vista ou ao refúgio ou a sobrevivência, além da possibilidade de serem expressam simbolicamente, ou seja, por elementos culturais, características essas encontradas em todas as épocas e em todas as culturas, afirma D'Angelo (2001).

Outra teoria discutida por D'Angelo é a *Savannah theory* ou teoria da Savana de Gordon H. Orians e Judith H. Heerwagen, escrita em 1986. Essa teoria considera que a espécie humana possui prazer na percepção das paisagens naturais, sendo que a paisagem ideal é aquela semelhante às savanas africanas, lugar em que ocorreu a sua hominização. Kirchof (2008, p. 103), também, cita essa teoria:

O fato de que tal fenômeno tenha ocorrido nesse ambiente específico propiciou uma seleção filogenética quanto ao nosso biótopo de preferência. [...] aquele espaço era gratificante para os coletores, por ser rico em frutos silvestres e raízes. Para os caçadores, por sua vez, havia concentração de animais ruminantes. Além disso, as savanas também eram abundantes em água e em árvores. Estas últimas serviam como fonte de energia e como abrigo, na medida em que forneciam esconderijo para possíveis ameaças.

Porém, o filósofo D'Angelo (2001) discorre sobre como explicar o gosto pelo sublime, pois esse gosto opõe-se às teorias etológicas.

A segunda doutrina, a pictórica, pode “até funcionar para explicar as preferências paisagísticas de muitas épocas passadas” e talvez por isso “é tantas vezes erroneamente associada ao panorama, à vista ou a uma representação ciência que oferece (imediatamente) a realidade a um sujeito contemplador instalado em um ponto fixo”. Para o filósofo, essa teoria pode até estar correta, mas parcialmente falsa, porque ela também pode ser pensada no processo inverso, em que a “visão da paisagem real é condição do aparecimento da paisagem pintada”. E não como que a nossa percepção da paisagem real, que nada mais é do que “um reflexo e uma consequência da paisagem como gênero artístico” (D'ANGELO, 2001, p. 429 e 430).

A partir do século XX, a apreciação da paisagem não precisa mais ser explicada pela representação artística, de um ponto de vista e das condições panorâmicas. Ela pode ser explicada como a **identidade estética dos lugares**, sem negar que na natureza possam dar-se diversos tipos de experiências que possam contribuir para a nossa **experiência estética**. Por um lado subjetiva (depende da experiência que constitui um sujeito) e, por outro, objetiva (que a caracteriza e contribui para fixar a sua identidade e a sua esteticidade), afirma D'Angelo (2001).

A **identidade estética** de um lugar é fruto da interação da natureza, da cultura e da história evolutiva na paisagem. Essas identidades dos lugares não devem ser desfiguradas, devem ser protegidas perante a forma legal (por legislação) ou modificadas, desde que as alterações não interfiram na esteticidade,

mas não transformadas em museus, pois a paisagem para ser verdadeira, deve ser viva, evoluindo com a história, afirma D'Angelo (2001).

Um dos principais tópicos relevantes do pensamento de D'Angelo (2001, p. 438-439) consiste em:

Reivindicar uma saudável distinção entre paisagem e ambiente é antes de mais um fato de clareza lógica, mas não significa de todo afirmar que os conceitos biológicos, geográficos ou ecológicos não entram na percepção da identidade estética de um lugar. Apreciamos verdadeiramente aquelas paisagens que conhecemos: a relação é similar à que se instaura, por exemplo, entre os conhecimentos iconológicos e a apreciação de uma pintura. [...] devemos tomar a estética como modelo para a desconstrução da oposição entre natureza e arte, mostrando quanta arte há naquilo a que chamamos natureza e quanta natureza há naquilo a que chamamos de arte. [...] Devemos perguntar qual o contributo que as artes podem dar à nossa compreensão da natureza *hoje*, tendo em conta os fenômenos recentes e evitando decalcar sobre o *hoje*, velhos paradigmas de dois séculos atrás.

A concepção da **identidade do lugar**, como fundamental para apreciação da **estética da paisagem**, assim como para se pensar em termos da criação de projetos à proteção, também é defendida pela filósofa italiana Luisa Bonesio (2002).

Reabilitar um lugar significa projetar na paisagem no passado e no futuro, unindo-a a sua dimensão retrospectiva e prospectiva, para que reapareça na sua expressividade total e deixa de ser algo fruído apenas visualmente, destinada a servir de **objeto de contemplação** durante os momentos da experiência estética, afirma Bonesio (2002).

Bonesio (2002) justifica seu ponto de vista utilizando-se da geofilosofia, disciplina filosófica a qual possui uma proposta transdisciplinar, pois a produção da paisagem (manutenção e o incremento do seu valor) não pode acontecer na ausência de consciência e responsabilidade ambiental e na falta de reconhecimento da paisagem como um espaço simbólico das comunidades, principalmente para os urbanistas, arquitetos e legisladores.

Bonesio (2002) diz também que, para compreender o **belo da paisagem** moderna, é preciso olhar a paisagem “não como uma coleção ideal de parcelas extraídas de lugares e tempos diversos, nem tão pouco como uma compilação da beleza natural, mas como uma manifestação visível das modalidades do habitar do homem sobre a Terra”. A beleza deve ser entendida no seu alcance ontológico (essência e na qualidade da paisagem).

O arquiteto paisagista português Gonçalo Ribeiro Telles faz uma análise bem diferente dos autores acima, pois, para ele, a harmonia do conhecimento do meio, do desenvolvimento da diversidade biológica, da transformação da circulação e da permanência da água, da transformação do relevo e do solo, da criação de microclimas favoráveis, do melhoramento das plantas e dos animais e da proteção das pragas é que se constrói a paisagem, pois esta possui como atributo pôr a ordem nas coisas e procurar o belo.

Telles (1994, p. 482) afirma que a paisagem rural tem sido sistematicamente destruída, desaparecendo como valor estético e patrimonial autônomo. E na paisagem rural em que “ocorre o equilíbrio psicossomático da pessoa humana”. Nesse sentido, ele entende que a identidade dos povos como coletividades diferentes e independentes depende da continuidade cultural e histórica, e para isso se faz necessário ter uma paisagem que seja valorizada. “Há que promover a formulação de uma paisagem global, que inclua as diferentes formas e funções das paisagens rural e urbana”. Para a paisagem ser bela, “é preciso restabelecer o *continuum naturale* no espaço urbano e rural, como elo entre as respectivas paisagens, permitindo a aproximação dos dois modos de vida e das pessoas”.

Régis Debray (1994) atribui o nascimento da paisagem

ao homem que olha pra si a partir da descoberta do novo mundo, como um reflexo para o familiar, um movimento da sensibilidade renascentista que estetizou o meio natural e cultural e onde a pesquisa do exterior progrediu juntamente com a pesquisa do interior, a natureza viva e morta. Olha-se a paisagem, não apenas pela liberdade calvinista ou de um aprendizado técnico que transforma em quadro o desordenado no mundo, através dos exercícios da visão, mas pela distância que se olha para ela. Dessa maneira, o homem da cidade, que não trabalha na terra, é que vai ter o ‘privilégio’ de deleitar-se com as belezas da natureza. A contemplação de paisagens seria fruto de um capitalismo e individualismo que permitiu se abrir os olhos para apreciar águas, montes e bosques. Do mesmo modo, seria a constatação de que o homem não era o centro do universo e sim um fragmento no conjunto da natureza que fez o artista do norte olhar para seu entorno: o pitoresco.

Pitoresco, este que se define entre o belo e o sublime, por diversos autores já citados, sendo complexo e excêntrico, variado e irregular, rico, forte, vibrante e com energia.

4.6 Modo de leitura da estética da paisagem

De acordo com Carlson (2000) e Lima (2007), a **estética da paisagem** é pensada e discutida através de oito modelos: objetivo, paisagístico, natural-ambiental, do compromisso, emocional, do mistério, não estético e metafísico.

O **modelo objetivo** considera os objetos naturais como esculturas que manifestam propriedades específicas.

O **modelo paisagístico** baseia-se nas qualidades formais bidimensionais como as manifestadas na pintura, modelo esse mais acreditado ao longo dos tempos, principalmente a partir do Renascimento, pois considera a paisagem como um panorama ou como um cenário.

O **modelo emocional** defende que, para que a natureza seja apreciada, basta a possibilidade de se deixar emocionar por ela.

O **modelo do mistério** afirma que a experiência adequada da natureza incorpora um sentido de ser separado da natureza e de não pertencer a ela, uma sensação de mistério que envolve o estado de incompreensão apreciativo, uma “adoração” da natureza quase que religiosa.

O **modelo não estético** acredita que não existe uma experiência estética da natureza, ela está reservada à arte.

O **modelo metafísico** concebe a natureza com realidades metafísicas, como o sentido da vida ou o lugar da sociedade humana no universo.

O **modelo do compromisso** é defendido, principalmente, por Berleant, o qual recusa a visão antropocêntrica da estética e assume uma posição objetivista, pois, para o filósofo, a sociedade humana “olha” a natureza como funcionalidade e como entidade condicionante da sua vida e do seu comportamento. É um modelo baseado no conceito de sublime de Immanuel Kant. Lima (2007, p. 92) explica que

aquilo que é sublime ultrapassa-nos, não conseguimos entender com a razão e conseqüentemente provoca temor; o temor provoca no Homem a retirada da posição de espectador e assunção de outra, a de participante, que depende do desenrolar dos acontecimentos. De fato, será na natureza onde mais se encontram exemplos de sublimidade: [...] universo; massa de nuvens a mover-se; queda de água; furacão; trovoadas. A experiência estética, que em Kant obriga a uma atitude de desinteresse, prova-se neste caso, requerer outra atitude: a de compromisso; ajo e reajo ao que me rodeia não lhe sou indiferente. Quando estamos perante situações não sublimes também podemos apreciar a natureza numa atitude de compromisso, desde que nos consigamos libertar das exigências formais de ordem, requisitos da nossa razão e da nossa educação.

O **modelo natural-ambiental**, na visão pós-moderna, privilegia o papel do conhecimento sem hierarquização, produzido não só pelas ciências naturais, mas também de outras áreas como as artes, a literatura, o folclore, a religião e o mito. Os atributos importantes para a apreciação estética são as qualidades sensoriais (cor, textura e brilho) e as formais (equilíbrio, harmonia, unidade e coerência). O filósofo Carlson defende este modelo de uma visão pluralista para apreciação estética desde que os fatores considerados tenham pesos diferentes.

No modelo natural-ambiental não pode ser esquecido que a paisagem está em permanente evolução e é alvo de sobreposições constantes e contínuas, resultantes da história do passado, do presente e do futuro, além de que os seus usos a definem e a constroem continuamente, afirma Lima (2007).

4.7 Uma breve conclusão

Mas afinal, o que é paisagem? Qual a origem e a importância da beleza cênica da paisagem? Qual o significado da expressão *beleza cênica da paisagem*?

A **paisagem** não é nem natureza nem cultura. Existe por causa da sociedade que a identifica e a nomeia. Há diferentes modos de ser da paisagem, que é sujeito e objeto da paisagem, permanência e movimento, mutabilidade e persistência. É também “material”, além de propiciar todas as sensações sem deixar de ser intangível (SERRÃO, 2011).

A origem da paisagem é uma marca impressa no espaço geográfico pela sociedade humana, criada e nomeada, inicialmente, de duas maneiras. Por intermédio dos artistas e pelos naturalistas que, durante as suas viagens realizadas a partir do século XV, puderam visualizar diferentes paisagens e posteriormente desenhá-las e transformá-las em quadros, poemas e narrativas. E, também, pela apropriação do espaço físico para as atividades agrícolas e pastoris. Espaço esse designado como paisagem para quem vive na área urbana, pois o produtor rural não considera o local onde ele vive como uma paisagem e sim como a “sua terra”.

No quadro 3 segue uma síntese das linhas de pensamento da paisagem relacionada a estética, a natureza e ao território com seus autores.

Quadro 3 - Síntese das linhas de pensamento da paisagem relacionada a estética, a natureza e ao território

Autor	Paisagem e a estética, a natureza e o território	Conceito de Paisagem
Georg Simmel	Paisagem estética	A paisagem nasce quando uma justaposição de fenômenos naturais espalhados no território, que é apreendida num peculiar tipo de <i>unidade</i> , chamada de <i>Stimmung</i> . A paisagem recompõe momentaneamente o caráter unitário e homogêneo de um todo, da natureza.
Joachim Ritter	Paisagem estética	A paisagem é a natureza que se torna esteticamente presente no olhar de um contemplador (viandante).
José María Sánchez de Muniáin	Paisagem estética	A paisagem é uma visão analítica e parcial da natureza, que a vista alcança como também, vivemos através do ouvido, do tato, do olfato e do paladar. Ela é espacial, entitativa, cognoscitiva e valorativa.
Ronald Hepburn	Paisagem natureza	A natureza precisa ser apreciada e analisada como natureza e não somente contemplada. Está-se na natureza, se é parte da natureza, se é tanto atores, como espectadores, se são ingredientes da natureza.
Rosário Assunto	Paisagem natureza	Paisagem possui uma dimensão espacial e temporal, num espaço limitado e aberto, como um objeto de experiência e juízo estético, pelos sentidos. Sua existência depende da naturalidade dos seus elementos, da história e de elementos tecnoindustriais.
Nicolas Grimaldi	Paisagem estética	A paisagem deve ser reconhecida através da natureza de forma desinteressada para sentir sua beleza.
Alain Roger	Paisagem natureza	A paisagem é uma extensão da terra, um lugar no espaço natural, que só adquire valor estético quando ela é artializada pela arte e pela cultura humana. É uma percepção do sujeito.
Augustin Berque	Paisagem natureza	Paisagem é a dimensão sensível e simbólica da natureza que depende sempre de uma subjetividade coletiva, e não existe sem a cultura.
Eugênio Turri	Paisagem território	A paisagem é a representação e o iconema do território ao revelar os significados subjetivos dos valores histórico-culturais da identidade territorial.
Allen Carlson	Paisagem estética	A estética deve fornecer pontos de apoio para apreciar a paisagem baseados nas ciências da natureza.
Yuriko Saito	Paisagem estética	A paisagem deve ser apreciada com a incorporação das narrativas bio-regionais, além do conhecimento científico.
Malcom Budd	Paisagem estética	A natureza deve ser apreciada como

		natureza tal como ela é. Ela deve ser reconhecida como tendo sido formada por processos físicos, químicos, geológicos, ecológicos, meteorológicos e evolucionistas, todos acontecendo de forma indiferente ao observador.
Arnold Berleant	Paisagem natureza	A percepção da natureza, além de ser visual, é também um comprometimento somático no campo estético e ético (de comprometimento).
Martin Sell	Paisagem estética	A paisagem é a natureza estética percebida.
Paolo D'Angelo	Paisagem natureza	A paisagem como fenômeno estético é marcada pela doutrina biológico-científica e a culturalista. A identidade estética de um lugar é fruto da interação da natureza, da cultura e da história evolutiva na paisagem.
Luisa Bonesio	Paisagem estética	Para compreender o belo da paisagem moderna é preciso olhar a paisagem como uma manifestação visível das modalidades do habitar do homem sobre a Terra.
Gonçalo Ribeiro Telles	Paisagem natureza	A harmonia do conhecimento do meio, do desenvolvimento da diversidade biológica, da transformação da circulação e da permanência da água, da transformação do relevo e do solo, da criação de microclimas favoráveis, do melhoramento das plantas e dos animais e da proteção das pragas é que se constrói a paisagem.

Fonte: Vieira, 2014.

Pode-se afirmar pelo pensamento filosófico que a paisagem é a experiência do indivíduo moderno (Simmel) evocativa de um mundo passado; de uma unidade para sempre perdida (Ritter); chamada de campo por Muniaín, a qual ainda permanece intacta pela naturalidade dos seus elementos e procurada como terapia, higiene de vida e revivescência de religiosidade; categoria mista e complexa entre natureza e cultura (Assunto); esfera de significações, como uma criação cultural (Turri, Berque e Roger); o lugar onde a terra e o céu se tocam (Corajoud); só é bela pelos nossos olhos (Grimaldi); deve ser apreciada fora do enquadramento da estética da arte (Hepburn e Budd); apreciada como um fator cognitivo baseado nas ciências naturais (Carlson) ou por um fator cognitivo incorporado pelas narrativas bio-regionais sobre os lugares nativos (Saito); analisada como uma estética participativa e de comprometimento, com todas as suas manifestações culturais (Berleant); e, ainda, é a identidade estética dos lugares (D'Angelo).

A **beleza cênica da paisagem** é a **identidade estética** quando o espaço se transforma em lugar, devendo ser lida nas suas concepções ontológica (essência e qualidade), estética (modo de apreciação e valoração) e ética (possibilidades e limites do agir e de conservar no seu conjunto paisagístico). Reconhecer a beleza cênica de um lugar significa identificar e respeitar as suas propriedades estéticas formais e estruturais marcadas pela harmonia e pela sua historicidade.

Na leitura deste capítulo, pode-se ressaltar que houve um caminho teórico em busca do **belo natural** em relação ao **belo artístico** e um comprometimento com a natureza no sentido de envolvimento, de pertencimento. Como se a paisagem fosse uma simbiose entre natureza e sociedade humana e, no momento atual, deve ser protegida também esteticamente, e não só pelas suas características físicas e culturais.

No próximo capítulo será contextualizado como ocorreu, e quando, a proteção das paisagens nas legislações ambientais nacionais e internacionais.

5 A PROTEÇÃO DA PAISAGEM

A preservação da paisagem, objeto de um desejo em ascensão, constitui, ao mesmo tempo, uma fonte de proveito, uma ocasião de conflitos, um instrumento de poder e um jogo identitário²⁶.

Corbin.

Neste capítulo será explanado o porquê, quando e como as paisagens começaram a despertar na sociedade humana a necessidade de proteção, principalmente suas **belezas cênicas**, pois, como afirma Milaré (2011), a proteção ambiental é objeto de preocupação, em maior ou menor escala, de todos os povos.

Parte-se, inicialmente, da apresentação da trajetória de construção do conceito de **patrimônio histórico e natural**, sobre a organização da sociedade civil e da criação de organizações internacionais para promover a proteção através de instrumentos jurídicos e, também, da criação de **áreas especialmente protegidas**, marcadas pelo sentimento nacionalista e, posteriormente, por uma visão internacionalista num contexto histórico, político, social, econômico e científico.

Também se encontra neste capítulo uma explicação sobre a história da proteção ambiental no Brasil, partindo do período colonial até o republicano.

Por último apresenta-se uma lista de todos os sinônimos da beleza cênica da paisagem que aparecem na legislação brasileira e a sua importância.

5.1 A proteção dos patrimônios histórico e natural

A proteção institucional do **patrimônio²⁷ histórico** iniciou-se somente no século XIX, na França. Segundo Choay (2001), durante a Revolução Francesa inicia-se o grande processo de apropriação da "propriedade nacional", com o sequestro e

²⁶ *La préservation du paysage, objet d'un désir en hausse, constitue, à la fois, une source de profit, une occasion de conflits, un instrument de pouvoir et un jeu identitaire* (CORBIN, 2001).

²⁷ A palavra patrimônio vem do latim *patrimonium*, herança, isto é, conjunto de bens de família, transmitidos por herança (a herança, a propriedade da família transmitida pelo pai 'pater' e pela mãe); conjunto de bens herdado ou adquirido de uma pessoa, instituição ou empresa; e o conjunto dos bens materiais e imateriais de uma nação, estado, cidade, que constituem herança coletiva e são transmitidos de geração a geração (AZEREDO, 2013).

confisco de bens da igreja, da coroa e da aristocracia. Para conservar os bens criou-se a ideia do *patrimônio coletivo*, ou seja, de um valor de nacionalidade, de interesse de todos os cidadãos e de uma história coletiva. Paradoxalmente, esse período também é fortemente influenciado pela destruição que ganha o país e torna-se incontrolável, pelo desejo de “apagar” todos os símbolos da realeza e a necessidade de fazer armas.

Em 1794, na luta contra este vandalismo, o abade Grégoire (membro do parlamento) se opõe à destruição de certos locais representativos (*certaines lieux emblématiques*) da história da França e concebe o atributo de “**monumento**²⁸ **histórico**”. Em 1830, François Guizot (historiador, professor e vice-ministro do Interior) criou a política do patrimônio, com a Inspeção Geral dos Monumentos Históricos. Guizot, assim como Grégoire, considerava o patrimônio uma ferramenta que, juntamente com a escola, poderia sensibilizar os cidadãos do país para participarem da construção de uma identidade nacional e do Estado-Nação.

Mas foi somente em 1840 a primeira lista de monumentos protegidos e na Terceira República, em 1887, a criação da lei de conservação de monumentos e obras de arte com um histórico nacional, que padroniza as regras da conservação do patrimônio e determina condições da intervenção estatal para a proteção dos monumentos históricos (POULOT, 2006; CHOAY, 2001).

Choay (2001) explica que as grandes mudanças ocorridas no espaço geográfico e o ritmo acelerado da sociedade decorrentes da Revolução Industrial (países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos) produziram uma crise de identidade e, conseqüentemente, uma tentativa de resgate para compor uma visão nostálgica do passado. Ao término da Primeira Guerra Mundial, a preocupação com o patrimônio histórico estendeu suas fronteiras aos demais países europeus.

O patrimônio histórico é estabelecido simultaneamente à formação dos Estados nacionais. O uso das narrativas do **patrimônio histórico e cultural** é utilizado para construir memórias, tradições e identidades. Gonçalves (2002, p. 116) explica ainda que

28 Monumento, origem latina monumentum, derivado do verbo *moneo* (se lembrar). Obra erigida em honra de alguém ou para comemorar algum acontecimento notável. Edifício grandioso, digno de admiração pela sua estrutura ou pela sua antiguidade. Qualquer obra intelectual ou material que pelo seu alto valor passa à posteridade (AZEREDO, 2013).

na medida em que os Estados nacionais se constituem, formam-se ‘patrimônios nacionais’ cujo acesso passa a ser obrigatoriamente universal, aberto a todos os cidadãos. Estes, nesse contexto nacional moderno, são, em princípio, diretamente representados pelo seu patrimônio cultural, o patrimônio da nação, [...] passam a ser considerados individualmente, constituídos a partir de valores como igualdade e liberdade, e, portanto, independentes de toda relação social e de qualquer posição de interdependência.

Em 1931 ocorreu o Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Monumentos, em Atenas (Grécia). Nesse congresso foi redigida a Carta de Atenas, considerada o primeiro documento de caráter internacional que dispõe sobre a proteção dos bens de interesse artístico e histórico. Por meio da proteção do Patrimônio Histórico inicia-se, também, um movimento para a proteção do Patrimônio Natural, principalmente das *paisagens “excepcionais”* (IPHAN, 1995).

Gonçalves (2002) explica que ocorreram dois discursos na construção do conceito de patrimônio: de “**monumentalidade**” e do “**cotidiano**”. A visão da monumentalidade, de origem francesa, que se generalizou mundialmente e firmou-se como uma expressão de grandiosidade, de beleza e de intocabilidade, que por sua vez, advém de um “sentimento de monumentalidade como preocupação estética”. O outro discurso, chamado de cotidiano, prioriza outros valores, como a experiência pessoal e coletiva dos diversos grupos sociais, constituindo o patrimônio como uma representação da diversidade cultural presente em uma sociedade.

A origem do **patrimônio natural** procede da preocupação com o monumento natural. Do ponto de vista do patrimônio natural, a “monumentalidade” reflete uma natureza espetacular, grandiosa, quase sempre ausente da condição humana, intocável e disponível apenas para a fruição visual, enquanto que o “cotidiano” reflete uma natureza “vista como parte da memória coletiva, das histórias de vida, como componente das práticas sociais e espaciais”, afirma Scifoni (2006, p. 27).

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, países como Suíça, Japão, França, Itália e Brasil “introduziram pioneiramente uma nova abordagem para proteger a natureza, de maneira indissociável: proteger o monumento natural, juntamente com o monumento histórico”, afirma Scifoni (2006, p. 30). Outros países da Europa e nos Estados Unidos já existiam nesse momento, uma legislação de proteção da natureza, através dos parques nacionais.

Scifoni (2006) cita que a Suíça, na sua Constituição Federal (de 1874) defende a conservação intacta do aspecto característico da *paisagem* e das localidades, dos lugares evocadores do passado, assim como as curiosidades naturais e os *monumentos*. Na França, berço da legislação patrimonial, a primeira lei de proteção dos sítios e monumentos naturais de caráter artístico foi criada, em 1906, a lei de Proteção dos Sítios e Monumentos Naturais de Caráter Artístico.

O Japão, em 1919, é o primeiro país a estabelecer na sua legislação a proteção aos monumentos naturais, ou seja, os monumentos reconhecidos por uma memória coletiva, de valor simbólico e espiritual que os “lugares” possuem. São classificados em três categorias: sítios históricos, *locais de beleza cênica* e *monumentos naturais* (BORDIEU, 1993).

Na Itália, a lei nº 1.497, de 1939, aponta como de interesse público os sítios de *beleza natural* ou de singularidade geológica, e até mesmo *uma vista panorâmica, bem como o lugar de onde se possa avistá-la, como um belvedere*.

No Brasil, com a influência das práticas europeias, a tendência de valorização das características estéticas como o elemento que define o reconhecimento de patrimônio criou um decreto (Decreto-lei nº 25 de 1937²⁹), considerando como patrimônio os monumentos naturais, bem como os *sítios e paisagens* que importem conservar e proteger pela aparência notável com que tenham sido dotados pela natureza ou pela sociedade.

Scifoni (2006) explica que as práticas relacionadas a patrimônio e preservação foram disseminadas internacionalmente, por intermédio da criação da organização intergovernamental da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO): o Iccrom (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais, criada em 1956), por um grupo de especialistas que criou a organização não governamental: o Icomos (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

O patrimônio natural de interesse supranacional e que resultou na elaboração de um documento intitulado Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural

29 BRASIL, Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

e Natural, surgiu em 1972, numa conferência realizada em Paris organizada pela UNESCO.

A UNESCO, ao constatar que o patrimônio cultural e natural, de valor universal excepcional, estava cada vez mais ameaçado de destruição e que o desaparecimento do mesmo constituía um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo, justifica a necessidade da proteção mundial também porque:

A proteção dos mesmos em escala nacional, muitas vezes é insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e da insuficiência de recursos econômicos, científicos e técnicos do país no território do qual ele se encontra o bem a salvaguardar (disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>; <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>, acesso em 10 jan. 2014).

Segundo a UNESCO, o **patrimônio mundial** deveria ser constituído por obras e expressões de processos naturais de interesse excepcional, por vezes testemunhos únicos que deveriam ser considerados pertencentes não apenas aos Estados em que se encontravam, mas a toda a humanidade. No artigo 1º da Convenção, o patrimônio cultural engloba os monumentos, os conjuntos de edifícios e os *sítios (locais) de valor universal dos pontos de vista* histórico, artístico, científico, *estético*, etnológico ou antropológico.

O patrimônio natural, no artigo 2º da Convenção, considera as formações físicas, biológicas, geológicas, fisiográficas, as zonas estritamente delimitadas que constituem habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas extraordinárias e os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, *com valor universal excepcional do ponto de vista científico, da conservação ou da beleza natural*.

Somente em 1977 a UNESCO, elaborou um documento intitulado *Diretrizes Operacionais para Implantação do Patrimônio Natural*, com critérios e definições mais precisas (SCIFONI, 2006). Nessas Diretrizes foram definidas as classes de sítios naturais ou culturais que podem ser considerados para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial e fixava o dever que compete aos Estados-membros quanto à identificação de possíveis sítios. Para serem incluídos na Lista do Patrimônio Mundial, os bens naturais devem:

- i. Ser exemplos excepcionais representativos dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou
- ii. Ser exemplos excepcionais que representem processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou
- iii. Conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma *beleza natural e uma importância estética excepcional*, ou
- iv. Conter os habitats naturais mais importantes e mais representativos para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Observa-se, também, a compreensão do patrimônio com duplo aspecto: com elementos culturais e naturais, materiais e imateriais, herdados do passado ou criados no presente, no qual um grupo social reconhece alguns sinais de sua identidade, vinculado com o meio em que esse grupo habita.

Nesta perspectiva, o sentido original do monumento era associado a uma lembrança coletiva, tinha uma função memorial, pois eram para marcar algo que se desejava recordar, acontecimentos, ritos, crenças que deveriam ser transmitidos para as novas gerações. Posteriormente, passou a ter um caráter *estético*, ou seja, a beleza, o poder e a grandiosidade passaram a ser as expressões do monumento. E, atualmente, simboliza diferentes práticas e memórias de diversos grupos sociais, nem sempre reconhecidos pela historiografia oficial.

5.2 Os primórdios da Constituição das Áreas Protegidas - o reconhecimento da beleza das paisagens

Na Europa, antes da criação de uma legislação, as primeiras **áreas protegidas** foram criadas principalmente pela tomada de consciência da sociedade civil que percebia a importância das **belezas das paisagens**, tais como artistas, escritores, cientistas e filósofos.

As narrativas de viagens, os romances, as pinturas, os guias turísticos³⁰ produzidos foram fundamentais à proteção das paisagens, do meio ambiente e também da natureza. Essa tomada de consciência ganha força, posteriormente, entre governantes, organizações civis e grupos privados simpáticos a esses temas. Assim, as paisagens passam a ser protegidas primeiramente pela criação de Reservas Artísticas e depois pela criação dos Monumentos Naturais e dos Parques criados pelo Estado.

McCormick (1992, p. 26) cita que na Europa o meio-ambiente havia sido manipulado durante séculos, transformando a paisagem e, quando os “remanescentes florestais foram ameaçados pela indústria e pela agricultura mais eficiente, protecionistas se ‘levantaram’ em resposta”, ao passo que, nas áreas em que estavam vivenciando “um novo assentamento europeu”, como na América do Norte, Austrália, África do Sul e algumas colônias africanas, a conservação e a proteção emergiram como uma forma de controle político e econômico. O autor cita que “os primeiros colonizadores da Austrália e dos Estados Unidos consideravam as florestas como um obstáculo no caminho do progresso”.

McCormick (1992) também menciona que “as influências intranacionais se disseminaram. O conhecimento dos especialistas florestais alemães foi exportado para os Estados Unidos e para a Índia, via Grã-Bretanha, para Austrália via Índia”, pois o conceito de manejo produtivo e sustentado das florestas foi introduzido no final do século XVIII pela Alemanha, inicialmente, e depois por França e Suíça.

Thomas (1996, p. 358) explica que o apreço pela natureza, principalmente, pela natureza selvagem, se convertera num ato religioso, pois a natureza não era só bela, era moralmente benéfica. Cita ainda que

há uma forte sensação de remorso frente aos atos de supressão vegetal e aos maus tratos aos animais. Os objetos naturais - árvores, flores, animais criados pelo homem e pássaros- são valorizados por suas associações primeiras: eles trazem de volta lembranças da infância de uma maneira

30 Guias de viagem participaram na divulgação de um conceito que incorpora o patrimônio paisagístico. O primeiro é o Inglês, a partir de 1860 (ano da anexação de Savoy à França e da viagem de Napoleão III à Chamonix). Os guias franceses fazem um convite para viajar até as montanhas- descrição do itinerário e da história do Savoy de Adolphe Joanne, publicado em 1860 (SELMI, 2009, p. 45).

mais vívida e imediata do que é capaz qualquer humano; os objetos naturais, ao contrário dos humanos, são percebidos enquanto classes, não como indivíduos; e uma primavera pode ser instantaneamente reconhecida como a planta que vimos na infância, ao passo que uma pessoa não.

A criação dos primeiros guias turísticos e das associações de turismo (Club Alpino Britânico, em 1857, Clube Alpino Alemão, em 1869, Clube Alpino Francês, em 1874 e do *Touring Club* da França, em 1890) desencadearam o aumento pelas viagens em busca do “sublime” das paisagens, especialmente as montanhosas e as áreas costeiras.

Camargos (2006, p. 37) cita:

O turismo na época condensava as diversas expectativas de autoconhecimento e conhecimento do mundo, nas quais o código científico, estético e religioso complementava-se em uma equação que revelava mais cumplicidade que contradição. O “lugar santuário” superpunha-se, assim ao lugar laboratório e ao lugar do êxtase e da dúvida individual.

As paisagens ditas “temidas e admiradas”, como os penhascos íngremes, o sol se pondo no oceano, as montanhas, os desertos, as ruínas perdidas na floresta sem fim foram registradas pelos pintores românticos europeus (Turner e Caspar David Friedrich) e os iluministas norte-americanos (como por exemplo, Thomas Cole). A construção de abrigos, de mesas de orientação, o desenvolvimento de trilhas e de estradas são ações realizadas pelo *Touring Club* da França, que visavam a proporcionar vistas paisagísticas sobre a natureza “selvagem” (SELMÍ, 2009; BLOUIN-GOURBILIÉRE, 2013).

MCCormick (1992, p. 23) explica que havia centenas de sociedades e clubes de campo que se concentravam na contemplação e no estudo da natureza. O crescimento da popularidade da história natural, principalmente da ornitologia, levou “a uma grande disseminação da coleta de espécimes em meados do século XIX e a um crescimento correspondente nos danos infligidos às plantas e aos animais selvagens”. O autor cita ainda que

muitos naturalistas, menos conscientes, competiam uns com os outros ao reunir coleções de pássaros, ovos e plantas. [...] a voga de colecionar, somada ao aperfeiçoamento das armas de foto e a crescente popularidade dos esportes campestres, cobrou seu tributo em vida de animais selvagens. [...] a questão da plumagem foi, com certeza, a primeira causa protecionista popular e a mais importante por trazer o protecionismo para mais perto da história natural. [...] em 1885, a plumagem de aproximadamente 775 mil pássaros das Índias, do Brasil e de outros países foram vendidos no mercado de Londres. [...] o poder econômico e político

eram considerados como os causadores da destruição moral, social, da saúde humana, dos valores tradicionais, do meio e da beleza natural.

Tornou-se implícito o desejo de proteger a natureza e os clubes naturalistas passaram a se preocupar com os danos infligidos tanto por seus próprios semelhantes quanto por outros, afirma McCormick (1992).

Paralelamente, ocorre uma forte reação contra as condições de vida miseráveis das cidades industriais. Surgem associações para **proteção das paisagens** em consonância com a **proteção dos monumentos naturais** e também contra a temporada de caça anual. Em 1865 foi fundado o primeiro grupo ambientalista privado no mundo, a *Commons, Open Spaces, and Footpaths Preservation Society*. Esse grupo promoveu campanhas para preservação de espaços (de áreas verdes urbanas) que eram “ambientes campestres” disponíveis aos trabalhadores urbanos. McCormick (1992, p. 25) cita que “os conceitos de recreação, preservação, santuário e áreas virgens fundiram-se no decorrer dos anos de 1860 e tornam-se argumentos econômicos e científicos”. Como esse grupo não podia comprar terras, em 1895, foi criada a associação sem fins lucrativos *National Trust* (Locais de Interesse Histórico ou Beleza Natural) com o objetivo de proteger a herança natural e cultural da nação contra a padronização causada pelo desenvolvimento industrial. Assim, várias áreas foram compradas para preservação.

McCormick (1992) cita que na Inglaterra, em lugar de proteger as áreas virgens, preservavam o campo em seu conjunto, em áreas nas quais as propriedades permaneciam em “diferentes mãos” e onde as pessoas moravam e ganhavam a vida. A **proteção das paisagens** surge como uma ação de “conservação dos traços do passado” e também das suas relações funcionais, ecológicas, simbólicas e estéticas, afirmam Périgord e Donadieu (2012).

Atualmente, na Inglaterra são protegidas as **áreas de beleza natural** (AONBs), **áreas de alta qualidade cênica** e que possuem proteção legal, a fim de conservar e realçar a beleza natural de suas paisagens. Existem atualmente 33 dessas áreas e representam 15% da área de terras do país. São designadas apenas por suas qualidades de paisagem, com a finalidade de conservar e realçar sua beleza natural (os elementos da paisagem e da rica história de ocupação humana ao longo dos séculos). Os objetivos das AONBs são conservar a beleza natural das

paisagens da Inglaterra para recreação, além de salvaguardar essas belezas das atividades rurais e urbanas.

Na Austrália, a partir de 1860, foram reservadas áreas costeiras e margens de lagos e rios para o lazer público, criados parques nacionais em áreas que produzissem pouca madeira negociável e não em áreas consideradas virgens, além da criação de leis para proteger a fauna. Em 1915, a Tasmânia aprovou uma Lei de Preservação da Paisagem.

Nos países do norte da Europa, como a Alemanha e a Áustria, a noção jurídica de **proteção das paisagens** foi inspirada na conservação da natureza e não pela prática de proteção dos monumentos históricos, como ocorreram na França e na Itália (PÉRIGORD; DONADIEU, 2012).

Portanto, a história recente da conservação da natureza possui como embasamento o pensamento e as definições dos naturalistas, bem como os avanços do conhecimento científicos e tecnológicos ocorridos durante os séculos XVIII e XIX na Europa Central e na América do Norte. A redescoberta do romantismo na natureza, a exploração científica do mundo natural e o sentimento de indignação causado pela ameaça de desaparecimento das espécies selvagens, durante o século XIX, foi predominante para a criação de um modelo de conservação, em que a valorização da paisagem é uma dos argumentos para a constituição de uma consciência social e do arcabouço jurídico.

Durante o século XIX e início do século XX, ocorreu a criação de grupos organizados para discutir as questões ambientais em nível nacional e, posteriormente, internacional, sobretudo no que se refere ao conceito de área protegida e conservação da beleza cênica das paisagens.

5.3 Os primeiros passos para a proteção das paisagens na França - a beleza artística da paisagem

A Floresta de Fontainebleau (chamada inicialmente de *Forêt de Bière*), na França, por razão de suas **qualidades estéticas** era o local de inspiração para escritores e pintores da escola de Barbizon. Entre 1830 e 1837, os pintores protestaram contra o corte das árvores e plantação de novos pinheiros nos seus lugares preferidos. Em 1853, 624 hectares da floresta foram protegidos e, em 1861,

artistas e escritores conseguiram a criação da *primeira reserva artística* (1.097 hectares) por decreto imperial. Em 1953 foi criada a reserva biológica (HERVET; MÉRIENNE, 1997).

O maciço de Fontainebleau é o local de fundação da primeira União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN), que se tornou, em 1948, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) e da União Mundial pela Natureza. Em 1998, a UNESCO reconhece o território da floresta como uma das Reservas da Biosfera, a décima Reserva da Biosfera Francesa (FAO, 2003).

A Floresta de Fontainebleau “foi a primeira área de conservação natural criada e o primeiro passo para a proteção da natureza”, afirmam Émile Leynaud (1985) e Loiseau (2005). A segunda área foi o Parque Natural de Yosemite (parque estadual), em 1864, e a terceira foi o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, em 1872. (LOISEAU, 2005).

Harrison (1992, p.12) afirma que:

La forêt de Fontainebleau est une " réserve de l'imaginaire ". La variété et la richesse de sa faune, de sa flore, de ses peuplements et de ses paysages en font un patrimoine biologique, esthétique et culturel irremplaçable de réputation mondiale. Soumise à forte charge symbolique, elle déchaîne les passions, elle est mémoire culturelle propice aux légendes, aux débats de société et débats écologiques qui la traversent périodiquement et dont la portée internationale n'est jamais absente³¹.

Em 1899, quando a fonte e a cascata do rio *Lison* são ameaçadas de serem destruídas para a construção de um conduto forçado para gerar eletricidade, os habitantes de *Nans-sous-Sainte-Anne*, na França, pedem ao político local, *Charles Beauquier*, para proteger a área, conseguindo, em 1902 (HERVET; MÉRIENNE, 1997).

Em 1901 é criada a Sociedade para a Proteção de Paisagens (SPPP) tendo como um de seus fundadores, Charles Beauquier. No mesmo ano, Beauquier oferece à Câmara dos Deputados um projeto de lei **que visa à proteção dos “sites pitorescos”** e acusa o estado Francês de:

31 A floresta de Fontainebleau é uma "reserva de imaginação". A variedade e a riqueza de sua fauna, de sua flora, de seus povoamentos e de suas paisagens são uma herança biológica, estética e cultural insubstituível de reputação mundial. Sujeita a forte mudança simbólica, desencadeia paixões, é propícia para memória de lendas culturais da memória, aos debates sociais e aos debates ecológicos que atravessam regularmente e cujo alcance global nunca está ausente (Tradução Lucimar Vieira).

Laisser commettre des actes de vandalismes dans nos musées naturels, dans cette splendide collection de sites pittoresques que renferme la France! Étrange contradiction! L'État veillera avec un soin religieux sur un tableau de maître qui représentera un paysage et il en laissera détruire, sans s'émouvoir, le magnifique et irréparable original!³²

Junto com este projeto de lei, o seu colega *Louis Dubuisson*, membro do Finisterra, elabora outro projeto de lei sobre o mesmo assunto. Apesar da criação da SPPP, o governo da Segunda Revolução Industrial se opõe para preservar a beleza das paisagens.

Em 1903, Beauquier e muitos membros oferecerem um segundo projeto de lei e afirma à Câmara dos Deputados sobre a situação de emergência da aprovação da lei, pois, "*car dans toutes les parties de la France on arrache des arbres, on brise des rochers, on capte des torrents, on couvre les campagnes d'affiches et de réclames et l'on saccage des sites merveilleux, consacrés par l'admiration des poètes, des artistes et des foules*"³³.

Em 21 de abril de 1906, a Câmara dos Deputados aprova a *lei de Proteção dos Sítios e Monumentos Naturais de Caráter Artístico*, além de criar uma comissão para identificar os **sítios e monumentos naturais de valor artístico ou pitoresco**, de interesse geral, em cada departamento da França.

Esta lei, conhecida como *Loi Beauquier*, visa a "*protéger ces richesses vraiment nationales contre l'effet destructeur du temps et contre le vandalisme des hommes, peut-être plus destructeur encore*"³⁴. A paternidade da lei é atribuída a Charles Beauquier e a Louis Dubuisson.

32 "Permitir atos de vandalismo em nossos museus naturais, nesta esplêndida coleção de pontos pitorescos que contém a França! Estranha contradição! O Estado com assistência religiosa em um mestre da pintura para representar uma paisagem e deixá-lo destruir, sem emoção, a bela e original irreparável" (disponível em <<http://baladesnaturalistes.hautetfort.com/trackback/4794471>>, acesso em 10 jan. 2014).

33 "Porque em todas as partes da França arrancam as árvores, quebram as rochas, captam nascentes, sendo que as localidades do interior são cobertas por cartazes e anúncios, mesmo assim, há o saque em sítios maravilhosos consagrados pela admiração dos poetas, dos artistas e das multidões" (disponível em <<http://baladesnaturalistes.hautetfort.com/trackback/4794471>; http://archives.doubs.fr/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=408&Itemid=1>. Acesso em 10 jan. 2014).

34 "Proteger a riqueza nacional realmente contra os efeitos destrutivos do tempo e do vandalismo dos homens, talvez mais destrutivos ainda". Disponível em <http://baladesnaturalistes.hautetfort.com/trackback/4794471>; <http://patrimoine-environnement.fr>; <http://associations-patrimoine.org/article.php?id=39>. Acesso em 10 jan. 2014.

Esta lei, inspirada pela consciência de pessoas voluntárias, juntamente com a SPPP, o Touring Club de France (criado em 1890) e o Clube Alpino Francês (criado em 1874), foram importantes à valorização patrimonial das paisagens excepcionais, além dos monumentos naturais ameaçados.

Em 1909, por iniciativa da SPPP, ocorre em Paris o primeiro Congresso Internacional para a Proteção das Paisagens, afirmam Périgord e Donadieu (2012).

A lei de 2 de maio de 1930 (codificada em 2000, no livro III *Áreas Naturais*, nos artigos L.341-1 a L. 341-22 do Código Ambiental) estabelece a proteção de sítios e monumentos naturais, de caracteres artístico, histórico, científico, lendário e pitoresco, e também estabelece uma zona de proteção de 500 metros ao redor dos mesmos.

Um aditivo, adotado em 1957, permite a criação de reservas naturais. Essa lei também é aplicada a áreas urbanizadas e bairros urbanos em espaços naturais, pontos de interesse turístico, o que corresponde à atual noção de "grandes paisagens"³⁵.

Segundo Périgord e Donadieu (2012), a **proteção da paisagem** ocorreu, na prática, apenas após a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, são em torno de 2700 os sites classificados, representando quase todas as paisagens mais marcantes da França, cobrindo cerca de 1%, ou seja, entorno de 820.000 hectares.

5.4 Os primeiros passos para a criação dos parques nos Estados Unidos - a beleza cênica da paisagem

Durante o século XIX, a maioria dos estadunidenses era adepta do movimento em direção ao Oeste, e considerava louváveis os caçadores e guias por abrirem caminhos que seriam seguidos pelos trabalhos pesados dos fazendeiros, dos construtores de vilas e cidades. Mas, também, se inicia nos Estados Unidos um movimento em resposta ao mau uso das terras para exploração comercial, à devastação das florestas, à desapropriação dos povos indígenas, ao corte de árvores gigantes e raras e à conservação da paisagem e da vida selvagem (GREENE, 1987).

³⁵ (<<http://www.rhone-alpes.developpement-durable.gouv.fr/loi-du-2-mai-1930-celebration-des-a374.html>>. Acesso em 10 jan. 2014).

Este movimento foi liderado por filósofos, escritores, diplomatas e poetas (Alexander Wilson, James Fenimore Cooper, Ralph Waldo Emerson, Henry David Thoreau e George Perkins Marsh), por pintores importantes (Thomas Cole, Edwin Frederick Church e George Catlin), pela imprensa, por importantes atores norte-americanos (juizes, políticos, médicos, geólogos) e pelo arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted - um dos projetistas do *Central Park*, em Nova York (CAMARGOS, 2006; THOMAS, 1996).

O escritor e pintor Geoge Catlin (1796-1872), durante uma expedição para Dakota, em 1832, preocupado com a destruição da civilização indiana, da vida selvagem e da beleza com a expansão para o Oeste, sugeriu "uma política de proteção do governo... em um magnífico parque... ‘O Parque de uma Nação’, com homens e animais, com toda a selvageria e o frescor da beleza de sua natureza!”³⁶

Braga (2011) explica que:

O termo viria depois a ser consagrado na versão de parque nacional. Desde então, a prática foi difundida mundialmente, com adaptações, mas com a permanência do núcleo ‘duro’ de uma área de beleza cênica para a recreação e educação ambiental.

Em 1862, um grupo de fotógrafos fez uma exposição fotográfica das grandes sequoias “altivas e resistentes” do Vale de Yosemite, na região de *Sierra Nevada*, na Califórnia. Braga (2011) expõe que a área do Vale de Yosemite inicialmente, “era abrigo da tribo indígena *Ahwahneechee* e deslumbrava os poucos visitantes que chegavam à região, devido a sua **beleza cênica**”. Aos poucos, a ideia de salvar os lugares se tornou interessante. Em 1864, o presidente Abraham Lincoln assinou o ato de transferência do Vale de Yosemite e do bosque de Sequoias, o *Mariposa Grove*, ao Estado da Califórnia para que a área pudesse ser usada para recreação e como preservação, para o benefício da humanidade.

O texto da legislação e comentários dos visitantes e escritores da época são provas suficientes de que o objeto da concessão era preservar uma área de excepcional valor paisagístico em todo o país, e estabelecer um verdadeiro parque

³⁶ (MORSELLO, 2001. Disponível em:

<http://www.nps.gov/history/history/park_histories/index.htm>. Acesso em 10 jan. 2014).

nacional, mesmo que fosse um parque a ser gerenciado por um governo estadual (RUNTE, 1979).

O Vale de Yosemite foi reconhecido como a **primeira reserva natural do mundo** e como “objeto de nacionalismo cênico”, ou seja, como uma área de excepcional valor paisagístico. O movimento pela criação de parques obteve sua primeira repercussão. No entanto, a região apresentava conflitos econômicos por conta da “corrida do ouro do Oeste norte-americano”, o que acabou por lhe postergar o título de primeiro parque nacional (CAMARGOS, 2006; BRAGA, 2011).

Braga (2011) explica que:

A gestão estadual, contudo, mostrou-se inapta a efetivamente conferir a proteção necessária à região. O movimento liderado por Jonh Muir acabou por fazer a União declarar, por ato do Congresso Nacional, em 1905, a região circundante do vale e de expressiva beleza natural como Parque Nacional do Yosemite. Em 1906, foi editado ato que reintegrou a propriedade do Vale do Yosemite à União e incorporou a área aos limites do parque já criado.

O governo dos Estados Unidos buscava um símbolo de identidade nacional, um traço cultural que distinguisse a jovem nação dos demais países e ainda fosse uma comparação direta com o espírito libertário e democrático de um país com futuro promissor, “algo que permitisse extenuar as ambiguidades presentes no imaginário sobre o Oeste e conferir igual confiança e orgulho ao provinciano fronteiro e ao cidadão urbano estabelecido”, enfatiza CAMARGOS (2006, p. 38).

Nash (1982, p. 67-69) esclarece que os espaços selvagens norte-americanos eram reconhecidos como um recurso cultural e moral, base de autoestima nacional. Os parques eram concebidos como locais privilegiados para diferentes funções, tais como turística, esportiva, estética, religiosa, científica e cívica da sociedade norte-americana.

Eram espaços considerados propícios aos cuidados com a saúde física, o amadurecimento mental e social, além de proporcionar o bem-estar humano. Assim, “no momento da institucionalização dos primeiros parques mundiais houve uma afinidade entre a ideia de conservação da natureza e as atividades que implicavam a frequência desses espaços”, afirma Camargos (2006, p. 12).

Diferentemente, a época da criação do Parque Nacional de Yellowstone foi um período de intensa exploração dos recursos naturais, porém a ausência de

conflitos econômicos foi um fator determinante para sua consolidação. Na área do Parque, a formação geológica não despertava interesse econômico, tampouco era favorável o assentamento humano, devido às variações de temperatura. A companhia ferroviária também colaborou na ideia da criação do parque, pois seria um atrativo turístico para a expansão das suas linhas para o Oeste.

Braga (2011) cita que “foi a **beleza cênica da paisagem** da área que incitou a necessidade de sua preservação para resguardar o local da expansão para o Oeste e para garantir que as futuras gerações também pudessem desfrutar da natureza ali retratada”. Em 1870, a área do parque foi retratada em fotografias e pinturas, na Expedição *Washburn*, composta por diversos atores e políticos, com o objetivo de despertar a necessidade de que os futuros visitantes usufríssem da mesma percepção e pudessem contemplar a mesma beleza cênica.

Corbin (2001) cita que os locais de visitação dos territórios desabitados que vigoravam no final do século XIX sempre aglutinavam anseios identificáveis como a busca da solidão, do reencontro de si próprio e da disposição para fazer um exercício de autoconhecimento por meio de caminhadas e escaladas em lugares íngremes e desertos; a vontade de experimentar sensações de vibração anterior, de surpresas e de alcançar um sentimento de interação com o cosmos ao encontrar cenários inesperados e grandiosos.

Porém, a área do Parque do Yellowstone não era desabitada, pois viviam os povos indígenas *Crow*, *Blackfeet* e *Shoshone-Bannock* e populações rurais tradicionais (KEMF, 1993).

Camargos (2006, p. 31) explica que os panoramas configurados por rochas, grutas, montanhas e despenhadeiros contribuíram para a divulgação e a popularização dos estudos geográficos e geológicos. A autora cita que a delimitação do *Yellowstone* para um uso não convencional “foi definida pelas feições geomorfológicas e geológicas que atraíram a atenção dos naturalistas e entusiastas pelos espaços naturais e acabaram por sensibilizar os políticos da época justificando a criação da reserva”.

No ato de 10 de março de 1872, uma lei expedida pelo Congresso dos Estados Unidos determinava a proteção de uma área de 800.000 hectares e proibia que a área fosse colonizada, ocupada ou vendida. O objetivo da criação do Parque de *Yellowstone* era o propósito de colocar aquele espaço separado para preservar dos

danos e da espoliação as suas maravilhas, possibilitando a retomada das condições originais do local onde houvesse alteração e criar um espaço para uso público, beneficiando assim o prazer das pessoas em eternizar aquela “atordoante beleza”, conclui Camargos (2006 p. 17-31).

A Lei norte-americana orgânica, de 1916, criou o Serviço Nacional de Parques, que estabelece: “*To conserve the scenery and the natural and historic objects and the wildlife therein and to provide for the enjoyment of the same in such manner and by such means as will leave them unimpaired for the enjoyment of future generation*”³⁷ (RUNTE, 1979, p. 16).

Segundo McCormick (1992), na América do Norte havia duas linhas argumentativas sobre a temática da proteção à natureza, a **conservacionista** e a **preservacionista**. A linha **conservacionista** (motivada por Gifford Pinchot), numa fundamentação da tradição de uma ciência florestal racional alemã, se preocupava com a racionalidade do uso, a prevenção do desperdício e a distribuição dos recursos naturais pela geração presente para as próximas gerações. A linha **preservacionista** (motivada por John Muir e pela organização da sociedade civil *Sierra Club*), próxima do ponto de vista do protecionismo britânico, objetivava preservar as áreas “virgens” de qualquer alternativa que não fosse recreação ou educacional e defendia que a felicidade humana não estava apenas na acumulação de mercadorias, mas estava presente, também, na fruição estética e da transcendência espiritual proporcionada pelos aspectos sublimes da natureza selvagem. “As ideias e práticas dessas duas linhas contribuíram para a formação de opiniões e para a elaboração de estratégias de proteção da natureza no mundo, inclusive no Brasil”, no início do século XX, afirmam Franco e Drummond (2009, p. 51).

Antes do século XIX, foram criados parques nacionais no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia e na África do Sul. Desde então, o conceito de parques nacionais se disseminou amplamente para outros países, os quais passaram a criar áreas protegidas exclusivas para a conservação, sendo a grande maioria em

37 “Para conservar a paisagem e os objetos naturais e históricos e os animais selvagens nele e fornecer para o gozo do mesmo na forma e pelo meio que vai deixá-los intactos para deleite das gerações futuras.”

conformidade com o modelo do Parque de Yellowstone, ou seja, proteger áreas consideradas “virgens” e de grande beleza cênica.

5.5 A internacionalização das áreas protegidas e do patrimônio natural - o arcabouço jurídico como instrumento de proteção das paisagens

O crescimento da industrialização e da urbanização, o desenvolvimento econômico, a modernização da agricultura, a expansão na infraestrutura das estradas e a construção de grandes obras para obtenção de energia geraram impactos ambientais negativos. A necessidade de defesa das espécies ameaçadas de extinção e de seus habitats, a proteção das paisagens para o bem-estar físico e espiritual da sociedade, a crescente degradação ambiental, a proteção da biodiversidade, a contaminação dos alimentos, o risco nuclear, a poluição dos recursos hídricos e da atmosfera, foram alguns dos fatores que desencadearam a criação e a organização de grupos e de movimentos internacionais para discutir as questões ambientais.

A sociedade se organizou primeiro, no seu país, para proteger a fauna e a paisagem, criando reservas, parques nacionais e monumentos naturais, como já fora descrito anteriormente. Em seguida a sociedade se organizou criando organizações internacionais, encontros mundiais e instrumentos de regulação jurídica. Os Estados passaram a participar e a ratificar as convenções internacionais para aplicar a nível nacional. Assim, as paisagens, os monumentos naturais, a fauna e a flora passaram a ser protegidos, não de forma individual, mas dentro de legislações e convenções sobre a temática do patrimônio mundial e dos parques nacionais (atualmente denominados Unidades de Conservação ou Áreas Naturais Protegidas).

O quadro 4 apresenta algumas convenções, congressos e organismos internacionais referentes à proteção das paisagens e das áreas protegidas.

Quadro 4 - Convenções, congressos e organismos internacionais para proteção das paisagens e das áreas protegidas.

Ano	Local	Convenções, Congressos e criação de Organismos Internacionais	Particularidades
1909	Paris (França)	I Congresso Internacional para a Proteção das Paisagens	Os temas tratados foram sobre proteção e legislação (iniciativas privadas e públicas que deveriam ser colocadas em prática em cada Estado); florestas (desmatamento e reflorestamento); paisagens rurais (interesse de certos sites mundiais ou históricos com <i>belezas naturais</i>); paisagens urbanas (para desenvolver a ideia da <i>estética</i> das cidades com a arte nos espaços públicos); e <i>paisagens</i> , ciência e arte (indicar a relação entre a natureza, os esportes, a educação, a literatura, a higiene e a proteção da fauna e da flora). Também neste congresso os protecionistas propuseram a criação de um organismo internacional de proteção da natureza. A ideia foi assumida pelo naturalista suíço Paul Sarasin. Mas a eclosão da guerra impossibilitou a próxima conferência, afirma McCormick (1992).
1923	Paris (França)	I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza	
1933	Londres (Inglaterra)	Convenção para a Preservação da Fauna e da Flora em seu Estado Natural	Os parques nacionais deveriam ser áreas controladas pelo poder público e que fossem formadas para propagação, proteção e preservação

			da fauna silvestre e da vegetação nativa, e para a preservação de objetos de interesse <i>estético</i> , geológico, pré-histórico, arqueológico e outros interesses científicos, para o benefício e o desfrute do público em geral; deveria ser proibida a caça, abate ou captura da fauna, e a destruição ou a coleta da flora, e os locais onde seriam construídas instalações para auxiliar os turistas a observar a fauna e a flora.
1940	Washington (Estados Unidos)	Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América ou Convenção da União Pan-americana ³⁸ ou Convenção de Washington	Foi realizada com o objetivo de discutir os resultados da Conferência realizada em Londres (em 1933), unificar os conceitos e objetivos das áreas naturais protegidas, comprometer os países sul-americanos em instalar essas áreas, além de proteger e conservar as <i>paisagens de grande beleza</i> , as formações geológicas extraordinárias, as regiões e os <i>objetos naturais de interesse estético</i> ou valor histórico ou científico, e os lugares caracterizados por condições primitivas dentro dos casos ao qual a convenção se refere. Os parques foram definidos como “regiões estabelecidas para a proteção e conservação das <i>belezas cênicas naturais</i> e da fauna e da flora de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao

³⁸ Antecessora da Organização dos Estados Americanos - OEA.

			serem postas sob a superintendência oficial”. Também se definiu sobre as Reservas Nacionais, Monumentos Naturais, Reservas de Regiões Virgens e Aves Migratórias.
1945	São Francisco (Estados Unidos)	Organização das Nações Unidas (ONU)	Organização internacional com o objetivo de facilitar a cooperação em matéria de manutenção da paz e da segurança; desenvolvimento social e econômico; direitos humanos e assistência humanitária. Possui várias agências especializadas, tais como a UNESCO, FAO, FMI, OMS.
1948	Fontainebleau (França)	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (UICN) ³⁹	Possui como objetivo principal encontrar soluções práticas para os desafios de conservação e de desenvolvimento. Possui vários programas, entre eles: conservação das florestas, <i>áreas protegidas</i> , manejo de ecossistemas, direito ambiental, água e patrimônio mundial.
1962	Paris (França)	Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (ONU).	Elaboração de um documento de Recomendação relativa à proteção legal “por zonas” das <i>paisagens extensas</i> de sítios isolados, das reservas naturais e parques nacionais na elaboração do planejamento urbano, rural e regional. A Recomendação “entende-se por salvaguarda da <i>beleza e do caráter das paisagens</i> e sítios naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou obra

³⁹ 1948: União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN). Em 1956, passa a ser denominada de União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais.

			do homem, que apresentam um interesse cultural ou <i>estético</i> , ou que constituem meios naturais característicos”.
1962	Seattle (Estados Unidos)	I Assembleia Geral (Congresso Mundial ⁴⁰) Mundial sobre Parques Nacionais	Foi discutida a necessidade de critérios de classificação e das atividades desenvolvidas para as áreas protegidas.
1964	Veneza (Itália)	Carta Internacional para a Conservação ou Carta de Veneza	Baseou-se nos princípios da Carta de Atenas. Expandiu o conceito de monumento histórico, englobando os povoados rurais e urbanos com significado no desenvolvimento das civilizações ou acontecimentos históricos, a preservação dos conjuntos e as perspectivas, especialmente <i>pitorescas</i> , foram realçadas. Preconizou a fundação do ICOMOS.
1968	Paris (França)	Conferência da Biosfera	O uso e a conservação racional do meio ambiente humano e das áreas naturais protegidas dependiam não só das questões científicas, mas, sobretudo das dimensões política, social e econômica.
1969	Nova Délhi (Índia)	X Assembleia Geral (Congresso Mundial) de Conservação da UICN	Os objetivos eram aliar as experiências dos países que tinham parques às recomendações de 1962, estabelecer um novo conceito para os parques, além de indicar algumas condições, como: “[...] que um ou mais ecossistemas

⁴⁰ Até 1966, o Congresso Mundial era denominado de Assembleias Gerais. O Congresso Mundial de Conservação da UICN, realizado a cada quatro anos, é o maior e o mais importante na área de conservação ambiental, e também é o fórum onde os tratados ambientais são concebidos e iniciados.

			não estivessem materialmente alterados pela exploração e ocupação humana, e onde as espécies de plantas e animais, e sítios geomorfológicos e habitats fossem de especial interesse científico, educacional e recreativo, ou contivessem <i>paisagens naturais de grande beleza</i> ; [...] que a mais alta autoridade competente do país tomasse medidas no sentido de prevenir ou eliminar, na medida do possível, a exploração ou a ocupação de toda a área, e mantivesse, efetivamente, os aspectos ecológicos, geomorfológicos ou estéticos que justificavam o estabelecimento da referida área.”
1971	Programa o Homem e a Biosfera (Mab - <i>Man and the Biosphere</i>)	Paris (França)	Criado pela UNESCO. É um Programa Científico Intergovernamental que visa a estabelecer uma base científica para a melhoria das relações entre as pessoas e seu ambiente. Propõe a pesquisa interdisciplinar, demonstração e treinamento em gestão de recursos naturais. Criou o conceito de Reservas da Biosfera, em 1974.
1972	Paris (França)	Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural ou Convenção de Paris	Regidas pela UNESCO. O patrimônio mundial deveria ser constituído por obras e expressões de processos naturais de interesse excepcional, por vezes testemunhos únicos que deveriam ser considerados pertencentes não apenas aos Estados em que se encontravam, mas a toda a

			<p>humanidade. O patrimônio da humanidade passa a incluir o <i>patrimônio natural</i> com o surgimento da Lista do Patrimônio Mundial e a Lista do Patrimônio em risco, além de incluir as seguintes tipologias: importantes elementos <i>naturais</i>, <i>formações geológicas e fisiográficas</i> e <i>sítios naturais</i>.</p>
1972	Estocolmo (Suécia)	Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano	<p>Nesta Conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Ocorreu a inserção definitiva das questões ambientais na agenda mundial e o estabelecimento do conceito de que os problemas ambientais transcendiam fronteiras, e que estão relacionados às questões de ordem política, econômica, social e cultural.</p>
1976		Lançamento da Rede Mundial de Reservas da Biosfera (WNBR)	<p>As Reservas da Biosfera devem cumprir as funções de contribuir para a conservação da biodiversidade, incluindo os ecossistemas, as espécies e variedades, bem como <i>as paisagens onde estão inseridas</i>; fomentar o desenvolvimento econômico que seja sustentável do ponto de vista socioeconômico e ecológico; e criar condições logísticas para a efetivação de projetos demonstrativos, para a produção e difusão do conhecimento e para a educação científica, bem como para as pesquisas científicas e o monitoramento nos campos de conservação e do desenvolvimento sustentável.</p>

1982	Bruxelas (Bélgica)	Convenção de Bruxelas ou Convenção de Benelux ou Convenção sobre a Conservação da Natureza e da Proteção das Paisagens	Protege a <i>percepção estética das belezas cênicas</i> no território dos três países membros do Benelux: Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Define a <i>paisagem</i> como sendo a parte perceptível da terra definida pela relação e pela interação do solo, do relevo, da água, do clima, da flora, da fauna e da sociedade humana, ou seja, <i>a unidade paisagística</i> é resultante da combinação de aspectos naturais, culturais, históricos, funcionais e visuais. A <i>paisagem</i> é considerada como um reflexo de atitude da coletividade em face de seu meio natural e da forma como ela age sobre ele.
1992	Caracas (Venezuela)	Congresso Mundial de Parques	Estabeleceu-se um conjunto de categorias de áreas protegidas, adotado pela Assembleia Geral da UICN, em 1994: reserva natural estrita, área de vida selvagem, parque nacional, monumento natural, área de manejo de hábitat e espécies, <i>paisagem protegida</i> e área protegida para manejo dos recursos naturais. Nesse documento o monumento natural, passa a ser uma categoria autônoma e específica de área protegida.
1992	Rio de Janeiro (Brasil)	Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Rio-92 (Brasil)	Resultaram as Convenções sobre as Mudanças Climáticas e sobre a Diversidade Biológica, além da Agenda 21. Na Convenção sobre Diversidade Biológica se buscaram políticas

			destinadas a garantir os direitos dos povos indígenas e das populações tradicionais sobre os recursos genéticos, haja vista a estreita relação entre a preservação desses recursos e os conhecimentos, costumes e tradições dessas populações. Foi nesse contexto que emergiu outra compreensão do patrimônio natural, com o reconhecimento da importância dos conhecimentos tradicionais para a conservação e o uso sustentável da diversidade biológica.
--	--	--	--

Fonte: Vieira, 2014.

Os documentos internacionais de caráter normativo mostram efetivamente uma reflexão referente a uma preocupação com a **proteção ambiental**, a **proteção da paisagem**, além de um estímulo a **criação de áreas protegidas** e inclusão desta nos sistemas das **políticas públicas para o planejamento territorial**.

O quadro 5 apresenta as categorias da UICN a partir de 2003.

Quadro 5 - O sistema de Categorias de Áreas Protegidas da UICN, a proporção de áreas protegidas em cada categoria, em 2003.

Categorias das Áreas Protegidas	Características	Número total de áreas protegidas	Extensão total de áreas protegidas
Reserva natural estrita/área natural silvestre	Áreas terrestres e/ou marinhas que possuem ecossistemas excepcionais ou representativos, características geológicas ou fisiológicas e/ou espécies disponíveis principalmente para a pesquisa científica e/ou monitoramento ambiental; ou extensas áreas de terra e/ou mar inalteradas ou pouco alteradas, que mantenham o seu caráter e influências naturais sem habitação permanente ou significativa, protegidas e manejadas de forma a preservar a sua condição natural.	5,9%	10,9%

Parque nacional	Áreas naturais terrestres e/ou marinhas destinadas a proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para esta e futuras gerações. Impedir a exploração ou ocupação contrárias aos propósitos da criação da área. Fornecer base para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, recreativas e de visitação, as quais devem ser compatíveis ambiental e culturalmente.	3,8%	23,6%
Monumento natural	Áreas que contém uma ou mais características naturais ou naturais/culturais específicas que sejam de valor sobressalente ou único devido à sua raridade inerente, representativa de qualidades estéticas ou de importância cultural.	19,4%	1,5%
Áreas de manejo de habitat/espécies	Áreas terrestres e/ou marinhas sujeitas à intervenção ativa com fins de manejo de modo a assegurar a preservação de habitats e/ou corresponder às necessidades específicas.	27,1%	6,1%
Paisagem terrestre e marinha protegida	Áreas de terra abancando costa e mar, onde a interação entre população e natureza no decorrer do tempo produziu uma área com características especiais de significativo valor estético , cultural e/ou ecológico, e frequentemente com grau de diversidade biológica. Resguardar a integridade desta interação tradicional é vital para a proteção, conservação e desenvolvimento deste tipo de área.	6,4%	5,6%
Área protegida com recursos manejados	Área contendo predominantemente sistemas naturais não modificados, manejada para assegurar a proteção e a preservação da diversidade biológica em longo prazo, e ao mesmo tempo possibilitar o fluxo de produtos naturais e serviços de modo a satisfazer as necessidades das comunidades.	4,0%	23,3%

Fonte: SCHERL, 2006⁴¹, adaptado por Vieira, 2014.

Cabe destacar, separadamente, a *Convenção Europeia da Paisagem*, realizada em Florença (Itália), em 2000. Os Estados-membros do Conselho da Europa (União Europeia), tendo em mente todos os textos legais existentes em nível internacional no domínio da proteção e gestão do patrimônio natural e cultural e do ordenamento do território, reconheceram, mais uma vez, a importância da paisagem.

Pela Convenção Europeia da Paisagem, a **paisagem** possui um interesse público importante nas áreas cultural, ecológica, ambiental e social; é um

41 Nota: 33,4% do número total e 19% da extensão total de áreas protegidas não foram classificadas numa categoria da UICN.

componente básico do patrimônio cultural e natural da Europa, contribuindo para o desenvolvimento dos seres humanos e a consolidação da identidade europeia; é um elemento importante da qualidade de vida das pessoas em todos os lugares: tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, em áreas degradadas ou não; constitui um recurso favorável à atividade econômica e sua proteção, gestão e planejamento podem contribuir para a criação de empregos; está ocorrendo uma aceleração na transformação das mesmas; é um elemento-chave do bem-estar individual e do desenvolvimento social; e a sua proteção, gestão e planejamento implicam direitos e responsabilidade para todos.

Nesta Convenção, no seu artigo 1º, a paisagem significa uma área, percebida pelas pessoas, cujas características são o resultado da ação das inter-relações naturais e humanas. No seu artigo 2º, a paisagem inclui terra, águas interiores e áreas marinhas. Consideram-se as paisagens de beleza cênica (*remarquables*), bem como as cotidianas e as degradadas.

Cada Estado-membro da União Europeia se compromete a identificar suas próprias paisagens, avaliá-las (tendo em vista os valores específicos que lhes forem atribuídos pelas partes e pela população), trocar experiências e metodologias e definir os objetivos de qualidade paisagística para as paisagens identificadas e avaliadas, após consulta pública.

Portanto, o histórico da **proteção da paisagem** aparece tanto na criação das primeiras áreas protegidas (os parques) como na criação dos monumentos naturais, e conclui-se que sempre aparece a **qualidade estética** como um dos atributos a ser protegido e discutido nas convenções.

Percebe-se que, na maioria das vezes, a internacionalização da proteção ambiental foi motivada pela vontade de defender e preservar espécies raras ou iminentes de extinção, em caráter realmente protetor, ultrapassando a esfera do auxílio econômico, cabendo ao Estado regulamentar à defesa do meio-ambiente, bem como conservar grandes espaços territoriais virgens e a defesa dos seus ecossistemas. Entretanto, cabe enfatizar que alguns tratados foram ratificados com o objetivo de evitar o esgotamento dos recursos de bens de valor econômico (SOARES, 2006, p. 27).

5.6 Evolução histórica da proteção ambiental brasileira - o reconhecimento histórico da paisagem

A compreensão da **paisagem brasileira** pode ser feita através da leitura geológica, geomorfológica, paleontológica, arqueológica, mas, sobretudo, por intermédio do material bibliográfico, etnográfico e iconográfico existente em livros, desenhos, romances, gravuras e pinturas desde o período colonial.

A fase embrionária do Direito Ambiental Brasileiro e a preocupação ambiental se desenvolveu durante o período Colonial, com a utilização da legislação portuguesa. O modelo de exploração adotado por Portugal no Brasil, baseado no latifúndio, na monocultura da cana-de-açúcar e do algodão, no extrativismo do Pau-Brasil, na mineração do ouro e de diamantes, tinha como objetivo atender ao fornecimento de produtos de alto valor econômico para Portugal e outros países, como a Holanda e a Espanha.

A legislação tem sua origem nas chamadas Ordenações, uma ação do poder público para proteger os recursos naturais e também os interesses econômicos da Coroa Portuguesa, cita Milaré (2011).

Wainer (1991) cita que, com o início da colonização portuguesa, vigorava no Brasil o primeiro Código Legal Europeu (concluído em 1446): as Ordenações Afonsinas, editadas sob o reinado de Dom Afonso V. A preocupação ambiental nessa Ordenação estava expressa como crime de injúria ao rei o corte de árvores frutíferas e o furto das aves (como por exemplo, do gavião e do falcão).

Posteriormente, as Ordenações Manuelinas (a partir de 1521) proibiam a caça de certos animais (como lebres, coelhos e perdizes) com instrumentos capazes de causar-lhes a morte com dor e sofrimento, proibiam a caça de coelhos e determinava o respeito à sua cria (especialmente entre os meses de março a maio), coibia a comercialização de colmeias sem a preservação da vida das abelhas e se mantém caracterizado como crime o corte de árvores frutíferas. Wainer (1991) explica essa Ordenação para dois termos conservacionistas: a noção de zoneamento e de dano ecológico, pois vedava a caça em determinados lugares e a atribuição de um valor ao infrator que abatia as árvores frutíferas, pois, quanto mais valiosas as árvores, mais severas eram as penas.

Em 1548, é implantado um novo sistema denominado Governo Geral, com o propósito de centralizar o poder em nome da Coroa Portuguesa, evitando os

constantes descaminhos do Pau-Brasil. Foi criado o regime do monopólio do Pau-Brasil, cuja extração deveria ser feita “com o menor prejuízo da terra”. Em 1594, é expedida uma carta de regimento com um zoneamento ambiental, a qual delimita as áreas de matas que deveriam ser guardadas, devido a uma crescente devastação das florestas (WAINER, 1991, p. 14).

Durante o domínio holandês (1580 a 1654), foram reproduzidas pinturas da flora e da população que habitava o Nordeste brasileiro. Os holandeses combateram a devastação causada pela expansão da monocultura, proibiram o abate da árvore Cajueiro, determinaram o cuidado com a poluição das águas e apoiavam a conservação das espécies já existentes, determinando a introdução daquelas que ainda não havia na região e que nela podiam ser aclimatadas.

A partir de 1603, as Ordenações Filipinas determinavam o incentivo ao plantio de árvores em terrenos baldios, proibiam a pesca (com determinados instrumentos, em certos locais e em determinados períodos do ano), protegiam os olivais e os pomares do dano causado pelo pasto de animais pertencentes aos vizinhos (prevendo multas e a perda dos animais), proibiam jogar material que pudesse matar os peixes e sua criação ou sujar as águas dos rios e das lagoas, além de reiterarem a proibição da caça de certos animais e do corte de árvores frutíferas. Milaré (2011, p. 1041) cita que “se o dano causado tiver valia de quatro mil réis, o infrator será açoitado e degredado quatro anos para África. E se for valia de trinta cruzados, e daí para cima, será degredado para sempre para o Brasil”.

Em 1605, foi criada a primeira Lei protecionista florestal: do Regimento sobre o Pau-Brasil, a qual proibia o corte do mesmo, sem expressa licença do provedor-mor, aplicando penas aos infratores, e proibia o fogo nas raízes dos troncos para fazerem-se roças (MILARÉ, 2011).

Referente à **legislação ambiental**, foram encontradas várias determinações sob a forma de leis, cartas régias, alvarás, regimentos e provisões, além de mecanismos mais eficazes contra os ataques dos franceses e dos ingleses em solo brasileiro, porém elaboradas por tempo indeterminado, muitas vezes confundidas com os alvarás que prescreviam em um ano, causando confusão na aplicação da lei, afirma Wainer (1991).

De 1677 a 1797, foram editados vários dispositivos legais, tais como o cuidado com as queimadas, a proibição do corte de árvores (como o Manguê

Vermelho, a Peroba, o Tapinhoã) e incentivo ao plantio de outras como Caneleiras, Pimenteiras, Amoreiras, Cravos da Índia, Cacaueiros e árvores de construção, “além de estabelecer prêmios aos que se distinguisse por novas culturas, que no futuro pudessem ser úteis a comércio e artes” (WAINER, 1991).

Em 1797, durante o reinado de D. Maria I, as Cartas Régias declararam ser de propriedade da Coroa todas as matas e arvoredos existentes à borda da costa marítima e dos rios que desembocassem diretamente no mar e por qualquer via fluvial que permitisse a passagem de jangadas transportadoras de madeiras. Em 1799, é criado o Regimento de Cortes de Madeiras, o qual estabelece regras para a derrubada, serragem e identificação das árvores, além da aplicação de penas (multas, prisão, degredo e até a pena capital para os casos de incêndios dolosos), afirmam Costa Neto (2003) e Antunes (2006).

Em 1808, foi criado, por decreto de D. João VI, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Denominado Real Horto, foi uma área destinada a um jardim de aclimação para introduzir no Brasil a produção de especiarias das Índias orientais e onde foram plantadas sementes e mudas trazidas do *Jardim la Pamplousse*, nas ilhas Maurício, por Luiz de Abreu Vieira e Silva, que as ofereceu a D. João VI. O Jardim Botânico foi tombado em 1938 (PEIXOTO; GUEDES-BRUNI, 2010).

Após a independência do Brasil foi outorgada a primeira Constituição, a Constituição Imperial do Brasil, de 1824, pelo imperador Dom Pedro I, sem nenhuma palavra referente à proteção ambiental. A concepção predominante naquele momento era de que o Estado não deveria interferir nas atividades econômicas exportadoras (produtos agrícolas e de minerais) da época.

Nogueira (2013) cita que o regime latifundiário das sesmarias⁴², implantado durante o período colonial, também fora responsável pela devastação das florestas, na medida em que substituíra as florestas pela monocultura da cana-de-açúcar. O regime de sesmarias chegou ao período imperial enfraquecido e combatido, sendo extinto em 1822.

Entre 1822 e 1850, não havia uma legislação fundiária, pois ocorreu a ocupação da terra pela posse. Segundo Nogueira,

evidentemente, a proliferação de pequenas posses foi também um fator de destruição dos recursos naturais. Isto porque no período em que ficamos

42 Sesmarias: grandes concessões de terras, outorgadas pelos donatários, pelos governantes gerais e pelos capitães gerais em nome da Coroa (NOGUEIRA, 2013).

sem legislação fundiária (1822/1850) o pequeno posseiro se valia do fogo para limpar sua área e caracterizar sua ocupação com cultura efetiva e morada habitual. Esse novo sistema de ocupação, foi também responsável pela devastação de nossas florestas. Eram filhos de lusitanos os senhores da terra e, portanto, a ocupação do País teria de prosseguir pelo mesmo sistema lusitano de exploração imprevidente, desenfreada, egoísta, sem métodos, primária e nefasta à posteridade. No País - a ocupação pura e simples da terra. As plantações se sucediam até o completo esgotamento da terra que era a seguir abandonada à saúva e às ervas daninhas.

Em 1850 é promulgada a Lei de Terras do Brasil (a Lei nº 601/1850), a qual inovou no uso do solo, disciplinando a ocupação do território, atenta às invasões, aos desmatamentos e aos incêndios criminosos, entre outros ilícitos. Compreende-se que sempre houve uma preocupação com a propriedade das elites latifundiárias e da coroa acima dos interesses ambientais.

Magalhães (1998) destaca que

essa legislação trouxe inovações de grande importância ecológica, pois instituiu o princípio da responsabilidade por dano ambiental, fora do âmbito da legislação civil. Criou para o infrator, sanções administrativa, penal e civil. Um fato importante que devemos observar é que para a satisfação de dano causado (art. 2º) a lei não exigia a prova de culpa do causador desse dano. A responsabilidade era objetiva, fugindo ao princípio dominante da responsabilidade subjetiva, que mais tarde foi adotada pelo Código Civil.

Wainer (1991) e Milaré (2011) citam que, durante o período do império, pensadores, compositores e escritores alertaram o país para a degradação ambiental, principalmente a destruição das florestas brasileiras para fins econômicos. Destacam-se os nomes de José Bonifácio de Andrade e Silva, André Rebouças, José Gregório de Moraes Navarro e José Vieira Couto, Balthazar da Silva Lisboa, Coronel Francisco Freire Alemão e Heitor Villa-Lobos.

O escritor, filósofo, advogado, cientista e político José Bonifácio de Andrade e Silva (1763-1838), considerado o “patriarca da independência”, solicitou, em 1822, o reflorestamento na costa brasileira e já manifestava a sua preocupação referente à erosão dos solos, depredação dos recursos naturais, importância da preservação e renovação das florestas, assim como suas ideias eram contrárias à escravidão e ao latifúndio (MILARÉ, 2011; WAINER, 1991). Diegues (2004, p. 113) cita que José Bonifácio de Andrade e Silva sugeriu a criação de um setor administrativo especial responsável pela conservação das florestas brasileiras,

“uma vez que várias áreas da Mata Atlântica, principalmente no nordeste, tinham sido destruídas para a construção de barcos”.

Wainer (1991, p. 52) expõe também que José Bonifácio de Andrade e Silva “realizava um trabalho precursor de direito comparando as legislações ambientais de vários reinos e países, entre eles Portugal, França e Prússia” e considera-o como um dos maiores silvicultores do século XIX.

Rylands e Brandon (2005, p. 27) citam o engenheiro André Rebouças (1833-1898) como o pioneiro no surgimento de uma **ética conservacionista** no Brasil. Em 1876, ele sugeriu duas áreas para proteção: a Ilha do Bananal, no rio Araguaia, e uma área que se estendia entre as Cataratas de Guairá e as do Iguaçu, no Estado do Paraná. Em 1912, foi publicado um mapa sobre os ecossistemas brasileiros por Luís Felipe Gonzaga de Campos e este também reivindicava a criação de parques brasileiros.

Na transição do Império para a República, Milaré (2011) cita o político, historiador, jurista e jornalista Joaquim Nabuco (1849-1910) como outro defensor dos recursos naturais e na integridade do que mais tarde iria ser chamado de patrimônio ambiental. Na literatura, também se manifesta certa preocupação ambiental, como por exemplo, nas obras de Gilberto Freyre (*Casa Grande e Senzala; Nordeste*), Euclides da Cunha (*Os Sertões; Contrastes e Confrontos*) e Joaquim Nabuco (*O Abolicionista*).

Milaré (2011, p. 1044) salienta que, na prática, somente eram punidos os delitos que atingissem a Coroa ou os interesses fundiários das classes dominantes. “O patrimônio ambiental coletivo [...] era inimaginável, não por falta de doutrina, mas por força do estreito e fechado círculo de interesses familiares ou oligárquicos.”

Wainer (1991, p. 54) também critica a maneira como era cumprida os dispositivos das normas editadas. Para a autora, não existia uma conscientização coletiva no sentido de respeitar as leis e “faltava amor à ‘coisa’ pública, sentimento essencial para a preservação de qualquer patrimônio nacional”. Cita ainda que “o problema era bilateral, pois estava tanto na falta de civismo do corpo administrativo, quanto na falta de civilidade por parte da população”.

No início da República Velha (1889), muitos atores sociais percebiam os riscos apresentados pela monocultura do café, pelo crescimento desordenado das

idades, pela expansão das ferrovias, da conversão das matas em áreas cultivadas, corte das matas para o fornecimento de lenhas em replantação, exportação de madeiras nobres, de plumas, de pássaros e de plantas para Europa. Nessa ocasião foi fundado o Instituto Butantã (1901) e o Museu Paulista, para realização de pesquisas científicas na área da zoologia e da botânica (FRANCO; DRUMMOND, 2009).

Neste período, muitos cientistas⁴³ já discursavam sobre a importância da criação de **parques** e do **patrimônio nacional**. Franco e Drummond (2009) citam que foi o filósofo e botânico sueco Albert Loefgren (1854-1918) que iniciou uma campanha em prol da elaboração de um código nacional, a criação de um serviço nacional de florestas e de parques nacionais, introduziu no país a comemoração do Dia da Árvore e sugeriu que o governo federal criasse uma área protegida na localidade de Itatiaia (RJ), área do primeiro parque nacional brasileiro.

Em 1911, é expedido o Decreto nº 8.843, pelo presidente Hermes da Fonseca, a **primeira reserva florestal do Brasil**, no antigo território Estado do Acre. Na área da reserva, foram proibidos a entrada da população, a extração de madeiras ou de qualquer produto florestal, bem como o exercício da caça e da pesca.

Attendendo a que a devastação desordenada das mattas está produzindo em todo o paiz effeitos sensiveis e desastrosos, salientando-se entre elles alterações na constituição climaterica de varias zonas e no regimen das aguas pluviaes e das correntes que dellas dependem; e reconhecendo que é da maior e mais urgente necessidade impedir que tal estado de cousa se estenda ao Territorio do Acre, mesmo por tratar-se de região onde como igualmente em toda a Amazonia, ha necessidade de proteger e assegurar a navegação fluvial e, consequentemente, de obstar que soffra modificação o regimen hydrographico respectivo (Decreto n. 8.843, de 26 de julho de 1911).

Mas até hoje não consta a efetivação expressa da referida lei de criação da reserva. Em 1988, no município de Bujari, foi criada, então, como a Floresta do Antimari, para a execução do Projeto de Manejo Florestal Sustentável de Uso Múltiplo.

43 Hermann Vonllhering, Emílio Goeldi, Orville Derby, Franz W. Daferti, Alberto Loefgren e Edmund Navarro de Andrade.

Franco e Drummond (2009) explicam que nas primeiras décadas do século XX (1920 a 1940) definia-se um nacionalismo aliado a modernização da sociedade e das instituições do Estado. Eram debatidos temas como o trabalho, a indústria, a educação, a saúde, as manifestações culturais, o patrimônio histórico, a proteção da natureza e o arcabouço jurídico-institucional.

O reconhecimento da necessidade de proteger o patrimônio nacional iniciou-se com o movimento modernista de 1922, principalmente com a participação de intelectuais⁴⁴ tais como cientistas, políticos, funcionários públicos, juristas, historiadores, arquitetos e engenheiros.

Um fato a ser destacado na política de governo desenvolvida nos anos 1930 é a ampla participação de cientistas⁴⁵ nos debates políticos e na construção das políticas públicas, acerca dos problemas florestais, no processo de criação e implementação de anteprojetos de lei e, também, como integrantes de órgãos fiscalizadores como o Conselho Florestal Federal e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas e a sua importância para a concretização das medidas de proteção à natureza nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas (DUARTE, 2010; CASAZZA, 2013).

Franco e Drummond (2009, p. 59) citam as palavras de Roquette-Pinto (1934) ao expor sobre o interesse em proteger as belezas do mundo natural:

[...] na sociedade moderna não há mais nenhum homem culto que se possa desinteressar desta importante questão e ver, sem se comover, a diminuição rápida e mesmo o desaparecimento da fauna variada, da flora magnífica, dos *sítios pitorescos* e vivos que são *os mais belos ornamentos* do nosso globo. Eles oferecem, além disso, à incansável curiosidade científica, um campo de pesquisas de uma riqueza incomparável (grifo nosso).

Franco e Drummond (2009, p. 37) também citam o jurista e pensador político Alberto Torres (1865-1917), o qual possuía como projeto de nacionalidade

44 Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa, Gilberto Freire, Luís Jardim, Joaquim Cardoso, Vinicius de Moraes, Celso Cunha, Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade, entre outros, afirma IPHAN (1980).

45 Alberto José Sampaio, Paulo Campos Porto, Paulo Roquette-Pinto, Alberto Torres, Bertha Lutz, Armando Magalhães Corrêa e Alberto José Sampaio, Frederico Carlos Hoehne, Leôncio Correia e Cândido de Mello Leitão (DUARTE, 2010).

a valorização do povo brasileiro (pela educação e pela saúde) e dos recursos naturais, como o mentor político-intelectual para a construção da nacionalidade e as suas ideias tornaram-se um programa de ação para o grupo de intelectuais “interessados em construir um projeto de nação que alçasse a política para além dos interesses particulares em direção aos interesses coletivos da pátria”. Alberto Torres acreditava que a sociedade deveria ser moldada “de cima” e que a postura nacionalista e o conhecimento científico dos intelectuais deveriam ser a “força social” para promover a “organização nacional”.

Conclui-se que a proposta dos pensadores dos anos 1920 a 1940, para o Brasil, estava fundada na **percepção das riquezas naturais**, tanto **estéticas** quanto **econômicas**, como fontes da nacionalidade, uma vez que a riqueza, a diversidade, a beleza criavam laços afetivos entre o indivíduo e o seu “solo natal”.

Franco e Drummond (2009, p. 70) explicam que o grupo também defendia um “Estado interventor que garantisse o equilíbrio entre o progresso e a manutenção do patrimônio natural, por meio de leis, vigilância e punição dos infratores, e principalmente, pela conscientização sobre a importância da proteção à natureza”.

A organização e as reivindicações da sociedade civil⁴⁶ e de algumas instituições (como o Museu Nacional do Rio de Janeiro) também foram fundamentais para aconselhar e influenciar setores importantes da burocracia estatal em relação à importância da proteção do patrimônio natural. Franco e Drummond (2009) citam ainda que esses grupos “criticavam o desmatamento, clamavam por uma reforma na agricultura, defendiam a promulgação de uma lei florestal, distribuição sementes e ministravam palestras”.

O Museu Nacional (utilizando-se do exemplo⁴⁷ da Europa e dos Estados Unidos) sugeriu que fossem regulamentadas por lei as expedições ao interior do país e, também, que fosse protegido os espécimes naturais para coleções científicas, no solo, na flora e na fauna, em artefatos sertanejos e indígenas e na proteção à natureza e aos monumentos naturais de toda ordem. Em relação a esses

46 Como o Centro Excursionista Brasileiro, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e a Sociedade de Amigos das Árvores, a Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, Sociedade de Amigos da Flora Brasileira.

47 Na Europa e na América do Norte, os bens naturais tinham sido colocados sob a égide do monopólio do Estado, visando tanto a proteção desses bens como a regulamentação de seu estudo.

últimos foram destacados como exemplos de **monumentos naturais** de especial interesse: sambaquis e jazidas em geral, megalitos, furnas, cavernas e sumidouros em geral, florestas protetoras e mananciais em geral, elementos nobres ou de interesse científico, a flora e a fauna, sítios e paisagens, viveiros naturais de plantas raras, refúgios de espécies raras da fauna, aldeamentos dos índios, pequenas indústrias rurais, indígenas e sertanejas entre outros. Deveria ser proibido e sujeito a penalidades “a destruição de viveiro natural de planta, colher cepas inteiras de plantas cespitosas, sem deixar uma parte da cepa no próprio local e qualquer dano a monumentos naturais, artísticos, históricos ou legendários” (CASAZZA, 2013).

Em 1933, o governo brasileiro, ao considerar, que se tornava cada vez mais frequente, as incursões de expedições sem prévio conhecimento, à necessidade de coibir os abusos ou prejuízos que pudessem acarretar essas explorações em território nacional e a urgência de proteger os *monumentos naturais*, históricos, legendários e artísticos do país, incumbe o Ministério da Agricultura de fiscalizar as expedições nacionais, de iniciativa particular e estrangeira pelo Decreto nº 22.698/1933 e cria a Diretoria de Pesquisas Científicas do Ministério da Agricultura e o Conselho de Fiscalização das Expedições pelo decreto nº 23.311, também em 1933.

Em 1934, foi realizada no Rio de Janeiro a I Conferência Brasileira para a Proteção da Natureza, organizada pela Sociedade Amigos das Árvores, e contou com a participação de organizações da sociedade civil e de instituições públicas. A conferência possuía duas linhas de argumentação para justificar a **proteção da natureza**: “Uma linha afirmava que o mundo natural era valorizado como recurso econômico a ser usufruído racionalmente e a outra, argumentava que era objeto de culto e fruição estética” (FRANCO, 2002).

Relatou-se na Conferência a devastação das florestas em vários locais do território nacional como no Pará, Amazonas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, utilizadas para o fornecimento de lenha como combustível para dormentes, móveis, construção civil e as queimadas, principalmente para o plantio do café.

Mais uma vez destaca-se a necessidade do cumprimento e da punição aos infratores, além de uma campanha educacional. Como se pode analisar nas palavras do relator da Conferência: Alberto José Sampaio:

[...] o problema florestal, é ao mesmo tempo, um problema social, de higiene, de riqueza, de importância capital e de relevante transcendência. Daí, o empenho da Sociedade dos Amigos das Árvores em proclamar a necessidade da cadeira de Silvicultura nas escolas primárias e secundárias do país. [...] O culto e proteção, a defesa do patrimônio florestal, escopo supremo da nossa sociedade, representa a parte básica do grande problema que se impõe modernamente ao mundo civilizado sob a fórmula da Proteção à Natureza - problema transcendente que abrange não só a proteção da flora e da fauna, [...] como, também, como complemento e consequência, a **proteção das paisagens, o resguardo dos sítios pitorescos**, convindo não esquecer, que ao tentarem, visará, além da defesa dos patrimônios biológicos subsistentes, tanto quanto possível, a sua reconstituição (SAMPAIO, 1935a, p. 15 *apud* FRANCO; DRUMMOND 2009, p. 48, *grifo nosso*).

Durante a Conferência, foram citadas as leis de proteção da natureza existentes e os congressos realizados internacionalmente. Alberto José Sampaio buscava referências que legitimassem o conceito de proteção à natureza e citou que 51 congressos tinham sido realizados entre 1884 e 1933, explicam Franco e Drummond (2009).

Ainda durante a Conferência, foram citados artigos que descreviam os modelos e as experiências de outros países, como por exemplo, sobre a Alemanha (fator educacional e a conscientização da população, bem como a tradição de manejo florestal no plantio de bosques e na reposição de florestas produtivas), sobre os Estados Unidos (experiência dos parques nacionais), sobre a Holanda (o papel das associações privadas na manutenção de reservas naturais). Quanto à França, a cooperação entre o Touring Club e o serviço oficial de Administração de Águas e Florestas na geração de conhecimentos e administrar a proteção à natureza, e quanto à Itália, a atuação da guarda florestal e a aplicação da lei (MARTINEZ, 2006).

Os temas da Conferência relacionados à **proteção da natureza**, dos **monumentos naturais**, das **paisagens** e dos **locais de belezas notáveis** passaram a ter cada vez mais visibilidade, sendo incorporadas as políticas efetivas por parte do governo, como as listadas no quadro 6. Desde então o Brasil insere-se nos debates internacionais preservacionistas e conservacionistas.

Quadro 6 - Códigos, Decretos-Lei e Regulamentos entre 1934 e 1960.

Ano	Códigos, Decretos e Regulamentos
1933	Decretos para fiscalizar as Expedições Artísticas e Científicas no Brasil
1934	Código Florestal Código das Águas Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal Decreto de Proteção aos Animais
1937	Decreto-Lei do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
1938	Código de Pesca
1940	Código de Minas Código Penal
1941	Decreto que regulamenta as Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

Fonte: Vieira, 2014.

O Código Florestal de 1934⁴⁸ (Decreto-lei 23.793/34) conceituou pela primeira vez os **parques nacionais, florestas remanescentes, florestas protetoras** as **florestas de rendimento**. Os parques nacionais, estaduais ou municipais foram definidos pelo Código Florestal de 1934 como “*monumentos públicos naturais, que perpetuam em sua composição florística primitiva, trechos do país, que, por circunstâncias peculiares, o merecem*”.

As florestas protetoras e remanescentes eram consideradas de conservação perene. Foram consideradas as *florestas protetoras* as que, por sua localização, pudessem servir conjunta ou separadamente a qualquer dos fins: conservar o regime das águas, evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais, fixar dunas, auxiliar a defesa das fronteiras de modo julgado necessário pelas autoridades militares, assegurar condições de salubridade pública, *proteger sítios que por sua beleza merecessem ser conservados* e ainda asilar espécies raras de fauna indígena. Foram declaradas *florestas remanescentes* as que formassem os parques nacionais, estaduais ou municipais, as em que abundassem ou se cultivassem espécies preciosas, cuja conservação se considerasse necessária por

48 Disponível em

<http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_federal/LEIS/CODIGO_FLORESTAL_1934.pdf>. Acesso em 10 jan. 2014.

motivo de interesse biológico ou *estético* e as que o poder público reservasse a pequenos parques ou bosques, de gozo público (CÓDIGO FLORESTAL, 1934).

No seu artigo 22, o Código cita que é proibido ao proprietário “devastar a vegetação das encostas de morros que sirvam de moldura e sítios e paisagens pitorescas dos centros urbanos e seus arredores ou as matas, mesmo em formação, plantadas por conta da administração pública”.

Ainda na década de 1930 ocorreu a criação do primeiro parque nacional do Brasil, o de Itatiaia (Decreto-lei nº 1.713, de 14 de junho de 1937) e posteriormente, em 1939, o Parque Nacional do Iguaçu (no Estado do Paraná) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no estado do Rio de Janeiro (VIEIRA, 2007).

No Brasil foram editadas oito constituições (1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, 1969 e 1988) e foram apenas a partir da Constituição de 1937, pela primeira vez, que se definiram as responsabilidades da União de proteger as **paisagens** e os **monumentos de valor histórico, artístico e natural**.

Em cada Constituição há sempre a proteção das paisagens, dos monumentos e/ou das belezas naturais, como se pode observar no quadro 7.

Quadro 7 - Constituições Brasileiras.

Constituição	Capítulo	Artigo	Texto
1934	Disposições Preliminares	10	Compete concorrentemente à União e aos Estados: [...] proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte;
1937	Da Educação e da Cultura	134	Os monumentos históricos, artísticos e naturais , assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza , gozam de proteção [...].
1946		175	As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza , ficam sob a proteção [...].
1967		180	Ficam sob a proteção [...] os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis , bem como as jazidas arqueológicas.

1969	Da família, da Educação e da Cultura	180	Ficam sob a proteção [...] os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, <i>os monumentos e as paisagens naturais notáveis</i> , bem como as jazidas arqueológicas.
1988	Da União	23	Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os <i>monumentos, as paisagens naturais notáveis</i> e os sítios arqueológicos.
	Da Educação, da Cultura e do Desporto	216	Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial [...] nos quais se incluem os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, <i>paisagístico</i> , artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Fonte: Vieira, 2014.

No anteprojeto da Constituição Federal de 1934, no artigo 111 aparece pela primeira vez o amparo pelo poder público dos monumentos artísticos, bem como os históricos e naturais. No entanto, a Constituição promulgada, no seu artigo 148, protege apenas as **belezas naturais** e os **monumentos de valor histórico e artístico** do país (POLETTI, 2001).

Em 1936, o ministro da Educação, Gustavo Capanema, pede a Mário de Andrade um projeto para a criação de um Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan). Mário de Andrade conciliou a experiência de outros países com as peculiaridades brasileiras e definiu o Serviço proposto, oficializado em 1937.

A primeira lei federal específica para **proteção do Patrimônio** foi o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que constitui:

Artigo 10 - o patrimônio histórico e artístico nacional, o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§20 - equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo são também sujeitos a tombamento os **monumentos naturais**, bem como os **sítios e paisagens que importe conservar e proteger pelas feições notáveis com que tenham sido dotados pela natureza** ou agenciados pela indústria humana (*grifo nosso*).

Em 1940, o Brasil enviou participantes à Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, a qual foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 3/1948 e passou a fazer parte do ordenamento jurídico nacional. Essa Convenção merece destaque pela matéria nela tratada, como, por exemplo, a definição de Parques Nacionais, Reservas Nacionais, Monumentos Nacionais e Reservas de Regiões Virgens, proteção às aves migratórias e a espécies ameaçadas de extinção, bem como importação, exportação e trânsito de espécies protegidas da flora e fauna, como já foi descrita no subcapítulo acima.

No Decreto Legislativo nº 3/1948 o **parque nacional** passa a ser definido como “regiões estabelecidas para a proteção e conservação das *belezas cênicas naturais* e da flora e da fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postas sob a superintendência oficial”.

O conceito de **monumento natural** foi instituído pelo Decreto-Lei nº 3, de 1948, como:

As regiões, os objetos ou as espécies vivas de animais ou plantas, de interesse estético ou valor histórico ou científico, aos quais é dada proteção absoluta, a fim de conservar um objeto específico ou uma espécie determinada de flora ou fauna, declarando uma região, um objeto ou uma espécie isolada, monumento natural inviolável, exceto para a realização de investigações científicas, devidamente autorizadas ou inspeções oficiais (BRASIL, 1948).

Constata-se que o monumento natural possui uma definição de escala muito abrangente, podendo variar de uma região até um ser vivo isolado, desde que seja inviolável, exceto para a realização de pesquisas científicas, além de uma visão preservacionista. Visão essa do modelo norte-americano para a criação dos parques nacionais.

Assim sendo, compreende-se que o monumento natural nasceu como antecessor da ideia de patrimônio natural e aparece, também, com a designação de sítios e de **paisagens naturais de feições notáveis** e dos **locais particularmente dotados pela natureza**. O conceito de monumento natural possui uma definição

muito semelhante ao modelo que fundamentou a criação dos parques nacionais com as características de valor estético, de caráter inviolável e de vida selvagem que precisariam ser protegidos, no qual a sociedade deveria apenas ser visitante.

Segundo o IPHAN (2013), os **sítios do patrimônio natural** protegem áreas consideradas excepcionais do ponto de vista da **diversidade biológica** e da **paisagem**. Neles, a proteção do ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objetos de atenção especial. Os sítios geram, além de benefícios à natureza, uma importante fonte de renda oriunda do desenvolvimento do ecoturismo.

A partir de meados do século XX, com a emergência do movimento ecológico, novos textos legislativos são elaborados para a prevenção e controle da degradação ambiental. Entre os mais importantes, destacam-se os indicados no quadro 8.

Quadro 8 - Leis com ênfase ambiental.

Ano	Leis
1964	Estatuto da Terra
1965	Regula a Ação Popular Código Florestal
1967	Proteção à Fauna Código de Pesca Código de Mineração Política Nacional de Saneamento Básico Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental Política Nacional de saneamento
1981	Criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental Política Nacional do Meio Ambiente
1985	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico
1989	Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente
1991	Lei de Política Agrícola
1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos Cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos
1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades

	lesivas ao meio ambiente
1999	Dispõe sobre a Educação Ambiental Institui a Política Nacional de Educação Ambiental
2000	Dispõe sobre a Prevenção, o Controle e a Fiscalização da Poluição causada por lançamento de óleo e de outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional Dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas (ANA) Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)
2001	Estatuto das Cidades
2002	Código Civil
2006	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP)
2009	Princípios e Diretrizes da Política Nacional de Serviços Ambientais

Fonte: ROCCO, 2005; MILARÉ, 2011; adaptado por Vieira, 2014.

O Código Florestal Brasileiro (Lei nº. 4.771 de 1965), no seu artigo 5º, define que “o Poder Público criará Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar *atributos excepcionais da natureza*, conciliando a proteção integral da flora, da fauna das *belezas naturais* com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos” (BRASIL, 1965).

Magalhães (1998) explica que, a partir de 1971, com a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento, juntamente com o Programa de Interação Nacional (I PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agropecuária do Norte e do Nordeste (Proterra), houve um retrocesso no cenário governamental, pois iniciou o processo de devastação dos recursos naturais da Amazônia brasileira.

A partir de 1981, termina a fase de uma proteção jurídica fragmentada para adentrar uma visão mais ampla do meio ambiente através da criação da Lei nº 6.938, a qual estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Essa lei possui uma nova redação dada pela MP 150/90 e pela Lei 7.804/89. Essa lei, no seu artigo 3 (três), entende por **meio ambiente** “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida de todas as formas”. Essa Política trata o meio ambiente como um bem público de uso coletivo e vincula a qualidade ambiental à qualidade de vida e à

dignidade da pessoa, além de regular sobre a necessidade da avaliação dos impactos ambientais dos projetos que possam agredir a natureza.

No entanto, a proteção da herança cultural e natural brasileira foi garantida somente na Constituição Federal de 1988, a qual definiu de forma ampla e pormenorizada o interesse pelo **patrimônio natural e cultural** brasileiro e a primeira a tratar dele.

Na Constituição Federal de 1988, no Capítulo VI do Meio Ambiente, no artigo 225, trata da conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Confere ao poder público preservar e restaurar os processos ecológicos, prover o manejo ecológico das espécies e dos ecossistemas, preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, promover a educação ambiental, proteger a fauna e a flora para que não ocorra a extinção das espécies ou que submetam os animais à crueldade.

No inciso III do seu §1º, estabelece ao poder público definir em todas as unidades da Federação espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, ou seja, a criação de **áreas protegidas** (atualmente as **unidades de conservação**).

No Capítulo III, da Educação, da Cultura e do Desporto, na seção II da Cultura, no artigo 216, confere como **Patrimônio Cultural Brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade tais como: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, *paisagístico*, artístico, arqueológico, paleontológico, *ecológico* e *científico*.

Rocco (2005, p. 26) cita que a Constituição inova quando responsabiliza também a pessoa jurídica como causadora de danos ao meio ambiente, pois antes apenas a pessoa física estava sujeita à lei penal. A partir dessa Constituição, “novos princípios começam a ser “desenhados”, como os da supremacia do interesse público, os da publicidade e os da participação, presentes no artigo 225”. O autor cita como exemplos a participação da sociedade na preparação da Conferência do Rio (a Eco-92), para a regulamentação do Sistema de Unidades de

Conservação da Natureza e os debates para a formulação do Novo Código Florestal (de 2012).

Em 1992, foi enviada ao Congresso nova proposta para as **unidades de conservação**, proposta essa, segundo Diegues (2004), com uma visão extremamente inadequada da questão da conservação ambiental no Brasil, muito aquém dos debates internacionais.

As unidades de conservação integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) instituído pela Lei nº 9.985/2000. A definição legal de unidades de conservação passa a ser de “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público”.

No seu Capítulo II, Artigo 4º, tem como principais objetivos de interesse:

VI - *proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;*

VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;

VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;

X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;

XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O Capítulo III das Categorias de Unidades de Conservação, artigo 7º, divide as unidades de conservação em dois grupos com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, conforme o quadro 9.

Quadro 9 - Classificação das Unidades de Conservação de Uso Integral e de Uso Sustentável com ênfase na proteção paisagística.

Categorias	Conceitos ou objetivos
Estação Ecológica	
Reserva Biológica	
Refúgio de Vida Silvestre	
Parque Nacional	Objetivo: preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.
Monumento Natural	Objetivo: preservação dos sítios naturais raros, singulares ou <i>de grande beleza cênica</i> .
Área de Proteção Ambiental (APA)	Conceito: área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, <i>estéticos</i> ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem estar das populações humanas.
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	Conceito: área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com <i>características naturais extraordinárias</i> ou que abriga exemplares raros da biota regional.
Floresta Nacional (FLONA)	
Reserva Extrativista (RESEX)	
Reserva de Fauna	
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	

Fonte: Vieira, 2007.

Em 2006, instituiu-se o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), que abrange, além das unidades de conservação, as terras indígenas e as terras de quilombolas, prevê o desenvolvimento de estratégias para estabelecer sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativas e efetivamente manejado, integrado a *paisagens terrestres* e marinhas mais amplas até 2015 e possui alguns princípios importantes de interesse para essa tese:

III- valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza;

IV - valorização do patrimônio natural e do bem difuso, garantindo os direitos das gerações presentes e futuras;

VII - reconhecimento das áreas protegidas como um dos instrumentos eficazes para a conservação da diversidade biológica e sociocultural;

VIII - valorização da importância e da complementariedade de todas as categorias de unidades de conservação e demais áreas protegidas na conservação da diversidade biológica e sociocultural; - SNUC, das terras indígenas e das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos;

X - adoção da abordagem ecossistêmica na gestão das áreas protegidas;

XI - reconhecimento dos elementos integradores da paisagem, em especial as áreas de preservação permanente e as reservas legais, como fundamentais na conservação da biodiversidade;

Atualmente, a criação e a gestão de manejo das **áreas naturais protegidas** são importantes para a conservação da biodiversidade; proteção dos ecossistemas e de suas espécies, proteção dos atributos culturais; *proteção das paisagens*; recreação e turismo; promoção da educação ambiental; uso sustentável dos recursos naturais, hídricos, geológicos e geomorfológicos.

5.7 A beleza cênica da paisagem

Historicamente, a política de gestão dos recursos naturais, de conservação e criação dos parques naturais foi mais importante à estética do que a ética ambiental, ou seja, a beleza em vez do dever. Santos (2004) considera a **beleza cênica** um dos atributos dos bens naturais que compõem o meio ambiente sadio e equilibrado e, portanto, a torna um bem imaterial, de uso comum do povo e de característica difusa. Isso quer dizer que a beleza cênica de um local pode ser protegida judicialmente mediante ajuizamento de ação civil pública (Lei 7.347/85), em se observando danos ela. Ou seja, o degradador de uma paisagem natural de grande beleza cênica, ainda que em sua propriedade possa ser impedido judicialmente, está prejudicando um bem de todos.

Portanto, as paisagens portadoras de belezas cênicas devem ser tratadas com cuidado tanto pelo poder público quanto pela sociedade humana. Devem vir a ser áreas especialmente protegidas, pois representam um enorme potencial turístico, econômico, cultural e de bem-estar social ao alcance de todos.

Ao analisar a evolução das normas jurídicas brasileiras, constata-se que, de maneira direta ou indireta, a proteção das belezas cênicas das paisagens é referenciada de diferentes formas e em diferentes expressões.

As normas jurídicas de proteção da natureza, proteção do meio-ambiente e do patrimônio cultural possuem artigos e incisos de proteção da paisagem e/ou de algum de seus atributos.

Evidenciam-se, também, as diferentes palavras ou expressões de mesmo sentido para a **beleza cênica** e para a **paisagem**, como apresenta o quadro 10.

Quadro 10 - Expressões de mesmo sentido para beleza cênica e para paisagem.

Área natural de grande beleza cênica
Área de extraordinária beleza natural
Sítio de extraordinária beleza natural
Local de extraordinária beleza natural
Local dotado de particular beleza
Sítio de valor paisagístico
Sítio de valor universal incalculável do ponto de vista estético
Formação de valor universal incalculável do ponto de vista estético
Área de interesse paisagístico
Recanto paisagístico
Área de excepcional beleza natural
Área de valor excepcional universal
Área de importância estética
Locais de belezas paisagísticas
Locais de belezas naturais
Área de Valor estético

Paisagens de grande beleza
Regiões e os objetos naturais de interesse estético
Sítios naturais raros, singulares ou de <i>grande beleza cênica</i>
Sítio natural bem delimitado de valor universal incalculável do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural
Área natural bem delimitada de valor universal incalculável do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural
Área com critérios de excepcional beleza natural e paisagística
Sítios e paisagens pelas suas feições notáveis com que foram dotados pela natureza
Formações físicas e biológicas, ou grupos dessas formações, de valor universal incalculável do ponto de vista estético.
Com características naturais extraordinárias

Fonte: Vieira, 2014.

No capítulo a seguir será tratado o tema que se refere às **qualidades cênicas das paisagens** como referência para se tratar as **qualidades cênicas das paisagens do bioma Pampa**, que foram indicadas por diferentes profissionais.

6 A QUALIDADE CÊNICA DA PAISAGEM

A sociedade humana depende e pertence à realidade que aprecia, atuando de forma condicionada e focada em objetivos reais que, em última análise, serão, ou terão sido, em épocas primordiais, a própria sobrevivência.

Arnold Berleant.

Ao entender que a sociedade humana procura na paisagem uma experiência estética, ao assumir a paisagem como interface da natureza com a cultura humana, ao vivenciar que essa mesma sociedade cria paisagens é que serão discutidos, nesse capítulo, os atributos primordiais para definir a **qualidade cênica da paisagem**.

E, para identificar e analisar a qualidade cênica das paisagens utiliza-se a metodologia da **qualidade visual da paisagem**.

6.1 A paisagem

Considera-se que a **paisagem** não possui apenas um conceito, ela é polissêmica. Ela é complexa e dinâmica⁴⁹ e se modifica conforme o local, a escala, o tempo e quem a percebe. Possui impressas as “marcas”, as emoções e as lembranças do passado. Ela é uma representação do real e, para ser analisada, precisa de um observador, de um conjunto de “objetos” a serem observados e da percepção desses objetos pelo observador, os fatores bióticos, abióticos e socioculturais se inter-relacionam e evoluem em conjunto. Pode ser alterada, mas não destruída. De qualidades subjetivas, porém medida e compreendida de forma objetiva.

Muñoz-Pedreiros (2004), por exemplo, considera a paisagem “a expressão espacial e visual do meio e entende-a como um recurso natural escasso, valioso e de crescente demanda, facilmente depreciada e de difícil renovação”. A paisagem visual abrange a estética e a capacidade de percepção do observador.

⁴⁹ A dinâmica da paisagem refere-se não apenas às mudanças que ocorrem nos seus elementos físicos e biológicos, mas também nas diferentes formas de olhar e de perceber pelos diferentes grupos sociais ao longo do tempo.

Além da polissemia do conceito, há várias metodologias para ler, descrever e interpretar uma paisagem. Depende dos objetivos do pesquisador ao fazer a pesquisa.

Segundo Punter (1982), existem três perspectivas metodológicas para analisar a beleza cênica da paisagem: da **percepção**, da **interpretação** e da **qualidade**. A **percepção** envolve o mecanismo de como percebemos a paisagem e as relações entre visão, percepção, compreensão e preferência. A **interpretação** enfoca os significados atribuídos à paisagem, especialmente seus conteúdos sociais e culturais. A **qualidade** focaliza a qualidade visual da paisagem e, de forma secundária, os efeitos emocionais e estéticos da percepção.

A **qualidade visual da paisagem** é de grande importância para o planejamento da gestão dos territórios, para identificação e proteção dos recursos cênicos, elaboração de planos de desenvolvimento turístico e para a avaliação de impactos visuais e ambientais gerados pela implantação de projetos arquitetônicos e outros empreendimentos que venham a intervir nessa qualidade.

Na Europa, mais precisamente na Alemanha, na Espanha e na França, no planejamento territorial, no manejo da silvicultura, na construção de estradas e ferrovias e para a implantação dos aerogeradores o governo utiliza metodologias que se utilizam do conceito de planejamento da paisagem para manter a qualidade ambiental e estética tanto das rodovias quanto das áreas florestadas, incluindo inclusive áreas para preservação permanente, corredores ecológicos e áreas para recreação.

A análise da **qualidade visual da paisagem**, esta compreendida como a expressão espacial e visual da paisagem o meio, é feita pelos elementos visuais, sendo que a combinação desses elementos cria qualidades estéticas similares, permitindo a identificação de unidades paisagísticas por parte do observador, afirma Escribano Bombin (1991).

6.2 Metodologias de análise da beleza cênica da paisagem

Zube et al. (1982) expõem que há quatro abordagens para avaliar a percepção da qualidade paisagística:

a) a **abordagem de especialistas** (pericial), que envolve a avaliação da qualidade da paisagem por observadores treinados e experimentados, que desenvolvem métodos de gestão da paisagem;

b) a **abordagem psicológica**, que envolve a aplicação de questionários e textos para o público em geral ou para uma população selecionada, na avaliação da qualidade cênica da paisagem, conduzindo a um relacionamento estímulo-resposta durante a avaliação do observador;

c) a **abordagem cognitiva**, na qual a informação é recebida pelo observador que, em conjunção com sua experiência do passado, expectativa do futuro e condicionamento sociocultural, concebe um pensamento (ideia) relacionado à paisagem e às suas propriedades;

d) a **abordagem experimental**, que considera a avaliação da paisagem com base na experiência da interação paisagem-homem, por meio das quais ambos estão formando e são formados num processo interativo.

Daniel e Vining (1983) *apud* Mendes (2010) descrevem cinco modelos com base na confiança, na sensibilidade, na validade e na utilidade para analisar a qualidade da paisagem:

a) **modelo ecológico**, a avaliação é feita por especialistas com formação ecológica;

b) **modelo estético-formal**, a avaliação é feita com base nas propriedades formais (diversidade, harmonia, unidade, contraste);

c) **psicofísica**, que se apoia nas respostas das pessoas às características físicas da paisagem utilizando análise estatística, posteriormente;

d) **psicológica**, examina os sentimentos e as percepções das pessoas (reações de caráter cognitivo e afetivo);

e) **fenomenológica**, analisa os sentimentos, as expectativas e as interpretações do observador através da percepção na paisagem.

Mendes (2010) argumenta que podem ser utilizados vários modelos ao mesmo tempo, assegurando uma representação mais eficaz da qualidade visual nas políticas de gestão.

Espanha (1996) e Muñoz-Pedreiros (2004) citam que, para fazer a análise da qualidade visual da paisagem, existem várias metodologias, as quais o autor classifica em métodos diretos, indiretos e mistos.

O **método direto** é realizado a partir da contemplação da totalidade da paisagem pela visualização do local, avaliando apenas a qualidade visual, sem a desagregação de seus componentes, o que revelariam quais são os elementos responsáveis pela sua aceitação ou rejeição estética. Utilizam-se de fotografias, vídeos, figuras, slides, desenhos ou idas ao local, dando origem a diferentes graus de subjetividade durante o processo. Pode ser aplicado para profissionais da paisagem, público em geral e também para grupos representativos da sociedade humana. Há dois tipos de método: de subjetividade aceita e o de subjetividade controlada.

O método direto da subjetividade aceita deve ser aplicado por profissionais com experiência e bom senso de julgamento ou por um grupo de pessoas (que represente a opinião da sociedade). O método consiste em três etapas: primeiro deve dividir o território em unidades de paisagem com base na cartografia, após fazer uma rota que deverá ser seguida e, por último, fazer uma avaliação com o auxílio de uma escala de valores para cada unidade de paisagem (excelente, muito bom, regular ou ruim). Espanha (1996) explica que a dificuldade está em conseguir uma amostra de observadores que realmente represente a preferência da sociedade humana.

O método da subjetividade controlada também deve ser realizado por profissionais especializados. As avaliações são realizadas através de fotografias e uma escala de valores atribuídos por unidade fisiográficas construindo uma malha de observação, na qual se avaliam as observações de acordo com a escala geral estabelecidas. Espanha (1996) cita um exemplo de escala, como mostra o quadro 11.

Quadro 11 - Escala de valores da paisagem.

Categoria	Valores
Espetacular	16 a 32
Soberbo	8 a 16
Distinto	4 a 8
Agradável	2 a 4
Vulgar	1 a 2
Feio	0 a 1

Fonte: Espanha (1996).

O **método indireto** é realizado com a desagregação da paisagem e da análise de seus componentes ou das categorias estéticas (elementos da paisagem), de acordo com os diferentes juízos de valor e através de uma pontuação e classificação estabelecida. Há dois tipos: de valoração, através dos componentes da paisagem, e por categorias estéticas.

O método indireto de valoração através dos componentes da paisagem se baseia na descrição, desagregação e posterior análise das características físicas, biológicas e sociais presentes na paisagem. Cada componente da paisagem é valorada, agregando-se depois os valores parciais para a obtenção do valor final.

O método indireto de valoração por categorias estéticas utiliza-se das categorias estéticas tais como unidade, variedade, contraste, intensidade, harmonia, singularidade, heterogeneidade, linha, forma, cor, regularidade, escala, composição espacial, complexidade topográfica, diversidade, granulometria, contraste interno, cobertura dominante, combinações, densidade, fundo cênico, grau de bifurcação, insolação, atividades humanas e relações visuais e diversidade (LONGHI; TEIXEIRA, 2010).

O **método misto** é realizado primeiro de forma direta (forma subjetiva), após é realizada a desagregação dos componentes da paisagem para saber quais são os que desencadeiam as respostas subjetivas e depois, através de análises estatísticas, o estudo da participação de cada componente ou elemento no valor total da paisagem. Um grupo de especialistas participa da análise de componentes principais.

Verdum et al. (2012) realizaram uma pesquisa⁵⁰ para saber qual é a percepção que a comunidade residente e os turistas possuem da paisagem e a identificação das suas paisagens identitárias para a instalação de aerogeradores no Rio Grande do Sul. A paisagem foi analisada nas suas dimensões **descritiva**, **sistêmica** e **perceptiva**. Para os autores, a **paisagem descritiva** é a definição das suas formas e a enumeração dos seus elementos. A paisagem **sistêmica** é a complexidade da paisagem, é a combinação dos elementos físicos, biológicos e sociais, a interface de todos esses elementos. A paisagem **perceptiva** é aquela que

50 A pesquisa “Aerogeradores e a Percepção da Paisagem” foi uma prestação de serviço à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam) do Estado do Rio Grande do Sul, realizada em 2006.

pode ser descritiva e inventariada, começa pela descrição, passa pela abstração (mudança de escala e de tempo), é a relação da sociedade com o espaço e com a natureza.

Para a avaliação sensorial dos entrevistados, foram considerados potenciais aqueles residentes, como os ocasionais, nos meios rural e urbano. Para se estabelecer os **índices de qualificação das paisagens** pelos entrevistados e os indicadores visuais, propõem-se as seguintes etapas metodológicas:

a) Analisar a paisagem pela sua globalidade ou pela sua decomposição em unidades, que são definidas por limites naturais: elementos (planície, coxilha, cerro, serra - vale, encosta, topo, floresta, banhado...). Nesse sentido, pode-se propor que o entrevistado avalie globalmente o conjunto da paisagem (primeira impressão) e/ou de seus elementos constituintes (modulações da percepção inicial - atratividade), a partir das experiências vividas por ele, numa escala que varia de um a cinco. O menor e o maior valor nessa escala correspondem às paisagens identificadas pelos entrevistados como tendo, respectivamente, menor ou maior importância para eles.

b) Conhecer, entre estes elementos da paisagem, aqueles que são marcantes, referenciais e valorizados; que realmente determinam a reação estética. Deve-se levar em consideração a distância do ponto de observação, assim como a dimensão desses elementos constitutivos da paisagem.

c) Reconhecer que estes elementos evoluem/modificam-se com o tempo.

d) Propor ao entrevistado, pelo uso das fotografias, que ele estabeleça uma escala de valores para a instalação dos aerogeradores; essa escala deve ser comparada às preferências/definições técnicas do empreendedor e do corpo técnico do licenciamento.

Verdum et al. (2012) explicam que, para alcançar os objetivos propostos, a paisagem deve ser analisada a partir da observação e diferenciação dela e da escala temporal.

6.3 A qualidade visual da paisagem

A forma mais simples de avaliar a qualidade de uma paisagem consiste numa classificação dicotômica do bonito/feio, mas existem outros aspectos como a grandeza, a ordem, a integridade, a diversidade, a singularidade, a raridade, a

irreversibilidade, a pureza e a representatividade para avaliar de forma mais precisa e, para isso, necessitam-se de técnicas mais precisas e de maior poder analítico.

6.3.1 Elementos básicos para perceber a paisagem

Os **elementos básicos da percepção** para que se possa analisar as qualidades visuais da paisagem são: o elemento espacial (a paisagem), o elemento social (observador) e o elemento subjetivo (a percepção).

O **elemento espacial** (a paisagem) é delimitado, é o espaço físico visual e analisado numa escala temporal e espacial.

Na análise técnica do elemento espacial, deve-se delimitar até onde vai e o que compõe a unidade paisagística. Essa delimitação é feita utilizando-se os planos da paisagem, os quais, para serem percebidos, fazem necessário um ponto de visualização.

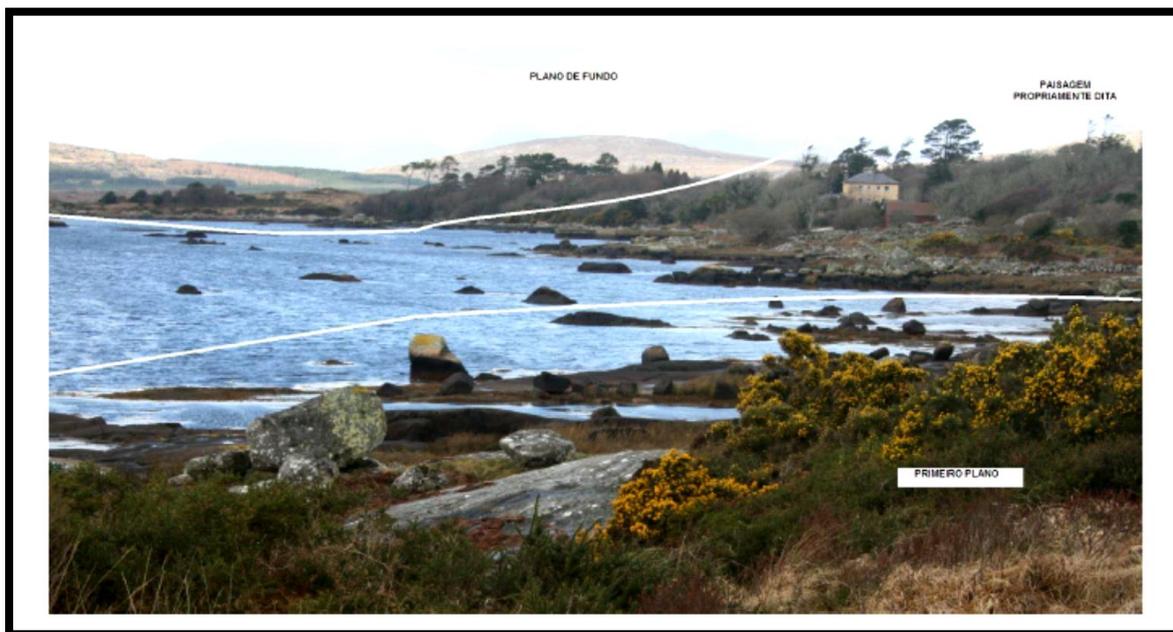
Custódio (2012) utiliza a classificação de Lasserre e Lechaume (2003) para dividir os planos da paisagem espacialmente em Primeiro Plano, a Paisagem Propriamente Dita e o Plano de Fundo como mostram o quadro 12 e a imagem da Figura 6.

Quadro 12 - Planos da paisagem.

Planos da paisagem	Características
Primeiro Plano	É a zona de detalhes, corresponde a uma dezena de metros.
Paisagem Propriamente Dita	O olhar já não percebe os detalhes, mas distingue as formas e o produto da massa de elementos da paisagem, ou seja, sua estrutura. Corresponde a centenas de metros até um quilômetro.
Plano de Fundo	O olho é incapaz de distinguir com precisão as características do elemento, não capturando nada além de volumes. Quanto mais distante os elementos, mais perdem sua individualidade. Situa-se a mais de um quilômetro.

Fonte: Custódio (2005).

Figura 6 - Modelo de Planos da Paisagem.



Fonte: Custódio, 2005, baseado em Neuray, 1982.

Custódio (2012, p. 107) cita ainda que:

Os pontos de observação, apesar de receberem menos atenção que a paisagem em si, é muito importante para a visualização da paisagem. Uma paisagem maravilhosa, que não é possível de ser vista, é inútil economicamente e pode levar à perda de sua função cultural. Assim, ao proteger uma paisagem, deve-se também analisar de onde ela pode ser mais bem observada e se os projetos arquitetônicos, prediais, não dificultam a visualização panorâmica da região.

O elemento social (observador) é formado pela sociedade ou por um grupo social que observa o elemento espacial e lhes dá significação dentro de seu contexto sociocultural e histórico-econômico (TEIXEIRA, 2005).

Para Custódio (2012, p. 107), o observador “deve ter algum tipo de ligação com aquele espaço ou uma formação cultural que lhe permita valorizar positivamente aquele ambiente e, ainda, compreender sua função na sociedade”.

Lothian (2009) cita algumas características importantes para a amostragem da pesquisa, referentes ao observador, no intuito de obter resultados viáveis e adequados, pois as características socioculturais de cada observador são diferentes, tais como: idade, gênero, profissão e nível de instrução.

O elemento subjetivo (percepção) é produzido pelo observador do elemento espacial. O processo da percepção da paisagem é a maneira pela qual a sociedade humana, ao analisar uma paisagem, observa-a, informa-se e faz uma interpretação dos objetos e das mudanças que ocorrem ao seu redor (ESCRIBANO BOMBIN, 1991).

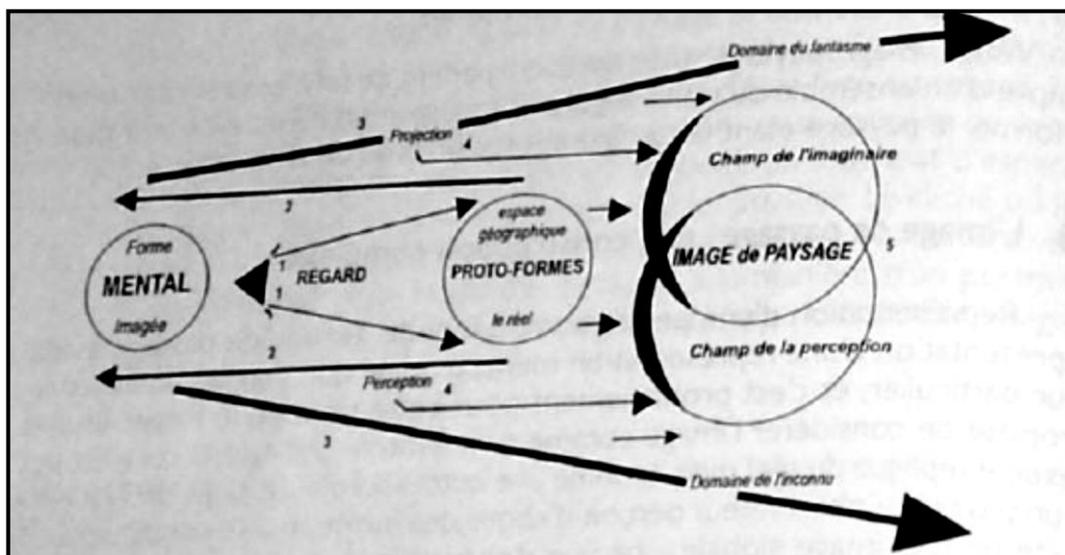
Donadieu e Périord (2005, p. 43) afirmam que olhar não é um ato simples.

il résulte d'une éducation, d'un contexte social, économique, politique et culturel, d'une manière de vivre, et les regards portés sur un paysage sont guidés tant par l'expérience individuelle que par les modes de représentation que l'observateur a déjà intégrés. Plus qu'une représentation, une image exprime une relation au monde, elle n'est pas un hasard, mais est fonction d'une stratégie: l'image est porteuse d'intentions⁵¹.

Donadieu e Périord (2005, p. 44) utilizam-se da explicação de Mayet (2002), como mostra a Figura 7 para explicar que, quando o observador olha para a paisagem, uma imagem é produzida a partir de uma forma (proto-forma), que não é efetivamente recebida, mas está na base da imagem a partir da qual o intelecto constrói e identifica as formas da imagem. A produção da imagem é o resultado de um percurso, de um trajeto que permite a percepção da imaginação. No cruzamento da percepção e da imaginação, o intelecto determina uma imagem que é entendida apenas na medida em que o significado para nos limites da fantasia e do desconhecido. A imagem de paisagem exprime a relação do mundo do observador.

51 É o resultado de uma educação, de um contexto social, econômico, político e cultural, de uma maneira de viver. E os olhares de uma paisagem são guiados tanto pela experiência individual, como pelas maneiras de representação que o observador já internalizou. Mais do que uma representação, uma imagem expressa uma relação com o mundo, não é ao acaso, mas é baseado em uma estratégia: a imagem é portadora de intenções.

Figura 7 - Modelo esquemático da percepção da paisagem.



Fonte: Donadieu e Périgord (2005, p. 44, baseado em Mayet, 2002).

Para Escribano Bombin (1991), os indivíduos ou os grupos sociais percebem a paisagem de forma “distorcida” da realidade com base nos seus valores culturais, suas experiências e aspirações. A **percepção da paisagem** depende de vários fatores condicionantes e mecanismos sensitivos específicos do próprio indivíduo, tais como: a forma de olhar, a capacidade imaginativa, o mecanismo de associação de imagens, as atitudes no momento da contemplação, as experiências sensitivas, a atividade profissional, a idade, os condicionantes educativos, os padrões e atitudes culturais entre outras.

Escribano Bombin et al. (1991, p. 11) também explicam que:

A realidade física é realmente uma, mas as paisagens são mil, com muitas percepções. [...] Cada paisagem é diferente dependendo de quem contempla, embora existam imagens coletivas, que concordam na sua avaliação.

Jorge (2011) explica que a **percepção** é a função cerebral que permite ao indivíduo organizar e interpretar as impressões sensoriais, de forma a atribuir significado ao meio envolvente, a partir de um histórico de vivências passadas. Seu

processo consiste na aquisição, interpretação, seleção e organização das informações obtidas, podendo ou não depender de alguma informação proveniente da memória. Essa atividade cognitiva ocorre graças aos órgãos dos sentidos que veiculam as informações obtidas. Primeiramente, os órgãos receptores detectam e recebem os estímulos, processo designado por sensação. Em seguida, esse estímulo é traduzido em impulsos nervosos que são conduzidos ao cérebro onde são processados.

Assim, após a chegada da informação ao cérebro vão-se estruturar e organizar continuamente as representações do mundo. É nele que se dá sentido ao que vemos, ouvimos e sentimos, dado que a informação proveniente dos órgãos sensoriais é processada no cérebro, estrutura do sistema nervoso na qual os estímulos ganham sentido e, por isso, significado.

No âmbito visual, as paisagens são diferenciadas através das várias composições formadas pelos seus componentes bióticos, abióticos e socioculturais, determinadas pela singularidade ou dominância de apenas um ou de um conjunto dos mesmos.

A combinação dos elementos visuais cria diferentes composições nas quais é possível definir as **qualidades estéticas** similares, geralmente aceitas pela sociedade humana, e permite a diferenciação das **unidades de paisagem** perceptíveis do observador, afirmam Escribano Bombin et al. (1991).

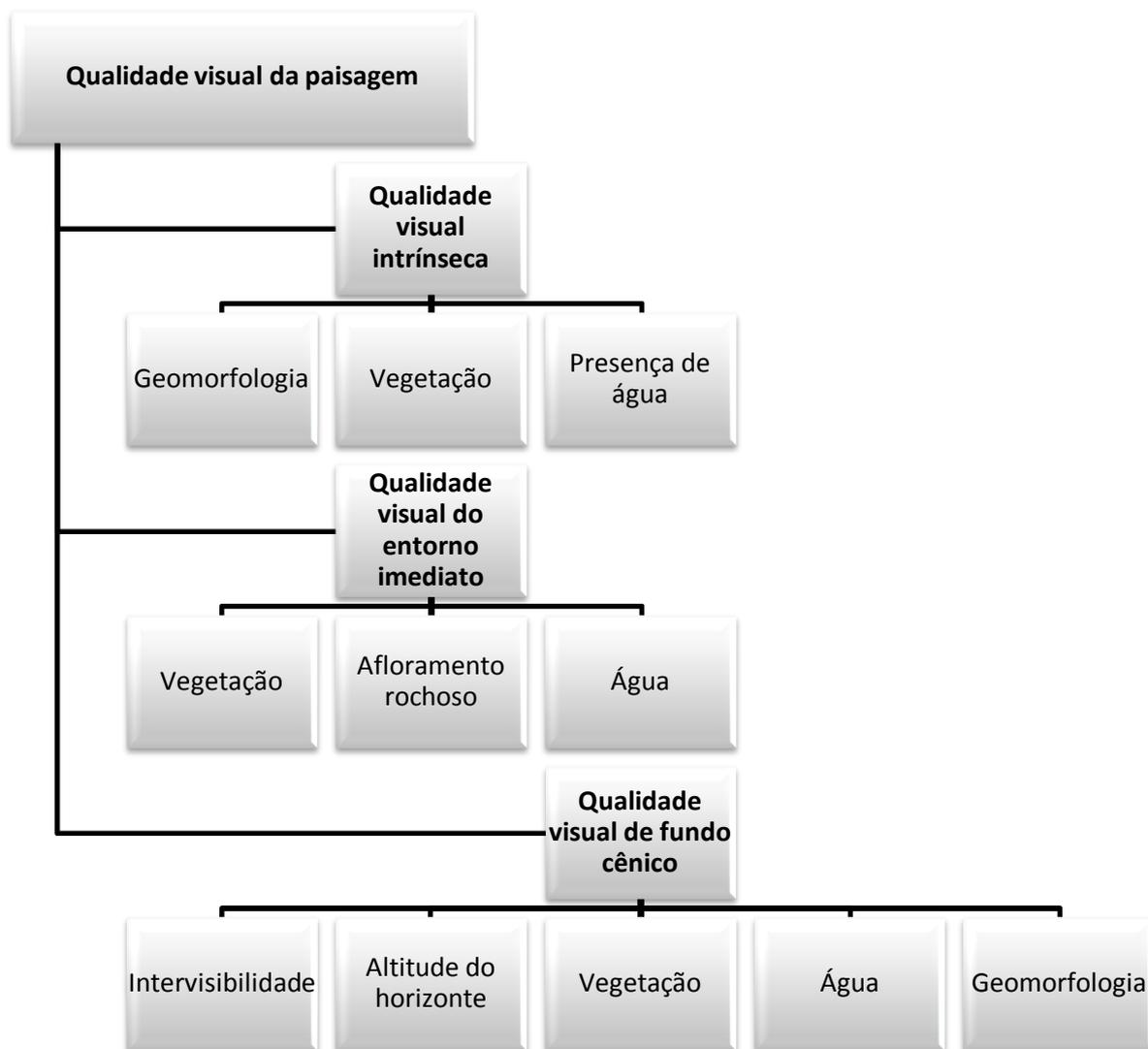
6.4 Características que motivam a percepção

Segundo Escribano Bombin (1991, p. 83), “qualquer tentativa de avaliar a qualidade de um espaço paisagístico deve assumir a existência de posturas subjetivas antagônicas. Mas, deve-se tentar objetivar os aspectos que permitam comparar as situações distintas⁵²”.

52 “*Todo intento de evaluación de la calidad paisagística de un espacio debe asumir la existencia de posturas subjetivas antagónicas. Pero siempre se debe tratar de objetivar lo que se ve com objeto de marcar los aspectos que permitan comparar situaciones distintas.*”

Para os autores, a visualização de uma paisagem é motivada por três características que proporcionam diferentes tonalidades e podem ser modificadas por diferentes formas de atuação, conforme apresenta o organograma da Figura 8.

Figura 8 - Organograma das características que motivam a percepção.



Fonte: Escribano Bombin, 1991, adaptado por Vieira, 2014.

A **qualidade visual intrínseca** significa o atrativo visual derivado da própria característica da paisagem. É definido, principalmente, em função da morfologia, da vegetação e da presença de água.

A **qualidade visual do entorno imediato** significa a paisagem imediata externa por um círculo de raio entre 500 a 700 metros a partir de um ponto. Sua importância se justifica pela possibilidade de observação dos elementos visualmente atrativos.

A **qualidade de fundo cênico** ou da **vista cênica** significa o conjunto que constitui o fundo visual da paisagem. Os elementos mais importantes são a intervisibilidade, a altitude, a vegetação, a água e a singularidade geológica. A intervisibilidade valoriza a existência de um horizonte amplo da paisagem.

6.4.1 Critérios para determinar as características visuais da paisagem

As características visuais básicas são a forma, a linha, a cor, a textura e a escala, como se apresenta no quadro 13.

Quadro 13 - Critérios para determinar as Características visuais para análise da qualidade cênica da paisagem.

Características Visuais	Conceito
Forma	É o volume ou a figura de um ou vários objetos que aparecem unificados visualmente. Caracterizam-se pela geometria, complexidade e orientação a respeito dos planos principais da paisagem. As diferenças de forma existentes entre as superfícies e os volumes determinam o contraste e a dominância. Dependem do campo de visão do observador. Pode ser irregular e varia entre côncava, convexa e plana. Assim, uma forma regular, compacta, opaca e orientada respeitando o plano vertical normalmente se destaca em uma paisagem de alto conteúdo natural, que geralmente tem características opostas e passa despercebida em uma paisagem urbana.
Linha	É o caminho real ou imaginário que percebe o observador quando existem diferenças bruscas entre os elementos visuais (cor, forma, textura) ou quando os objetos se apresentam com uma sequência unidimensional. Podem corresponder às bordas ou aos limites entre as superfícies adjacentes, diferenciadas por sua cor ou textura (o limite

	<p>de uma mata em contraste com o campo, por exemplo), a existência de formas lineares diferenciadas pelo tipo de borda e que divide uma superfície em dois (caminhos, rodovias, corredores), ou o recorte de uma silhueta de uma forma tridimensional contra o fundo contrastado. As linhas podem caracterizar-se por sua diferenciação ou força (nitidez, continuidade, longitude, grau de diferenciação), sua complexidade (variedade de direções) e sua orientação a respeito dos principais eixos da paisagem. Assim, uma linha nítida, larga e contínua, como pode ser a do horizonte, tem mais força que outra que se perfila pela agregação de numerosos traços (a copa de uma árvore, por exemplo). A linha do horizonte, em um terreno acidentado, é mais complexa que em uma planície, e as linhas que seguem a direção longitudinal de um vale, por exemplo, possuem diferentes significados visuais que as cortam transversalmente. O contraste resulta da composição das linhas em diferentes direções ou quando as formas e as cores são muito diferentes. As linhas verticais que interrompem o horizonte tendem a ser dominantes sobre as horizontais. As linhas também podem guiar a vista do observador até certos objetos, criando pontos focais.</p>
Cor	<p>É a propriedade de refletir a luz com a intensidade particular e comprimento de onda que permite ao olho humano diferenciar objetos que, de outra forma, pareceriam idênticos. É a principal propriedade visual em uma superfície. A cor é definida pelo matiz, pelo tom e pelo brilho. A combinação de cores em uma paisagem determina o grau de medida de suas qualidades estéticas. A presença de cores complementares ou de características opostas produz contrastes visuais. Assim, as cores brilhantes contrastam com as opacas e as claras, com as escuras. Em geral, pode-se dizer que, em igualdade com os outros elementos visuais, as cores quentes, claras e brilhantes tendem a exercer domínio sobre as frias, escuras e opacas em uma paisagem. O estudo da estética da cor, a articulação das mesmas entre si, suas contraposições ou justaposições é de fundamental importância na paisagem.</p>
Textura	<p>É a manifestação visual da relação entre luz e sombra motivada pelas variações existentes na superfície do objeto. Essa propriedade dos objetos pode estender-se à paisagem, na qual a textura se manifesta</p>

	<p>não somente sobre os objetos individualizados mas, também, sobre as superfícies compostas pela agregação de pequenas formas ou mesclas de cores que constituem um modelo contínuo de superfície. Na composição cênica, cada uma das partes não aparece como um objeto diferenciado senão integrado em uma superfície. Assim, ao observar uma mata a certa distância, não será possível distinguir cada uma das árvores como objetos individualizados, visto que a massa se perceberá como uma superfície mais ou menos contínua, com irregularidades ou variações internas produzidas pela agregação indiferenciada das copas. A textura pode diferenciar-se pelo grão (textura fina, média ou grossa), pela densidade, pela regularidade e pelo contraste interno.</p>
Escala	<p>É o tamanho ou extensão de um elemento integrante da paisagem. Pode considerar-se no sentido absoluto (dimensões reais do objeto ou superfície que ocupa) ou no sentido relativo (a relação existente entre o tamanho do objeto e o entorno de onde se situa). O segundo sentido é o que tem maior importância visual e pode caracterizar-se pela proporção de superfície que ocupa o elemento dentro do campo de visão ou pelo contraste de tamanho com respeito a outros elementos da paisagem. O observador estabelece a escala entre objetos mediante a comparação, consciente ou inconsciente, de seu tamanho, para o qual deve tomar como referência objetos de dimensões conhecidas (figura humana, casa, árvore). A apreciação da escala se vê alterada pela aparência dos objetos e a configuração do espaço externo (os espaços pequenos fazem com que os objetos pareçam maiores). Os objetos pequenos e de aspecto frágil, situados em espaços abertos ou amplos, tendem a ser dominados por aqueles volumosos, de aspecto pesado e compacto, empregados em locais fechados ou de extensão reduzida.</p>
Configuração Espacial ou do espaço	<p>É um elemento visual complexo que engloba o conjunto de qualidades da paisagem, determinado pela organização tridimensional dos objetos e os espaços livres ou vazios do cenário. Dá origem aos diferentes tipos composicionais integrantes da cena que proporcionam diferentes percepções visuais ao observador.</p>

Fonte: Litton, 1968; Teixeira, 2005; adaptado por Vieira, 2014.

A configuração espacial dos elementos que integram o cenário define diferentes **tipos de paisagem**: panorâmica, fechada (ou cercada), focalizada, dominada (ou focada), abrigada, com detalhes e efêmera, como mostra a Figura 9.

A **paisagem panorâmica** não possui limites aparentes para a visão. A característica dominante é a horizontalidade das linhas perpendicular às linhas da visão, como mostra a Figura 9. As nuvens e o céu predominam no plano de fundo.

A **paisagem com destaque ou dominada** é a visão do observador atraída para um ponto fixo (elemento ou elementos agrupados), por exemplo, uma cascata, uma forma proeminente do terreno.

A **paisagem fechada ou cercada** é definida pela presença de barreiras visuais que determinam uma marca definida no espaço. As linhas de visão são direcionadas primeiramente para o vazio no centro da paisagem e, secundariamente, se espalham pelas paredes laterais.

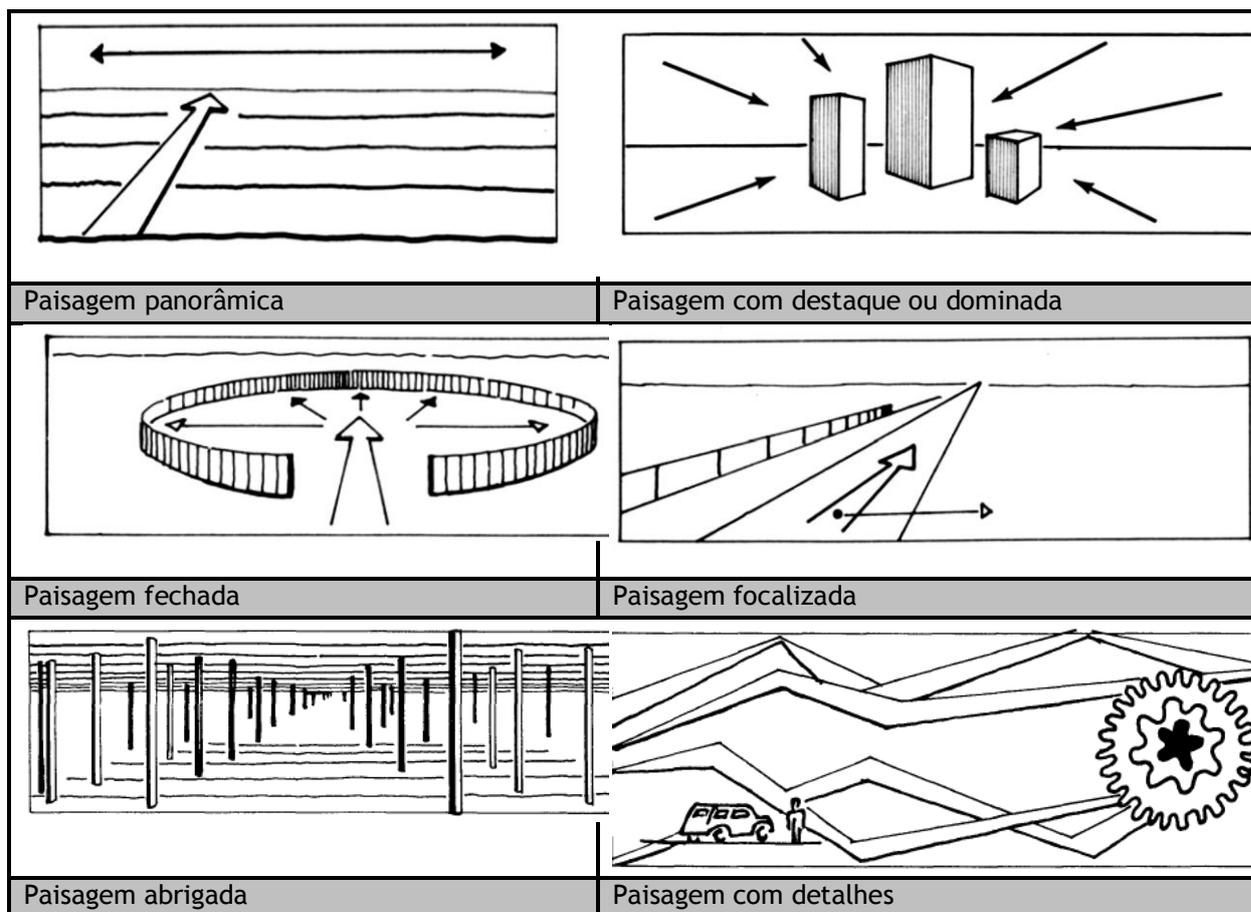
A **paisagem focalizada** é caracterizada pela presença de linhas paralelas e objetos alinhados (como uma rodovia, um rio, uma fileira de árvores) que parecem convergir a um ponto focal que domina a cena, ou seja, direciona a visão do observador para um ponto de fuga (ponto focal).

A **paisagem abrigada** possui uma dimensão pequena, a escala e os detalhes presentes na restrição aérea e lateral da cena podem ser mais facilmente vistos e compreendidos por um observador à pé. Paisagem no interior de uma floresta, por exemplo.

A **paisagem com detalhes** possui cenários de curtas distâncias, que apontam para situações singulares como florações, desenhos em pedras, uma forma proeminente no terreno, uma árvore isolada.

A **paisagem efêmera** depende de efeitos transitórios, que duram segundos ou até mesmo dias, em épocas específicas do ano. Pode necessitar de uma observação aguçada pelo interesse especial do elemento (por exemplo, animais) necessitando de uma intensidade de consciência visual.

Figura 9 - Tipos de paisagens de acordo com a composição espacial.



Fonte: Litton, 1968; adaptado por Vieira, 2014.

Escribano Bombin et al. (1991) citam que, dentro do espaço visual definido, a posição espacial dos elementos da paisagem é primordial, definida principalmente pela sua posição topográfica (fundo de vale, plano, no meio da encosta, borda superior de uma encosta, crista etc). As posições elevadas e expostas tendem a ressaltar o objeto, enquanto que as posições baixas e protegidas tendem a ocultá-los. O plano de fundo também é importante, se é contra o céu, a água ou uma vegetação.

Teixeira (2005, p. 34) explica que na organização espacial do cenário “se traduz em uma estrutura visual ou na composição das partes diferenciadas segundo uma distribuição determinada”. A estrutura da paisagem, além das características visuais básicas, possui características secundárias que compõem a cena com o processo cognitivo. Assim, a paisagem pode ser descrita conforme sua complexidade ou simplicidade na disposição das partes elementares; pela variedade ou monotonia; pela unidade (coerência, harmonia ou incoerência); pela

organização ou desorganização; pela singularidade ou raridade; pela força ou intensidade (visualmente chamativa); estacionalidade ou permanência (aspectos temporais).

Segundo Daniel (2001), para compreender a totalidade da **valorização de uma paisagem**, além das qualidades estéticas também é importante conhecer os processos e as dinâmicas da mesma, com suas características ecológicas como integridade, sustentabilidade e biodiversidade, independentes de valores humanos, juízos e preferências.

Daniel (2001) afirma que é possível encontrar uma correlação entre a beleza de uma paisagem e a sua riqueza biológica e ecológica. No entanto, nem sempre se pode verificar essa condição, pois, áreas com elevados valores biológicos, como os banhados e os mangues, são avaliadas pelo público em geral como tendo um baixo valor cênico, ao passo que, quando se trata de técnicos, estes constatarem o seu valor ecológico e a beleza que representam em termos biológicos, classificando-as de alta qualidade.

Portanto, esta organização visual do cenário e as relações estabelecidas entre as características visuais presentes nos componentes da paisagem constituem a base para a valorização da beleza cênica da paisagem. Mas se sabe, também, que a paisagem é portadora de outros valores como cultural, ecológico e econômico.

6.5 Fatores que alteram a percepção da paisagem

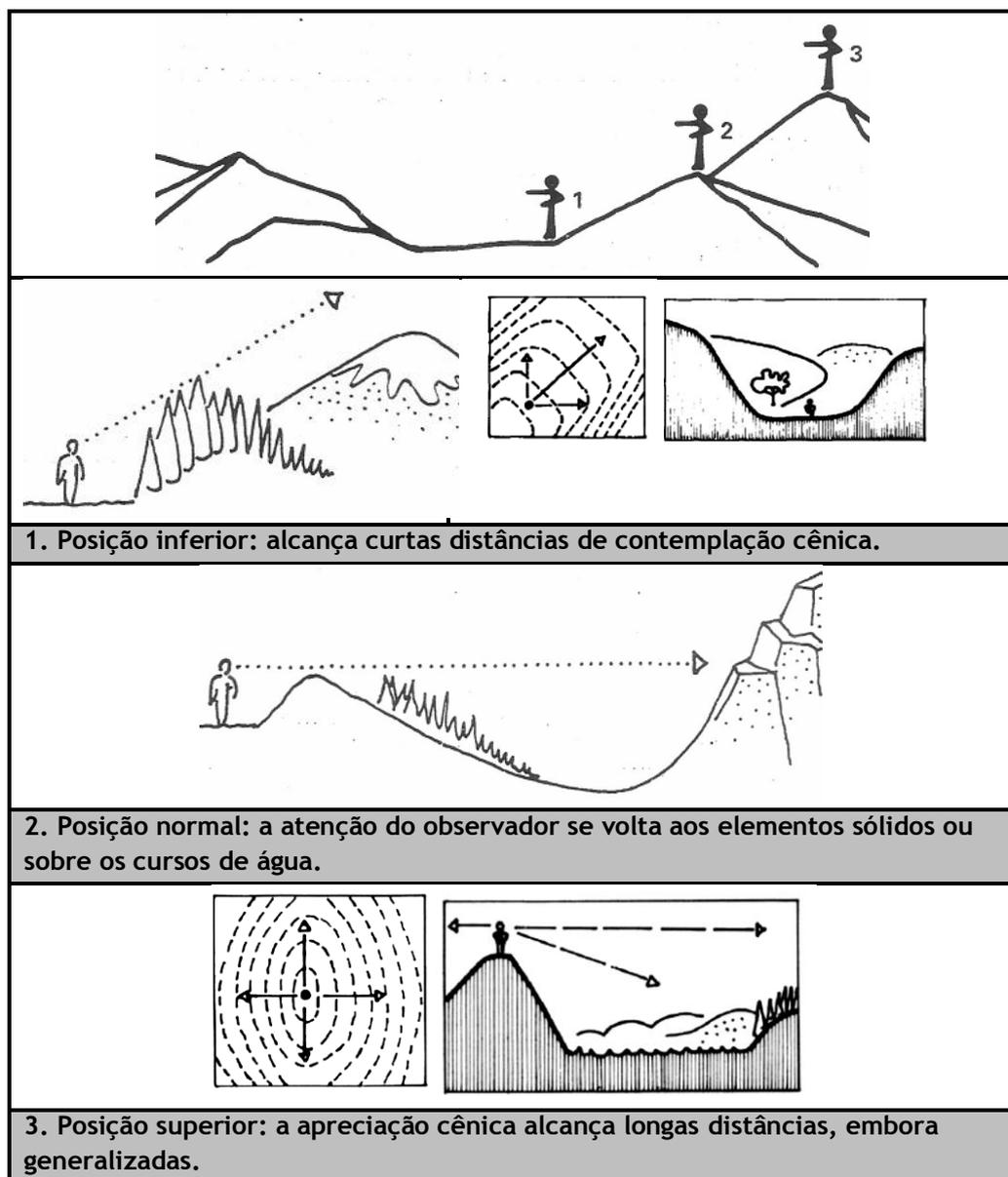
Segundo Litton (1968) e Teixeira (2005), os fatores que modificam a visão com respeito às características visuais básicas são:

a) **Distância** - ao aumentar a distância os elementos se modificam, como por exemplo: as cores ficam pálidas, menos brilhantes, sendo que a cor clara destaca-se mais que a escura; a força ou a intensidade das linhas diminui; a textura perde contraste e a granulometria fica mais fina.

b) A **posição do observador** (Figura 10) - o objeto será mais visível quanto mais próximo estiver do observador, e menos visível quando o eixo de visão for perpendicular ao perfil que se contempla. A posição do observador em relação ao objeto condiciona a apreciação da forma e do tamanho do objeto, modificando a composição cênica do conjunto. A posição inferior faz com que as formas sejam

maiores e percam perspectivas, pois seu campo de visão se torna limitado. Ocorre um direcionamento da atenção do observador em primeiro plano, a ênfase de pequenos objetos, as formas parecem maiores, perde-se perspectiva. A posição superior amplia o campo de visão e proporciona uma ideia geral de como se dispõem e se inter-relacionam os elementos da paisagem.

Figura 10 - Posição do observador.



Fonte: Litton, 1968, adaptado por Vieira, 2014.

c) As condições atmosféricas e meteorológicas - modificam as propriedades visuais dos elementos das unidades da paisagem, o seu grau de visibilidade e a nitidez. A nebulosidade reduz a intensidade das cores fazendo com que

predominem as tonalidades escuras e as superfícies percam o brilho. A presença de neve ou gelo aumenta a geometria das formas, a luminosidade, a força das linhas e a textura.

d) A **iluminação** - a luz frontal (atrás do observador e em frente ao objeto observado) reduz as sombras ao mínimo, produzindo um achatamento aparente das superfícies e perda de perspectivas, porém permite apreciar as cores mais claras e brilhantes quando iluminadas. A luz lateral (entre o objeto e o observador em posição lateral) favorece os contrastes de luz e sombra realçando as linhas, a textura e a sensação de visão em relevo. A luz posterior (de trás do objeto) deixa a face do objeto com sombra, fazendo com que a superfície perca contraste e aumentando a silhueta do objeto.

Escribano (1987), em seus estudos, considera a paisagem um bem cultural, um recurso patrimonial que convém gerir racionalmente. Sugere que, ao contemplá-la como um recurso e tratá-la como tal na tomada de decisão, devemos tender a objetivar a valoração estética e ambiental, incluindo a paisagem no processo de planejamento. Segundo o autor, trata-se, definitivamente, de se fazer com que a percepção da paisagem seja algo preciso e endereçado, mediante o estudo dos fatores territoriais, estéticos e emocionais que conduzem a valoração de uma paisagem.

Pires (1993) cita que a qualidade da paisagem pode estar relacionada com o **valor naturalístico** (unidade paisagística em que o estado de conservação dos ecossistemas possui espécies animais notáveis ou, ainda, singularidades naturais relacionadas a fatores geológicos/paleontológicos); **valor de produtividade** (produtividade agrícola, turístico, florestal); e **valor perceptivo e cultural** (valores subjetivos derivados da paisagem). A partir disso, o autor considera que, segundo a forma de percepção, é possível estudar diferentes tipos de qualidade da paisagem tais como qualidade visual (aspectos visuais), qualidade ecológica (valor naturalístico do sistema) ou qualidade cultural (valores culturais).

6.6 Metodologia utilizada para identificar as belezas cênicas da paisagem

Mesmo que se reconheça a subjetividade envolvida na identificação da beleza cênica de uma paisagem, é possível fazer uma análise, também, em termos

objetivos. As variáveis são muitas, mas, através da utilização de uma metodologia apropriada, pode-se chegar a uma identificação, no mínimo dos elementos e das características intrínsecas para as belezas cênicas.

A base para a metodologia desenvolvida para a identificação das belezas cênicas do bioma Pampa foram a pesquisa de Verdum et al. (2012) intitulada: “*Aerogeradores e Percepção da Paisagem*” e da metodologia utilizada por Escribano Bombin (1991) intitulada: “*Características Visuais da Paisagem*”, a partir da análise que considera todos os elementos para perceber a paisagem, as características que motivam tal percepção, os critérios que determinam as características visuais, os fatores que a alteram, além dos componentes físico-biológicos e socioculturais.

A metodologia exposta abaixo possui como finalidade identificar quais são as **belezas cênicas das paisagens** de determinada área de pesquisa, a partir da análise de um grupo de especialistas e técnicos que trabalham e pesquisam nessa área, assim como ver se esse grupo reconhece a beleza cênica como sendo um referencial de interesse na proteção ambiental. Mas, também, pode ser utilizada, com alguns ajustes, para os diversos interesses da sociedade humana, principalmente para a comunidade que está inserida na paisagem e que está sendo pesquisada e analisada, para fins de sua preservação ou transformação.

Esta metodologia segue alguns critérios, tais como:

1. Seleção dos elementos básicos para perceber a paisagem.

- a) Elemento espacial: a paisagem.
- b) O elemento social: o entrevistado.
- c) O elemento subjetivo: a percepção ou o conhecimento científico.

A **percepção** pode se dar com a utilização de fotos, imagens, desenhos, gravuras ou diretamente no local escolhido (ida ao local, saída a campo), como pode ser feita por intermédio do conhecimento que o entrevistado possui do elemento espacial. Qual ferramenta utilizar vai depender dos objetivos do pesquisador.

A vantagem da utilização das figuras é que o pesquisador pode controlar os estímulos existentes no meio e o estudo permite abranger um maior número de entrevistados. Porém, Zube et al.(1987) consideram a utilização das imagens no papel um substituto aceitável, pois, para ele, a apreciação da beleza cênica da paisagem precisa ser feita *in situ*. A paisagem precisa ser incorporada num

contexto espacial e temporal próximo do observador, como afirmam Escribano et al. (1991), é imprescindível a percepção do observador “frente” à paisagem. O observador tem a oportunidade de controlar tudo que está vendo e atribuir os significados de acordo com as experiências vividas no local.

2. Definição dos conceitos

a) Pedir ao entrevistado qual a definição que ele possui de cada tema pesquisado que será levado em consideração na análise do tema proposto, como por exemplo: o conceito de paisagem, o conceito e a importância da beleza cênica e o reconhecimento da beleza cênica das paisagens como de interesse para proteção.

3. Identificação das paisagens portadoras de belezas cênicas

a) O entrevistado deve indicar as paisagens portadoras de belezas cênicas.

b) As indicações das paisagens podem ser feitas de duas maneiras: o entrevistado responde a um questionário⁵³ enviado por meio eletrônico ou o entrevistado responde a um formulário⁵⁴ (com as mesmas perguntas do questionário), podendo ser utilizado o computador com imagens e fotografias que o entrevistado possui.

4. Valoração das paisagens

a) Indicar para cada paisagem escolhida, numa escala de valores, uma nota de um a cinco.

b) A nota cinco pode referir-se à paisagem com atributos que necessitam ser protegidos ou a paisagem com maior número de atributos considerados belos.

5. Indicação dos atributos responsáveis pelas belezas cênicas das paisagens

a) Das paisagens com nota cinco, identificar quais os atributos responsáveis pela referida nota.

6. Elaboração de uma ficha

a) Elaborar uma ficha para cada paisagem identificada com suas características, tais como: localização geográfica, características da unidade de

53 Questionários são instrumentos de coleta de dados que são preenchidos pelos informantes sem a presença do pesquisador.

54 Formulário é o nome geralmente usado para designar uma coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador, numa situação “face-a-face” com o entrevistado.

paisagem onde a paisagem está inserida, quais os atributos responsáveis pela identificação das belezas cênicas.

7. Elaboração de um mapa

Mapear a localização das paisagens portadoras de beleza cênica.

No próximo capítulo serão expostos quais foram as paisagens portadoras de beleza cênica do bioma Pampa e os atributos indicados pelos entrevistados.

7 O BIOMA PAMPA E AS BELEZAS CÊNICAS DA PAISAGEM

Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rocha.
(SCHAMA, 1996).

7.1 Contextualização do Pampa

A Província Fitogeográfica Pampeana⁵⁵, também denominada de **Pampa**, *Pastizales Pampeanos*, *Província de la Pampa*, é uma área geográfica de aproximadamente 700.000 km², localizada em todo o território da República do Uruguai, parte centro-leste da República da Argentina e parte (apenas 2%) do Brasil, como mostra a Figura 11 (MORRONE, 2006).

Figura 11 - Localização da Província Pampeana (nº 4) da Sub-Região *Chaqueña*.



Fonte: Morrone, 2006, p. 79.

As altitudes variam de 1.243 m até o nível do mar. Fitogeograficamente, o Pampa está inserido na região Neotropical e faz parte da Sub-Região *Chaqueña*, caracterizado pela ausência de formações florestais, apenas formações

⁵⁵ A Província Fitogeográfica Pampeana pertence à sub-região *Chaqueña* que pertence a Região Neotropical, correspondente a distribuição da biota latino-americana e caribenha (MORRONE, 2006).

campestres, eventualmente cortadas por matas galerias e modificadas principalmente pela variação dos solos, do relevo e do clima (MORRONE, 2006).

O Pampa é classificado como uma formação vegetal do tipo estepe pelo sistema fitogeográfico internacional e pelo IBGE, nos Mapas de Vegetações e dos Biomas do Brasil, a partir de 2004. Segundo Overbeck et al. (2009, p. 29), estepe é um termo inapropriado para descrever os Campos do sul do Brasil, pois

estepes são usualmente consideradas campos semiáridos sob um clima temperado frio, tais como as pradarias (*prairies*) de gramíneas baixas e altas na América do Norte e os campos da Eurásia, desde a Ucrânia até a Mongólia (BRECKLE 2002; BREDENKAMP et al. 2002; SCHULTZ 2005). Nestas regiões, a baixa precipitação, em geral menor que 250 mm durante a estação quente, restringe o desenvolvimento de vegetação florestal, o que claramente não é o caso no sul do Brasil. Na América do Sul, estepes podem ser encontradas apenas no leste da Patagônia (SCHULTZ, 2005). O termo ‘Pampa’ também parece inadequado, pois ele é usualmente associado com os campos ao sul do Rio da Prata (SORIANO et al. 1992).

Overbeck et al. (2009, p. 29) explicam que “uma classificação interna dos Campos é ainda uma necessidade a ser alcançada com pesquisas que considerem as diferenciações florísticas e estrutural e as influências relativas ao clima, ao substrato e ao manejo”. Os autores utilizam-se do termo Campos ou dos termos ‘campo limpo’ (sem componente lenhoso) e ‘campo sujo’ (campo com arbustos).

No Brasil, o Pampa localiza-se dentro da região fisiográfica denominada Campanha ou Campanha Gaúcha e está inserido dentro **do bioma Pampa**.

De acordo com Bilenca e Minarro (2004, p. 24)

A introdução do gado, no século XVI, e da agricultura, a partir do final do século XIX e começo do XX, provocaram uma profunda transformação da paisagem, com perda de grande parte dos campos, ao menos em sua forma original. Atualmente, apenas um terço das províncias que integram os pampas argentinos está cobertas por campos, enquanto que no Uruguai e no Rio Grande do Sul estas percentagens alcançam 71% e 48%, respectivamente. Nas últimas décadas, a superfície coberta por formações campestres na região vem diminuindo cerca de 1% ao ano, embora em algumas localidades a substituição dos campos pela agricultura ou pela **monocultura arborea** tenha atingido cerca de 10%. Apenas uma pequena percentagem da área original apresenta campos naturais em bom estado de conservação, em muitos casos fragmentados em manchas esparsas relativamente pequenas (grifo nosso).

7.2 Classificação do Bioma

Existem três classificações de bioma para o Brasil: pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); pelo PROBIO e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente; e pela Organização não governamental *World Wildlife Fund* (Fundo Mundial para a Natureza - ONG WWF), como mostra o quadro 14 e os mapas das figuras 12, 13 e 14.

O IBGE (2004) considera o bioma como o conjunto de tipos de vegetação, identificável em escala regional, com suas floras e faunas associadas; é definido pelas condições físicas predominantes, sejam climáticas, litológicas, geomorfológicas, pedológicas, assim como uma história evolutiva compartilhada; e é dotado de uma diversidade biológica singular.

Os princípios estabelecidos para classificar os biomas brasileiros pelo IBGE (2004) foram:

- a) a referência seria o Mapa de Vegetação do Brasil, na escala 1: 5.000.000;
- b) cada bioma abrangeria grandes áreas contínuas, observadas suas condições de mapeabilidade;
- c) as disjunções vegetais seriam incorporadas ao bioma dominante;
- d) cada área de contato seria anexada a um dos biomas confrontantes, tendo como critério a tipologia dominante de cada contato;
- e) em função da escala do mapa, os ambientes costeiros seriam segmentados e anexados ao bioma adjacente mais próximo.

A nomenclatura adotada levou em consideração as denominações tradicionalmente mais usuais e populares ligados à fitogeografia brasileira e o marco conceitual orientador do mapeamento dos biomas foi realizado por técnicos e representantes regionais do IBGE e do Ministério do Meio Ambiente, da comunidade científica e de organizações da sociedade civil atuantes no campo socioambiental (IBGE, 2004).

Em 2000, foi apresentado um trabalho do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) em parceria com a ONG WWF, na 52^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em

Brasília, mostrando uma “radiografia” dos sete grandes biomas brasileiros. O Bioma Pampa foi reconhecido como bioma brasileiro, apenas em 2004.

Quadro 14 - Classificação dos biomas no Brasil

Classificação dos Biomas		
IBGE (2004)	Ministério do Meio Ambiente (2002)	ONG WWF
Amazônia	Amazônia	Amazônia
Cerrado	Cerrado	Cerrado
Mata Atlântica	Mata Atlântica	Mata Atlântica
Caatinga	Caatinga	Caatinga
Pampa	Campos Sulinos	Campos Sulinos
Pantanal	Pantanal	Pantanal
	Zona Costeira e Marinha	Zona Costeira
		Zonas de Transição: Amazônia-Caatinga/ Amazônia-Cerrado/ Cerrado-Caatinga

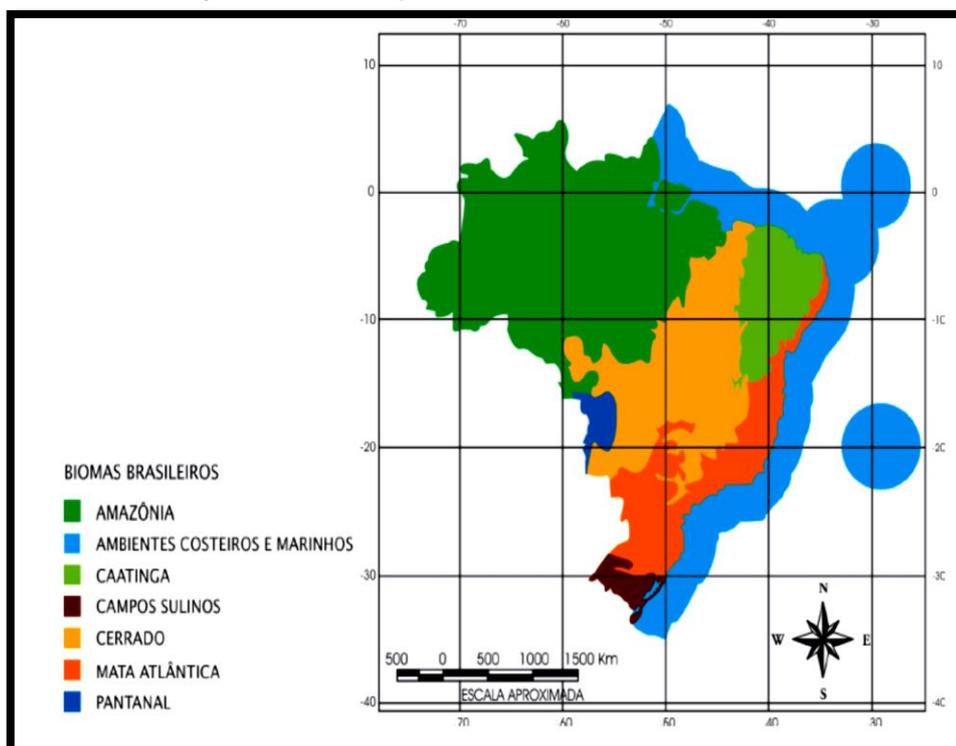
Fonte: Vieira, 2014.

Figura 12 - Classificação dos Biomas segundo o IBGE (2004).



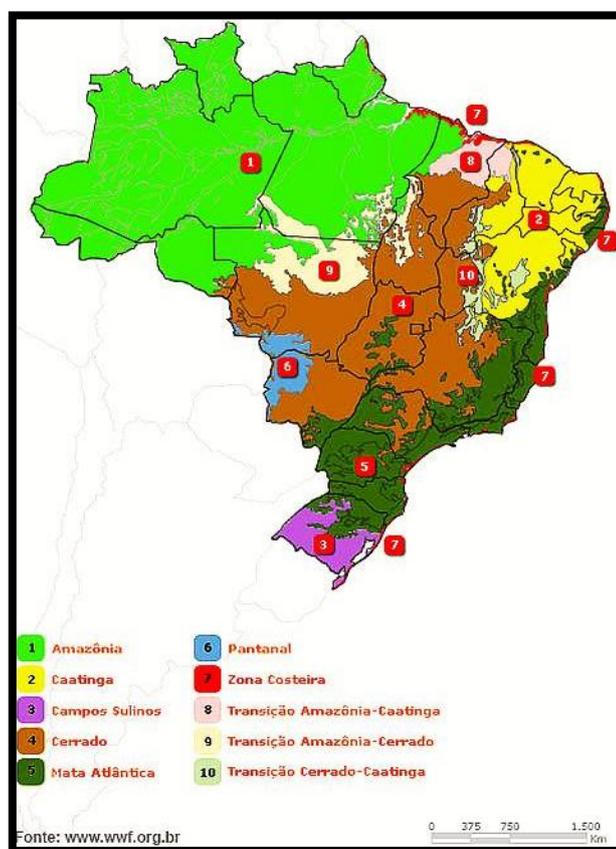
Fonte: IBGE, 2004.

Figura 13 - Classificação dos Biomas pelo PROBIO do Ministério do Meio Ambiente (2002)



Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2002)

Figura 14 - Classificação dos Biomas segundo a Ong WWF.



Fonte: WWF, 2014.

Embora o emprego do termo “Pampa” para a caracterização do bioma e os seus limites ainda seja discutido entre os pesquisadores, neste trabalho adota-se essa denominação por ser a utilizada pelo órgão oficial, o IBGE.

O Projeto de Conservação e de Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) ⁵⁶ da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, em 2002, considera o bioma Campos Sulinos, uma área de 218.700 km², no sul do Brasil, reunindo a paisagem de relevo suavemente ondulado na forma de colinas recoberto por gramíneas de pequeno porte e arbustos (campos da metade sul do estado do Rio Grande do Sul); a vegetação das áreas úmidas do extremo sul, junto ao litoral gaúcho, onde se encontram os banhados (ecossistemas alagados); e os Campos do Planalto Sul-Brasileiro, característicos das regiões de maior altitude nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

No mapa apresentado pelo Ministério (Figura 13), não aparecem os Campos Sulinos, mas é trabalhado nos livros didáticos de Educação Ambiental, adotados pelo Ministério da Educação. Para o IBGE, os campos do Planalto Sul-Brasileiro, são integrantes do bioma Mata Atlântica.

7.3 A biodiversidade do bioma Pampa

O Bioma Pampa localiza-se no estado do Rio Grande do Sul, numa área de 178.243 mil km², segundo o Mapa de Biomas Brasileiros do IBGE (2004), correspondente a 63% do território estadual e a 2,07% do território brasileiro.

Os municípios que possuem seus limites dentro do bioma Pampa são 166, dos 497 municípios do Estado. Os municípios que possuem uma representatividade da cobertura vegetal original do bioma Pampa com mais de 75% são Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado, Lavras do Sul, Herval, Caçapava do Sul, Santana do Livramento, Quaraí, Santiago e Itacorubi, segundo Hasenack et al. (2007).

Segundo Behling et al. (2009, p. 23) os dados paleoecológicos e paleoambientais do Planalto Sul-Americano, relacionados à dinâmica da vegetação, do fogo e do impacto causado pelas ações da sociedade humana, mostram que “as

56 O PROBIO possui como objetivo identificar as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade, avaliar os condicionantes socioeconômicos e as tendências atuais da ocupação humana do território brasileiro, bem como formular as ações mais importantes para conservação dos nossos recursos naturais.

áreas de campo altamente diversas são naturais, ou seja, são remanescentes de uma extensa área de um período glacial e do Holoceno Inferior e Médio e não das áreas florestais do passado”.

Para Boldrini (1997), a formação e a evolução da vegetação campestre da América do Sul é resultado de processos biológicos, tais como competição, evolução e migração. Destaca também a interferência dos europeus, com a introdução de animais exóticos (gado equino, bovino e ovino) e da utilização do fogo para a derrubada da vegetação para a agricultura.

A biodiversidade dos Campos tem sido foco de estudos recentes, e a importância das formações campestres como habitat para espécies ameaçadas de extinção torna-se um indicador eficaz do seu valor para a conservação da biodiversidade. Somente no Rio Grande do Sul, há em torno de 2.200 espécies de plantas catalogadas (2.169 táxons; 502 gêneros e 89 famílias, sendo 990 táxons exclusivos do bioma), incluindo os campos localizados no bioma Mata Atlântica no norte do Estado e do bioma Pampa (campos do Uruguai e do sul do Brasil), segundo Boldrini (2009).

Boldrini (2013) cita que as principais famílias encontradas são a *Asteraceae*, com 380 espécies, *Poaceae* com 373 espécies, a *Fabaceae* com 190 espécies e a *Cyperaceae* com 118 espécies.

A diversidade biológica se deve a diversidade dos solos, procedentes da variabilidade geológica e geomorfológica; da disponibilidade de água, da temperatura e da distribuição da pluviosidade.

Segundo a Lista Final das Espécies da Flora Ameaçadas no estado do Rio Grande do Sul, pelo Decreto estadual nº 42.099 (2003), 146 táxons estão no bioma Pampa, 28 são comuns aos dois biomas e 213 táxons no bioma Mata Atlântica.

Em relação à fauna dos campos, Bencke (2009, p. 102) explica que há uma parcela expressiva, como os “animais populares e emblemáticos”: a ema (*Rhea americana*), a perdiz (*Nothura maculosa*), o quero-quero (*Vanellus chilensis*), a caturrita (*Myiopsitta monachus*), o João-de-Barro (*Furnarius rufus*), o zorrilho (*Conepatus chinga*) e o graxaim-do-campo ou ‘sorro’ (*Lycalopex gymnocercus*).

Bencke (2009, p. 105) cita que foram já catalogadas 50 espécies de anfíbios, 97 de répteis, 120 espécies de aves, 25 espécies de mamíferos, pelo menos 21 espécies de vertebrados podem ser considerados endêmicos das formações

campestres da região sul do Brasil, 9 espécies de aves migratórias que utilizam os campos como área de invernagem durante o período não reprodutivo, 21 espécies ameaçadas de extinção “são usuárias obrigatórias dos campos e dependem diretamente desses ecossistemas para sua sobrevivência”. Outras 11 espécies utilizam formações campestres de forma facultativa ou em combinação com outros ambientes e 19 espécies de moluscos bivalves “dependem da dominância fisionômica dos campos na paisagem”. O número de espécies ameaçadas ou extintas por biomas brasileiros aparece em primeiro lugar o bioma Mata Atlântica, seguindo do Cerrado, do Marinho, do bioma Campos Sulinos, Amazônia, Caatinga e por último o Pantanal.

Bencke (2009) também expõe que os Campos possuem uma fauna própria com grande diversidade de espécies e de modo de vida. Faz-se necessário reconhecer a conexão existente entre a diversidade biológica e o funcionamento dos ecossistemas campestres, preservando também os processos ecológicos e evolutivos, pois muitas espécies ainda são desconhecidas. Os campos devem ser manejados em benefício da fauna sem comprometer a produtividade das atividades econômicas compatíveis, “com incentivos públicos como os dispensados à silvicultura e iniciativas corporativas que agreguem valor aos produtos gerados através de métodos de produção ambientalmente benéficos”.

Bencke (2009, p. 118) cita também que:

[...] os Campos Sulinos são, em sua maior parte, relictos de um passado pretérito que têm sobrevivido às alterações climáticas ocorridas desde o último período glacial. [...] a interferência humana faz parte da história evolutiva natural dos Campos Sulinos, tanto quando a ação da megafauna extinta, e não considera-la é um equívoco das culturas modernas. [...] os regimes de pastejo e de fogo impostos pelos usos humanos atuais são formas de intervenção antrópica que encontram paralelos na história evolutiva do bioma. A questão, portanto, é diversificar a dose dessas intervenções com base em um olhar sobre o passado, mas sem perder de vista que a resposta dos ecossistemas campestres do presente possivelmente será outra.

A importância da proteção e da conservação do bioma Pampa pode ser destacado ao analisar as áreas importantes para a conservação das aves no Brasil indicadas pela *BirdLife International* (organização internacional de estudos da avifauna) no estado do Rio Grande do Sul, como mostra o quadro 15.

Quadro 15 - Áreas indicadas para conservação das aves no bioma Pampa.

Nome	Área	Município
Banhado São Donato	17.500 ha	Itaqui, Maçambará
Banhado dos Pachecos	2.560 ha	Viamão
Médio Rio Camaquã	450.000 ha	Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Encruzilhada do Sul, Amaral Ferrador, Canguçu
Parque Nacional Lagoa do Peixe	34.400 ha	Tavares e Mostardas
Campos da Região de Bagé	82.000 ha	Bagé, Candiota. Hulha Negra
Região de Pinheiro Machado	100.000-150.000 ha	Pinheiro Machado, Piratini, Herval
Estuário da Laguna dos Patos		Rio Grande, São José do Norte
Várzea do Canal São Gonçalo	70.000 ha	Rio Grande, Pelotas, Capão do Leão, Arroio Grande
Banhado do Maçarico e Cordões Litorâneos Adjacentes	41.100 ha	Rio Grande
Banhado do Taim	32.000 ha	Rio Grande, Santa Vitória do Palmar

Fonte: Birdlife International, 2006, adaptado por Vieira, 2014.

Segundo Bilenca e Minarro (2004) a biodiversidade dos campos das eco-regiões dos Pampas da Argentina e das savanas do Uruguai, parte das províncias do nordeste argentino e o sul do estado do Rio Grande do Sul é representada por mais de 550 espécies de gramíneas, 450 a 500 espécies de aves, sendo que pelo menos 60 são consideradas endêmicas, uma centena de espécies de mamíferos terrestres, como o “veado pampeiro” (*Ozotoceros bezoarticus*).

De acordo o Ministério do Meio Ambiente, o bioma Pampa é o que possui menor representatividade no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), representando apenas 0,4% da área continental brasileira protegida.

A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), da qual o Brasil é signatário, em suas metas para 2020, prevê a proteção de pelo menos 17% de áreas terrestres representativas da heterogeneidade de cada bioma.

As “Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, atualizadas em 2007, resultaram na identificação de 105 áreas do bioma Pampa, destas, 41 (um total de 34.292 km²) foram consideradas de importância biológica extremamente alta e 41 são consideradas pelos pesquisadores como paisagens com belezas cênicas.

Estes números contrastam com apenas 3,3% de proteção em unidades de conservação (2,4% de uso sustentável e 0,9% de proteção integral), com grande lacuna de representação das principais fisionomias de vegetação nativa e de espécies ameaçadas de extinção da fauna e da flora, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007).

O Estado possui na área estudada 5 Unidades de Conservação Federal, 12 Estaduais, 8 Municipais e uma Reserva Particular Patrimônio Natural, como mostra o quadro 16.

Quadro 16 - Unidades de Conservação Federais, Estaduais, Municipais e RPPNs do bioma Pampa.

Unidade de Conservação	Município(s)	Bioma	Área
Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã	Alegrete, Quaraí, Rosário do Sul e Santana do Livramento	Pampa	316.790 ha
Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Mostarda, Tavares e São José do Norte	Pampa e Mata Atlântica	34.400 ha
Estação Ecológica do Taim	Rio Grande e Santa Vitória do Palmar	Pampa e Mata Atlântica	10.938,58 ha
Refúgio da Vida Silvestre da Ilha dos Lobos	Torres	Pampa e Mata Atlântica	142 ha
Área de Relevante Interesse Ecológico Pontal dos Latinos e Pontal de Santiago	Santa Vitória do Palmar (na lagoa Mirim)	Pampa	2.992 ha
Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande	Glorinha, Gravataí, Viamão e Santo Antônio da Patrulha	Pampa e Mata Atlântica	136.935 ha
Área de Proteção Ambiental Delta do Jacuí	Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita, Triunfo e Charqueadas.	Pampa e Mata Atlântica	22.826,39 ha
Parque Estadual do Delta	Porto Alegre, Canoas, Eldorado do Sul, Nova	Pampa e Mata	14.242 ha

	Santa Rita, Triunfo e Charqueadas.	Atlântica	
Parque Estadual do Camaquã	Camaquã e São Lourenço do Sul	Mata Atlânt. e Pampa	7.992,50 ha
Parque Estadual do Espinilho	Barra do Quaraí	Pampa	1.617,14 ha
Parque Estadual de Itapeva	Torres	Pampa e Mata Atlântica	1.000 ha
Parque Estadual de Itapuã	Viamão	Pampa	5.566,50 ha
Parque Estadual do Podocarpus	Encruzilhada do Sul	Pampa	3.645 ha
Refúgio da Vida Silvestre Banhado dos Pachecos	Viamão	Pampa	2.560 ha
Reserva Biológica Ibirapuitã	Alegrete	Pampa	351,42 ha
Reserva Biológica São Donato	Itaqui e Maçambará	Pampa	4.392 ha
Reserva Biológica do Mato Grande	Arroio Grande	Mata Atlânt. e Pampa	5.161 ha
Parque Natural Municipal Tupancy	Arroio do Sal	Mata Atlânt. e Pampa	21,07 ha
Reserva Biológica do Lami José Lutzenberger*	Porto Alegre	Mata Atlântica e Pampa	179,77 ha
Parque Natural Municipal Morro do Osso *	Porto Alegre	Mata Atlântica e Pampa	127 ha
Refúgio de Vida Silvestre do Molhe Leste	São José do Norte	Mata Atlântica e Pampa	30 ha
Área de Proteção Ambiental Lagoa Itapeva	Torres	Mata Atlântica e Pampa	436,99 ha
Área de Relevante Interesse Ecológico Henrique Luís Roessler	Novo Hamburgo	Pampa	54,4 ha
Parque Natural Municipal Dr. Tancredo Neves*	Cachoeirinha	Pampa	17,7 ha
Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina*	São Leopoldo	Pampa	151,8 ha
Reserva Particular Patrimônio Ambiental Barba Negra	Barra do Ribeiro	Mata Atlântica e Bioma Pampa	2.379 ha
*Aguardando vistoria do Departamento de Unidades de Conservação (DUC)/SEMA/RS			

Fonte: disponível em <<http://www.sema.rs.gov.br> - atualizado em 11/02/2014, adaptado por Vieira, 2014>. Acesso em 10 jan. 2014.

Segundo Pillar (2009, p. 5), a proteção dos campos é fundamental para:

[...] garantir serviços ambientais importantes, como a conservação de recursos hídricos, a disponibilidade de polinizadores, e o provimento de recursos genéticos. Além disso, têm sido a principal fonte forrageira para a pecuária, abrigam alta biodiversidade e oferecem beleza cênica com potencial turístico importante. A sua conservação, porém, tem sido ameaçada pela conversão em culturas anuais e silvicultura e pela degradação associada à invasão de espécies exóticas e uso inadequado.

Pillar (2009) também afirma que a sociedade desconhece a biodiversidade e as formas de produção sustentável, praticadas sobre o bioma, a legislação ambiental é negligenciada e o número de áreas protegidas nesse bioma é insuficiente. O autor explica que se o manejo das atividades pecuárias for adequado e o potencial forrageiro for valorizado, a pecuária pode ser altamente produtiva e, assim, manter a integridade dos ecossistemas campestres e demais serviços ambientais.

O mapeamento da cobertura vegetal do bioma Pampa, realizado por Hasenack et al. em 2007, concluiu que as áreas campestres ou florestais sem qualquer uso são de 20.855,66 km² (11,7% do bioma). As classes de cobertura do solo nas áreas de remanescentes foram classificadas como campestre (campo nativo seco, campo nativo úmido, banhado, duna litorânea, praia fluvial, praia marinha), florestal (mata nativa) e de transição (mosaico de campo e mata nativa). Foram consideradas como áreas não remanescentes as áreas de uso agropecuário intensivo (silvicultura, campo antrópico, agricultura irrigada, agricultura de sequeiro, uso misto), as áreas urbanizadas (cidades e vilas) e a água (açudes, barragens, lagoas e lagunas).

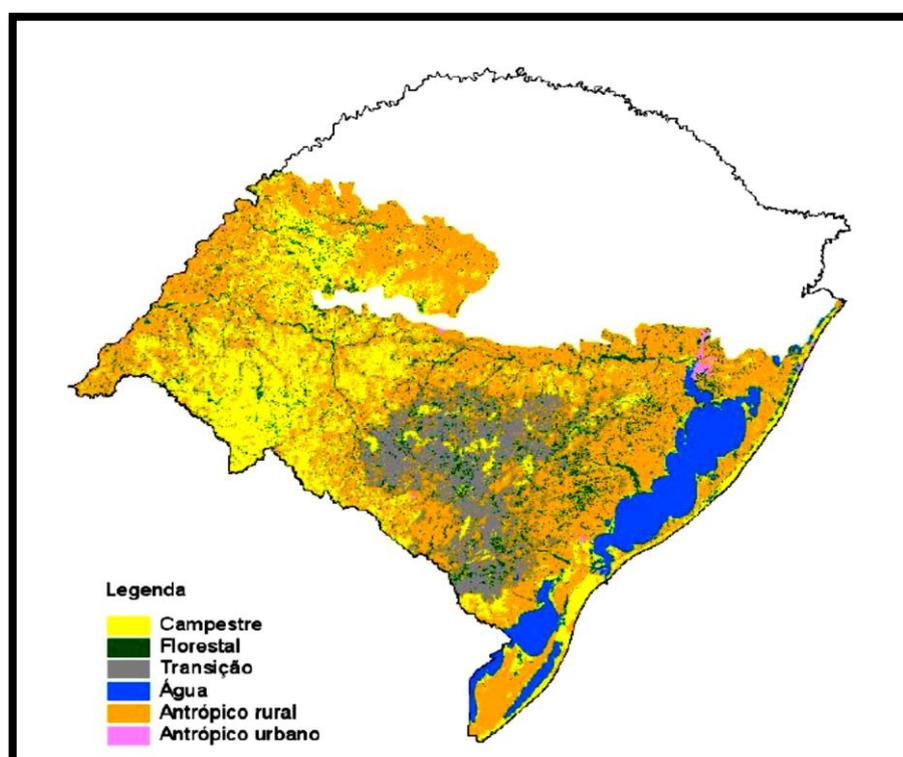
O bioma é constituído, principalmente, por três tipos de formações vegetais: a campestre, a florestal e a de transição. Cordeiro e Hasenack (2007) citam que a formação vegetal campestre representa 23,03%; a formação florestal representa 5,38%; a área de transição, com 12,91%, a área alterada por atividades humanas com 48,70% e a área com a superfície de água com 9,99% do bioma Pampa, como mostra a tabela 1 e a Figura 15.

Tabela 1 - Área de cobertura vegetal, dos corpos de água e das áreas de uso por atividades humanas do bioma Pampa.

	ÁREA (km ²)	%
VEGETAÇÃO NATURAL		
Campestre	41054.610	23,03
Florestal	9591.053	5,38
Transição	23004.083	12,91
Total parcial		41,32
SUPERFÍCIE DE ÁGUA		
	17804.576	9,99
USO POR ATIVIDADE HUMANA		
Atividade Rural	85424.204	47,93
Atividade Urbana	1363.509	0,77
Total parcial		48,70
Total Bioma Pampa	178243,035	

Fonte: Hasenack (2007).

Figura 15 - Cobertura vegetal, da superfície da água e dos usos por atividades humanas do bioma Pampa.



Fonte: Hasenack, 2007.

Cordeiro e Hasenack (2009, p. 298) explicam que a integridade campestre é maior do que a florestal devido ao uso tradicional dado a essas áreas (pecuária

extensiva em campo nativo), ocasionando um “uso mais sustentável do ponto de vista da conservação da paisagem”. Eles constataram que ocorreu uma taxa de perda de campo, cerca de 1.000 km² por ano (entre 1976 e 2002), pela conversão das paisagens naturais para a agricultura, gerando, além da perda do campo, a perda da diversidade biológica e a “perda da identidade regional construída sobre os campos nativos do Rio Grande do Sul, bem como a atividade econômica a eles associada - gaúcho e campo nativo” (paisagem cultural que deu origem ao Gaúcho).

As Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira foi discutida e aprovada em 2005, pela Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO). Na metodologia foi adotado o Mapa de Bioma do Brasil (IBGE, 2004) e reuniões técnicas, as quais definiram os objetos de conservação (alvos), a definição de metas e a importância relativa de cada objeto.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2007), as categorias de objetos que foram consideradas na definição das áreas de importância biológica são:

- **Alvos de Biodiversidade:** espécies endêmicas, de distribuição restrita ou ameaçada; habitats; fitofisionomias; fenômenos biológicos excepcionais ou raros; e substitutos de biodiversidade (unidades ambientais que indicam diversidade biológica, por exemplo: fenômenos geomorfológicos e oceanográficos, bacias hidrográficas ou interflúvios e outros);

- **Alvos de uso sustentável:** Espécies de importância econômica, medicinal ou fitoterápica; áreas/especies importantes para populações tradicionais e para a manutenção do seu conhecimento; espécies-bandeira que motivem ações de conservação e uso sustentável; espécies-chave da qual depende o uso sustentado de componentes da biodiversidade; áreas importantes para o desenvolvimento com base na conservação; áreas que forneçam serviços ambientais a áreas agrícolas (como plantios dependentes de polinização e de controle biológico); áreas importantes para a diversidade cultural e social associada à biodiversidade;

- **Alvos de Persistência e Processos:** Áreas importantes para a manutenção de serviços ambientais (manutenção climática, ciclos biogeoquímicos, processos hidrológicos, áreas de recarga de aquíferos); centros de endemismo, processos

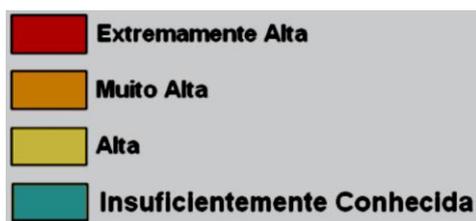
evolutivos; áreas importantes para espécies congregatórias e migratórias, espécies polinizadoras; refúgios climáticos; áreas de conectividade e fluxo gênico; áreas protetoras de mananciais hídricos; áreas importantes para manutenção do pulso de inundação de áreas alagadas; áreas extensas para espécies de amplo requerimento de hábitat.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007) a metodologia adotada no processo de Atualização das Áreas Prioritárias para a Biodiversidade incorporou os conceitos e instrumentos do Planejamento Sistemático para Conservação (Margules e Pressey (2000):

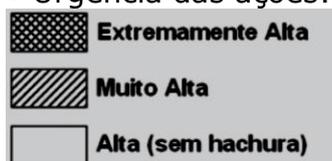
- alvos de conservação - elementos da biodiversidade que se deseja conservar, cujas áreas de ocorrência foram localizadas espacialmente;
- metas - valor quantitativo necessário para garantir a persistência dos diversos alvos em longo prazo;
- representatividade - o conjunto de áreas selecionadas deve conter uma amostra representativa da biodiversidade da região;
- complementariedade - novas áreas devem ser incorporadas visando maximizar o número de alvos/metras de conservação atingidos;
- insubstituibilidade - áreas candidatas devem ser classificadas considerando suas contribuições potenciais para a consecução das metas de conservação estabelecidas e o efeito de sua indisponibilidade em relação às demais áreas;
- eficiência e flexibilidade - áreas selecionadas devem propiciar a máxima proteção da biodiversidade com a menor extensão espacial entre as diversas opções possíveis, determinada pela relação custo/proteção;
- vulnerabilidade - as áreas devem ser escolhidas priorizando as ações de conservação de biodiversidade com maior probabilidade ou iminência de erradicação dos alvos de conservação;

As áreas identificadas foram classificadas de acordo com seu grau de importância para biodiversidade e com a urgência para execução das ações sugeridas. Para tanto, foi adotada a seguinte simbologia:

- **Importância Biológica:**



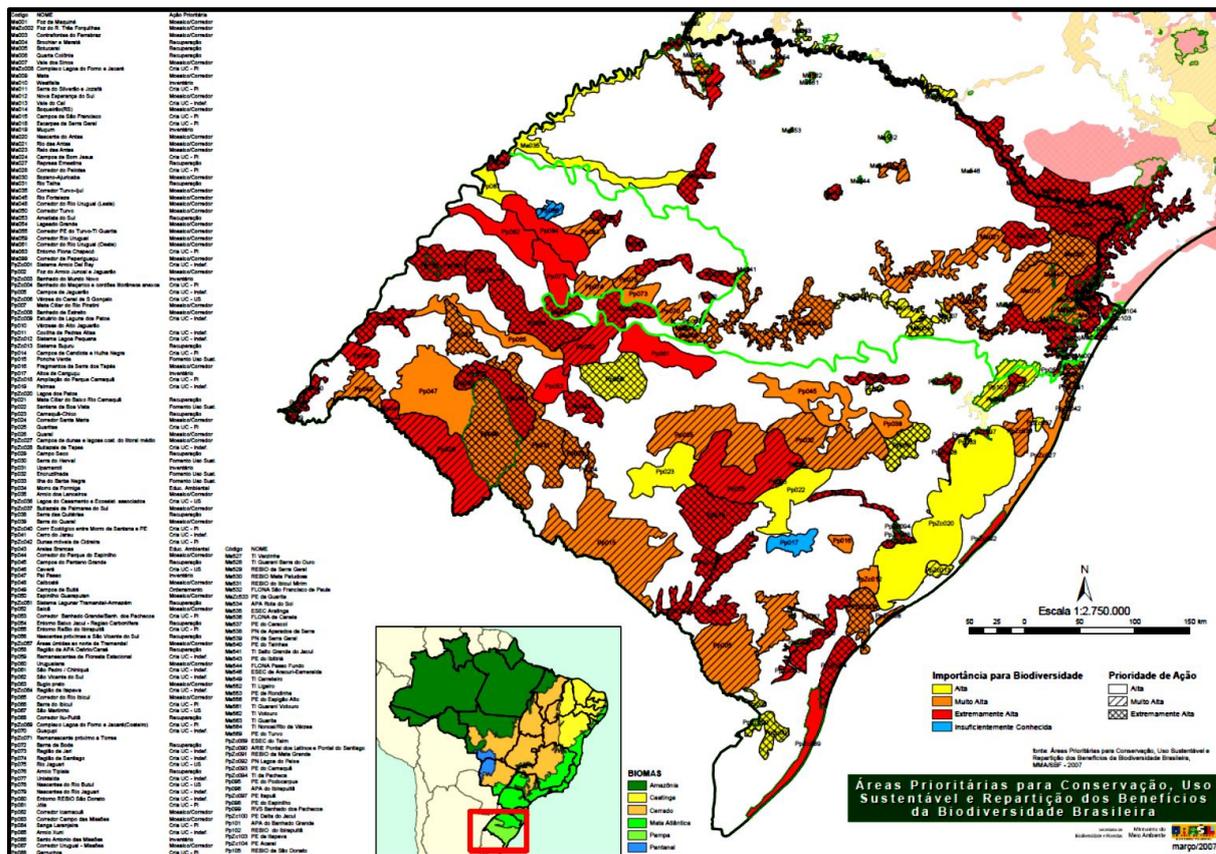
- **Urgência das ações:**



De maneira geral, a definição das áreas mais importantes foi baseada nas informações disponíveis sobre biodiversidade e pressão antrópica, e na experiência dos pesquisadores participantes dos seminários de cada bioma. O grau de prioridade de cada uma foi definido por sua riqueza biológica, importância para as comunidades tradicionais e povos indígenas e sua vulnerabilidade. Como um dos resultados foi à elaboração do Mapa das Áreas de Importância para a Biodiversidade (mapa 2).

As Áreas Prioritárias são úteis na orientação das políticas públicas, como por exemplo, nos licenciamentos de empreendimentos, rodadas de licitação dos blocos de petróleo pela Agência Nacional de Petróleo, no direcionamento de pesquisas e estudos sobre a biodiversidade, na repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, na recuperação de áreas degradadas e de espécies exploradas ou ameaçadas de extinção e na definição de áreas para criação de novas Unidades de Conservação.

Mapa 2 - Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade no estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: MMA, 2007.

7.4 A Geodiversidade e as belezas cênicas do bioma Pampa

Pfaltzgraffe e Viero (2010) explicam que o conhecimento da geodiversidade⁵⁷ permite fazer um reconhecimento do meio físico e de sua capacidade de suporte para subsidiar atividades produtivas sustentáveis ao descobrir as aptidões e as restrições de uso do meio físico de uma área, bem como os impactos advindos de seu uso inadequado, além de poder conhecer os recursos minerais, os riscos geológicos e as paisagens inerentes a uma determinada região composto por tipos específicos de rochas, relevo, solos e clima.

A biodiversidade está assentada sobre a geodiversidade e consecutivamente,

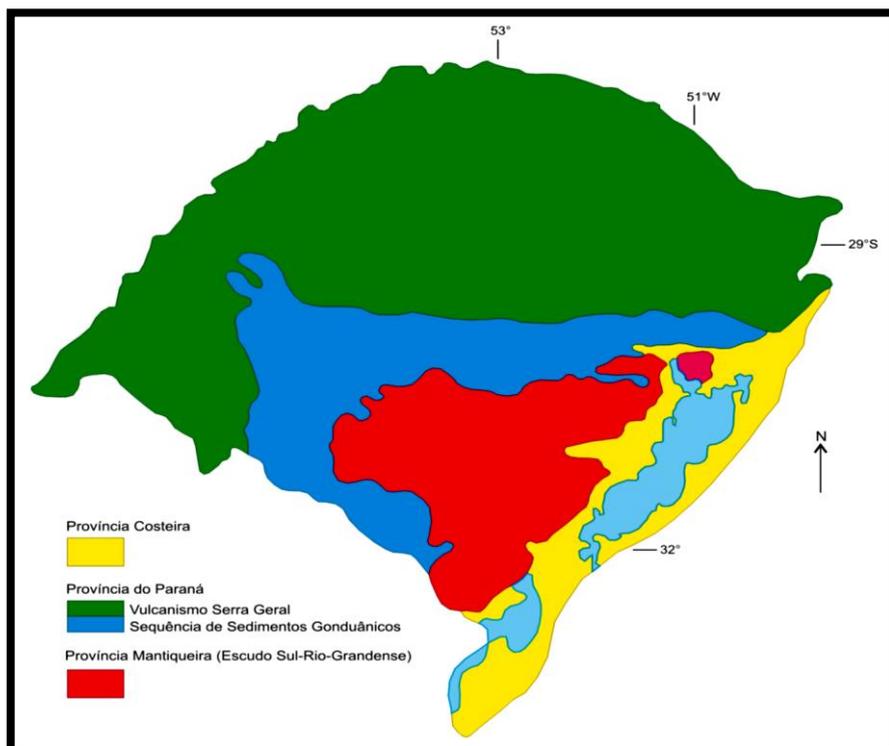
57 O estudo da natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, composição, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, águas, fósseis, solos, clima e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico (CPRM, 2006).

é dependente direta desta, pois as rochas, quando intemperizadas, juntamente com o relevo e o clima, contribuem para a formação dos solos, disponibilizando, assim, nutrientes e micronutrientes, os quais são absorvidos pelas plantas, sustentando e desenvolvendo a vida no planeta Terra. Em síntese, pode-se considerar que o conceito de geodiversidade abrange a porção abiótica do geossistema (o qual é constituído pelo tripé que envolve a análise integrada de fatores abióticos, bióticos e pelas atividades humanas) (PFALTZGRAFFE; VIERO, 2010).

O bioma Pampa, **geologicamente** está constituído por três províncias: da Mantiqueira, do Paraná e a Costeira, como mostra a Figura 16. A **província da Mantiqueira** é constituída por rochas cristalinas, representadas por um conjunto de rochas graníticas, gnaisses de várias composições, rochas metamórficas e associações de sedimentos e rochas vulcânicas antigas (WILDNER; LOPES, 2010), denominadas como a unidade geomorfológica do Planalto Sul-Rio-Grandense. A **província do Paraná** compreende as formações sedimentares depositadas desde o Permiano até o Jurássico, que recobrem as litologias da Província Mantiqueira, sobrepostas e/ou intrudidas por rochas relacionadas ao Magmatismo Serra Geral, de idade Cretácea, que compõem as unidades geomorfológicas da Depressão Periférica, do Planalto Meridional e da Cuesta de Haedo.

A **província da Planície Costeira** está representada por sedimentos finos cenozoicos, cuja sedimentação teve início quando do rompimento e expansão do continente Gondwana e conseqüente abertura do oceano Atlântico, condicionando a evolução dessa vasta planície de areia à seqüência de eventos de sedimentação marinha que culminaram com eventos transgressivo-regressivos relacionados aos processos do final do Terciário (TOMAZZELI et al., 2007 *apud* WILDNER; LOPES, 2010). No Quaternário, posteriormente ocorrem o desenvolvimento de extensos depósitos aluvionares, distribuídos ao longo dos principais rios, como o Camaquã, das planícies do rio Santa Maria ou ao longo do delta do Jacuí e seus afluentes, seguidos de sedimentações residuais, como as formações Santa Tecla e Tupanciretã.

Figura 16 - Províncias Geológicas constituintes do estado do Rio Grande do Sul



Fonte: Porcher e Lopes (2000) apud WILDNER e LOPES (2010).

Segundo Suertegaray e Fujimoto (2004) e Dantas et al. (2010), a origem da **estruturação da atual paisagem geomorfológica** do Estado decorre de uma análise histórica dos processos geológicos e geomorfológicos que se remete a partir da fragmentação do antigo supercontinente Gondwana e da abertura do Atlântico Sul, que ocorreu durante o Cretáceo e, posteriormente, os falhamentos que resultaram no soerguimento do Planalto Sul-Rio-Grandense e do Planalto Meridional e as oscilações do nível do mar (no Quaternário).

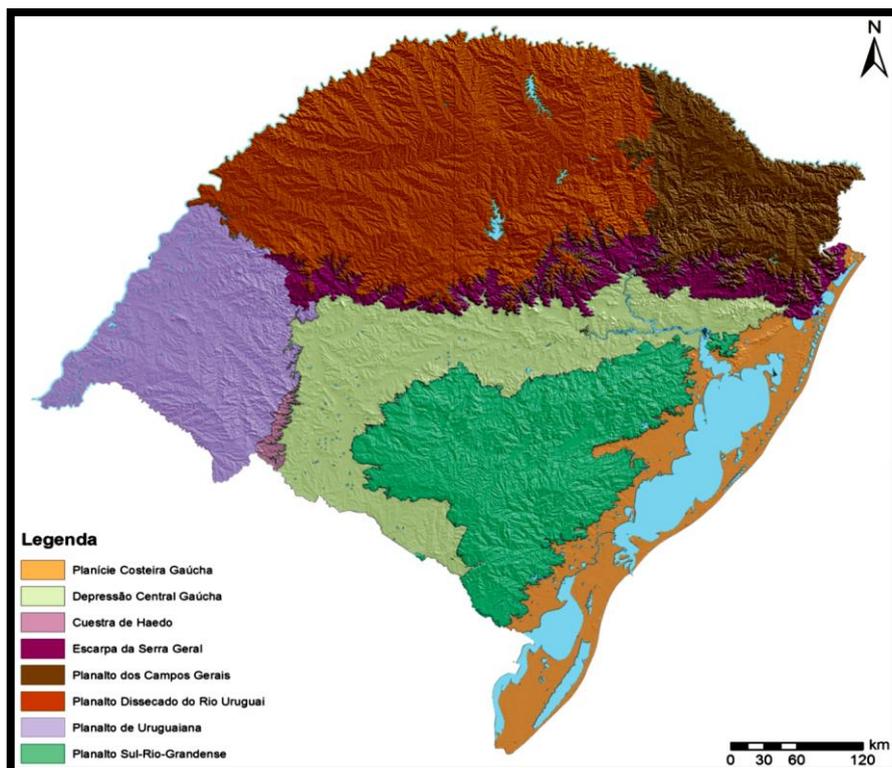
Assim sendo, a paisagem na perspectiva da leitura geomorfológica do território gaúcho apresenta, em síntese, uma história pós-cretácea. Nesse sentido, um dos fatos mais relevantes é o soerguimento do Planalto Meridional, sendo que essa tectônica está associada ao levantamento epigenético da própria plataforma sul-americana. Concomitantemente ao soerguimento do Planalto Meridional, ocorreu um progressivo recuo das escarpas de borda deste planalto, o que propiciou o estabelecimento de uma extensa baixada litorânea (DANTAS et al., 2010).

No interior do Estado, esta erosão regressiva das escarpas vulcânicas gerou extensas depressões periféricas que promoveu a remoção dos derrames vulcânicos e propiciou a exumação de parte do embasamento representado pelo Escudo Sul-Rio-Grandense e, em cotas mais baixas, o afloramento de rochas sedimentares de idades da Bacia do Paraná. Essa vasta depressão periférica representa as porções topograficamente mais rebaixadas do estado e nela se instalaram as bacias de drenagem dos rios Jacuí e Ibicuí (DANTAS et al., 2010).

Por fim, durante o Neogeno e o Quaternário, a evolução da paisagem geomorfológica gaúcha transcorreu com o predomínio dos processos de dissecação no interior do estado e a preponderância de processos deposicionais com a formação de uma vasta planície costeira no litoral (DANTAS et al., 2010).

No Estado do Rio Grande do Sul, destacam-se oito **domínios geomorfológicos** principais, como mostra a Figura 17: a Planície Costeira, A Depressão Central, a Cuesta do Haedo, a Escarpa da Serra Geral (bioma Mata Atlântica), o Planalto Dissecado do Rio Uruguai (compreende os dois biomas), o Planalto de Uruguiana e o Planalto Sul-Rio-Grandense. Sendo que, atualmente, esses domínios estão submetidos a um regime climático subtropical úmido (DANTAS et al., 2010).

Figura 17 - Domínios geomorfológicos do estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Dantas et al. 2010.

O **Domínio Geomorfológico da Planície Costeira**, também denominado por Planície e Terras Baixas Costeiras (Suertegaray e Fugimoto, 2004), é um complexo conjunto de ambientes deposicionais de origens marinha, eólica, lagunar e fluvial. Divide-se em dois segmentos: Planície Costeira Externa e Planície Costeira Interna.

A **Planície Costeira Externa** se caracteriza por uma imensa e retilínea costa arenosa, representada por campos de dunas, planícies e terraços marinhos, planícies lagunares entre as lagoas e banhados. No setor norte dessa Planície estão localizados os municípios de Torres, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Xangri-lá, Osório, Imbé, Tramandaí, Cidreira e Balneário Pinhal.

Segundo Boldrini (1997), predominam as pequenas propriedades com o cultivo de produtos tropicais como a banana, o abacaxi e a cana-de-açúcar, além da pecuária (em menor expressividade). Nas propriedades maiores, se destaca a rizicultura de várzea. Também, se verifica um crescimento na construção de condomínios horizontais e atividades turísticas de veraneio, no setor da linha de costa.

Rambo (1956, p. 32) se reporta as paisagens do litoral escrevendo:

A uniformidade é o que antes de tudo se impõe ao observador. Toda a linha da costa é um vasto cordão de areia, sem elevações, sem ilhas, sem rios maiores; só o pilar rochoso de Torres, forma uma variação, pitoresca em si. [...] o segundo caráter geral é o paralelismo evidente dos elementos da paisagem. Tudo nela se orienta em direção sudoeste-nordeste, entre os limites naturais paralelos, o oceano e as serras. [...] a observação da área, abrangendo toda a faixa em toda a sua largura, revela um elemento de surpreendente beleza, quero dizer, a cor: o oceano é profundamente azul-marinho; os esquadões da ressaca, brancos de espuma; a praia úmida, amarela de areia; as dunas móveis, alvas tirantes a amarelo; as dunas vegetadas de matinhas mirtáceas, verde-escuras, brilhantes; os olhos-de-água e as lagunas, cambiando entre matizes azuis, verdes, cor-de-café ou de ferrugem, conforme a profundidade, a natureza da vegetação flutuante e submersa, os sedimentos húmosos ou ferruginosos do leito; os campos com tons paleáceos e pardos, assemelhando-se os capões e as matinhas de galeria a manchas e linhas dispostas pela mão do pintor.

Rambo (1956, p. 33) também escreve:

[...] os três elementos gerais: a uniformidade de estrutura, o paralelismo de disposição e multiplicidade de coloridos produziram uma paisagem tão exclusivamente rio-grandense que não há similar em todo o Brasil. Os contornos suaves das praias lacustres, a imensa linha reta da praia, as formas caprichosas dos olhos-de-água e das sociedades vegetais, a luz cambiante da água e da areia, conforme a posição do sol, prendem inteiramente o olhar, fazendo descansar o espírito, quer na vastidão brumosa do sul, quer no conchego gigantesco do norte.

Situam-se nesta área as **belezas cênicas das paisagens** como o Parque Estadual de Itapeva Figura 18; as Guaritas de Torres; a foz do rio Mampituba; o Farol de Torres; o rio Tramandaí; o Parque Natural Municipal Tupancy, em Arroio do Sal; o Sistema Lagunar Tramandaí-Armazém; o Complexo de dunas Tramandaí-Cidreira; e as matas de restinga, associadas às paleodunas com sua vegetação característica com destaque as figueiras centenárias do litoral.

Figura 18 - Paisagem do Parque Estadual de Itapeva.

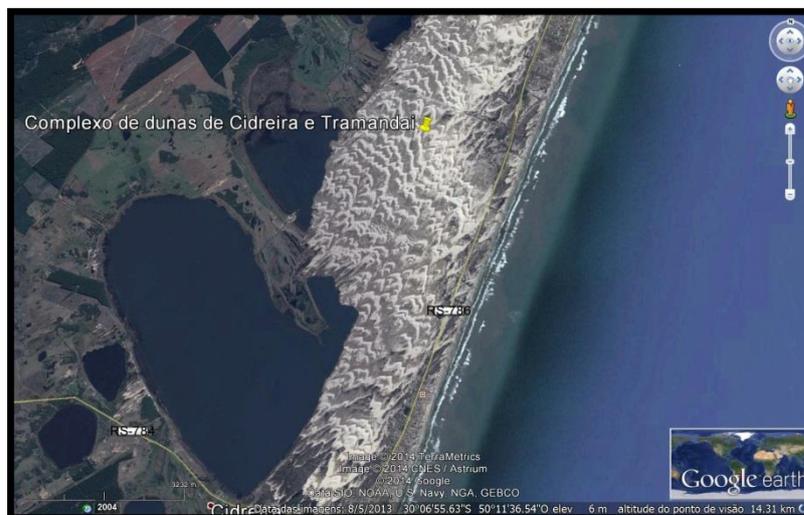


Fonte: Fotografia de Roberto Verdum (2007).

O Complexo de Dunas entre os municípios de Tramandaí e Cidreira (Figura 19), o Parque da Guarita em Torres e o Parque Estadual de Itapeva foram as paisagens mais citadas. São paisagens singulares, que abrigam atributos culturais e ecológicos, são consideradas remanescentes da paisagem original e do sistema eólico, são atrativas para o público e merecem ser preservadas e conhecidas pelas gerações futuras. O Parque Estadual de Itapeva protege as dunas móveis e dunas fixas com vegetação de restinga, paisagens característica da planície litorânea do Estado.

O campo de dunas entre Tramandaí e Cidreira é formado por dunas transgressivas (depósito eólico de areias movimentando-se na direção do vento sobre os terrenos adjacentes) preservadas, ligadas ao sistema praial, possibilitando assim sua alimentação de areia, abrangendo uma área de 15 km (TOMAZELLI et al., 2003).

Figura 19 - Imagem de Satélite das dunas entre Tramandaí e Cidreira



Fonte: Imagem do Google Earth (2014).

No setor médio da Planície Costeira Externa, localizada entre a laguna dos Patos e o oceano Atlântico, há predomínio de dunas costeiras, banhados temporários e permanentes, lagoas costeiras recentes, planícies marinhas e lagunares, com retrabalhamento eólico na elaboração das paisagens. A biodiversidade é considerada grande devido à presença do sistema marinho adjacente que sustenta uma comunidade de praia abundante e diversificada.

Nesta área estão localizadas as cidades de Capivari do Sul, Palmares do Sul, Mostardas, Tavares e São José do Norte, com atividades econômicas como pecuária (ovinos e bovinos), agricultura (arroz, cebola, milho, feijão), pesca do peixe e do camarão, artesanato (produção de cobertores feitos de lã), turismo, extração de madeira de pinus e eucalipto e atividade de lazer para a comunidade local. Atualmente, destacam-se a expansão para atividades mineradoras, naval (São José do Norte) e eólica.

As **belezas cênicas das paisagens** desta área que foram indicadas são: o conjunto de dunas de Quintão a Palmares; os banhados da lagoa do Casamento e seus ecossistemas associados; o Farol da Barra; o Farol da Solidão; o Farol Cristóvão Pereira (Figura 20); o Farol de Mostardas; o Farol Capão da Marca; o Parque Nacional da Lagoa do Peixe; a Lagoa do Peixe; a lagoa do Bacupari; a lagoa da Reserva de Mostardas; a lagoa da Reserva de Tavares; a Ilha Grande, em Palmares do Sul; a laguna dos Patos; os Butiazais de Palmares do Sul; o Parque Eólico Ventos de Palmares e o Sistema de Dunas e Lagoas Costeiras do Litoral Médio; os

remanescentes arqueológicos próximos ao Bujuru; as dunas em São José do Norte; o banhado do Bujuru (Sistema Bujuru) em São José do Norte.

Figura 20 - Paisagem do Farol Cristóvão Pereira.



Fonte: Fotografia de Edson Passold. Disponível em <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1101839>>. Acesso em 10 jan. 2014.

Destaca-se a paisagem indicada com a presença dos faróis, todas receberam nota cinco pela sua referência histórica da navegação marítima e referência arquitetônica.

A paisagem dos banhados da lagoa do Casamento e de seus ecossistemas associados (Figura 21) recebeu nota cinco por todos os pesquisadores que a indicaram. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2007), é considerada como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, pois é considerada de prioridade e de importância muito alta, ou seja, foi classificada de acordo com o grau de importância para biodiversidade e com urgência para execução de ações.

Figura 21 - Paisagem vista de cima da lagoa do Casamento e seus ecossistemas associados.



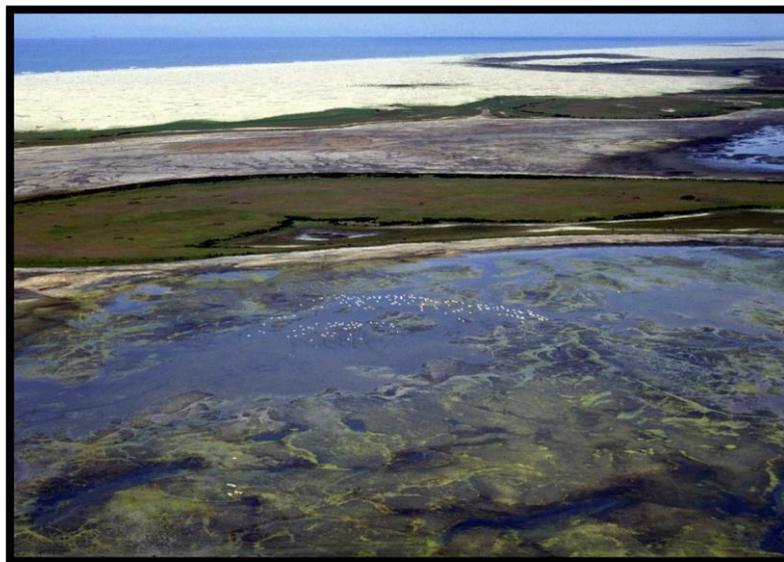
Fonte: Fotografia de Ricardo Aranha, 2005.

Becker et al. (2006, p. 13) citam que a lagoa do Casamento e seus ecossistemas associados, localizada entre os municípios de Palmares do Sul, Capivari do Sul, Mostardas e Viamão, caracteriza-se como uma paisagem com grandes lagoas (lagoa Capivari, Lagoa do Casamento e lagoa dos Gateados) e terrenos relativamente planos, “mas cujas pequenas variações topográficas determinam a existência de um mosaico de habitats: dunas de areia, campos arenosos e campos úmidos, matas brejosas ou sobre dunas e áreas úmidas (banhados) de diversos tipos”.

Segundo a Fundação Estadual de Proteção Ambiental Luiz Roessler (Fepam⁵⁸, 2014) as maiores lagoas são a Lagoa do Peixe e do Estreito, com alta produção de detritos transportados para o oceano Atlântico durante o inverno e a primavera. O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Figura 22) integra a Rede Hemisférica de Reservas de Aves Praieiras, um dos onze sítios da Convenção sobre as Zonas Úmidas de Importância Ambiental (Convenção de RAMSAR) e da Rede de Reservas da Biosfera, pela sua importância ambiental. Localiza-se nos municípios de Mostardas, Tavares e São José do Norte, numa área de 34.400 ha.

⁵⁸ Disponível em <http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_medio.asp>. Acesso em 11.01.2014.

Figura 22 - Paisagem da Lagoa do Peixe.



Fonte: Fotografia de João Carlos Dotto.

O Parque é considerado uma das paisagens com belezas cênicas. Todos os pesquisadores (sete) que indicaram, deram nota cinco. O Parque é considerado representante de beleza cênica pela sua exuberância espacial; pela dinâmica hídrica; como nicho da diversidade ecológica; pelos motivos em que foi criado como uma Unidade de Conservação; por serem fragmentos significativos dos ecossistemas originais do Estado; por prestar serviços ambientais; por ser uma paisagem formada de banhados, dunas, marismas, matas de restinga, uma forma alongada e ser uma laguna; e por ser um local de parada, abrigo, reprodução e alimento para aves migratórias.

Segundo a Fepam⁵⁹ (2014) “os transportes de nutrientes da lagoa para o oceano, a estocagem e o fluxo bidirecional de sedimentos oceano/dunas, a produção secundária (estocagem de genes) e a regulação hidrológica devido aos banhados marginais” são os responsáveis pela presença de comunidades silvestres de ambientes marinhos e límnicos costeiros.

Na parte sul da Planície Costeira Externa, ao sul da desembocadura da laguna dos Patos até o arroio Chuí, desenvolvem-se extensas faixas de campos de dunas alternadas por feixes de cordões arenosos ou planícies lagunares. Nesse

⁵⁹ http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_medio.asp

trecho estão situadas a lagoa Mangueira e Mirim, as cidades de Rio Grande, Santa Vitória do Palmar e Chuí. O município de Rio Grande comporta um das mais importantes áreas portuárias do país.

Destaca-se a criação de gado bovino e ovino, a cultura do arroz irrigado e nas pequenas propriedades, a produção de cebola. Os campos do litoral são de formação geológica recente a vegetação encontra-se ancorada em uma tênue camada de solo arenoso, com predomínio de espécies de multiplicação vegetativa (BOLDRINI, 1997).

As **belezas cênicas das paisagens** são: a Praia do Cassino, em Rio Grande; o banhado do Maçarico e os cordões litorâneos anexos, em Rio Grande; o banhado 25 em Rio Grande; a área da colônia de pescadores da Ilha dos Marinheiros; a vila do Taim, em Rio Grande; as margens da lagoa Mirim; a lagoa Mangueira; a Estação Ecológica do Taim; a barra do Chuí (Figura 23) e o Farol de Chuí em Santa Vitória do Palmar; a praia do Chuí; o porto de Santa Vitória do Palmar; o sistema Arroio del Rey, em Santa Vitória do Palmar; a praia do Hermenegildo, em Santa Vitória do Palmar; os Palmares de Santa Vitória do Palmar; o Parque Eólico Santa Vitória do Palmar (Complexo Eólico Geribatu); a várzea do canal São Gonçalo; e os marismas da laguna dos Patos em Rio Grande.

As paisagens do banhado do Maçarico e a Estação Ecológica do Taim recebem notas quatro e cinco dos pesquisadores. São consideradas como áreas prioritárias para conservação de aves no Brasil, pela *Birdlife International*, juntamente com o Parque Nacional da Lagoa do Peixe e o estuário da laguna dos Patos.

A paisagem do banhado do Maçarico é “inesperada, aparece de repente, uma área com dunas obliteradas, com muitas aves e de uma diversidade de ambientes”, cita um pesquisador. “São paisagens singulares, traduzidas de beleza cênica por qualquer local onde se olhe, além da sua importância ecológica”, afirma outro pesquisador.

Figura 23 - Paisagem da Barra do Chuí, em Santa Vitória do Palmar.



Fonte: Fotografia de Anselmo Amaral. Disponível em <http://www.ihgrgs.org.br/Doc_Int/Barra_Chui/extremo_sul.htm>. Acesso em 11 jan. 2014.

A Estação Ecológica do Taim situa-se nos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, entre o oceano Atlântico e a lagoa Mirim, numa área de 10.939,58 ha e incluem os banhados do Taim, do Albardão, as lagoas do Nicola e do Jacaré, além da porção norte da lagoa da Mangueira. Cerca de 60% da sua área é formada por banhados. O Parque foi criado para preservar a população de cisne-de-pescoço-preto (*Cygnus melancoryphus*) e para a conservação de outras espécies da fauna e da flora reconhecidas como ameaçadas ou vulneráveis tanto estadual, nacional, quanto internacionalmente (BURGER; RAMOS, 2006).

A Estação é reconhecida mundialmente como uma das mais importantes áreas de conservação, preservando banhados e lagoas, campos, dunas e matas, além de ter uma avifauna migratória de países do hemisfério norte, do cone sul e também de espécies que vivem na unidade durante todo o ano. Possui um valor como patrimônio genético e paisagístico, devido a sua grande diversidade biológica e ecossistêmica, e por ser um dos remanescentes deste tipo de ecossistema (NEMA, 2008).

A Planície Costeira Interna abrange amplas faixas de planícies a partir da orla continental da laguna dos Patos até a lagoa Mirim. Predominam planícies lagunares, terraços lagunares, cordões arenosos, campos de dunas, pequenos leques aluviais e rampas coluvionares. Ao norte da Planície Costeira Interna, nas

margens do lago Guaíba, há predominância de terraços lagunares em meio a relevos planos, como a coxilha das lombas, afloramentos de rochas graníticas isoladas em meio à planície costeira formando um relevo de morros. Dos municípios que estão localizados nessa Planície, a maior parte da sua área territorial está dentro do bioma Mata Atlântica, como Viamão⁶⁰, Alvorada, Santo Antônio da Patrulha e Gravataí.

As paisagens com suas belezas cênicas desta área são a Coxilha das Lombas; a Área de Proteção Ambiental do Banhado Grande e o Refúgio de Vida Silvestre do Banhado dos Pachecos; o Parque Estadual de Itapuã e o Farol de Itapuã, em Viamão; o lago Guaíba e o morro do Itacolomi, em Gravataí.

Na área situada entre as cidades de Guaíba e Pelotas, a Planície Costeira Interna está compreendida entre a orla continental da laguna dos Patos e os primeiros patamares do Planalto Sul-Rio-Grandense. Predominam vastos terraços lagunares, com ocorrência frequente de rampas coluvionares no sopé do planalto e planícies marinhas, junto à laguna dos Patos. Nesse setor estão localizados municípios com importantes atividades econômicas, tanto na agricultura, como na pecuária e na silvicultura, como Guaíba, Barra do Ribeiro, Tapes, Camaquã, Arambaré, São Lourenço do Sul, Turuçu, e Pelotas.

As paisagens identificadas pelas suas belezas cênicas nesta área foram o Pontal de Tapes; as áreas de Mata de Restinga e os Butiazais de Tapes; o delta do rio Camaquã; paisagens situadas no contato da Planície com o Escudo entre São Lourenço do Sul e Camaquã; o Morro da Formiga em Barra do Ribeiro; as áreas com Figueiras na costa da laguna dos Patos em Arambaré; a praia de Arambaré; o banhado do Colégio e o Pontal Dona Maria em Arambaré; e as praias de São Lourenço do Sul.

A paisagem do delta do rio Camaquã, a beleza dos meandros que levam as águas até a foz, formando várias ilhas, foi sempre indicada com notas entre quatro e cinco pelos pesquisadores. As formações geológica e geomorfológica, a vegetação ciliar e o espelho d'água que forma ao anoitecer também foram indicadas como belas paisagens do rio Camaquã.

60 O município de Viamão está localizado numa área de contato entre a Planície Costeira Interna e o Planalto Sul-Rio-Grandense.

No delta do rio Camaquã e áreas adjacentes são encontradas remanescentes de mata de restinga e mata galeria, juntamente com as várzeas do rio periodicamente inundadas, meandros de rio, ilhas e banhados com diferentes características, as quais resultam numa diversidade de espécies ao oferecer locais de abrigo, reprodução e alimentação, afirmam Burger e Ramos (2006).

A paisagem dos Butiazais de Tapes (Figura 24) foi indicada sempre com notas quatro e cinco pelos pesquisadores ao indicar sua beleza cênica pela sua formação vegetal característica; pela sua especificidade ecológica, enquanto espécie nativa e restrita espacialmente; pelo conjunto formado pelas lagoas, dunas, mata de restinga, os butiazais e áreas úmidas; e também pelo seu valor histórico e cultural. “Você consegue entrar na paisagem, realmente fazer parte dela, ao olhar para os Butiazais de Tapes”, afirma um pesquisador.

Segundo Ramos et al. (2007) a área foi mapeada ao norte do Saco de Tapes, no município de Tapes, acompanhando a margem direita do arroio Araçá até as proximidades do horto florestal Barba Negra, em Barra do Ribeiro, tendo a leste a laguna dos Patos. As áreas de butiazais (*Butia odorata*) ocupam 3,7% da área, 9,2% de vegetações arbustivas (mata galeria e capão de mata, 9,7% de campos e 5,9% de banhados, totalizando 28,5% da área mapeada. Cerca de 7,5% da área é utilizada para silvicultura e o restante para atividades agropecuárias. Os Palmares de *Butia odorata* são importantes remanescentes que já foram abundantes no passado. O Ministério do Meio Ambiente (2007) classifica essa paisagem como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira.

Figura 24 - Butiazais de Tapes.



Fonte: Fotografia de Claudiomar Sidnei Fior
(http://www.ufrgs.br/fitoecologia/florars/open_sp.php?img=7739)

Na área situada entre as cidades de Pelotas e Jaguarão, compreendido entre a orla continental da lagoa Mirim e o Planalto Sul-Rio-Grandense, o cenário geomorfológico é similar, todavia apresentando áreas mais extensas, recobertas por planícies lagunares, em especial, ao longo do canal de São Gonçalo, que interliga a laguna dos Patos e a lagoa Mirim, e planícies fluviais de rios que drenam o planalto adjacente, tais como os rios Piratini e Arroio Grande.

As paisagens identificadas como de beleza cênica, nesta área, foram a Várzea do Canal São Gonçalo; a Reserva Biológica do Mato Grande e o banhado do Mundo Novo em Arroio Grande; e o sistema de banhados e restingas da lagoa Pequena e da Ilha da Feitoria, em Pelotas (Figura 25).

Figura 25 - Paisagem da Ilha da Feitoria, às margens da lagoa Pequena.



Fonte: Fotografia de Paulo Angonese. Disponível em <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1101839>>. Acesso em 10 jan. 2014.

O **Domínio Geomorfológico da Depressão Central**, também denominada Depressão Periférica, consiste numa vasta depressão suportada por rochas da seqüência da Bacia do Paraná, apresentando características de uma depressão interplanáltica, rodeada, a sul e a leste, pelo Planalto Sul-Rio-Grandense e, a norte e a oeste, pelos compartimentos planálticos capeados por derrames vulcânicos da Bacia do Paraná (DANTAS et al., 2010).

Dantas et al. (2010) citam que foram instalados os sistemas de drenagem como os rios Jacuí, Ibicuí, Santa Maria e Negro, apresentando uma rede de drenagem de padrão dentrítico e subdentrítico. Nas planícies de inundação desses rios, destaca-se como atividade econômica, a rizicultura, e as áreas mais bem drenadas foram convertidas em pastagem para a pecuária. Nas áreas representadas por colinas (coxilhas), que ora se apresentam com topos planos e ora com topos convexos são utilizadas com a agricultura diversificada (trigo, soja, milho, mandioca, batata etc.), com a silvicultura (Eucalipto e Acácia Negra), associadas à pecuária.

De acordo com Boldrini (1997), nas áreas de planícies aluviais extensas e coxilhas sedimentares onduladas ocorrem os campos mistos, com uma vegetação típica de transição entre os campos do Planalto e os campos da Campanha. A vegetação é constituída por plantas de porte cespitoso, herbáceo e arbustivo. A

interferência da ação humana para o cultivo da soja e do trigo determinou com que muitas espécies de alto valor forrageiro fossem reduzidas e a drenagem das áreas úmidas, principalmente dos banhados, para o plantio de arroz, desaparecessem.

As paisagens com suas belezas cênicas nesta área foram o Vale Verde; os afloramentos de rocha vermelha de Chiniquá, em Mata; os sítios paleobotânicos em São Pedro do Sul e em Mata; as praias do rio Jacuí, principalmente as praias próximas a Rio Pardo; o morro do Botucaraí, em Candelária; as áreas com arrozais entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo; as áreas com arrozais do rio Toropi, entre São Pedro do Sul e Santa Maria; as ilhas arenosas na calha do rio Santa Maria; os campos em Monte Alegre, o cerro e a voçoroca do Macaco Branco em Cacequi; o Conjunto Morfológico do Cerro do Caverá, em Rosário do Sul; a mata ciliar do rio Ibicuí entre Cacequi e a foz dos rios Cacequi e Santa Maria; parte da Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã localizada em Rosário do Sul; região entre o Cerro do Loreto e o Cerro Agudo (Figura 26) em São Vicente do Sul; as nascentes do rio Ibicuí, em São Vicente do Sul; os arrozais do rio Jacuí, entre São Jerônimo e Porto Alegre; a travessia entre General Câmara e São Jerônimo, sobre o rio Jacuí; a eclusa de Santo Amaro (Barragem Eclusa Amarópolis) em General Câmara; as nascentes do rio Camaquã em Dom Pedrito; coxilhas da localidade de Ponche Verde, em Dom Pedrito; e a paisagem de transição do campo para Floresta Estacional Decidual em São Vicente do Sul, com cerros testemunhos.

Figura 26 - Paisagem localizada em São Vicente do Sul, localidade Cerro do Loreto.



Fonte: Fotografia de João Carlos Ribeiro. Disponível em <<http://www.panoramio.com/photo/3426725>>. Acesso em 11 jan. 2014.

O Conjunto Morfológico do Cerro do Caverá foi indicado por 11 pesquisadores com notas entre quatro e cinco, principalmente o cerro Torneado, também denominado Caverá (Figura 27) pelo seu relevo que se destaca na paisagem da região; pela sua importância na história do nosso Estado; com cerros, serras e uma vegetação campestre com desfiladeiros que se formam; morros e morrotes que cortam a paisagem levemente ondulada; pela geologia e o alinhamento geomorfológico; pela presença de espécies ornamentais; pela vista da paisagem do entorno; pelo manejo tradicional de rebanhos; por sua morfologia imponente, sua composição ecológica; e por ser um ícone cultural regional.

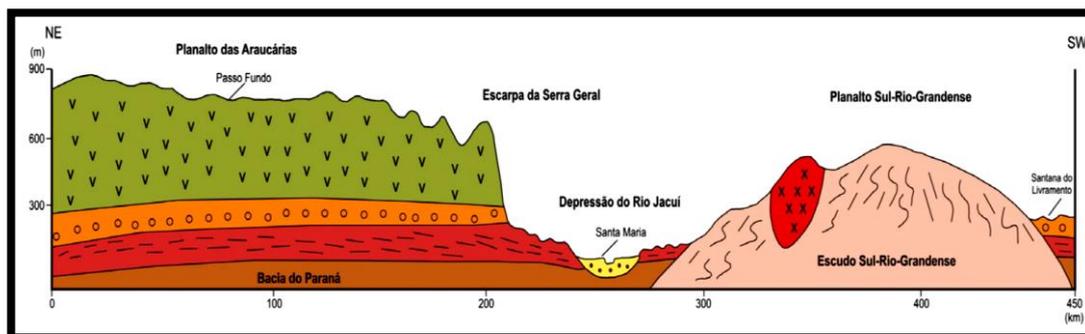
Figura 27 - Cerro Torneado ou Caverá.



Fonte: Disponível em
<<http://rosariodosulemfotos.blogspot.com.br/2012/05/tres-cerros-no-cavera.html>>.
Acesso em 10 jan. 2014.

Dantas et al. (2010) divide a Depressão Central em duas unidades: A Depressão do rio Jacuí e a Depressão do rio Santa Maria. A **Depressão do rio Jacuí** está localizada, ao norte pela escarpa da Serra Geral e ao sul, pelos patamares do Planalto Sul-Rio-Grandense, como mostra a Figura 28. Nessa área estão localizadas as cidades de Eldorado Sul, Pantano Grande, Rio Pardo, Venâncio Aires, Cachoeira do Sul, Santa Maria e São Gabriel, Charqueadas, São Jerônimo, dentre outras. Essa área representa um importante eixo viário do Estado e possui um grande potencial agrícola.

Figura 28 - Perfil geológico-geomorfológico do transecto Passo Fundo-Santana do Livramento.



Fonte: Dantas et al., 2010.

Dantas et al. (2010) citam que a Depressão do rio Jacuí, está numa cota entre 10 e 150m, possui uma litologia composta por arenitos, folhelhos, siltitos e argilitos das formações Rio Bonito, Palermo, Irati e Rio do Rasto e os arenitos e conglomerados das formações Piramboia e Sanga do Cabral, recobertos, parcialmente, pela extensa planície aluvial do rio Jacuí e seus rios tributários principais. Os autores citam, também, que é frequente a existência de morros testemunhos, junto ao *front* da Escarpa do Planalto Meridional.

A Depressão do rio Santa Maria é um extenso corredor norte-sul correspondente ao vale do rio Santa Maria, localizada entre o Planalto Sul-Rio-Grandense e o *front* da Cuesta de Haedo, com cotas altimétricas que variam de 100 a 200 m. A Depressão é caracterizada por colinas baixas recobertas por vastas planícies aluviais dos sistemas de drenagem do rio Ibicuí, do rio Santa Maria (seu afluente principal) e os altos cursos do rio Negro (drena em direção ao Uruguai) e do rio Jaguarão (DANTAS et al., 2010).

Nesta área estão situadas as cidades de Cacequi, Dom Pedrito, Rosário do Sul (parte do município encontra-se no Domínio Geomorfológico da Cuesta do Haedo), e Hulha Negra, dentre outras.

Segundo Verdum (2004), os municípios de São Francisco de Assis e Manoel Viana estão localizados no setor de contato da Depressão Periférica com as Escarpas do Planalto. Caracteriza-se por uma paisagem com campos limpos do alto Planalto entrecortados pelos valões e pelos vales encaixados, pelos rebordos inclinados e florestados do planalto e por campos limpos da Depressão Periférica, de colinas e de morros testemunhos, entrecortados por valões e vales aluviais.

Nestes municípios foram identificadas várias paisagens com belezas cênicas, como arrozais da planície do rio Ibicuí, na margem esquerda do rio em Manoel Viana; a bacia do arroio Miracatu; a bacia do rio Itu; o areal na confluência do arroio Taquari com o arroio Sanga da Areia; o areal do Cerro da Esquina; o Cerro da Esquina (Figura 29); a praia e o areal de Jacaquá; o areal de Caraguataí, em Manoel Viana; o areal de Jacaquá, o areal redondo e a escarpa dos Paredões arenovulcânicos de Manoel Viana.

Destaca-se o areal de Caraguataí, com notas cinco pelos pesquisadores, pelas suas características geomorfológicas, por possuir óxido de ferro precipitado, por representar um resquício de paisagem do passado climático e geológico recente, por possuir uma conformação rara, pela sua dinâmica e pela sua composição geoecológica.

Outras paisagens muito citadas pelos pesquisadores foram a ponte General Osório em Manoel Viana; o vale do rio Ibicuí, com suas praias e morros testemunhos entre Manoel Viana e São Francisco de Assis; e o areal que possui Butiazal-Anão (*Butia lallemanti*). Dois pesquisadores indicaram paisagens com formações típicas dos Arais. Um pesquisador citou que “*é peculiar, onde posso analisar pela beleza cênica ou pela feiura (das voçorocas)*”.

Figura 29 - Ravina em São Francisco de Assis/RS, Cerro da Esquina.



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum em 06/11/2008.

O **Domínio Geomorfológico Planalto Dissecado do Rio Uruguai** situa-se no norte-noroeste do estado do Rio Grande do Sul e se estende até o estado de Santa Catarina, sendo constituído por derrames vulcânicos da Formação Serra Geral, compostos predominantemente por basalto, andesitos, riolitos e dacitos (DALTON et al., 2010)

Este Planalto caracteriza-se pela incorporação de vastas áreas para atividades agropecuárias e agroindustriais, com destaque para o cultivo e processamento de culturas como soja, milho e trigo.

Grande parte desta área está localizada dentro do bioma Mata Atlântica. Apenas na parte sudoeste caracteriza-se como bioma Pampa, com domínio de colinas dissecadas e morros baixos.

Nesta área **paisagens identificadas como de belezas cênicas** foram as grutas e cavernas entre Santiago e Nova Esperança do Sul; as Missões Jesuíticas, localizadas nos municípios de Garruchos, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, Entre-Ijuís e São Miguel das Missões; a mata de Pau-Ferro em Unistalda; e as coxilhas de São Luiz Gonzaga. Todos esses municípios se localizam no contato dos dois biomas.

As paisagens nesse setor que receberam notas cinco por mais de um pesquisador, foram as Missões Jesuíticas, pela sua importância histórica e cultural; e as grutas e cavernas (localizadas no contato dos dois biomas), pela *“sua morfologia em forma de grutas e cascata, expressa o contexto geológico e fenômenos geomorfológicos raros, numa composição entre rocha, água, solo e espécies vegetais nativas, que oferecem uma valoração ao olhar humano”*, como um pesquisador afirma.

Nesta área há o predomínio dos Campos de Barba-de-Bode, considerados uma vegetação relictual, de um período geológico mais seco, com representantes da flora do Brasil Central que se estabeleceram no Estado e permaneceram. São espécies vegetais pouco exigentes a fertilidade dos solos e a umidade. Um pesquisador relatou que as paisagens com campos de barba-de-bode lembram a sua infância e que *“são representantes de uma singularidade, de uma beleza rara”*.

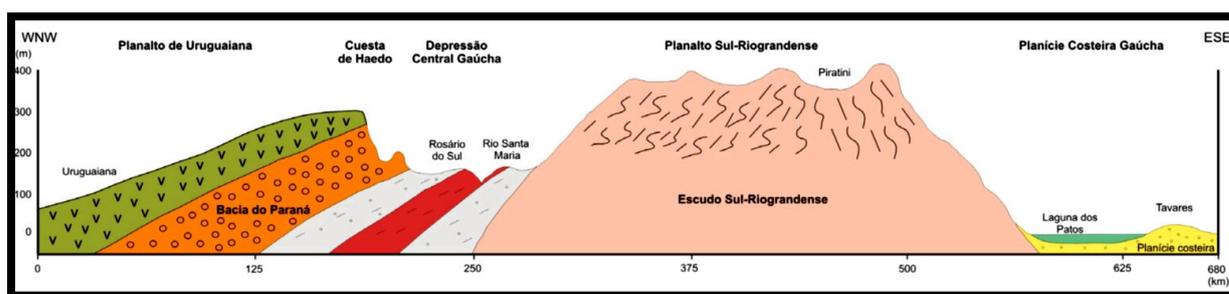
Segundo Boldrini (2009, p. 68), os campos de barba-de-bode possuem dois estratos:

[...] o estrato superior caracterizado pela *Aristida jubata* e o inferior por gramíneas rizomatosas, destacando-se nas áreas mais secas sobre solos argilosos o capim-forquilha (*Paspalum notatum*) e a grama-missioneira

(*Axonopus jusuiticus*) e em solos secos e arenosos, *P. niicorae*. Nos locais úmidos, como nas bordas dos banhados vegetam espécies estoloníferas como a grama-tapete (*A. affinis*) e rizomatosas como a *P. Pumilum*. [...] nesses campos encontram-se representantes de várias famílias e que são muito frequentes, como por exemplo, [...] a *Waltheria douradinha* (Malvaceae), que está relacionada na Lista das Espécies da Flora Ameaçadas de Extinção no RS.

No **Domínio Geomorfológico Cuesta do Haedo**, representa um relevo de transição entre a Depressão do rio Ibicuí e o Planalto de Uruguaiana, como mostra a Figura 30. Dantas et al. (2010) separam em dois Domínios: Cuesta do Haedo e o Planalto de Uruguaiana, enquanto que Suertegaray e Fujimoto (2004) incluem os dois domínios em um único: na Unidade Geomorfológica Cuesta de Haedo. Nesse setor está localizado o município de Santana do Livramento.

Figura 30 - Perfil geológico-geomorfológico do transecto Uruguaiana-Tavares.



Fonte: Dantas et al., 2010.

Segundo Dantas et al. (2010, p. 44) a Cuesta do Haedo é apoiada por:

[...] cornijas de derrames vulcânicos da Formação Serra Geral, com o front escarpado voltado para leste, em direção à Depressão Central. [...] possui uma direção aproximada norte-sul e adentra pelo território uruguaio. [...] Nas vertentes declivosas, afloram os arenitos ortoquartzíticos (de idade jurássica) das formações Guará e Botucatu (CPRM, 2006), que se caracterizam por um rebordo escarpado em franco processo de erosão regressiva, fato este salientado pelos inúmeros morros-testemunhos posicionados defronte à linha de cuesta. Esses rebordos erosivos perfazem um desnivelamento de 70 a 150 m, atingindo cotas que variam entre 250 a 300 m. Esses terrenos apresentam, portanto, maior suscetibilidade a processos erosivos e a movimentos de massa. Predominam solos pouco espessos com terrenos de alta declividade: Argissolos Vermelhos e Neossolos Litólicos (EMBRAPA, 2001).

As paisagens com suas belezas cênicas identificadas nesta unidade foram os cerros de Santana do Livramento, como o Cerro Palomas (Figura 31), o Cerro Morro do Chapéu, o Cerro Florentina, os Cerros Verdes (Figura 32) o Cerro dos Munhoz; os parreirais de Santana do Livramento; o Parque Eólico do Cerro Chato e 57% da Área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã. Todos os cerros foram citados por

vários pesquisadores como “monumentos naturais que se destacam na paisagem”, pela “morfologia imponente e composição ecológica”, pela “importância histórica e identitária com a comunidade local”, para “para preservar a possibilidade de se ver ao longe”, e pela “sua formação geológica, geomorfológica e a vegetação”.

Figura 31 - Paisagem do Cerro Palomas, em Santana do Livramento.



Fonte: Fotografia de Lucimar Vieira, 2010.

Figura 32 - Paisagem dos Cerros Verdes, em Santana do Livramento.



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum, 2005.

O Domínio Geomorfológico Planalto de Uruguaiiana, também denominado Planalto da Campanha, para o IBGE e para Suertegaray e Fugimoto (2004), corresponde, também, a Cuesta do Haedo na classificação das Unidades

Morfoesculturais. O Domínio está localizado na parte sudoeste do Estado, com cotas que variam entre 70 e 300 m, com suave caimento de leste para oeste, em direção à calha do rio Uruguai. Nesse planalto, destacam-se os municípios de Quaraí, Alegrete, São Borja, Maçambará, Itaqui e Uruguiana.

Dantas et al. (2010) citam que este domínio:

[...] é constituído por basalto e andesitos da Fácies Alegrete da Formação Serra Geral. Nos fundos de vales mais encaixados, afloram basaltos da Fácies Gramado e arenitos de origem eólica da Formação Botucatu (CPRM, 2006). Destaca-se um expressivo aluvionamento nas calhas dos rios Uruguai, Quaraí, Ibicuí e Butuí, gerando amplas planícies de inundação.

Na sua porção oriental possui um relevo dissecado em colinas e morros e na sua porção ocidental, o relevo caracteriza-se por extensos terrenos planos ou modelados em colinas muito amplas e suaves, conhecidas regionalmente por coxilhas, recobertos por uma vegetação de Campos Limpos, propiciando o desenvolvimento da pecuária de corte.

Os Campos de Solos Rasos localizam-se na fronteira oeste do Estado, em solos rasos, com baixa retenção de umidade, pedregosos e com uma vegetação de gramíneas cespitosas de porte baixo, rizomatosas e estoloníferas, muitos endêmicas, entremeados por leguminosas estoloníferas e espécies compostas (BOLDRINI, 2009).

Boldrini (2009, p. 69) explica que na área onde se localizam os areais há predominância de *Axonopus argentinus*, *Elyonurus sp.* (capim-limão) e o *Paspalum nicorae* e uma vegetação relictual (*Podocarpus lambertii* convivendo com *Cereus hilmannianus*, *Parodia ottonis* e *Butia lallemantii*). A autora também expõe que há uma vegetação específica com partes aéreas com muita pilosidade, ou ainda, folhas coriáceas ou cerosas e glandulares, adaptadas para suportar os fatores ambientais, tais como: “temperaturas muito altas, estiagem, chuvas concentradas e torrenciais em curtos períodos, resultando numa percolação rápida da água no solo arenoso”. Já foram identificadas mais de 300 espécies para esses campos, “como gramíneas, leguminosas, euforbiáceas, ciperáceas e rubiáceas”.

As paisagens identificadas como de belezas cênicas foram: a Fazenda de Getúlio Vargas, em Itaqui; as margens do rio Uruguai e as ilhas entre São Borja e Itaqui; a ponte ferroviária que atravessa o rio Ibicuí, próxima a Itaqui, em direção a São Borja; as coxilhas em São Borja; bacia do rio Itu, em Maçambará, o areal do

arroio Puitã em Maçambará, as nascentes do arroio Puitã, em São Borja; paisagens abertas da fronteira sul, mais especificamente em Quaraí; a Reserva Biológica São Donato, entre Itaqui e Maçambará; parte da APA do Ibirapuitã nos municípios de Alegrete e Quaraí; Butiazais de Quatepe (ou Coatepe); o conjunto morfológico do Cerro do Jarau; os campos planos nas nascentes da bacia dos arroios Quaraí-Mirim e do Areal; as ruínas do Saladeiro São Carlos; os areais de Quaraí (Figura 33); o Parque do Espinilho em Barra do Quaraí; as margens do rio Quaraí, na Barra do Quaraí; a foz do rio Ibicuí entre Uruguaiana e Itaqui; a barragem Sanchuri em Uruguaiana; as áreas de arrozais e de pecuária em Uruguaiana; a lagoa Pavoré em Alegrete; o Cerro da Cascavel, em Alegrete; o areal Costa Leite, o de São João e o do Lajeado Grande, em Alegrete, o cerro do Tigre, em Alegrete; a Estação Ferroviária de Cerro do Tigre; e os campos com vegetação do tipo Parque com adensamento de Espinilhos, ainda, preservados em Alegrete.

Figura 33 - Paisagem do Areal em Quaraí/RS.



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum em 04/06/2009.

O Domínio Geomorfológico Planalto de Uruguaiana foi o mais citado pelos pesquisadores, sendo as suas paisagens com maior número de notas para cada uma, como por exemplo: 11 pesquisadores indicaram o Conjunto Morfológico do Cerro do Jarau, oito indicaram o Cerro do Tigre com a ponte, seis indicaram a foz do rio Ibicuí, seis indicaram o Parque do Espinilho e quatro indicaram os areais de Quaraí.

Um pesquisador, sobre os areais de Quaraí, afirma que:

[...] a beleza e a proteção dos areais do Quarai se deve ao fato de que são redutos do passado, desde um tempo histórico longo, tem “vidas” que se mantêm ali, constitui um contraste singular, uma quebra de monotonia com o verde dos campos, são os mais antigos e são associados a sítios arqueológicos. É um patrimônio cultural.

Rambo (1956, p. 140) se reporta aos areais escrevendo:

[...] em alguns lugares mais altos e planos, depara-se um fenômeno único em todo o Rio Grande do Sul: areais de muitos hectares de superfície no meio do campo, como verdadeiras dunas continentais: é como se a paisagem quisesse conservar uma lembrança, do que foi toda essa região nas longínquas era do Triássico, quando ainda não existia a valente flora para subjugar as areias.

O Ministério do Meio Ambiente (2007) classifica a área onde está localizada o Cerro do Tigre como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos benefícios da Biodiversidade Brasileira, por possuir uma mata de galeria com campos adjacentes, cerros com vegetação rupestre fazendo um corredor até o rio Uruguai, com áreas úmidas e cerros testemunhos.

A beleza cênica da paisagem do Cerro do Tigre (Figura 34), com sua “ponte de pedra” (Figura 35), localizado no município de Alegrete, está caracterizada na “*sua morfologia tabular específica, com a presença de fenômeno geomorfológico raro, que dá a ele uma valoração do olhar humano*”, descreve um dos pesquisadores, e ainda “*pelos suas morfologias de resistência e pelas suas formas ruiformes*”, afirma outro pesquisador.

Figura 34 - Paisagem do Cerro do Tigre e sua “ponte de pedra”.



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum, 2005.

Figura 35 - Detalhe da “ponte de pedra” localizada em cima do Cerro do Tigre.

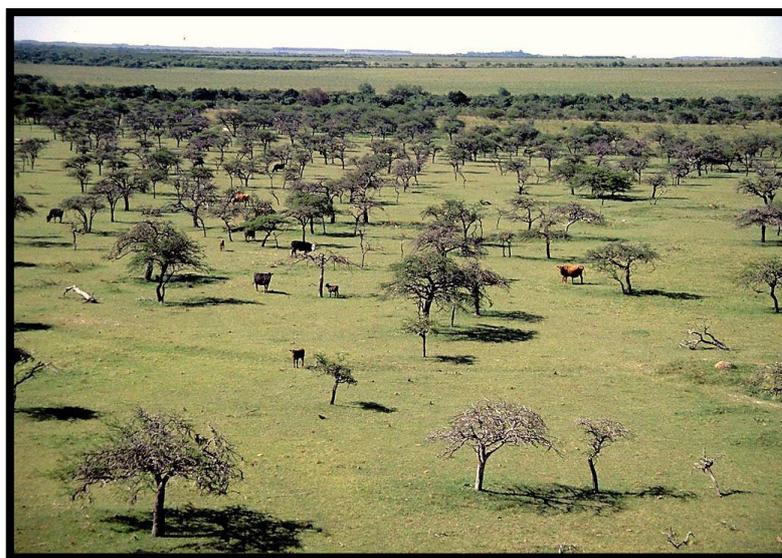


Fonte: Fotografia de Roberto Verdum, 2005.

O Parque do Espinilho (figura 36) localiza-se no município de Barra do Quaraí, criado em 1975 e possui uma área de 1.617,14 hectares. A beleza cênica da sua paisagem caracteriza-se pela presença de uma formação vegetal que só existe nessa área do Estado, pela excepcionalidade e pela raridade.

O parque é importante para a conservação de uma formação vegetal que só ocorre na região (savana estepe e savana parque), com espécies características, como o Espinilho (*Acacia caven*), o Algarrobo (*Prosopis nigra*) e o Inhanduvai (*Prosopis affinis*). Além da especificidade vegetal, várias espécies da fauna estão associadas a esse tipo de formação vegetal, e dependem do Parque para a manutenção de suas populações (SEMA, 2010).

Figura 36 - Paisagem do Parque do Espinilho, em Quaraí.



Fonte: Fotografia de Franco Rosa, 2012. Disponível em Panorâmio do Google Earth.

A ponte Ferroviária, atravessa o rio Ibicuí próxima a Itaqui (rodovia RS-472, sobre o Rio Ibicuí em direção à São Borja-RS); Arrozais da planície do rio Ibicuí; todo o rio Ibicuí; a nascente do rio Ibicuí: encontro do rio Toropi com o rio Ibicuí-Mirim, no limite dos municípios de Cacequi, São Pedro do Sul e São Vicente; foz do rio Ibicuí; o rio Uruguai, limite dos municípios de Uruguai e Itaqui; a mata ciliar entre Cacequi e a foz dos rios Cacequi e São Maria, junto ao rio Ibicuí; corredor do rio Ibicuí.

Segundo o Comitê de Bacia do rio Ibicuí, ele é um dos principais afluentes do rio Uruguai da margem brasileira, com uma extensão de aproximadamente 385 km com condições de navegação na época das chuvas e possui 55 afluentes. Várias paisagens foram identificadas referentes ao rio Ibicuí, desde as suas nascentes até sua foz, os arrozais na sua planície de inundação, os locais de encontro dos seus afluentes, as suas praias, as suas matas de galeria e os corredores do rio Ibicuí. A Barra do Ibicuí (figura 37) está incluída nas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da biodiversidade Brasileira, pelo Ministério do Meio Ambiente (2007), principalmente por ter a presença de fauna ameaçada e de espécies endêmicas.

Figura 37 - - Vista aérea da paisagem da foz do rio Ibicuí.



Fonte: Fotografia de Gérard e Margi Moss, 2013.

Disponível em <<http://www.brasildasaguas.com.br>>. Acesso em 10 jan. 2014.

A paisagem dos Butiazais de Quatepe (ou Coatepe) foi indicada pela sua área restrita com palmeiras em meio ao campo, proporcionando uma fitofisionomia típica, pela sua especificidade ecológica, como espécie nativa, restrita espacialmente, além da importância histórica.

No município de Quaraí, no primeiro distrito, nas comunidades de Salsal e Quatepe estão localizados mais de cinco mil pés de butiá-jataí da espécie *Butia yatay* entremeados ao campo nativo, numa área de 25 km de extensão. Acredita-se que os butiazais tenham sido plantados pelos jesuítas, ainda no século XIX, com o objetivo de demarcar o território. Atualmente, são utilizados pelas comunidades locais para alimentação, para ornamentação, para construção civil (confecção de calhas de água e cochos para alimentação do gado) artesanato e como medicamento (BAIRROS, 2011).

A área em que estão localizados os Butiazais de Quatepe (figura 38) é considerada pelo Ministério do Meio Ambiente (2007) como uma das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, por:

Área transfronteiriça de relevo e fisionomia diversificada, com matas ciliares, banhados e campos secos de solo arenoso com afloramentos rochosos, além de formações de Espinilho e butiazais (*Butia yatay*) de

extrema importância (Butiazal do Coatepe); área de provável ocorrência de nova subespécie de veado campeiro descrito para o Uruguai (*Ozotocerus bezoarticus*); presença de roedores raros, característicos de campos: *Wilfredomys oenax* e *Rethrodon typicus*; além de Espécies animais ameaçados como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), lontra (*Lontra longicaudis*); aves ameaçadas, peixes anuais (*Austrolebias* sp.). Extensão de distribuição de aves anteriormente conhecidas somente para a formação parque Espinilho (ex.: *Pseudoseisura lophotes*). Local de recarga de aquífero.

Figura 38 - Paisagem dos Butiazais de Quatepe em Quaraí/RS.



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum em 13/03/2012.

A beleza cênica da paisagem do conjunto morfológico do Cerro do Jarau (figura 39) se caracteriza por várias falas: “[...] pelo contraste na paisagem, ao enxergá-lo.” “[...] é uma forma de relevo que se diferencia da planura dos campos. Traz aos moradores uma dimensão da natureza diferenciada. Possui uma expressão cultural, local de histórias, lendas e filmes”. “[...] pela presença de espécies ornamentais, pela vista da paisagem do entorno e pelo manejo tradicional de rebanhos pelo gaúcho”. “[...] por sua morfologia imponente, sua composição ecológica e suas referências históricas que, inclusive, o tornaram ícone cultural regional”. “[...] pela rara beleza, pelos ambientes prístinos, espécies endêmicas/raras, entre outros”.

Alves (2012, p. 51) chama o conjunto morfológico do Cerro do Jarau como o “Astroblema do Jarau” pela sua feição geomorfológica atípica para o oeste do Estado, com uma estrutura circular-elíptica de 7 km de diâmetro e com bordas soerguidas, principalmente na sua face norte, aonde chega a 300m de altitude,

decaindo para leste e oeste, até a face sul, para 100 m de altitude. Há várias explicações para a formação geológico-geomorfológica, inclusive pela queda de um meteorito. Para o autor, sob o ponto de vista geológico:

[...] esta feição anômala compõem uma janela estratigráfica de arenitos (Formação Botucatu e Guará), em meio ao predomínio absoluto de rochas vulcânicas, típicas do 'Planalto da Campanha', expondo, em pontos mais altos, rochas que normalmente são encontradas, apenas, muitos metros abaixo da camada vulcânica.

O Cerro do Jarau também possui uma importância literária do Estado através da do livro "A Salamanka do Jarau", de João Simões Lopes Neto, por lendas criadas no século XIX contadas pela comunidade local e também faz parte da história da Revolução Farroupilha (cerro conhecido como Sentinela dos Pampas). O Cerro também faz parte das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, pelo Ministério do Meio Ambiente (2007).

Rambo (1956, p. 145) também cita o Cerro do Jarau:

A campanha é um oceano, não de água, mas de grama. Esta impressão é reforçada pela Coxilha do Jarau no extremo sul da paisagem. Levantando-se do meio dum colar de vegetação mais alta, graminácea, quase branca como a espuma da ressaca, seus cerros brilham ao sol como ilhotes de granito no mar. Mesmo de longe ressaltam as arestas de arenito metamórfico conglutinados neste serrote mais ocidental do Rio Grande do Sul, figurando monstros petrificados de eras que já vão longe.

Figura 39 - Paisagem do Cerro do Jarau.



Fonte: Fotografia de Roberto Verdum, 2005.

No **Domínio Planalto Sul-Rio-Grandense**, também denominado, de Planalto Uruguaio Sul-Rio-Grandense (Suertegaray e Fujimoto, 2004), subdivide-se em Planalto de Caçapava do Sul e Planalto Rebaixado de Canguçu pelo IBGE (1995), está localizado no setor sul-sudeste do Estado.

Como principais municípios destacam-se Porto Alegre, Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, Santana da Boa Vista, Caçapava do Sul, Dom Feliciano, Encruzilhada do Sul, parte de Lavras do Sul, Bagé⁶¹ e Herval.

O Planalto Sul-Rio-Grandense constitui-se de rochas ígneas, metamórficas e sedimentares de idade Pré-Cambriana, com altitudes que variam de 100 a 400m, alternando-se áreas com intenso processo de dissecação e uma heterogeneidade de relevos marcados com afloramentos rochosos. Nesses antigos terrenos erodidos ressaltam-se padrões de relevo do tipo colinas dissecadas e morros amplos (coxilhas), com extensas vertentes suaves a moderadas. Nas áreas de deposição, mais rebaixadas, com relevo mais aplainado. Nas áreas de relevo altamente dissecado, é possível individualizar setores bem definidos de cristas alinhadas e/ou vales entalhados (SUERTEGARAY; GUASSELLI, 2004, DANTAS et al., 2010).

O Planalto é drenado, na porção sul, pela bacia do rio Camaquã, que desemboca na laguna dos Patos; os rios Piratini e Jaguarão, que desembocam no canal de São Gonçalo e na lagoa Mirim, respectivamente. Na porção norte, o Planalto é drenado por canais tributários (arroyos) da margem direita do rio Jacuí e, na porção oeste do planalto por arroyos da margem direita do rio Santa Maria.

Dantas et al. (2010, p. 48) explicam que o substrato geológico do Planalto Sul-Rio-Grandense apresenta notável complexidade, pois

possui um embasamento cratônico, de idade arqueana a paleoproterozoica, compreende, predominantemente, ortogranulitos e ortognaisses, sendo que, por vezes, ocupa alguns divisores mais relevantes de todo o planalto. Os cinturões orogênicos neoproterozoicos, por sua vez, dominam o planalto em diversos padrões de relevo e são predominantemente constituídos por rochas ígneas intrusivas (monzogranitos, sienogranitos, granodioritos e dioritos). Subordinadamente, ocorrem faixas metamórficas (ortognaisses e paragnaisses), corpos máfico-ultramáficos (serpentinitos, anortositos e

61 O município de Bagé localiza-se entre as duas unidades geológicas: bacia do Camaquã (Planalto Sul-Rio-Grandense) e a Bacia do Paraná (Depressão Central). As belezas cênicas que foram identificadas localizam-se no Planalto Sul-Rio-Grandense, por isso a localização do município ficou nesse domínio geomorfológico.

gabros) e derrames vulcânicos ácidos e básicos (riolitos, dacitos e basaltos). Destacam-se, ainda, rochas sedimentares (arcóseos, arenitos e conglomerados), de idade neoproterozoica a ordoviciano, preservadas no interior de pequenos rifts isolados (CPRM, 2006).

Em relação aos solos dessas paisagens, Danton et al. (2010, p. 48) destacam que elas são submetidas a uma moderada atuação do intemperismo químico com formação de solos pouco profundos e húmicos, de boa fertilidade natural, embasados por rochas cristalinas.

Segundo Boldrini (2009) muitas áreas campestres, no passado foram cobertas por uma vegetação de subarbustos, arbustos e árvores de baixo porte, que foram cortadas e queimadas. A vegetação é formada pela Floresta Estacional Semi-Decidual associada aos campos sujos, com matas galerias, além de ser uma área rica em plantas endêmicas, principalmente as cactáceas.

As atividades econômicas destes municípios se concentram na agropecuária e, também, na mineração, desenvolvida especificamente nos municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Hulha Negra. A estrutura fundiária se configura com grandes propriedades que desenvolvem a pecuária e a pequena propriedade (em menor número) com criações de gado de corte, ovinos, suínos, aves, gado de leite e também cultivos de milho, inclusive em áreas de assentamento rural. Os cultivos da soja e do arroz se desenvolvem em grande escala no município de Bagé. A produção vitivinícola vem sendo implantada nos municípios Bagé, Pinheiro Machado, Candiota e Caçapava do Sul. Ocorrem conflitos de uso do solo em função do déficit hídrico em determinadas épocas do ano, pelo uso intensivo na agricultura irrigada e pela introdução dos monocultivos florestais (SEPLAG, 2007).

Boldrini (1997, p. 24) explica que a vegetação campestre:

[...] em geral é rala, especialmente nas encostas. Ocorre uma alta percentagem de solo descoberto e grande ocorrência de arbustos. Nos ambientes mais secos são encontradas espécies de baixo valor forrageiro, de hábito cespitoso ereto, como as barbas de bode [...] e gravatá é muito comum. [...] nas porções mais baixas, os solos são mais profundos. [...] as leguminosas são frequentes, principalmente junto da vegetação arbustiva.

Rambo (1956, p. 78) cita que os elementos estruturais da paisagem do planalto Sul-Rio-Grandense são as serras, os rios e a vegetação. As serras “formam a moldura de um quadro” e determinam a direção geral da paisagem pela sua altitude gradativamente crescente de sul a norte (com cotas de 100 m até 600 m). Os rios “modelam o esqueleto granítico” deslizando em sentido do declive geral

para leste, dividindo o Planalto em três divisores de água: entre o Jaguarão e o Piratini, entre o Piratini e o Camaquã e entre o Camaquã e o Jacuí, além de ligar o Planalto a Planície Costeira. A vegetação possui a função de atenuar os contrastes nas zonas de transição, de acentuar os contrastes nas zonas extremas e de harmonizar as linhas do conjunto.

As paisagens identificadas nesse Planalto com suas belezas cênicas são: as nascentes do rio Camaquã entre Bagé, Lavras do Sul e Caçapava do Sul; as margens do rio Camaquã entre Canguçu e São Lourenço do Sul; o Paredão no rio Camaquã em Santana da Boa Vista; o conjunto morfológico da Casa de Pedra, em Bagé; o Cerro do Miradouro em Pedras Altas; as Coxilhas em Pedras Altas; a Serra do Herval, a Serra de Santa Bárbara, o vale dos Lanceiros em Caçapava do Sul, o forte localizado em Caçapava do Sul, as Minas de Camaquã, o conjunto morfológico da Formação Guaritas em Caçapava do Sul, Minas de Camaquã, em Caçapava do Sul; o Complexo da Pedra do Segredo (Pedra da Abelha, do Índio, do Leão, do Sorvete, do ET, da Baleia, etc.); os afloramentos rochosos das Guaritas, ao sul da RS 625, ao sul do arroio das Neves, com uma “paisagem com basculamentos e vegetação concêntrica”; o vale do Rincão do Inferno em Lavras do Sul; áreas de campos nativos e as coxilhas em Lavras do Sul; uma paisagem difusa no interior de Santana da Boa Vista; as cavernas de Santana da Boa Vista; a serra de Santana da Boa Vista; os afloramentos de grafita-xisto em Santana da Boa Vista; área de xistos em Lavras do Sul, próximo a Cerro Branco; as áreas altas, com vistas para o Pampa (“ao perder de vista”) entre Bagé, Lavras do Sul e Pinheiro Machado; os campos de Aceguá; os parreirais de Pinheiro Machado; a serra do Veleda, em Pinheiro Machado; a serra das Asperezas, em Piratini; o Cerro dos Porongos em Pinheiro Machado; uma paisagem com morros graníticos que possua matacões, arbustos, campos e cultivos (em Pinheiro Machado, Pedras Altas, Canguçu, Piratini ou Herval) sem interferência da silvicultura; o município de Piratini; as taipas de pedras entre Lavras do Sul e Dom Pedrito com seus campos; serra de Canguçu; a Pedra do Bixo (do Lagarto Gigante) em lavras do Sul e as cristas de Porto Alegre. Entre a porção oeste desse planalto e a porção leste, onde se encontra a Crista de Porto Alegre, a separação das duas porções está associada a presença do lago Guaíba e Delta do Jacuí, também citados como paisagens de beleza cênica.

A beleza cênica da paisagem da Formação Guaritas foi indicada por 11 pesquisadores, ao afirmarem: *“Pela beleza da estrutura geológica e pela expressão de um momento da história da terra”*; *“[...] a associação dos afloramentos rochosos com a vegetação nativa”*; *“[...] pela presença de espécies ornamentais numa formação geológica ímpar com morros ruiformes”*; *“[...] pela presença de espécies endêmicas tanto da fauna, quanto da flora num contexto de formações geológicas e geomorfológicas muito interessantes”*; *“[...] um dos lugares mais espetaculares do Estado”*; *“[...] por ser um verdadeiro laboratório para diferentes áreas”*.

A Formação Guaritas está inserida nas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira, pelo Ministério do Meio Ambiente (2007, p. 23) pela

sua formação Guaritas arenitos arcossiano, cujos processos erosivos formam feições geomorfológicas em forma de torres; beleza cênica e fragilidade ambiental; dormitório e área de reprodução de papagaio chorão (*Amazona petrei*); presença de espécies raras de borboletas *Penetes pamphanis*, *Pampasatyrus periphes*, *Pseudocronisdes m.macheon*; pela presença de Araucária, Podocarpus e Tucanuçu (*Ranphastos toco*).

A Formação das Guaritas do Camaquã (Figura 40) compreende feições geomorfológicas na forma de morros escarpados com uma aparência ruiformes, formando grutas e abrigos. Paim et al. (2010, p. 01) explicam que elas foram utilizadas como guaritas e como locais de emboscadas durante a Revolução Farroupilha, por isso a denominação “Pedras das Guaritas”. Os autores explicam a formação dessa paisagem como:

[...] Um evento tectônico de natureza extensional gerou, no Cambriano Inferior (~ 530 Ma), uma bacia tipo rifte com o desenvolvimento de campos de dunas eólicas e fácies de leques aluviais. [...] O clima árido, somado à diminuição e eventual cessação da atividade vulcânica, levou à acumulação de uma espessa sucessão de depósitos eólicos, bem expostos na Pedra Pintada, associados a uma franja de fácies de leques aluviais junto à margem ativa do rifte, bem representada na Pedra da Arara. Mais tarde, uma mudança climática propiciou a substituição dos campos de dunas por sistemas aluviais e de deltas lacustres. Esses depósitos aluviais constituem a Pedra das Guaritas e o Capão do Cedro assim como o topo das sucessões expostas nas áreas da Pedra Pintada e da Pedra da Arara. [...] De forma geral, estima-se que do Ordoviciano ao Carbonífero o Alogrupo Guaritas esteve exposto à ação intempérica e erosão em vista da ausência de estratos sedimentares pré-permianos. Do Permiano ao Cretáceo o rifte esteve encoberto por rochas sedimentares da bacia do Paraná. No Paleógeno, acompanhando toda Serra do Mar, o Arco do Rio Grande começou a ser soerguido, e a bacia do Paraná a sofrer erosão, processo esse hoje ainda em andamento, pois boa parte do rifte ainda encontra-se

por debaixo da sucessão Gonduânica. De todo o modo, após ser submetida a um soterramento moderado e ser completamente litificada (= sedimento transformado em rocha), a sucessão descrita foi soerguida, fraturada e exposta à ação intempérica, esta em boa parte direcionada e intensificada ao longo dos planos de fratura. A ação preferencial do fluxo superficial das águas da chuva ao longo destes planos mais alterados, e por isto de menor resistência à erosão, somado a atitude horizontal de estratos relativamente homogêneos acabou por gerar a morfologia ruiforme, definida por morros mais ou menos isolados com encostas escarpadas que caracterizam esta paisagem local.

Figura 40 - Paisagem da Formação das Guaritas, em Caçapava do Sul.



Fonte: Fotografia de Lucimar Vieira, 2013.

A beleza cênica da paisagem do Vale do Rincão do Inferno (Figura 41) foi citada por 11 pesquisadores ao indicarem como atributos cênicos os *“afloramentos rochosos e vegetação nativa associada”*, *“[...]as características geomorfológicas que formam esses monumentos naturais”*, *“[...] pela presença de espécies ornamentais numa formação geológica ímpar”*, e *“[...]pela sua morfologia tabular específica, com a presença de fenômeno geomorfológico raro em contexto geológico específico, dá a ele uma valoração do olhar humano”*.

Segundo Teixeira (1992), o Vale do Rincão do Inferno é formado por afloramentos rochosos do Período Pré-cambriano, constituídos por conglomerados e arenitos que se estendem por mais de dois quilômetros, oriundos do deslocamento de enormes blocos de rocha sujeitos ao processo de desagregação de milhões de anos e que construíram fendas, furnas, abrigos de diferentes formas e a ação pluvial e eólica foi erodindo as rochas e esculpindo diferentes formas e diferentes

figuras. É uma extensa área de afloramentos e paredões abruptos que se estendem em torno do Rio Camaquã, cercados por uma vegetação composta por um mosaico campo-floresta, habitada por uma pequena comunidade de remanescentes quilombolas.

Figura 41 - Paisagem do Vale do Rincão do Inferno, em Lavras do Sul/RS.



Fonte: Fotografia de Ze Paiva, 07/06/2008.

Disponível em <https://www.flickr.com/photos/zepaiva/4072135721/>. Acesso em 10 jan. 2014.

Além das paisagens citadas acima, outras paisagens que foram identificadas por no mínimo quatro pesquisadores foram o conjunto denominado Complexo da Pedra do Segredo (Pedra da Abelha, do Índio, do Leão, do Sorvete, do ET, da Baleira, do Navio, da Abelha, a Redonda e a do Segredo), localizado no distrito de Vila do Segredo em Caçapava do Sul; a área compreendida das Minas do Camaquã (sítio geológico-metalogenético que representa um marco da história da mineração de cobre no Brasil) e o vale dos Lanceiros, em Caçapava do Sul.

Destaca-se que muitas paisagens foram indicadas, mas sem a possibilidade de colocá-las em um mapa, pois são paisagens que podemos encontrar em vários locais do bioma Pampa e que muitas remetem as lembranças durante as entrevistas, tais como: “paisagens abertas da fronteira oeste”; “[...] um local que se possa enxergar o por do sol, sem árvores, preservadas ou conservadas, olhando a silhueta de uma vaca ou de uma ovelha”; “[...] qualquer local entre Bagé e Aceguá é bonito, desde que tenha campo e animal ou só campo”; “[...] nos pontos

mais altos entre Lavras do Sul e São Gabriel”; “[...] a presença do homem altivo, enxergando longe, com capa (poncho pátria, que cobre o cavalo) andando pelo campo, a figura humana com o seu companheiro: o cavalo”; “[...] mangueiras de pau-a-pique; “[...] mangueiras, taperas, bretes, açudes, instrumentos da lida do gaúcho”; “um cerro, um morro isolado para preservar a possibilidade de se ver ao longe; uma visão panorâmica”; “[...] algum local com formações típicas dos areais”; “[...] campos com barba de bode, vassorais e capões de timbó”; o topo dos campos limpos entre Santana do Livramento e Uruguaiana”; “[...] encruzilhada entre Dom Pedrito e São Gabriel, uma placa com uma casa do João de Barro em cima; “[...] algum local da frente das ‘cuestas’”; “[...] Campos diversificados, associados à vegetação representativa do bioma e diversidade de ecossistemas associados”; “[...] coxilhas entre Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga”; “[...] propriedades das antigas Charqueadas”; “[...] na BR-293, entre Pelotas e Santana do Livramento, paisagens que se perdem no horizonte”; “[...] uma placa entre Alegrete e Rosário do Sul que diz: Bioma Pampa e atrás enxerga-se somente eucalipto”; e “[...] as matas de restinga muitas vezes associadas às paleodunas com sua vegetação típica, principalmente as figueiras centenárias”.

7.5 A qualidade visual das belezas cênicas do bioma Pampa

Na análise sistêmica e perceptiva solicitou-se a identificação das paisagens portadoras de belezas cênicas no bioma Pampa e que fossem referência para a preservação/conservação, além da explicação de quais seriam os atributos que determinam a qualidade cênica da paisagem.

Um pesquisador explica que as belezas cênicas:

[...] devem servir de parâmetro de leitura da natureza em consonância com os referenciais culturais individuais e coletivos, para se reconhecer e estabelecer ícones de referência capazes de serem valorizados e preservados pelos seus atributos (plásticos, ecológicos e culturais).

Ainda sobre a importância das belezas cênicas, outro pesquisador afirma que:

[...] é estranho dar valor a algo que é belo, mas eu acho importante. Isto gera um valor de contemplação, são formas de estabelecer contato do homem com o espaço, com o território. De não ser tudo homogêneo. [...] as diferenças devem ser respeitadas e valorizadas. [...] a beleza cênica faz

a relação entre a sociedade e a heterogeneidade do espaço, [...] com consequências importantes para a gestão do território, para valorização das diferenças que existem nas paisagens e que são uma sobreposição de “n” aspectos (históricos, científicos, emotivos, geológicos, biológicos) e que às vezes são ocultos e que nunca serão apreendidos pela sociedade. A beleza cênica oportunisticamente cumpre este papel, por isso deve ser extremamente valorizada.

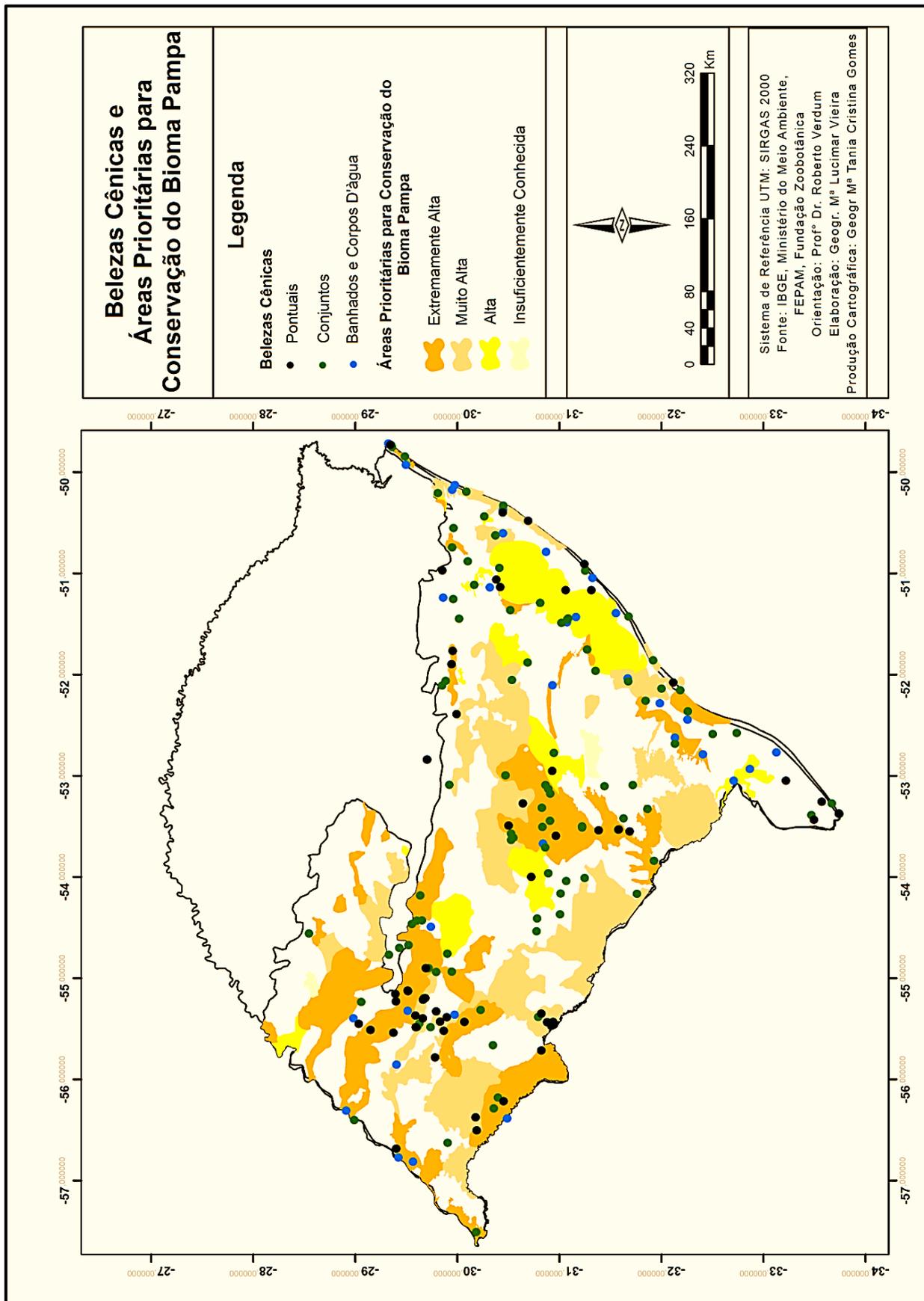
Um dos pesquisadores salienta que:

Acredito que em primeiro lugar as pessoas pensem que a beleza cênica seja importante para ser apreciada, se sentem bem no convívio com lugares bonitos. Uma parcela da população se dá conta que, para nós continuarmos apreciando essas belezas, é necessário preservar. E uma parcela bem menor sabe que muitas dessas belezas cênicas prestam serviços ambientais importantes, como a manutenção do clima, na proteção dos recursos hídricos e na manutenção da biodiversidade. Não podemos esquecer, também, que às vezes uma plantação de pinus pode ser uma beleza cênica para alguém, e não possuir valor para a conservação da natureza.

Foram identificadas 198 paisagens com belezas cênicas (apêndice A). Dessas paisagens, 133 estão localizadas dentro das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (MMA, 2007) e 95 obtiveram nota 5.

As paisagens foram classificadas de acordo com a região geomorfológica e na categoria de conjunto, pontual ou corpo de água e banhado (como mostra o mapa 3 - abaixo). A categoria pontual caracteriza-se por uma paisagem que pode ser localizada pontualmente, que possui uma coordenada geográfica específica e a categoria conjunto, caracteriza-se por uma paisagem demarcada por um polígono, uma área; e a categoria corpo de água e banhados, caracteriza-se pelas lagoas, lagunas, banhados e alguns percursos de rios e arroios.

Mapa 3 - Belezas Cênicas e Áreas Prioritárias para a Conservação do Bioma Pampa



A **paisagem panorâmica** foi identificada como: uma paisagem difusa, no interior de Santana da Boa Vista; altos dos municípios de Bagé, Lavras do Sul e Pinheiro Machado com manejo tradicional do rebanho e “a perder de vista para o pampa”; algumas áreas de campos nativos e coxilhas em Lavras do Sul, com a sensação de harmonia; na BR 293, entre Pelotas e Santana do Livramento: paisagem que se perde no horizonte; os pontos mais altos entre Lavras do Sul e São Gabriel; paisagens abertas da fronteira oeste, no município de Quaraí; qualquer local no pampa onde se enxergue o por do sol, sem árvores, preservado; qualquer local entre Bagé e Aceguá que tenha campo e animal; um cerro ou um morro isolado para preservar a possibilidade de se ver longe, uma visão panorâmica; uma paisagem pampiana, com coxilhas, mangueiras de pedras e estâncias nos altos entre Bagé e Dom Pedrito.

A **paisagem focalizada** foi identificada nos cursos de água, como as margens do rio Ibicuí e do rio Camaquã, com suas matas galerias; o rio Tramandaí, ao longo da BR 293 com a presença de campos; a frente das *cuestas* na Cuesta do Haedo, entre Rosário do Sul e Santana do Livramento, na BR 290; as cristas de Porto Alegre; os cordões litorâneos do banhado do Maçarico; os Parques Eólicos; a coxilha das Lombas; os complexos de dunas; as pontes; as escarpas dos Paredões em Manoel Viana; etc.

A **paisagem com detalhe** foi identificada onde estão localizados os faróis; os areais; os cerros; as antigas fazendas; os marcos das fronteiras secas; as praias arenosas e ilhas dos rios e arroios; o local onde existe uma placa entre Alegrete e Rosário do Sul escrita bioma Pampa; uma placa com uma casa de João de Barro na encruzilhada entre Dom Pedrito e São Gabriel; os butiazais; nas barragens; etc.

A **paisagem abrigada** foi identificada nas cavernas e tocas em Santana da Boa Vista e Caçapava do Sul e no interior dos parreirais. A paisagem fechada foi identificada no forte em Caçapava do Sul.

A **paisagem com destaque ou dominada** foi identificada na formação Guaritas; no complexo da Pedra do Segredo; no vale do Rincão do Inferno, nas Minas do Camaquã; nos sítios paleobotânicos; etc.

Das 200 paisagens identificadas, 28 foram identificadas por mais de quatro pesquisadores, como mostra o quadro 17.

Quadro 17 - Paisagens com belezas cênicas.

Paisagens com belezas cênicas	Localização	Número de pesquisadores	Áreas Prioritárias para Conservação
Foz do rio Ibicuí	Uruguaiana e Itaqui	6	Pp066
Butiazais de Quatepe	Quaraí	7	Pp047
Conjunto Morfológico do Cerro do Jarau	Quaraí	11	Pp047
Parque do Espinilho	Barra do Quaraí	6	Pp098
Cerro do Tigre com a Ponte de Pedra	Alegrete	8	Pp065
Conjunto Morfológico do Cerro do Caverá	Rosário do Sul	11	Pp046
Formação Guaritas	Caçapava do Sul	11	Pp025
Serra do Sudeste com Morros Graníticos, cultivos e campos	Pinheiro Machado, Pedras Altas, Canguçu, Piratini, Herval	5	Pp011
Complexo de Dunas Tramandaí-Cidreira	Tramandaí e Cidreira	5	PpZc042
Vale do rio Ibicuí entre Manoel Viana e São Francisco de Assis com morros testemunhos e a ponte General Osório	Manoel Viana e São Francisco de Assis	8	Pp065
Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Mostardas, Tavares e São José do Norte	7	PpZc092
Butiazais de Tapes	Tapes e Barra do Ribeiro	11	PpZc028
Delta do Rio Camaquã	São Lourenço do Sul e Camaquã	7	PpZc018 e PpZc093
Vale do Rincão do Inferno	Lavras do Sul	11	Pp025
Áreas de Campos Nativos e de Coxilhas em Lavras do Sul	Lavras do Sul	5	Pp011

Parque da Guarita	Torres	4	PpZc069
Minas do Camaquã	Caçapava do Sul	4	Pp025
Complexo da Pedra do Segredo	Caçapava do Sul	4	Pp025
Cerro do Botucarai	Candelária	4	x
Banhado do Maçarico e cordões litorâneos	Rio Grande	4	PpZc004
Estação Ecológica do Taim	Rio Grande	5	PpZc089
Várzea do Canal São Gonçalo	Rio Grande e Pelotas	4	PpZc006
Apa do Ibirapuitã	Rosário do Sul, Alegrete, Quaraí e Santana do Livramento.	4	Pp096
Areais de Quaraí	Quaraí	4	Pp026
Cerro Palomas	Santana do Livramento	4	Pp031
Mata ciliar entre Cacequi e a foz dos rios Cacequi e Santa Maria, junto ao rio Ibicuí	Cacequi	4	Pp062
Cerros Verdes	Santana do Livramento	4	Pp046
Cerros dos Munhoz	Santana do Livramento	4	Pp031

Fonte: Vieira, 2014.

Observa-se que, das 28 paisagens portadoras de belezas cênicas, 27 também fazem parte das Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira, elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente em 2007, evidenciando assim, que além da beleza cênica essas paisagens também possuem uma importância ambiental.

Do ponto de vista estético, Rambo (1956, p. 424) divide as paisagens rio-grandenses em dois grupos: amenamente belas e as grandiosamente belas. As paisagens amenamente belas são as que “engendram no espírito um sentimento de

satisfação íntima, do livre jogo de todas as suas faculdades, do repouso na unidade de ideia, resultante da harmonia múltipla das formas”. São as paisagens resultantes da riqueza das suas formas, da harmonia das linhas, da harmonia dos agrupamentos, da harmonia das cores, dos pontos de descanso, da harmonia dos contrastes e da harmonia do homem com a natureza. As paisagens grandiosamente belas são aquelas que abalam o espírito em sua pequenez diante das forças da natureza e, do outro lado, compensa tais abalos pela consciência íntima da realeza humana sobre todas as forças naturais. São as paisagens resultantes da grandiosidade do movimento, do descanso (imensidão dos horizontes), das recordações históricas e do saber natural (conhecimento científico).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da tese, se expõe que, em cada período da história, tivemos várias particularidades para a definição de belo, em alguns momentos a ênfase é para o objeto e em outros momentos, para o sujeito. Para os gregos o belo não possui uma significação primordialmente estética, ele nasceu de uma tríade: o verdadeiro, o belo e o bom. Na Idade Moderna, tornou-se objeto de estudo de uma disciplina filosófica denominada Estética. Até a metade do século XVIII, seu conceito não era delimitado com clareza, era denominada por cognição sensível, beleza, juízo de gosto, entre outros. A partir do século XIX, a estética passou a ser denominada como experiência estética ou percepção estética.

Nesse estudo, pode-se apoiar nos diversos autores estudados que definem a percepção estética como uma atitude (procedimento), que gera sentimentos (representação subjetiva) e sensações (representação objetiva dos sentidos) diante do objeto ou da representação dele, ou seja, a habilidade para julgar qualidades dos objetos positivamente ou negativamente (belos ou feios). É influenciada pelo conhecimento adquirido, com as experiências (vivências) que são registradas na mente humana (memória) a partir das impressões (percepções) e da construção das nossas ideias (imagens mentais). Estas podem ser representações do passado e a disposição de perceber o futuro e de praticar o exercício da atenção a ser dirigida à presença sensitiva dos objetos observados.

Neste sentido, a beleza é um tipo de percepção estética determinada por um conjunto de propriedades estéticas de um objeto capaz de produzir certo tipo de experiência agradável (afetiva positiva) para o observador, propriedades estas formais e estruturais (harmonia, proporção, ordem, clareza, textura, cor e integridade) e que depende dos sentidos humanos.

Pode-se verificar que, até hoje se admiram as paisagens de acordo com os padrões do século XVIII, buscando essencialmente, as sensações que ela nos fornece pela sua beleza, pela sublimidade, pelo pitoresco, e de preferência na área rural, ou seja, uma busca pelas paisagens que são dignas de ser representadas em uma imagem. Ainda exibem-se estas paisagens em folhetos, fotos de calendário, cartões postais nas lojas de souvenir e nas empresas de turismo, e atualmente, em

folhetos publicitários para venda de casas e apartamentos em condomínios fechados.

A necessidade da proteção das espécies ameaçadas de extinção e de seus habitats, das paisagens, dos recursos hídricos e da atmosfera, a contaminação dos alimentos, o risco nuclear, a poluição dos recursos hídricos e da atmosfera, foram alguns dos fatores que desencadearam a criação e a organização de grupos e de movimentos internacionais para discutir as questões ambientais.

No resgate histórico contido nessa tese, se expõe que, parte das sociedades humanas se organizou, primeiramente, no seu país, para proteger, além da fauna e da flora, a paisagem, criando reservas, parques nacionais e monumentos naturais. Em seguida elas se organizaram criando organizações internacionais, encontros mundiais e instrumentos de regulação jurídica. Os Estados passaram a participar e a ratificar as convenções internacionais para aplicar em nível nacional. Assim, as paisagens, os monumentos naturais, a fauna e a flora passaram a ser protegidos, não de forma individual, mas dentro de legislações e convenções sobre a temática do patrimônio mundial e dos parques nacionais.

A beleza cênica foi um dos fatores determinantes para a criação de áreas territoriais, especialmente protegidas e parâmetros de indicação para a criação de um patrimônio cultural, até hoje.

A beleza cênica da paisagem é o espaço cênico de observação da paisagem. Caracteriza-se por ser o local central do olhar do observador ao fazer a leitura de uma paisagem, ou seja, é o cenário com propriedades estéticas formais e estruturais marcadas pela harmonia, proporção, luminosidade e pelo equilíbrio. A paisagem cênica caracteriza-se por gerar sentimentos ou sensações agradáveis, como prazer, deleite, satisfação, tranquilidade, paz de espírito.

A paisagem sublime caracteriza-se por gerar sentimentos ou sensações de medo, de inquietação ante a noção de um perigo real ou imaginário, de deformidade, de uma ameaça, de susto, de irregularidades, da variação repentina, do perigo, é a discordância entre a razão e a imaginação.

A paisagem pitoresca caracteriza-se pela singularidade, pela raridade, excentricidade, complexidade, variada e irregular, vibrante, com energia e graciosamente original.

A qualidade cênica é determinada pelo conjunto de elementos que caracterizam visualmente uma paisagem. Ao observar e fazer uma leitura da paisagem, o observador faz-se um exercício de selecionar, organizar e formar imagens mentais para caracterizá-las fisiograficamente e morfologicamente, em relação ao seu entorno e a sequência de seus componentes, principalmente aqueles que conduzem a lembranças de experiências passadas.

A partir da análise das belezas cênicas das paisagens indicadas constatou-se que o bioma Pampa é constituído de paisagens panorâmicas, as focalizadas, com detalhes, as abrigadas, as fechadas e as com destaque. As preferidas são as panorâmicas.

A leitura da paisagem foi associada, preferencialmente, pelos elementos da natureza. As paisagens que foram indicadas pela sua beleza cênica com elementos construídos pela sociedade humana, como faróis, cercas, taipas, fazendas, pontes, prédios é porque eles fazem parte da história e da identidade da cultura gaúcha.

Os fatores que mais contribuem para a qualidade cênica da paisagem do bioma Pampa foram a morfologia, a água, a vegetação, a cor, o fundo cênico e a raridade. A morfologia suave das colinas; a morfologia singular das Formações das Guaritas em Caçapava do Sul; a morfologia das dunas na planície costeira; a vegetação com sua diversidade de exemplares da vegetação num único espaço, pela raridade e pela importância ecológica; a água com predomínio tanto em movimento quanto em repouso (na condição de refletir -como um espelho - o entorno); a combinação de cores variadas e contrastantes entre a vegetação, as rochas e a água; o fundo cênico, com a possibilidade de visualizar o horizonte ou várias linhas, como por exemplo, do alto de um cerro ou de uma coxilha e a raridade de um elemento constatado pelo conhecimento científico dos pesquisadores.

O conceito de paisagem construído pelos pesquisadores está em consonância com a sua profissão, alguns de forma mais naturalista (utilizando-se dos parâmetros bióticos e abióticos), outros fazendo uma relação da natureza com a sociedade, e outros, com um sentido mais simbólico (de representação). Por outro lado, pode-se dizer que os pesquisadores utilizaram-se de um ou mais termos para conceituar a paisagem, tais como espaço, tempo, escala, visão, percepção, componentes bióticos, abióticos e a sociedade humana.

Ao reunir todos os significados expressos pelos entrevistados, se poderia dizer que a paisagem é uma construção elaborada pela mente humana, como um conjunto de elementos da natureza e/ou construídos socialmente e observados e/ou percebidos a partir de um ponto de referência numa determinada escala, expressa a partir de uma organização, de uma estrutura, de uma funcionalidade e de uma dinâmica que muda com o tempo. Pode ser avaliada esteticamente, ecologicamente e culturalmente. Provoca diferentes sensações e reações (positivas, negativas ou mesmo indiferença), pois são utilizados todos os sentidos para falar, para lembrar-se ou para fazer uma leitura da paisagem. Dependendo da escala de observação, apresenta-se como um mosaico de unidades que interagem na formação de um conjunto heterogêneo.

A beleza cênica é um conceito estético subjetivo e objetivo. É um dos atributos da paisagem e um dos fatores que determinam a sua valorização. Agregando todos os conceitos dos pesquisadores, a beleza cênica é o resultado final, visual, audível, harmônico, de singularidade marcante, um juízo de valor pessoal e coletivo da paisagem; independente do seu valor histórico, cultural ou biológico; incorporada ao longo de um tempo. É formada por um conjunto de elementos (água, as rochas, as formas do relevo e a vegetação) que se destacam na paisagem, proporcionando uma harmonia visual, que nos faz lembrar como um local representativo de um todo, representa uma marca na memória. Evoca um sentimento de paz, de admiração, de prazer, de inspiração, de lembranças do passado, uma sensação de que fazemos parte da paisagem.

As belezas cênicas das paisagens possuem importância a nível social, cultural, histórico, econômico e ecologicamente. Muitas, ao lembrar o passado, fortalecem o sentimento identitário; conectam as pessoas à natureza e ao universo; produzem qualidade de vida e bem estar social, relaxamento, paz interior e elevação espiritual; por serem reais, são independentes de qualquer convenção, possuem valor intrínseco, seja financeiro, seja utilitário; apresentam atributos raros, elementos singulares da natureza; são permeadas de cultura, contribuindo na reprodução social e no modo de vida das comunidades.

As belezas cênicas das paisagens precisam ser protegidas pelos motivos que foram citados da sua importância, não só pelas lembranças do passado (infância), como as do presente (áreas de descanso, recreação, meditação, etc.) e do futuro

(na perspectiva de integridade do ambiente natural e cultural para as gerações futuras). Elas devem ser protegidas de forma integrada dentro de um conjunto de atividades e com a participação das comunidades locais. Todos os pesquisadores acreditam que a beleza cênica da paisagem é reconhecida pela sociedade humana como sendo algo de interesse de preservação/conservação.

Verifica-se, também, que o estabelecimento de um valor monetário (em reais ou outro) para a conservação/preservação das belezas cênicas das paisagens é um tema complexo, pois para alguns é difícil atribuir um valor porque há belezas cênicas com formação milenar; o estabelecimento de uma ordem de grandeza monetária pode induzir ao erro de sub ou de superestimação; deve ser feito através de uma consulta ampla à população. Para outros não, porque *“nunca vamos dar um valor real, pois seu valor é intrínseco e inegociável”*, afirma um pesquisador; porque são bens imateriais e intangíveis, e nesse caso de difícil valoração; porque vira *“leilão”* e o próximo passo seria a apropriação.

Um deles afirma que: *“os argumentos emotivos e científicos que sustentam as belezas cênicas das paisagens, tanto pelos atributos naturais como das elaborações sociais, são suficientes para se decidir pela sua preservação/conservação ou não”*.

Para outros entrevistados seria possível, mas não acreditam que seja o caminho mais indicado. Para outros, sim. Os valores dos recursos naturais devem ser baseados em quanto custaria para resolver os problemas gerados pela destruição dos mesmos; podem ser avaliados pelo proprietário do local; por abordagem da economia ambiental (valor hedônico e contingente); por pagamento por serviços ambientais aos proprietários; desenvolvendo modelos que ajudem a materializar a beleza cênica como mais um componente da paisagem; e *“por intermédio de isenção de impostos aos pecuaristas e subsídio do governo para manutenção da pecuária extensiva, evitando a substituição das formações por culturas agrícolas e lavouras arbóreas”*, explica um pesquisador.

Portanto, o valor da qualidade cênica da paisagem é um tema problemático e desafiador, concluindo que esses valores são naturísticos, perceptivos e culturais.

Das 198 paisagens localizadas no bioma Pampa pelos entrevistados, 133 são consideradas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira e 28 delas, foram identificadas por mais de

quatro pesquisadores, e destas 27, também, são consideradas Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira.

Neste sentido, considera-se que essa pesquisa, além de objetivar a avaliação das qualidades visuais de uma paisagem, também, se torna um instrumento, para se determinar a qualidade ambiental dos diferentes setores de uma unidade paisagística, de forma a nortear o planejamento de uso e ocupação de um território, nos diagnósticos ambientais, na análise de impactos, nos planos de manejo, no desenvolvimento turístico, na indicação do patrimônio cultural, na indicação dos bens e serviços que a paisagem pode proporcionar.

As paisagens são uma criação social, são dinâmicas, heterogêneas, coletivas, objetivas, subjetivas, conectivas, carregadas de valor estético e simbólico, possuem uma delimitação espacial e temporal, são transdisciplinares, permitindo ao ser humano o bem-estar físico e psíquico. São espaços diversificados e mutáveis, formados por sucessivos cruzamentos e interdependências entre as características do espaço físico e os significados construídos pela sociedade, objeto de uma contemplação total, ou seja, pelos nossos sentidos (visão, audição, olfato, tato e o gosto).

Ao desejar uma qualidade de vida, o ser humano, também, deseja por uma *paisagem de qualidade*, não só do ponto de vista estético, mas da variedade de interligações das diferentes formas de vida e também de funcionalidade. Por isso, é importante que as paisagens, os sítios de valor paisagístico, de valor universal excepcional (parâmetros estético, ecológico, histórico, cultural e científico), tornem-se não somente um bem jurídico merecedor de proteção, principalmente aquelas consideradas portadoras de belezas cênicas, sublimes e pitorescas, mas referências para gerar uma matriz identitária às pessoas, não somente transformadas em peças de museus, pois elas devem evoluir com a história e fazer parte das relações sociais que as protegem e/ou as transformam.

Assim, afirma-se que a proteção das paisagens, que foram indicadas do bioma Pampa, surge como uma ação no sentido de reconhecer e valorizar as marcas do passado e do presente, assim como as possíveis ações no futuro. Sobretudo, ao se reconhecer suas características e relações funcionais, ecológicas, simbólicas e estéticas, que merecem, ainda mais, serem estudadas a partir do

reconhecimento expresso nessa pesquisa sobre o bioma Pampa e suas paisagens de belezas cênicas.

REFERÊNCIAS

AERTSEN, Jan. **A tríade “Verdadeiro-Bom-Belo”**: O lugar da beleza na Idade Média - Viso · Cadernos de estética aplicada; Revista eletrônica de estética - Nº 4, jan-jun/2008 - Disponível em <http://www.revistaviso.com.br/> Acesso em 12 de dezembro de 2013.

AIRES, Almeida (org.) "Aristóteles", in **Dicionário Escolar de Filosofia**. Lisboa: Plátano, 2003. Versão online: <http://www.defnarede.com/a.html>. Acesso em 12 de setembro de 2013.

ALVES, Fabiano da S. **Fitogeografia da Região do Jarau - Quaraí/RS**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

AMEND, Stephan; AMEND, Thora. Habitantes en los Parques Nacionales: una contradicción insoluble? In: AMEND, Stephan; AMEND, Thora (coord). **Espaciosin habitantes?** Parques Nacionales de America del Sur. Caracas: Editorial Nueva Sociedad/UICN, 1992.

_____, Stephan; AMEND, Thora. Balance sheet: Inhabitants in national parks - na unsolvable contradiction? In: **National parks without people?** The South American Experience. Quito and Gland: IUNN and ParquesNacionales Y Conservacion Ambiental, 1995.

ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 9ªEd., Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

ASSUNTO, Rosário. A paisagem e a estética. In SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem**: uma antologia. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1958)**. São Paulo: Itatiaia/USP, 1880.

AZEREDO, José C. Santos de. **Dicionário Aulete**. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. Disponível em <http://aulete.uol.com.br/>

BARGADO, Patricia. **Análise Visual da Paisagem** - caso de estudo - Concelho de Almada, Portugal. Dissertação. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

BAIRROS, Elizabete C. **Os Butiazais do Salsal e Quatepe**: história, situação atual e potencialidades - Quaraí/RS. Trabalho de Graduação da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

BECKER, Fernando G. et al. (orgs.). **Biodiversidade**. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, planície costeira do Rio Grande do Sul / Ministério do Meio Ambiente. - Brasília: MMA / SBF, 2006.

BECKERT, Cristina. **A estética do invisível na natureza**. Philosophica, 29, Lisboa, 2007.

_____; M. José Varandas (coord.). **Éticas e políticas Ambientais**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.

BEIJO, A. & BEURIER JP. **Droit international de l'environnement**. Pedone, 2^a edição, 2000.

BEHLING, Hermann et al. Dinâmica dos campos no Sul do Brasil durante o Quaternário Tardio. In: Pillar, V. D.; Muller, S. C.; Castilhos, Z. M. S.; Jacques, A. V. A. (Org.). **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. cap. 1, p. 13-25.

BENJAMIN, Antônio Herman. Introdução à lei do sistema nacional de unidades de conservação. In: **Direito ambiental das áreas protegidas - o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BENKE, Glayson A. Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil. In: **Diversidade e conservação da fauna dos Campos do Sul do Brasil** In: Pillar, V. D.; Muller, S. C.; Castilhos, Z. M. S.; Jacques, A. V. A. (Org.). **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

BENSUSAN, Nurit. Os pressupostos biológicos do sistema nacional de unidades de conservação. In: **Direito ambiental das áreas protegidas - o regime jurídico das unidades de conservação**. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERLEANT, Arnold. **A estética da arte e a natureza**. 1993; 2004. Tradução de SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

_____. **Estética e Ambiente**. 1997. SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

BERQUE, Augustin (1993). **A ecúmena: medida terrestre do Homem, medida humana da Terra**. In: SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

_____. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.) **Paisagem, Tempo e Cultura**. EDUERJ: Rio de Janeiro, 1998.

_____. **La pensée paysagère: une approche mésologique**. In : SALERNO, Rosseta ; CASONATO, Camilla (Dir.). **Paesaggi culturali**. Roma : Gangemi Editore, 2008.

BERTET, Monique. **Le patrimoine**, in Revue Bibliothèque de Travail Junior (BTJ). 09/2001, n° 469.

BERTRAND, G.; BERTRAND, C. **Uma Geografia Transversal e de Travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades**. Messias M. dos Passos (org.). Maringá: Massoni, 2007.

BILENCA, David; MIÑARO, Fernando. **Identificación de Áreas Valiosas de Pastizal em las pampas y campos de Argentina, Uruguay y sur de Brasil (AVPs)**. Programa Pastizales. Fundación Vida Silvestre Argentina, 2004.

BIRDLIFE INTERNATIONAL. **Áreas importantes para conservação das aves no Brasil: parte 1 - estados do domínio da Mata Atlântica**./organizadores Glayson A. Bencke, Giovani N. Maurício, Pedro F. Develey e Jaqueline M. Goerck. São Paulo: SAVE Brasil, 2006. Disponível em http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=secoes_portal&id=43&submenu=23. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

BOLDRINI, Ilsi I. **Campos do Rio Grande do Sul: Caracterização Fisionômica e Problemática Ocupacional**. Boletim do Instituto de Biociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 56. Porto Alegre, 1997.

_____. **A flora dos Campos do Rio Grande do Sul**. In: Pillar, V. D.; Muller, S. C.; Castilhos, Z. M. S.; Jacques, A. V. A. (Org.). **Campos Sulinos: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

_____. **A origem, evolução e diversidade da vegetação do bioma Pampa**. 2013. Disponível em <http://www.fapesp.br/eventos/2013/03/Pampa/Boldrini.pdf>. Acesso 10 de janeiro de 2014.

BONESIO, Luisa. **Oltre il paesaggio**. I luoghi tra estetica e geofilosofia. Casalecchio: Arianna, 2002.

BORDIEU, Marc. **Le Mythe et l'industrie**. Ou la protection du patrimoine culturel au Japon. Gêneses. Patrie, Patrimoine. Sciences sociales et histoire n° 11, Paris, 1993.

BOUTIER, Jean. **Le « Grand Tour » des élites britanniques dans l'Europe des Lumières: La réinvention permanente des traditions**. Paris, Presses de l'Université Paris- Sorbonne, 2005, p. 225-242. Disponível em http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/06/72/40/PDF/Boutier_J-2005-GrandTour-Revu.pdf; Acesso em 15 de dezembro de 2013.

BOVET, Pla M. Del. T & VILÀS, J.R.; **Manual de Ciência del paisaje - teorías, métodos y aplicaciones**. Maria de Bolós (org.). - Colección de Geografía. Ed. Masson S. A., Barcelona. Espanha, 1992.

BRAGA, Alice Serpa. **Parques nacionais nos Estados Unidos: Parque Nacional de Yellowstone e Parque Nacional de Yosemite**. Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2965, 14 ago. 2011. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19774/parques->

nacionais-nos-estados-unidos-parque-nacional-de-yellowstone-e-parque-nacional-de-yosemite#ixzz2kLfssKHc. Acesso em: 11 nov. 2013.

BRASIL, Lei Federal (1965). **Código Florestal Brasileiro**. Lei nº 4771, Distrito Federal: Congresso Federal, 1965. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 12 de março de 2014.

BRASIL, Constituição (1934) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** - 16 de julho de 1934. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 12 de março de 2014.

BRASIL, Constituição (1934) **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** - 10 de novembro de 1937. Disponível em www.planalto.gov.br. Acesso em 12 de março de 2014.

BRITO, Maria Cecília Weyde. **Unidades de conservação** - intenções e resultados. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BUDD, Malcolm. **The aesthetic appreciation of nature: essays on the aesthetics of nature**. Oxford: Clarendon Press, 2002.

BURGER, Maria Inês; RAMOS, Ricardo A. Áreas importantes para conservação na Planície Costeira do Rio Grande do Sul. In.: BECKER, Fernando G. et al. (orgs.). **Biodiversidade**. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, planície costeira do Rio Grande do Sul / Ministério do Meio Ambiente. - Brasília: MMA / SBF, 2006.

BURKE, Edmund. **Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo**. Trad. Enid Abreu Dobianszky. São Paulo: UNICAMP, Papiros, 1993.

BUSQUETS, Jaume; CORTINA, Albert Ramos. (coords.) **Gestión del Paisaje: manual de protección, gestión y ordenación Del paisaje**. Barcelona: Ariel Patrimonio, 2009.

CABRAL, Francisco Caldeira (1993). **Fundamentos da Arquitectura Paisagista**. Instituto da Conservação da Natureza, Lisboa.

CABRERA, A. L. e WILLINK, W. **Biogeografía de América Latina**, OEA, Série Biología. Monografía n. 3, 1980.

CARLSON, Allen. **On the Possibility of Quantifying Scenic Beauty**. Landscape Planning, 1977.

_____. Appreciating art and appreciating nature. In: KEMAL, Salim; GASKELL, Ivan (eds.). **Landscape, Natural Beauty and the Arts**. Cambridge University Press, 1995.

_____. **Aesthetics and the Environment: the appreciation of nature, art and architecture**. Routledge, New York, 2000.

_____ ; BERLEANT, Arnold. (ed.). **The Aesthetics of Natural Environments**, Peterborough: Broadview Press. 2004

_____ (ed.). **Nature, Aesthetics, and Environmentalism: From Beauty to Duty**, New York: Columbia University Press. 2007

_____. **Contemporary Environmental Aesthetics and the Requirements of Environmentalism**. Environmental Values, 2010.

CAMARGOS, R. M. de F. **Homem, natureza e sensibilidades ambientais: as concepções de áreas naturais protegidas**. 2006. Tese de doutorado. UFRRJ Instituto de Ciências Humanas e Sociais - Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Disponível em http://bdtd.ufrj.br/tde_arquivos/13/TDE-2007-04-13T063851Z-161/Publico/2006-Regina%20Maria%20de%20Fatima%20Camargos.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

CARVALHO, José V. de. **São Tomás de Aquino, um filósofo admirável**. Disponível em: <http://www.consciencia.org/sao-tomaz-de-aquino> - acesso em 15 de maio de 2011.

CASAZZA, Ingrid F. **Natureza e ciência na trajetória do botânico**. Paulo Campos Porto (1914-1939). XXVII Simpósio Nacional de história. Natal, Rio Grande do Norte, 2013. Disponível em http://snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364606050_ARQUIVO_TextoIngridCasazzaAnpuh2013.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

CERÓN, Ileana Pradilla. REIS, Paulo. **Kant: crítica e estética na modernidade**. São Paulo: SENAC, São Paulo, 1999.

CHOAY, Françoise. **L'allégorie du patrimoine**, Paris, Édition Le Seuil, 1996.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Liberdade, 2001.

CONRON, John. **American Picturesque**. University Park: Pennsylvania State University Press, 2000. Disponível em: <http://www.waterstones.com/waterstonesweb/products/john+conron/american>. Acesso em 25 de maio de 2011.

COPLEY, Stephen; GARSIDE, Peter. **The politics of the picturesque: literature, landscape and aesthetics since 1770**. New York: Cambridge University Press, 1994. Disponível em http://books.google.fr/books?id=MI601qKviPoC&pg=PR7&lpg=PR7&dq=Stephen+Copley,Peter+Garside&source=bl&ots=6jjv9ckCnu&sig=1_GwZqok7JC85LWd2ONBlstC28Q&hl. Acesso em 14 de janeiro de 2013.

CORDEIRO, José L. P. e HASENACK, Heinrich. **Cobertura Vegetal atual do Rio Grande do Sul**. In: PILLAR, Valério de P. et al. (orgs.) **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.) **Paisagem, tempo e cultura**. EDUERJ: Rio de Janeiro, 1998.

_____**Paisagem, imaginário e espaço**. EDUERJ: Rio de Janeiro, 2001.

COSTA, Mario. **Sublime Tecnológico**. Tradução de Dion Davi Macedo. São Paulo: Experimento, 1995.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

COTIJO, J. M. M. **Grupo Galpão: a arquitetura teatral e o lugar na construção do espaço cênico**. Dissertação de Mestrado. UFMG, Escola de Belas Artes, 2009.

CPRM. Mapa Geodiversidade do Brasil: Escala 1:2.500.000. Brasília: CPRM, 2006. CD-ROM.

D'ANGELO, Paolo. **Estetica della natura**. Bellezza naturele, paesaggio, arte ambientale. Roma-Bari: GLF, Editori Laterza, 2001.

DANIEL, Terry C. **Whiter scenic beauty? Visual landscape quality assessment in the century**. Landscape and Urban Planning, 2001.

_____; BOSTER, R.S. **Measuring landscape esthetics: The scenic beauty estimation method**. USDA Forest Service. Research Paper RM- 167. 1976.

DANTAS, Marcelo E. et al. Origem das Paisagens. In: VIERO, Ana Cláudia; SILVA, Diogo R. A. (orgs.) **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, 2010.

DEBRAY, Régis. **Vida e Morte da imagem: uma história do olhar no Ocidente**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis - RJ: Vozes, 1994.

DIEGUES, Antonio C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4ª edição. São Paulo: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DONADIEU, Pierre. PERIGORD, Michel. **Clés pour le Paysage**. Paris: Geophrys, 2005. URL : <http://rge.revues.org/353>.

DUARTE, Regina Horta. **A Biologia Militante: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil - 1926-1945**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

EAGLETON, Terry. **A ideologia da estética**. Tradução autorizada da primeira edição inglesa publicada em 1990 por Basil Blackwell Ltd., de Oxford, Inglaterra. Rio De Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda., 1993.

ESCRIBANO, Maria del M. B. et al. **El Paisaje**. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Transportes, Centro de publicaciones, 1991.

ESPAÑA. Ministério de Medio Ambiente. Secretaria General de Medio Ambiente. **Guía para la elaboración de estudios del medio físico - contenido y metodología.** Madrid: 1996, (Série Monografias).

FERREIRA, Guilherme P. **O Conceito de Belo em Geral na Estética de Hegel: Conceito, Ideia e Verdade.** Disponível em <http://www.ufsj.edu.br/revistalable>. Metávoia, São João del-Rei/MG, n.13, 2011. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Aurélio século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa.** 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

FERREIRA, Ubiratan. **Dicionário de Teatro. 2 edição.** São Luís: Instituto Geia, 2005. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/47625433/dicionario-teatro>. Acesso em 12 de janeiro de 2012.

FRANCO, José. L. A. **A Primeira Conferência Brasileira de Proteção a Natureza, e a questão da identidade nacional.** Varia História 26, 77-96, 2002.

_____; DRUMMOND, J. A. **Proteção à Natureza e Identidade Nacional no Brasil - anos 1920-1940.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

_____. **A contribuição do Turismo na Preservação e na Socioeconomia das Nações: Uma Perspectiva Histórica.** Palestra proferida no II Congresso de Natureza, Turismo e Sustentabilidade - CONATUS, 2011. Cuiabá, MT. Disponível em 2011. conatus.org.br/DownloadAnexo.php?Anexo=arquivos/...pdf. Acesso em 02 de janeiro de 2014.

FROMAGEAU J. **Du droit transfrontalier à la protection de la biosphère.** Ed Frisian Roche. 1998.

GIROT, Christophe. **Towards a Landscape society.** In: SCHÖDER, Thies. **Changes in Scenery: Contemporary Landscape Architecture in Europe**, pp 6-9. Ed. Birkhäuser, Basel, Berlim, Boston, 2001.

GONÇALVES, José. R. S. **Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero e discurso.** In: OLIVEIRA, L. (org.) **Cidade: História e Desafios.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

GREENE, Linda W. **Yosemite: the Park and its Resources; a History of the Discovery, Management, and Physical Development of Yosemite National Park, California** (Denver: National Park Service, 1987). Disponível em http://www.yosemite.ca.us/library/yosemite_resources/. Acesso em 12 de setembro de 2013.

GUYER, Paul, **"18th-Century German Aesthetics"**, A Stanford Encyclopedia of Philosophy (Edição Outono 2008) , Edward N. Zalta (ed.), Disponível em <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/estetica-18-german/>. Acesso em 12 de setembro de 2011.

HASENACK, H.; CORDEIRO, J.L.P. (org.). **Mapeamento da cobertura vegetal do Bioma Pampa**. Porto Alegre, UFRGS Centro de Ecologia. 30 p. (Relatório técnico Ministério do Meio Ambiente: Secretaria de Biodiversidade e Florestas no âmbito do mapeamento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros), 2006.

HOLDGATE, M. **The Green Web: A Union for World Conservation**. London: Earthscan, 1999.

HOULGATE, Stephen, "Hegel's **Aesthetics** ", The Stanford Encyclopedia of Philosophy, 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2010/entries/hegel-estética>>. Acesso em 12 de setembro de 2013.

HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da natureza**. Rio de Janeiro: M. Jackson, 1952.

HUME, David. **Investigação acerca do Entendimento Humano**. Col. Os Pensadores. São Paulo Abril, 1973.

IBAMA. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC**. Lei nº. 9. 985, de 18 de julho de 2000. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) - Diretoria de Ecossistemas (DIREC). Brasília 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento de Recursos Naturais**. V. 33. Folha SH.22. Porto Alegre e parte das folhas SH. 21 Uruguaiana e SI.22 Lagoa Mirim. Rio de Janeiro: 1986.

_____. **Mapa de Biomas do Brasil**, primeira aproximação. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Cartas_e_Mapas/Mapas_Murais/. Acesso em 23 de março de 2014.

INSTITUTO Antonio Houaiss. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) **Cartas Patrimoniais**. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN, 1995. Caderno de Documentos nº3. 343p.

KEMF, E. (ed.). **Indigenous Peoples and Protected Áreas: The Law of Mother Earth**. Earthscan Publications Ltd, London, 1993.

KISS, A. C.; BEURIER, J. P. **Droit International de L'Environnement**. Paris: Pédone, 2000. Disponível em: <<http://mrw.wallonie.be/dgrne/sibw/legislations/convint/BX820608.html>>. Acesso em 23 de setembro de 2013.

KANT, Immanuel. **Observation sur le sentiment du beau et du sublime**. trad ., présetnation, bibliographie et chronologie par Monique David-Ménard, Fmmarion, 1990 .

_____. **Observações sobre o sentimento do belo e do sublime**. 2^a ed. Campinas, Trad. Vinícius Figueiredo. São Paulo: Papirus Editora, 1993.

_____. **Crítica da Faculdade do Juízo**. 2. ed. Trad. De Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2005.

KIRCHOF, Edegar. **A Estética antes da Estética: de Platão, Aristóteles, Agostinho, Aquino e Locke a Baumgarten**. Canoas: ULBRA, 2003.

_____. **Estética e Semiótica: de Baumgarten e Kant a Umberto Eco**. Canoas: ULBRA, 2003.

_____. **Estética e Biossemiótica**. Canoas: ULBRA, 2008.

JORGE, Ana M. G. **Introdução à Percepção: entre os sentidos e o conhecimento**. São Paulo: Paulus, 2011.

LEOPOLD, Aldo. **Round River: From the Journals of Aldo Leopold**. Oxford University Press, New York, 1953.

LIMA, Maria Francisca Machado. **Estéticas da Paisagem**. Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Agronomia, Lisboa, 2005

_____. **Estéticas da Paisagem e Arquitectura Paisagista**. Philosophica, 29, Lisboa, 2007, pp. 87-102.

LITTON, R.B. **Forest Landscape Description and Inventories - a basis for land planning and design**. Berkeley. California, Pacific SW. Forest and Range. USDA Forest Serv. Res. Paper PSW-49, 1968.

LOISEAU, Jean, **Le Massif de Fontainebleau**, Vigot, 5 ed., 2005.

LOTHIAN, A. **Scenic Solutions**. Measuring and mapping scenic quality. 2009. Disponível em: <http://www.scenicsolutions.com.au/Index.html>. Acesso em 12 de março de 2014.

MACHADO, A. B.; DRUMMOND, G. M. & PAGLIA, A. P. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. Volume II. Fundação Biodiversitas, 2008.

MACHADO, Paulo Afonso Leme. **Áreas protegidas: a lei nº 9.985/2000**. In: **Direito ambiental das áreas protegidas - o regime jurídico das unidades de conservação**. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 248 a 275.

_____. **Direito ambiental brasileiro**. 12^a ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Malheiros, 2004.

MAGALHÃES, Juraci Perez. **A Evolução do Direito Ambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Oliveira Mendes, 1998.

MAGALHÃES, Manuela R. **A Arquitectura Paisagista: morfologia e complexidade**, Editorial Estampa, Lisboa, 2001.

MARCHESAN, A. M. M.; STEIGLEDER, A. M.; CAPELLI, S. **Direito Ambiental**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2010.

MARTINEZ, P. H. **História Ambiental no Brasil: Pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MARSH, George P. **Man and Nature: or Physical Geography as modified by Human action**. New York: Charles Scriber, 1874.

_____. **Man and Nature**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

MARQUES, A. A. B. et al. **Lista de referência da fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul: Decreto estadual n. 41.672**. Publicações avulsas FZB, 11. 2002.

MCCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista**. Tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Dumará, 1992.

MENDES, Ana R. C. **Avaliação da Qualidade Cênica da Paisagem: aplicação da metodologia de Steinitz ao Litoral Alentejano**. Dissertação. Instituto Superior de Agronomia. Universidade Técnica de Lisboa, 2010.

MESQUITA, Georgia. **O pitoresco**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em ppgav.ceart.udesc.br/turma1_2005/.../giorgia_mesquita_dissertacao.pdf. Acesso em 16 de outubro de 2011.

MILANO, Miguel Serediuk. **Unidades de conservação - técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade**. In: **Direito ambiental das áreas protegidas - o regime jurídico das unidades de conservação**. Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. **Porque existem as unidades de conservação?** In: **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / SBF. **Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília - DF. 2002.

_____. **Relatório Técnico: Cobertura Vegetal do bioma Pampa**. Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2007. Disponível em http://www.ecologia.ufrgs.br/labgeo/arquivos/Publicacoes/Relatorios/Relatorio_bioma_Pampa.pdf

_____. **Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: atualização - portaria de 2007.** Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília: MMA, 2007.

MORRONE, Juan. J. **Biogeografía de América Latina y el Caribe.** M&T-Manuales & Tesis SEA, vol. 3. Zaragoza, 2001.

MORAES, Emmanuel Victor Hugo; Viso · **Cadernos de estética aplicada;** Revista eletrônica de estética. Nº 3, set-dez/2007 _ <http://www.revistaviso.com.br/>. Acesso em 14 de setembro de 2011.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.** São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001

MUIR, John. 1894, “**A View of the High Sierra**”, in *The Mountains of California*, New York: The Century Company.

MUÑOZ-PEDREROS, Andres. **Avaliação da Paisagem: uma ferramenta para a gestão ambiental.** Revista Chilena história Natural Santiago. Volume 77. nº 1. Março de 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0716-078X2004000100011>. Acesso em janeiro de 2014.

NEMA. Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental - NEMA. Projeto “**Comunidades do Taim Educação Ambiental e Sustentabilidade**”. Relatório Técnico Final. Rio Grande, out. 2008.

NOGUEIRA, Jorge Madeira. et al. **A beleza cênica como patrimônio natural.** Disponível em: www.ultimaarcadenoe.com. Acesso em: 12 dez. 2010.

NOGUEIRA-NETO P. & CARVALHO, J.C.M. **A programme of ecological satations for Brazil.** Volume 6, 1979. www.brazadv.com/images/conservation_units.pdf. Acesso em 12 de outubro de 2013.

OLMSTED, Frederick Law. “**O Vale do Yosemite e Big Trees Mariposa: um relatório preliminar**”, de 1865, com uma nota introdutória por Laura Wood Roper, repr. de *Arquitectura Paisagista* 43, 1952.

OMONT , Henri. **Les sept merveilles du monde au Moyen Âge.** In: *Bibliothèque de l'école des chartes*. 1882, tome 43. pp. 40-59. doi : 10.3406/bec.1882.447079. Disponível em http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bec_0373-6237_1882_num_43_1_447079. Acesso em 12 de outubro de 2013.

OLIVEIRA JUNIOR, ARNALDO F. de. **Valoração Econômica da Função Ambiental de Suporte relacionada às atividades de turismo,** Brotas, SP/ Arnaldo Freitas de Oliveira Junior. -- São Carlos: UFSCar, 2003.

OVERBECK, Gerhard E. et al. **Os Campos Sulinos: um bioma negligenciado**. In: PILLAR, Valério de P. et al. (orgs.) **Campos Sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

PÁDUA, Maria Tereza Jorge. Unidades de conservação - muito mais do que atos de criação e planos de manejo. In: **Unidades de Conservação: atualidades e tendências**. Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 3 a 13.

PAIM, Paulo S. G. et al. **Guaritas do Camaquã, RS - Exuberante Cenário com Formações Geológicas de grande interesse didático e turístico**. In: Winge, M. et al. (edit.) **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. 2010. Disponível em <http://sigep.cprm.gov.br/sitio076/sitio076.pdf> . Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

PAVIS, Patrice. **Dicionário de Teatro**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PEDRAS, Lúcia R. V. **A paisagem em Alexander von Humboldt: o modo descritivo dos quadros da natureza**. Revista USP, São Paulo, n 46, p. 97-114, junho/agosto 2000.

PEIXOTO, A. L.; GUEDES-BRUNI R. R. No Rio de Janeiro, um Jardim Botânico Bicentenário. *Ciencia e Cultura*. Volume 62. São Paulo, 2010. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252010000100013&script=sci_arttext. Acesso em 12 de setembro de 2013.

PÉRIGORD, Michel; DONADIEU, Pierre. **Le Paysage**. 2 ed. Paris: Armand Colin, 2012.

PESSANHA, José A. M. **Diálogos / Platão**. José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa (trad.) – 5. ed. – São Paulo : Nova Cultural, 1991. – (Os pensadores).

PETERS, Edson Luiz. **Meio ambiente & propriedade rural**. Curitiba: Juruá, 2003.

PFALTZGRAFF, Pedro A. dos S. e VIERO, Ana C. Introdução. In: VIERO, Ana Cláudia; SILVA, Diogo R. A. (orgs.). **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, 2010.

Philosophica, n.º 29 (2007). **Estéticas da Natureza**, Departamento de Filosofia, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

PILLAR, Valério P. et al. **Workshop: Estado Atual e Desafios para a Conservação dos Campos**, 2006.

PIRES, Paulo dos S. **Avaliação da qualidade visual da paisagem na região carbonífera de Criciúma - SC**. 1993. 72 f. Dissertação (Pós- graduação em Engenharia Florestal)- Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PIRES, Maria C.S. **Da Proteção ao Patrimônio cultural: o Tombamento como Principal Instituto**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

POLETTI, Ronaldo. **Constituições Brasileiras: 1934**. Coleção Constituições Brasileiras. Volume III. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e da Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

PORTEOUS, D. J. **Environmental Aesthetics: Ideas, Politics and Planning**, London: Routledge, 1996.

PORTO, Walter C. **Constituições Brasileiras: 1937**. Coleção Constituições Brasileiras, v. 4. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 2001.

POULOT, Dominique. **Une histoire du patrimoine en Occident**, Paris, La Découverte, 2006.

POZZO, Renata R.; VIDAL, Leandro M. **O conceito geográfico de paisagem e as representações sobre a Ilha de Santa Catarina feitas por viajantes dos séculos XVIII e XIX**. Revista Discente Expressões Geográficas, nº 06, ano VI, p. 111 - 131. Florianópolis, junho de 2010. Disponível em www.geograficas.cfh.ufsc.br. Acesso em 23 de janeiro de 2014.

PROBIO. MMA. **Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: MMA/SBF, 2002, 404p.

_____. MMA. **Educação Ambiental (90 lâminas de portfólio e um jogo educativo de tabuleiro)**. Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília/MMA. 2006.

PUNTER, J.V. **Landscape aesthetics: a synthesis and critique**, In: Gold, J.R. & J. Burgess [Editors], **Valued Environments**. George Allen & Unwin, London, 1982.

QUINTÃO, Angela T. B. **Evolução do conceito de parques naturais e sua relação com o processo de desenvolvimento**. Brasil Florestal, v. 13, n. 54, p. 13-28, abril/maio/junho, 1983.

RAMBO, B. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 3ª ed. 1956.

RAMOS, Ricardo et al. **Paisagem, uso e cobertura da terra**. In: BECKER, Fernando G. et al. (orgs.). **Biodiversidade. Regiões da Lagoa do Casamento e dos Butiazais de Tapes, planície costeira do Rio Grande do Sul / Ministério do Meio Ambiente**. - Brasília: MMA / SBF, 2007.

RIBEIRO, Wagner C. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001. 176p.

RITTER, Joachim. Paisagem. Sobre a função do estético na sociedade moderna. 1974. Traduzido por SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

ROGER, Alain. Natureza e Cultura. A dupla artialização. 1997 Traduzido por SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

ROQUETTE-PINTO, Paulo. **Proteção à Natureza**. Revista Nacional de Educação. volume 16-17, jan-fev. 1934.

ROSSETO, Robson. **A estética da recepção: o horizonte de expectativas para a formação do aluno espectador**. Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/extensao/1-EncontroGrupoPesquisaArteEducacaoFormacaoContinuada/10RobsonRosseto.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

ROUSSEAU, J. J. **Os devaneios do caminhante solitário**. Brasília: Editora Universidade de Brasília / Hucitec, 1986.

SAITO, Yuriko. "The Aesthetics of Unscenic Nature," The Journal of Aesthetics and Art Criticism 56 (1998): 101-111. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/432249?seq=2>. Acesso em 12 de outubro de 2013.

_____. **Apreciar a natureza nos seus próprios termos** (2004). In: SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SALGUEIRO, Teresa Barata. **Paisagem e geografia**. Finisterra, XXXVI, 72, 2001.

SANSON, C. 2003. **Le dispositif juridique de protection du patrimoine naturel en France**. Eléments de diagnostic et propositions d'évolutions. Relatório de 8 de dezembro de 2003.

SANTAELLA, Lúcia. **Estética de Platão a Peirce**. São Paulo: Experimento, 1994.

SANTOS, José E. (et al). **Faces da Polissemia da Paisagem: ecologia, planejamento e percepção**. Vol. 1. São Carlos: RiMa, 2004.

_____(et al). **Faces da Polissemia da Paisagem: ecologia, planejamento e percepção**. Vol. 2. São Carlos: RiMa, 2004.

SANTOS, Antonio S. R. dos. **Beleza Cênica como patrimônio Natural**. Artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, caderno viagem. 23/11/04. Disponível em http://www.ultimaarcadenoe.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Beleza_cenica_como_patrimonio_natural-ASilveira-368.pdf.

SATIE, Luis. **Estética e Ética em Kant**. Filosofia Unisinos, 10(1):29-36, jan/abr 2009.

SAUER, Carl Ortwin. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (orgs). **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

SCHERL, Lea M. et al. (2006). **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza?** Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido Disponível em <https://portals.IUCN.org/library/efiles/edocs/2004-047-Pt.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

SEEBERG, Ulrich, **Dimensões filosóficas na obra de Caspar David Friedrich**. ARS (São Paulo). Volume 3, 2005. <http://www.scielo.br/pdf/ars/v3n5/05.pdf>. Acesso em 12 de outubro de 2013.

SEEL, Martin. **Eine Ästhetik der Natur**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1996. <http://books.google.com.br/books?id=JJIQAQAIAAJ&dq=Martin+Seel&q=natur>. Acesso em: 26 de maio de 2011.

SEEL, Martin. **Estética del aparecer**. Madrid: Katz editores 2010. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=ydk0ZYBQGloC&printsec=frontcover&dq=Martin+Seel&hl=pt-BR&ei=z4qdTpCCDuqLsAKDx9HxCQ&sa=X&oi=book_result&ct=result#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 26 maio de 2011.

SEMA, 2010. Secretaria Estadual do Meio Ambiente do estado do Rio Grande do Sul. **Unidades de Conservação**. Disponível em <http://www.sema.rs.gov.br/>. Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

SELMI Adel. **L'émergence de l'idée de parc national en France: De la protection des paysages à l'expérimentation coloniale**, in Raphaël Larrère et al., *Histoire des parcs nationaux* Editions Quæ « Hors collection », 2009.

SEPLAG. Secretária de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul. **Relatório de Economia do Alto Camaquã**. Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Planejamento e Gestão, 2007. Disponível em: <http://www.seplag.rs.gov.br>.

SERRÃO, Adriana V. (2004). **Filosofia e Paisagem: aproximações a uma categoria estética**. *Philosophica*, 23: 87-102.

SHELLEY, James. **The Concept of the Aesthetic**, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2009 Edition) , Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2009/entries/conceito_estetico/>.

SILVA, José A. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982. 259 p

SIMMEL, Georg. "Philosophie der Landschaft. In: *Die Guldenkammer*. Norddeutsche Monatshefte, Bremem, 1913. Traduzido por SERRÃO, A. V. **Filosofia da paisagem: uma antologia**. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 5ª ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SILVA-SÁNCHEZ, Solange S. **Cidadania Ambiental: Novos Direitos no Brasil**. São Paulo: Editora Humanitas FFLCH/USP, 2000.

SOARES, Geraldo. F. S. **A proteção internacional do meio ambiente**. Barueri, SP: Manoele, 2003. SILVA, José A. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1982.

STIGAR, Robson. **O padrão do gosto em David Hume**. Revista Filosofia Capital. Brasília. Volume 6, Edição 12, jan/2011.

SUERTEGARAY, Dirce M. A.; FUJIMOTO, Nina S. V. M. Morfogênese do relevo do estado do Rio Grande do Sul. In: Verdum et al.(orgs). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SUERTEGARAY, Dirce M.A.; GUASSELLI, Laurindo. A.; Paisagens (imagens e representações) do Rio Grande do Sul. In: Verdum et al.(orgs). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

TEIXEIRA, Edilberto. **Lavras do Sul: na Batéia do Tempo**. V. 1. Lavras do Sul: s.n, 1992.

TEIXEIRA, Italo F.; LONGHI, S. J. **Proposta de rotas cênicas para a FLONA de São Francisco de Paula (RS)**. Disponível em file:///C:/Users/Lucimar/Downloads/1239-5438-2-PB.pdf. Acesso em 12 de fevereiro de 2014.

_____. **Estudo da Paisagem da Floresta Nacional de São Francisco de Paula, RS, Brasil**. Universidade Federal de Santa Maria. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. Tese defendida em 2005.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural : mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**; tradução João roberto martins Filho; São Paulo : Companhia das letras, 2010.

TOMAZELLI, L.J.; DILLENBURG, S.R.; BARBOZA, E.G.; STRIM, J. 2003. O Sistema de dunas eólicas transgressivas do litoral norte do Rio Grande do Sul e definição de áreas prioritárias à preservação. In: **IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário**. (CD-ROM). Recife/Pe. 2003.

TRENTIM, Romário. **Definição de Unidades Geoambientais na Bacia Hidrográfica do rio Itu - Oeste do RS**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências. Universidade Federal de Santa Maria. UFSM, 2007.

Tuan, Yi-Fu., 1993, **Passing Strange and Wonderful: Aesthetics, Nature, and Culture**, Washington, D.C.: Island Press.

TURRI, Eugênio. A paisagem como teatro: do território vivido ao território representado. In: Serrão, SERRÃO, Adriana V. (coord.) **Filosofia da Paisagem**, uma antologia. Centro de Filosofia de Lisboa, 2011.

UNESCO. Centro del Patrimonio Mundial de la. **Carpeta de información sobre el patrimonio mundial**. Paris, 2005.

VALLADÃO de MATTOS, C. **Artistas viajantes nas fronteiras da história da arte**. III Encontro de História da Arte - IFCH: Unicamp, 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cha/eha/atas/2007/MATTOS,%20Claudia%20Valladao%20de.pdf>)

VERDUM, Roberto. Depressão Periférica e planalto. Potencial ecológico e utilização social da natureza. In: Verdum et al.(orgs). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

VERDUM, Roberto et al. Percepção da Paisagem na Instalação de Aerogeradores no Rio Grande do Sul. In: VERDUM et al. (orgs). **Paisagem: leituras, significados e transformações**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

VILÀS, J.R. **Manual de Ciência del paisaje - teorías, métodos y aplicaciones**. Maria de Bolós (organizadora). - Colección de Geografía. Ed. Masson S. A. 1992. Barcelona. Espanha.

VIERO, Ana Cláudia; SILVA, Diogo R. A. (orgs.). **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, 2010.

WILDNER, Wilson e LOPES, Ricardo da C. Evolução geológica: do Paleoproterozoico ao recente. In: VIERO, Ana Cláudia; SILVA, Diogo R. A. (orgs.) **Geodiversidade do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CPRM, 2010.

WAINER, Ann Helen. **Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 1991

ZIMMERMAN, Michael J., Intrinsic vs. Extrinsic Value, **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Winter 2010 Edition)**, Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/win2010/entries/value-intrinsic-extrinsic/>>. Acesso em: 26 maio de 2011.

ZUBE, Ervin H., Sell, J.L.; Taylor, J.G. **Landscape Perception: Research, Application and Theory**. Landscape Planning, 1982.

SITES CONSULTADOS:

<http://jus.com.br/artigos/19774/parques-nacionais-nos-estados-unidos-parque-nacional-de-yellowstone-e-parque-nacional-de-yosemite#ixzz2kLt3R4p0>

http://www.yosemite.ca.us/library/yosemite_resources/state_grant.html

<http://jus.com.br/950779-alice-serpa-braga/artigos>

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22698-11-maio-1933-505601-publicacaooriginal-79942-pe.html>. . Consultado em 08/2013

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22698-11-maio-1933-505601-publicacaooriginal-79942-pe.html>. . Consultado em 08/2013

http://archives.doubs.fr/v2/index.php?option=com_content&task=view&id=408&Itemid=1

<http://associations-patrimoine.org/article.php?id=39>

<http://patrimoine-environnement.fr/qui-sommes-nous-organisation/>

http://www.yosemite.ca.us/library/yosemite_resources/state_grant.html

<http://jus.com.br/artigos/19809/unidades-de-conservacao>

<http://conventions.coe.int/Treaty/EN/CadreListeTraites.htm>

<http://www.amp.pt/ppm/publicacoes/LivroPPatParc/cap6.htm>.

<http://www.amp.pt/ppm/publicacoes/LivroPPatParc/cap7.htm>.

<http://www.nature.coe.int/english/main/landscape/conv.htm>

<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/washington.htm>

<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/veneza.htm>

<http://www.revistamuseu.com.br/legislacao/patrimonio/florenca.htm>

<http://www.amp.pt.publicacoes/livroPPatPar/cap6.htm>

<http://www.nature.coe.int/english/main/landscape/conv.htm>

<http://www.biodiv.org/convention/articles.asp>

<http://www.sema.rs.gov.br/>

http://www.fepam.rs.gov.br/programas/gerco_medio.asp

http://www.caubr.gov.br/anexos/noticias/CARTA_BRASILEIRA_DA_PAISAGEM.pdf

APÊNDICE A - LISTA DAS BELEZAS CÊNICAS DO BIOMA PAMPA

Região Geomorfológica	Beleza Cênica da Paisagem	Município (s)	Categoria	Área Prioritária para Conservação
Planalto Dissecado do Uruguai	Parques de Pau Ferro	Unistalda	conjunto	Pp077
	Missões Jesuíticas	Garruchos, São Nicolau, São Luiz Gonzaga, Entre-Ijuis, São Miguel das Missões.	conjunto	x
	Gruta Nossa Senhora de Fátima	Santiago e Nova Esperança do Sul	conjunto	x
	Grutas Subterrâneas Nossa Senhora de Fátima	Santiago e Nova Esperança do Sul	conjunto	x
Planalto de Uruguiana	Foz do rio Ibicuí	Uruguiana e Itaqui (entre)	corpo de água	Pp066
	Barragem Sanchuri	Uruguiana	corpo de água	Pp066
	Arrozais e de pecuária de Uruguiana.	Uruguiana	conjunto	x
	APA do Ibirapuitã	Rosário do Sul, Alegrete, Quaraí e Santana do Livramento	conjunto	Pp096
	Butiazais de Quatepe ou Coatepe	Quaraí	pontual	Pp047
	Conjunto morfológico do Cerro do Jarau	Quaraí	conjunto	Pp047
	Campos planos nas nascentes da bacia dos arroios Quaraí Mirim e do Areal	Quaraí	conjunto	Pp026
	Ruínas do Saladeiro São Carlos	Quaraí	pontual	pp047

Áreas de Quaraí	Quaraí	pontual	Pp026
Paisagens abertas da fronteira oeste, no município de Quaraí.	Quaraí	conjunto	x
Parque do Espinilho	Barra do Quaraí	conjunto	Pp098
Margens do rio Quaraí	Barra do Quaraí	corpo de água	Pp026
Fazenda de Getúlio Vargas	Itaqui	pontual	x
Margens do rio Uruguai	Itaqui e São Borja (entre)	corpo de água	Pp080
Ilhas do rio Uruguai entre São Borja e Itaqui	Itaqui	conjunto	x
Ponte Ferroviária (RS-472, sobre o Rio Ibicuí em direção à São Borja-RS)	Itaqui	pontual	Pp066
Reserva Biológica São Donato	Itaqui e Maçambará	conjunto	Pp105
Areal do arroio Puitã	Maçambará	pontual	x
Nascentes do arroio Puitã	São Borja	corpo de água	x
Campos com vegetação tipo parque com adensamento de espinilhos	Alegrete	conjunto	Pp026
Lagoa Pavoré	Alegrete	corpo de água	Pp031
Cerro da Cascavel	Alegrete	pontual	x
Areal Costa Leite	Alegrete	pontual	x
Areal de São João	Alegrete	pontual	Pp031
Areal do Lajeado Grande	Alegrete	pontual	Pp031
Estação Ferroviária de Cerro de Tigre	Alegrete	pontual	Pp065
Cerro do Tigre	Alegrete	pontual	Pp065

Cuesta do Haedo	Cerro do Chapéu	Santana do Livramento	pontual	Pp031
	Cerro Palomas	Santana do Livramento	pontual	Pp031
	Cerro Florentina	Santana do Livramento	pontual	Pp031
	Parreirais	Santana do Livramento	conjunto	Pp031
	Cerros Verdes	Santana do Livramento	pontual	Pp046
	Cerro dos Munhoz	Santana do Livramento	pontual	Pp031
	Cuesta do Haedo: frente das cuestras	Santana do Livramento	conjunto	Pp031 e Pp046
	Parque Eólico do Cerro Chato	Santana do Livramento	pontual	x
Depressão Periférica	Nascentes do rio Ibicuí - encontro do rio Toropi com o rio Ibicuí-Mirim	São Vicente do Sul	corpo de água	Pp056
	Região entre o Cerro do Loreto e o Cerro Seio de Moça (Cerro Agudo)	São Vicente do Sul	conjunto	Pp062
	Cerro do Loreto	São Vicente do Sul	pontual	Pp062
	Transição do campo para Floresta Estacional Decidual; presença de cerros testemunhos;	São Vicente do Sul	conjunto	Pp062
	Mata ciliar entre Cacequi e a foz dos rios Cacequi e Santa Maria, junto ao rio Ibicuí.	Cacequi	conjunto	Pp062
	Cerro e voçoroca do Macaco	Cacequi	pontual	Pp056

Branco			
Ilhas arenosas na calha do rio Santa Maria.	Cacequi	conjunto	Pp052
Arrozais do rio Toropi, entre São Pedro do Sul e São Vicente do Sul (na BR 287)	São Pedro do Sul e São Vicente do Sul (entre)	conjunto	x
Sítios Paleobotânico	São Pedro do Sul	conjunto	Pp061
Arrozais entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo	Cachoeira do Sul	conjunto	Pp045
Afloramento de rocha vermelha - Chiniquá	Mata	conjunto	Pp061
Sítio Paleobotânico	Mata	conjunto	Pp062
Praias do rio Jacuí	Rio Pardo	conjunto	PP045
Vale Verde - RS 405	Vale Verde	conjunto	x
Cerro do Botucaraí	Candelária	pontual	x
Arrozais do rio Jacuí, entre São Jerônimo e Porto Alegre	São Jerônimo	conjunto	Pp045
Ponte entre General Câmara e São Jerônimo, sobre o rio Jacuí	São Jerônimo e General Câmara (entre)	pontual	Pp054
Barragem Eclusa Amarópolis	General Câmara	pontual	Pp054
Conjunto Morfológico do Cerro do Caverá -	Rosário do Sul	conjunto	Pp046
Placa entre Alegrete e Rosário do Sul (BR 290) escrita bioma pampa e atrás dela enxerga-se somente eucalipto	Rosário do Sul e Alegrete (entre)	pontual	Pp031

	Encruzilhada entre Dom Pedrito e São Gabriel, uma placa com uma casa do João de Barro.	Dom Pedrito e São Gabriel (entre)	pontual	x
	Áreas verdes - Monte Alegre -	Monte Alegre	conjunto	Pp054
Planalto Sul-Rio-Grandense	Cerro Miradouro	Pedras Altas	pontual	x
	Coxilhas de Pedras Altas	Pedras Altas	conjunto	Pp011
	Serra do Herval (Afloramentos rochosos)	Pedras Altas, Herval e Pedro Osorio.	conjunto	Pp030
	Serra Santa Bárbara	Caçapava do Sul	conjunto	Pp035
	Vale dos Lanceiros	Caçapava do Sul	conjunto	Pp035
	Forte em Caçapava do Sul	Caçapava do Sul	pontual	Pp025
	Formação Guaritas	Caçapava do Sul	conjunto	Pp025
	Toca das Carretas	Caçapava do Sul	pontual	Pp035
	Minas do Camaquã	Caçapava do Sul	conjunto	Pp025
	Complexo da Pedra do Segredo - Pedra da Abelha - Pedra do Índio - Pedra do Leão - Pedra do Sorvete - Pedra do ET - Pedra da Baleira	Caçapava do Sul	conjunto	Pp025
	Pedras Pintadas da Formação Guaritas	Caçapava do Sul	conjunto	Pp025
	Interior do município de Santana da Boa Vista. paisagem difusa.	Santana da Boa Vista	conjunto	Pp025
	Cavernas	Santana da Boa Vista	conjunto	Pp025

	Serra de Santana da Boa Vista	Santana da Boa Vista	conjunto	Pp025
	Afloramento de grafita-xisto	Santana da Boa Vista	conjunto	Pp025
	Paredão no rio Camaquã	Santana da Boa Vista	pontual	Pp022
	Divisa entre Bagé e Pinheiro Machado - afloramento Palmas	Bagé e Pinheiro Machado	conjunto	Pp019
	Piratini: um lugar histórico	Piratini	conjunto	x
	Serra das Asperezas	Piratini	conjunto	Pp007
	Coxilhas das cidades de Bagé e Dom Pedrito, bem identificadas na área do Poncho Verde	Dom Pedrito (arroyo Ponche Verde)	conjunto	x
	Serra de Canguçu	Canguçu	conjunto	Pp022
	Campos de Aceguá	Aceguá	conjunto	PP015
	Parreirais	Pinheiro Machado	conjunto	PP014
	Serra do Veleda	Pinheiro Machado	conjunto	x
	Cerro dos Porongos	Pinheiro Machado	pontual	Pp019
	Serra do Sudeste. Morros graníticos/ um mosaico com matacões, arbustos, campos e cultivos	Pinheiro Machado, Pedras Altas, Canguçu, Piratini, Herval, etc.	conjunto	Pp011
	Cristas de Porto Alegre	Porto Alegre	conjunto	PP040
Planície Costeira	Complexo de dunas de Cidreira e Tramandaí	Tramandaí/Cidreira	conjunto	PpZc042
	Sistema Lagunar Tramandaí-Armazém	Tramandaí	conjunto	PpZc051
	Foz do rio	Torres	corpo de água	x

Mampituba			
Parque Estadual de Itapeva	Torres	conjunto	PpZc103
Parque da Guarita	Torres	conjunto	PpZc069
Farol de Torres	Torres	pontual	x
Parque Natural Municipal Tupancy	Arroio do Sal	conjunto	PpZc064
Rio Tramandaí	Tramandaí	corpo de água	PpZc051
Conjunto de Dunas de Quintão a Palmares	Quintão e Palmares do Sul	conjunto	PpZc027
Banhados da Lagoa do Casamento e Ecossistemas Associados	Palmares do Sul, Capivari do Sul, Mostardas e Viamão	conjunto	PpZc036
Sistema de dunas e lagoas costeiras do litoral médio - pela amplitude da área	Mostardas, Tavares, São José do Norte	conjunto	PpZc027
Ilha Grande	Palmares do Sul	pontual	PpZc036
Parque Eólico Ventos de Palmares em Palmares do Sul	Palmares do Sul	pontual	x
Butiazais em Palmares do Sul	Palmares do Sul	conjunto	PpZc037
Lagoa do Bacupari ou Lagoa Azul	Mostardas	corpo de água	PpZc027
Lagoa da Reserva	Mostardas	corpo de água	x
Farol da Solidão	Mostardas	pontual	PpZc027
Farol Cristóvão Pereira	Mostardas	pontual	x
Lagoa da Reserva	Tavares	corpo de água	x
Farol de Mostardas	Tavares	pontual	x
Farol Capão da Marca	Tavares	pontual	PpZc020
Parque Nacional da Lagoa do Peixe	Mostardas, Tavares e São José do Norte	conjunto	PpZc092
Remanescentes	São José do Norte	conjunto	x

arqueológicos próximos ao Bujuru				
Dunas de São José do Norte	São José do Norte	conjunto		PpZc008
Farol da Barra	São José do Norte	pontual		PpZc009
Banhado do Bujuru (Sistema Bujuru)	São José do Norte	conjunto		PpZc013
Praia do Cassino	Rio Grande	conjunto		PpZc004
Banhado 25	Rio Grande	banhados		x
Cordões litorâneos do banhado do Maçarico	Rio Grande	conjunto		PpZc004
Banhado do Maçarico	Rio Grande	banhados		PpZc004
Estação Ecológica do Taim	Rio Grande	conjunto		PpZc089
Colônias de Pescadores - a Ilha dos Marinheiros	Rio Grande	conjunto		PpZc009
Marismas da Laguna dos Patos	Rio Grande	conjunto		PpZc009
Vila do Taim e margem da lagoa Mirim	Rio Grande	conjunto		x
Lagoa Mirim	Rio Grande	corpo de água		x
Barra do Chuí	Santa Vitória do Palmar	pontual		x
Farol do Chuí	Santa Vitória do Palmar	pontual		x
Porto de Santa Vitória do Palmar - Lagoa Mirim	Santa Vitória do Palmar	pontual		x
Palmares de Santa Vitória do Palmar	Santa Vitória do Palmar	conjunto		x
Sistema Arroio Del Rey	Santa Vitória do Palmar	banhados		PpZc001
Lagoa Mangueira	Santa Vitória do Palmar	corpo de água		x
Praia do Hermenegildo	Santa Vitória do Palmar	conjunto		x
Parque Eólico	Santa Vitória do Palmar	pontual		x

Santa Vitória do Palmar	Palmar		
Praia do Chuí	Chuí	conjunto	x
Laguna dos Patos	Barra do Ribeiro, Tapes, Arambaré, Camaquã, São Lourenço do Sul, Turuçu, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Viamão, Tavares, Mostardas Palmares do Sul, Capivari do Sul	corpo de água	PpZc020
Itacolomi	Gravataí	pontual	x
Lago Guaíba	Porto Alegre	conjunto	x
Parque de Itapuã	Viamão	conjunto	PpZc097
Farol Itapuã da lagoa	Viamão	pontual	PpZc020
Coxilha das Lombas	Viamão e Santo Antônio da Patrulha	conjunto	x
Refúgio de Vida Silvestre do Banhado dos Pachecos	Viamão	conjunto	Pp099
APA do Banhado Grande	Viamão, Glorinha, Santo Antônio da Patrulha, Gravataí	conjunto	Pp101
Morro da Formiga	Barra do Ribeiro	pontual	Pp034
Butiazais de Tapes -	Tapes e Barra do Ribeiro	conjunto	PpZc028
Pontal de Tapes	Tapes	conjunto	PpZc028
Costa da Laguna dos Patos em Arambaré (área de figueiras)	Arambaré	conjunto	x
Pontal Dona Maria em Arambaré	Arambaré	conjunto	x
Praia de Arambaré	Arambaré	conjunto	x
Banhado do Colégio	Arambaré	conjunto	x
Delta do rio Camaquã	São Lourenço e Camaquã	conjunto	PpZc018/ PpZc093

	Praias de São Lourenço do Sul	São Lourenço do Sul	conjunto	x
Planície Costeira/Planalto Sul-Rio-Grandense	Contato da planície com o Escudo	Entre São Lourenço do Sul e Camaquã	conjunto	Pp030
	Margens do rio Camaquã	Canguçu e São Lourenço do Sul (entre)	corpo de água	Pp021
Planície Costeira	Sistema de banhados e restingas da Lagoa Pequena e Ilha da Feitoria -	Pelotas	banhados	PpZc012
	Restingas e Ilha da Feitoria (próxima a lagoa pequena) de Pelotas	Pelotas	conjunto	PpZc012
	Banhado Mundo Novo	Arroio Grande	banhados	PpZc003
	Reserva Biológica do Mato Grande	Arroio Grande	conjunto	PpZc091
	Matas de restinga muitas vezes associadas às paleodunas com figueiras centenárias		conjunto	PpZc042
	Várzea do Canal de São Gonçalo -	Pelotas e Rio Grande	corpo de água	PpZc006
Planalto Sul-Rio-Grandense	Delta do Jacuí	Porto Alegre	conjunto	PpZc100
	Conjunto Morfológico da Casa de Pedra	Bagé	conjunto	PP019
	Campos entre Bagé e Aceguá (campo e animal ou só campo)	Bagé e Aceguá	conjunto	Pp015
	Altos dos municípios de Bagé e Lavras do Sul com o manejo tradicional de rebanhos pelo gaúcho e “a	Bagé, Lavras, Pinheiro Machado	conjunto	x

	perder de vista o Pampa"			
	Pedra do Bicho - BR 290 indo para Bagé, descida de Lavras do Sul, para Ibaré	São Gabriel e lavras do Sul (entre)	pontual	Pp023
	Nascentes do rio Camaquã	Lavras do Sul, Bagé e Caçapava do Sul	corpo de água	Pp025
	Taipas de pedras entre Lavras do Sul até Bagé com seus campos sujos	Lavras do Sul até Bagé	conjunto	Pp015
	Vale do Rincão do Inferno	Lavras do Sul	conjunto	Pp025
	Algumas áreas de campos nativos e coxilhas em Lavras do Sul.	Lavras do Sul	conjunto	Pp023
	Região dos xistos no trecho entre São Gabriel e Lavras.	Lavras do Sul	conjunto	x
Depressão Periférica/Escarpas do Planalto	Areal do Caraguataí	Manuel Viana	pontual	Pp068
	Escarpa dos Paredões em Manuel Viana	Manuel Viana	conjunto	Pp068
	Ponte General Osório	Manuel Viana	pontual	Pp065
	Arrozais da planície do rio Ibicuí - fazenda Dorneles	Manoel Viana	pontual	Pp065
	Bacia do arroio Miracatu - São Francisco de Assis	São Francisco de Assis	corpo de água	Pp068
	Bacia do rio Itu em Maçambará (foz)	Maçambará	corpo de água	Pp065

	Areal na confluência do arroio Taquari com Sanga da Areia -	São Francisco de Assis	pontual	x
	Areal do Cerro da Esquina	São Francisco de Assis	pontual	Pp068
	Areais de São Francisco de Assis com Butiazal - Passo do Nagel	São Francisco de Assis	pontual	Pp068
	Praia de Jacaquá	São Francisco de Assis	pontual	Pp065
	Areal do Jacaquá	São Francisco de Assis	pontual	Pp065
	Areal Redondo	São Francisco de Assis e Manuel Viana	pontual	Pp065
	Cerro da Esquina	São Francisco de Assis	pontual	Pp068
	Vale do rio Ibicuí (planuras com morros testemunhos)	Entre São Francisco de Assis e Alegrete e Manoel Viana	conjunto	Pp065
Depressão Periférica/ Planalto de Uruguiana	Corredor do rio Ibicuí		corpo de água	Pp065
Outras belezas cênicas				
Campos diversificados, associados à vegetação representativa do bioma e diversidade de ecossistemas associados.				
BR-293 entre Pelotas e Livramento, quase em Bagé: paisagem que se perde no horizonte.				
Qualquer lugar do Pampa que se enxergue o por do sol, sem árvores, preservado ou conservado.				
Capões				
Os marcos das fronteiras secas.				
Presença do homem altivo, enxergando longe, com capa (poncho pátria, que cobre o cavalo) andando pelo campo. Figura humana com o seu companheiro: o cavalo.				
Arquitetura: uma das centenas de estâncias.				

Mangueiras de pau-a-pique, hoje, são arames para confinar o boi.		
Instrumentos de lida do gaúcho, bretes, açudes, mangueiras, devem ser protegidos.		
Taperas		
Um cerro ou um morro isolado “para preservar a possibilidade de se ver ao longe”. Junto com os cerros se têm a criação de ovelhas e do gado.		
Campos com barbas de bode, vassourais e capões de timbó.	conjunto	Pp076
Coxilhas da parte sul de Santo Ângelo, São Luiz Gonzaga, Cruz Alta, Joia: paisagem cultural.		
Alguma propriedade das antigas "charqueadas"		
Afloramentos rochosos		
Um de cada dos 10 tipos de campos nativos que foram identificados nos estudos.		